

(EDITORAufmg)

Gestão de políticas de esporte e lazer

Sport and leisure policy management

Hélder Ferreira Isayama
Leila Mirtes S. de M. Pinto
Ricardo Ricci Uvinha
Edmur Antonio Stoppa

ORGANIZADORES
EDITORS



A organização desta obra é justificada pela rica diversidade de reflexões realizadas no Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL), evento que à época chegava à sua 20ª edição como um reconhecido momento acadêmico e profissional tradicionalmente responsável por agremiar pesquisadores temáticos.

Ao longo de sua trajetória, verifica-se uma conjuntura em que é apresentada notória produção acadêmica, veiculada em comunicações diversas e apresentação de trabalhos científicos. Tratava-se de uma oportunidade ímpar para a reunião de professores, estudantes, gestores, animadores e demais atores relacionados ao campo do lazer e recreação no país.

Entre as discussões mais fortemente presentes no 20º ENAREL, estava aquela relacionada à gestão de políticas para a promoção do esporte

Gestão de políticas de
esporte e lazer

Experiências, inovações,
potencialidades e desafios

Sport and leisure

policy management

Experiences, innovations,
potentialities, and challenges

UNIVERSIDADE FEDERAL REITOR Clélio Campolina Diniz
DE MINAS GERAIS VICE-REITORA Rocksane de Carvalho Norton

EDITORA *DIRETOR Wander Melo Miranda*
UFMG VICE-DIRETOR Roberto Alexandre do Carmo Said

CONSELHO Wander Melo Miranda (presidente)
EDITORIAL Flavio de Lemos Carsalade
Helôisa Maria Murgel Starling
Márcio Gomes Soares
Maria das Graças Santa Bárbara
Maria Helena Damasceno e Silva Megale
Paulo Sérgio Lacerda Beirão
Roberto Alexandre do Carmo Said

MINISTÉRIO DO ESPORTE	MINISTRO Orlando Silva de Jesus Junior
SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE ESPORTE E DE LAZER	SECRETÁRIA Rejane Penna Rodrigues
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPORTE	DIRETORA Leila Mirtes S. de M. Pinto
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA UFMG	DIRETOR Emerson Silami Garcia VICE-DIRETOR Sérgio Teixeira da Fonseca

© 2011, Os autores

© 2011, Editora UFMG

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

G393 Gestão de políticas de esporte e lazer : experiências, inovações, potencialidades e desafios = Sport and leisure policy management : experiences, innovations, potentialities, and challenges / Helder Ferreira Isayama... [et al.], organizadores. – Belo Horizonte : Editora UFMG, 2011.

521 p. : il.

Texto em português e inglês.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7041-880-7

1. Esportes. 2. Lazer. 3. Políticas públicas. I. Título: Sport and leisure policy management : experiences, innovations, potentialities, and challenges II. Isayama, Helder Ferreira.

CDD:796

CDU: 796:379.8

Elaborada pela DITTI – Setor de Tratamento da Informação Biblioteca Universitária da UFMG

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Danívia Wolff

ASSISTÊNCIA EDITORIAL: Eliane Sousa e Euclídia Macedo

EDITORIAÇÃO DE TEXTO: Maria do Carmo Leite Ribeiro

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO: Michel Gannam

REVISÃO DE PROVAS: Danívia Wolff e Maria do Rosário A. Pereira

REVISÃO TÉCNICA DA TRADUÇÃO: Tom Burns

PROJETO GRÁFICO: Cássio Ribeiro

FORMATAÇÃO E CAPA: Eduardo Ferreira

PRODUÇÃO GRÁFICA: Warren Marilac

EDITORA UFMG

Av. Antônio Carlos, 6.627 Ala direita da Biblioteca Central Térreo

Campus Pampulha 31270-901 Belo Horizonte/MG Brasil

Tel. +55 31 3409-4650 Fax +55 31 3409-4768

www.editora.ufmg.br editora@ufmg.br

Hélder Ferreira Isayama
Leila Mirtes S. de M. Pinto
Ricardo Ricci Uvinha
Edmur Antonio Stoppa

ORGANIZADORES

EDITORS

Gestão de políticas de esporte e lazer

Experiências, inovações,
potencialidades e desafios

Sport and leisure policy management

Experiences, innovations,
potentialities, and challenges

Belo Horizonte
Editora UFMG
2011

Sumário

<i>Rejane Penna Rodrigues</i>	Apresentação	13
<i>Helder Ferreira Isayama</i> <i>Leila Mirtes S. de M. Pinto</i> <i>Ricardo Ricci Uvinha</i> <i>Edmur Antonio Stoppa</i>	Introdução	19
<i>Leila Mirtes S. de M. Pinto</i> <i>Maria Leonor B. C. Ramos</i> <i>Rejane Penna Rodrigues</i> <i>Ricardo Ricci Uvinha</i> <i>Rosângela Martins de Araújo</i> <i>Silvio Ricardo da Silva</i>	Desafios para a gestão das políticas de lazer no Brasil	27
<i>Edmur Antonio Stoppa</i> <i>Ricardo Ricci Uvinha</i>	Gestão de políticas de esporte e lazer Reflexões sobre a produção do 20º ENAREL	51
<i>André Thibault</i>	Elaboração de políticas do sistema de lazer público e cívico em Québec Um processo caótico e de parceria	67
<i>Derek Casey</i>	Gestão do lazer	87
<i>Carla Andréa Ribeiro</i> <i>Daniel M. D. Teixeira</i> <i>Duval Magalhães Fernandes</i> <i>Patrícia Z. M. de Moraes</i> <i>Vânia Noronha</i>	Avaliação do Programa Esporte e Lazer da Cidade Construção participativa de componentes	107

<i>Fernando Marinbo Mezzadri</i> <i>Isabel Cristina Martines</i> <i>Fernando Augusto Starepravo</i>	Apontamentos iniciais acerca das políticas públicas para o esporte e o lazer em municípios paranaenses	123
<i>Patrícia Z. M. de Moraes</i> <i>Vânia Noronba</i> <i>Duval Magalhães Fernandes</i> <i>Maria José G. Salum</i>	A inclusão de jovens em contexto de violência nas políticas públicas de esporte e lazer Fundamentos para o programa PRONASCI/PELC	137
<i>Celi Neuza Z. Taffarel</i> <i>Cláudio de Lira S. Júnior</i>	Políticas de esporte e lazer para o campo e a cidade Os mutirões e os círculos populares da Bahia	157
<i>Beleni Saléte Grando</i>	Práticas corporais indígenas nas políticas públicas de esporte e lazer	177
<i>Silvana Vilodre Goellner</i> <i>Sebastião Josué Votre</i> <i>Ludmila Mourão</i> <i>Márcia Luíza M. Figueira</i>	Política de esporte e lazer de inclusão social Analisando as categorias de gênero, raça/etnia, idade e pessoas com deficiência	197
<i>Hélder Ferreira Isayama</i> <i>Rita Márcia de Oliveira</i> <i>Amanda Carolina C. Silveira</i> <i>Luciana Cirino L. R. Costa</i> <i>Tarcila Bretas Lopes</i> <i>Fabiano Antonio S. Peres</i> <i>Gustavo Henrique M. Santana</i> <i>Paulo de Tarso M. de Freitas</i>	Lazer, políticas públicas e formação profissional Análise da política de formação profissional de secretarias de Esporte de municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte	211
<i>Nelson Carvalho Marcellino</i> <i>André Henrique C. Capi</i> <i>Débora A. Machado da Silva</i>	Lazer no município: formação e desenvolvimento de quadros Os casos de Campinas e Piracicaba-SP	229

	Lazer, esporte e cultura urbana	247
<i>Victor Andrade de Melo</i>	Influência francesa nas políticas públicas no Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX	
	Sobre os autores	264

Contents

<i>Rejane Penna Rodrigues</i>	Foreword <i>Translation: Geraldo Cáffaro</i>	273
<i>Hélder Ferreira Isayama</i> <i>Leila Mirtes S. de M. Pinto</i> <i>Ricardo Ricci Uvinha</i> <i>Edmur Antonio Stoppa</i>	Introduction <i>Translation: Geraldo Cáffaro</i>	279
<i>Leila Mirtes S. de M. Pinto</i> <i>Maria Leonor B. C. Ramos</i> <i>Rejane Penna Rodrigues</i> <i>Ricardo Ricci Uvinha</i> <i>Rosângela Martins de Araújo</i> <i>Silvio Ricardo da Silva</i>	Challenges to leisure policy management in Brazil <i>Translation: Geraldo Cáffaro</i>	287
<i>Edmur Antonio Stoppa</i> <i>Ricardo Ricci Uvinha</i>	Sport and leisure policy management Reflections about the production of the 20 th ENAREL <i>Translation: Geraldo Cáffaro</i>	309
<i>André Thibaut</i>	Leisure public and civic system policy-making in Quebec A chaotic and partnership process <i>Translation: Geraldo Cáffaro</i>	325
<i>Derek Casey</i>	Management of leisure <i>Translation: Geraldo Cáffaro</i>	345
<i>Carla Andréa Ribeiro</i> <i>Daniel M. D. Teixeira</i> <i>Duval Magalhães Fernandes</i> <i>Patrícia Z. M. de Moraes</i> <i>Vânia Noronha</i>	Evaluation of the Sports and Leisure in the City Program Evaluation components built with agents from the five Brazilian regions <i>Translation: Míriam Vieira</i>	363

<p><i>Fernando Marinho Mezzadri</i> <i>Isabel Cristina Martines</i> <i>Fernando Augusto Starepravo</i></p>	<p>Initial considerations on public policies of sport and leisure in the municipalities of Paraná <i>Translation: Miriam Vieira</i></p>	<p>379</p>
<p><i>Patrícia Z. M. de Moraes</i> <i>Vânia Noronha</i> <i>Duval Magalhães Fernandes</i> <i>Maria José G. Salum</i></p>	<p>Sports and leisure public policies, and the social inclusion of the young involved in violent environments Principles for the PRONASCI/PELC program <i>Translation: Thiago Hermont</i></p>	<p>393</p>
<p><i>Celi Neuza Z. Taffarel</i> <i>Cláudio de Lira S. Júnior</i></p>	<p>Sport and leisure policies for the country and for the city Bahia's <i>mutirões</i> and popular circles <i>Translation: Geraldo Cáffaro</i></p>	<p>411</p>
<p><i>Beleni Saléte Grandó</i></p>	<p>Indigenous bodily practices in sport and leisure public policies <i>Translation: Geraldo Cáffaro</i></p>	<p>433</p>
<p><i>Silvana Vilodre Goellner</i> <i>Sebastião Josué Votre</i> <i>Ludmila Mourão</i> <i>Márcia Luíza M. Figueira</i></p>	<p>Sport and leisure social inclusion policies Analyzing the categories: gender, race/ethnic group, age, and the physically challenged <i>Translation: Thiago Hermont</i></p>	<p>453</p>
<p><i>Hélder Ferreira Isayama</i> <i>Rita Márcia de Oliveira</i> <i>Amanda Carolina C. Silveira</i> <i>Luciana Cirino L. R. Costa</i> <i>Tarcila Bretas Lopes</i> <i>Fabiano Antonio S. Peres</i> <i>Gustavo Henrique M. Santana</i> <i>Paulo de Tarso M. de Freitas</i></p>	<p>Leisure, public policies, and professional development An analysis of professional development policies in the Secretariats of Sports from the Greater Belo Horizonte Area <i>Translation: Thiago Hermont</i></p>	<p>465</p>

<i>Nelson Carvalho Marcellino</i>	Leisure in the municipality: the training and development of cadres	481
<i>André Henrique C. Capi</i>	The cases of Campinas and Piracicaba-SP	
<i>Débora A. Machado da Silva</i>	<i>Translation: Thiago Hermont</i>	
	Leisure, sport and urban culture	
<i>Victor Andrade de Melo</i>	The French influence on Rio de Janeiro's public policies in the 19 th and 20 th centuries	499
	<i>Translation: Geraldo Cáffaro</i>	
	About the authors	515

| Apresentação

Esta publicação, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer do Ministério do Esporte (SNDEL-ME), assume para nós um significado muito especial. Ela reitera a profunda relação entre o Governo Federal brasileiro com ações específicas que, historicamente, têm contribuído para a consolidação e o desenvolvimento da área do lazer no país, destacando, na presente obra, o 20º Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL), maior evento específico da área, e as pesquisas da Rede CEDES, que integram o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), dessa secretaria.

Este livro representa, antes de tudo, uma oportunidade a mais para o intercâmbio de ideias e de experiências que nos faz repensar aspectos importantes do lazer no Brasil, desafiando-nos de vários modos.

Primeiramente, nos faz refletir relações e paradoxos vividos no contexto brasileiro que, de um lado, mostra o lazer como um fenômeno moderno decorrente da urbanização nos grandes centros e, de outro, trata da diversidade, com demandas das populações do campo, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e outras que vivem em realidades diferentes das grandes metrópoles. Mais que isso, esta obra se constrói no contexto da inclusão do lazer nas políticas públicas brasileiras, como foco de estudo e ação específica, que é preocupação mais recente.

O lazer foi proclamado como direito de toda a população somente na década de 1980, quando o país viveu o restabelecimento da democracia num processo marcado por ampla participação da sociedade, que culminou numa nova Constituição Federal em 1988. O envolvimento popular e das organizações da sociedade civil cresceu na década seguinte, ampliando reivindicações, sendo que muitos de seus ecos, no que se refere ao esporte e ao lazer, são tratados de diferentes formas na obra que ora apresento.

Já em 2003, o governo democrático popular criou um ministério específico para a área do esporte e, integrando esse órgão, uma secretaria para tratar do lazer, fatos que marcaram de forma definitiva um novo momento das políticas públicas setoriais brasileiras.

Estou ciente de que, historicamente, existiram algumas ações nesse campo, desenvolvidas tanto por estudiosos quanto por gestores públicos e do Sistema “S”, especialmente o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC). O diferencial é que hoje vivemos um momento que favorece a organização sistêmica e sinérgica entre diversos atores e instituições que lidam com o lazer.

Em parte, esse movimento é retratado na presente produção, revelado pelos textos aqui publicados, que mostram tanto estudos e discussões estabelecidos com parceiros de vários setores sociais durante o 20º ENAREL, realizado na cidade de São Paulo em 2008, quanto pesquisas que desvelam mudanças significativas na gestão das políticas públicas de lazer no Brasil. São novos autores sociais dessas políticas (indígenas, populações do campo e da cidade, crianças, jovens, adultos e idosos, pessoas com deficiências, jovens que vivem em contexto de criminalidade, dentre outros). São inovações na gestão pública, refletidas no contínuo diálogo entre gestores dos diversos setores sociais e a população, nas experiências de avaliação participativa de ações governamentais, na discussão do financiamento das políticas públicas, no fomento a programas de desenvolvimento social e humano, na valorização da diversidade cultural e na modernização da gestão, sempre fundada em princípios éticos. Práticas que ampliam conhecimentos necessários à democratização do acesso da população ao lazer, considerando princípios fundamentais como a sustentabilidade, a intersetorialidade, a superação das desigualdades, a interdisciplinariedade.

No atual contexto, faz-se necessário potencializar as oportunidades e minimizar os riscos, estimulando a vontade política dos gestores, o protagonismo dos cidadãos e a ação em rede para o alcance das metas traçadas. Nesse sentido, as discussões aqui colocadas alertam para a importância da implantação de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer, conforme demanda das Conferências Nacionais de 2004 e 2006, e para o desafio da preparação de recursos humanos para atuar nesse

novo cenário, tarefa colocada não só para as Instituições de Ensino Superior quanto para os governos.

Como os processos educativos são fundamentais para a construção das políticas públicas de lazer no Brasil, esperamos que esta obra possa contribuir tanto com a qualificação de programas e projetos quanto com a formação de gestores e outras lideranças que enfrentam os desafios atuais e futuros das políticas públicas de lazer, conscientes de seu papel de cidadão e da possibilidade de beneficiar as comunidades que atendem, buscando a construção de uma vida melhor.

Estamos nos referindo a um processo que vem sendo desenvolvido a várias mãos, buscando também a integração do Brasil com outros países. Tal processo agrega pesquisadores, gestores, parceiros de diversos programas sociais, agentes com diferentes especialidades, que no decorrer de seus trabalhos e trocas de experiências têm contribuído com conhecimentos científicos e tecnológicos que têm qualificado a implantação e o desenvolvimento das políticas públicas que são da responsabilidade da SNDEL-ME.

O conjunto de textos aqui apresentado não traduz o todo da experiência que esta secretaria tem acumulado até o momento. Porém, mostra uma parcela do que temos produzido coletivamente e, por isso, esperamos que este livro seja não somente uma fonte de informação, mas também uma porta de entrada para outros diálogos, investigações e ações que desafiam permanentemente nossas práticas gerenciais do lazer.

Lembrando que informações e outros registros das ações políticas de esporte e lazer da SNDEL-ME podem ser acessadas no site do Ministério do Esporte (www.esporte.gov.br), convido você leitor e leitora a participarem dessa construção conosco por meio de debate, ações e novas investigações.

Uma boa leitura a todos!

Rejane Penna Rodrigues

Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer

Ministério do Esporte

| Introdução

Este livro reúne textos relacionados à temática gestão de políticas de lazer, a partir de diferentes reflexões e experiências desenvolvidas na realidade brasileira e internacional.

Devido à importância crescente do assunto, demandando o estabelecimento de renovadas discussões, de modo a socializar experiências que são desenvolvidas com sucesso, bem como apontar os desafios que devem ser objeto de reflexões e de novas pesquisas nas diferentes áreas relacionadas à temática da gestão, assim como a pequena produção existente relacionada à gestão de políticas de lazer, a publicação deste livro justifica-se como forma de suprir a lacuna que pode ser verificada na área.

O objetivo desta obra é o de oferecer elementos para que se possa pensar a qualidade da gestão do lazer a partir da otimização dos diferentes recursos (físicos, materiais, humanos e financeiros) colocados à disposição dos gestores das políticas de ação na área. Tais políticas devem ser entendidas como o processo de elaboração e de implementação de programas de ação a fim de colaborar com o desenvolvimento de diretrizes públicas com a participação efetiva das pessoas e dos diferentes segmentos da sociedade civil, com base nos anseios e nas necessidades do público envolvido.

Assim, na gestão do lazer em nossa sociedade destaca-se cada vez mais a importância da participação cultural dos diferentes atores (gestores e público atendido) como canal para a vivência de novos valores que, de forma educativa, garantam a possibilidade de questionar a sociedade excludente em que vivemos, buscando saídas para os problemas enfrentados no cotidiano.

Ações eficientes e eficazes que tenham como base a efetiva participação cultural, na qualidade de instrumento de conquista da autonomia e do exercício de cidadania, podem ser entendidas enquanto possibilidade de contestação e resposta às políticas públicas gestadas e desenvolvidas de forma altamente conservadora e excludente, como as ainda hoje encontradas dentro da realidade em que vive a população brasileira.

O propósito deste livro é apresentar discussões sobre experiências, desafios, potencialidades e inovações em gestão de políticas públicas de esporte e lazer, tendo em vista a capacitação de gestores e de profissionais que atuam no âmbito das políticas públicas de esporte e lazer. Além disso, a proposta objetiva contribuir com as reflexões sobre o Sistema Nacional de Esporte e Lazer, desafio da 3ª Conferência Nacional de Esporte (2009), que implica, à luz dos princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Esporte (2005), estabelecer relações intrínsecas entre estrutura, organização, financiamento, gestão, controle social, formação e recursos humanos em função das atividades a serem desenvolvidas e dos serviços prestados pelas entidades que irão compor o sistema.

Para tratar dessa temática, convidamos pesquisadores brasileiros e de outros países que pudessem contribuir com a discussão sobre a gestão do lazer, abordado como um direito social. Nesse sentido, esta obra é composta por 13 textos, com diferentes abordagens: gestão de políticas, avaliação de políticas, formação profissional, grupos sociais, experiências municipais.

O primeiro artigo, desenvolvido por um grupo de pesquisadores sob a coordenação de Leila M. Santos de M. Pinto, é o resultado do Fórum de Gestores do Lazer, organizado no 20º Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL), em São Paulo. A discussão foi encaminhada a partir de três questões: que limite(s) temos vivido quanto ao acesso da população às oportunidades de lazer em nosso meio? Que oportunidade(s) significativa(s) de superação desses limites podemos observar em relação à gestão do lazer nessa realidade? O que mudaríamos nessa história para que os limites identificados

fossem superados? Os debates apresentam a ideia de que tanto a universidade como o Estado e as organizações sociais que fomentam o lazer devem estar atentos às suas funções e papéis, avaliando suas práticas no sentido de compreender sua contribuição com as políticas de interesse público, bem como com as políticas setoriais de lazer.

Edmur Antonio Stoppa e Ricardo Ricci Uvinha procuram discutir a questão da gestão de políticas de esporte e lazer com base na produção vinculada ao 20º ENAREL. Os autores afirmam que o tema central do evento, gestão do lazer, permitiu a investigação das necessárias competências e vislumbrou uma atuação realizada de forma multiprofissional. Além disso, destacam a necessidade de se desenvolverem novos processos de planejamento, organização, execução e avaliação das políticas de esporte e lazer, em seus diferentes elementos, relacionados aos recursos humanos, aos espaços e equipamentos, a uma política de animação sociocultural ou às diferentes barreiras para o lazer encontradas em nosso cotidiano.

André Thibault, um dos conferencistas do 20º ENAREL e pesquisador de renome internacional no campo do lazer, discute no terceiro ensaio do livro a gestão de lazer como um processo evolutivo que tem de estar em sintonia com a evolução das necessidades dos cidadãos e suas organizações, ampliando significados do lazer e da globalização da cultura e novos comportamentos de tempo livre. Para o autor, a gestão de lazer e de decisão política deve ser ecológica, cultural, econômica ou social e deve levar em conta o ambiente.

No quarto texto temos a contribuição de Derek Casey, que discutiu de forma crítica o desenvolvimento das políticas e das práticas de lazer, considerando as abordagens dos diferentes países ao redor do mundo. Além disso, avaliou a importância do lazer no mundo considerando sua posição no desenvolvimento social, cultural e econômico das comunidades e países. Segundo o autor, lazer e turismo têm potencial para alterar a própria natureza dos países, bem como, quando devidamente tratados, a base econômica dos países.

Um grupo de pesquisadores da PUC Minas apresenta reflexões importantes sobre a primeira etapa de uma pesquisa que se propõe a

avaliar e a qualificar os programas de esporte e lazer mantidos pelo Ministério do Esporte. Como não foi intenção construir elementos avaliativos dos resultados do programa, o grupo de pesquisadores identificou elementos importantes para a análise da ambiência para a realização da pesquisa e dos desafios mencionados.

No sexto artigo, Fernando Marinho Mezzadri, Isabel Cristina Martines e Fernando Augusto Starepravo apresentam resultados do diagnóstico das políticas públicas para o esporte e lazer no estado do Paraná. Foram destacados cinco pontos na discussão: 1) as definições burocráticas e o papel do esporte e lazer no desenvolvimento da sociedade; 2) a desproporcional quantidade de profissionais e estagiários inseridos nas estruturas estatais municipais de esporte e lazer; 3) a falta de uma definição do plano de governo, da gestão e do financiamento; 4) a relação entre o controle social e a ausência dos conselhos municipais e das audiências públicas, prejudicando a participação da população; 5) os projetos em desenvolvimento nas cidades que estão basicamente direcionados às práticas esportivas com intuito de formar atletas e/ou aperfeiçoá-los.

Patrícia Z. M. de Moraes, Vânia Noronha, Duval Magalhães Fernandes e Maria José G. Salum apresentam o resultado de uma pesquisa que teve como objetivo elaborar e aplicar um diagnóstico sociopopulacional e cultural (esporte e lazer) na cidade de Ribeirão das Neves-MG. A pesquisa procurou construir subsídios para o desenvolvimento de políticas de inclusão pelo esporte e lazer de jovens sujeitos à situação de risco para a violência.

Celi Taffarel e Claudi Santos Junior apresentam uma interessante reflexão sobre as políticas públicas de esporte e lazer e, apoiados nas teorias do conhecimento e da pedagogia, procuram construir uma reflexão sobre a formação de militantes culturais e os mutirões e círculos de esporte e lazer na cidade e no campo. O estudo realizado indica dois grandes desafios: atuar na formação de jovens com uma consciência crítica e revolucionária, capaz de decifrar as políticas públicas de caráter populista, tecnicista, assistencialista e reacionária, e atuar na formação de quadros intelectuais, militantes agentes da transformação social e

da educação formal na contramão do processo político de exclusão do acesso à cultura em geral e submissão dos trabalhadores aos capitalistas.

O texto “Práticas corporais indígenas nas políticas públicas de esporte e lazer”, de autoria de Beleni Saléte Grando, tem como objetivo contribuir para uma política de esporte e lazer para os povos indígenas, considerando a história e a diversidade étnica e cultural existente no Brasil. A autora acredita que devemos refletir sobre uma política que envolva o conhecimento de saberes que possam assegurar, na execução das práticas corporais, os direitos que os indígenas têm como cidadãos brasileiros, ou seja, a garantia à diversidade, às suas formas próprias de pensar, de fazer, de ser índio.

Silvana Vilodre Goellner, Sebastião Josué Votre, Ludmila Mourão e Márcia Luiza M. Figueira apresentam o resultado de uma pesquisa desenvolvida na Rede Cedex que teve como objetivo investigar a adesão de pessoas ao projeto Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) em alguns núcleos das cidades do Rio de Janeiro e de Porto Alegre. A pesquisa teve como foco variáveis como gênero, etnia, geração e capacidade física e ajudou a construir um material pedagógico para o trabalho em projetos sociais. O estudo apresenta a necessidade de orientar coordenadores desses projetos no sentido de que os erros e equívocos encontrados relacionados ao preconceito e à discriminação não se repitam, contribuindo assim para que as propostas possam atrair e fidelizar mais participantes.

A pesquisa desenvolvida pelo grupo Polis-CELAR e coordenada por Hélder Ferreira Isayama buscou compreender se há políticas de formação profissional de esporte e lazer nas secretarias de Esporte dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte e identificar qual a característica dessas ações. Os autores concluíram que os órgãos (secretarias de Esporte) estudados não têm uma política de formação estruturada para os profissionais que atuam com esporte e lazer, sendo as ações realizadas de maneira isolada e fragmentada. Em geral, as ações de formação desenvolvidas pelas secretarias estudadas têm como característica o desenvolvimento de questões técnicas e instrumentais.

A formação de quadros para atuar nas políticas públicas de esporte e lazer também é o foco do trabalho de Nelson Carvalho Marcellino, André Henrique C. Capi e Débora A. Machado da Silva. Os autores estudaram a importância de uma política de formação, seus componentes, e apresentaram alternativas para contribuir com a formação dos profissionais dentro dos municípios estudados. O trabalho recomenda um estudo dos setores competentes das administrações, tendo em vista alguns pontos: atuação na perspectiva da animação cultural, a necessidade de fortalecimento de uma estrutura de animação, a gestão participativa, a busca pela interdisciplinaridade, a realização de cursos iniciais, o aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento, dentre outros aspectos citados.

Por fim, Victor Andrade de Melo apresenta uma discussão sobre o envolvimento de autoridades governamentais, especialmente de Pereira Passos, com o desenvolvimento do remo, no contexto de mudanças socioculturais da cidade do Rio de Janeiro da transição do século XIX para o XX. Nesse sentido, o autor afirma que houve uma grande influência francesa bem como uma importância desses encontros pioneiros entre as organizações esportivas e governamentais, demonstrando uma preocupação política com a prática.

Para finalizar, gostaríamos de expressar nossos agradecimentos aos pesquisadores/autores dos textos, que não hesitaram em participar do projeto desde que lhes foram feitos os convites. Desejamos a todos uma boa leitura e que ela possa suscitar debate e possibilidades de construção de novos conhecimentos relacionados à gestão de políticas públicas de esporte e lazer.

Hélder Ferreira Isayama

Leila Mirtes S. de M. Pinto

Ricardo Ricci Uvinha

Edmur Antonio Stoppa

Leila Mirtes S. de M. Pinto
Maria Leonor B. C. Ramos
Rejane Penna Rodrigues
Ricardo Ricci Uvinha
Rosângela Martins de Araújo
Silvio Ricardo da Silva

Desafios para a gestão das políticas de lazer no Brasil

Durante o 20º Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL), que ocorreu em São Paulo em novembro de 2008, foi realizado o Fórum de Gestores do Lazer, reunindo cerca de 100 participantes. O ponto de partida das reflexões desenvolvidas foi o reconhecimento do lazer como direito de toda a população, pela Constituição Federal brasileira (1988), fato “novo” nas nossas experiências políticas, que desencadeou mudanças no Estado, no seu modelo de gestão e na sua relação com toda a sociedade. O lazer deixou de ser considerado um benefício social concedido apenas aos trabalhadores, como legalmente vinha acontecendo desde 1943 com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), passando a ser tratado no conjunto de medidas políticas necessárias à melhoria da qualidade de vida de todos os brasileiros e brasileiras.

Essa conquista se refletiu na inclusão do lazer em leis e políticas que reconhecessem e protegessem tal direito, desafiando relações de responsabilidades compartilhadas do lazer com outras políticas sociais do país, como do esporte, da saúde, da educação, do idoso, da criança, das pessoas com deficiências e outras. Desafio que tem sido enfrentado por muitos órgãos, entidades e setores sociais, embora nesses últimos 20 anos a garantia do direito ao lazer não tenha se traduzido em ações que viabilizassem seu cumprimento pleno.

Mas que limite(s) temos vivido quanto ao acesso da população às oportunidades de lazer em nosso meio? Que oportunidade(s) significativa(s) de superação desses limites podemos observar em relação à gestão do lazer nessa realidade? O que mudaríamos nessa história para que os limites identificados fossem superados?

Esse questionamento mobilizou amplo debate entre os participantes do Fórum de Gestores do Lazer, desafiando todos a analisarem suas experiências seja como gestores, agentes (animador cultural, liderança comunitária, monitor, educador, recreacionista, dentre outras), estudiosos do lazer ou público beneficiado de políticas públicas de lazer. Da discussão coletiva realizada, em síntese, os participantes apontaram como “principais fatores limitantes quanto ao acesso às oportunidades de lazer”:

1. *Desinformação quanto a:*

- Direito ao lazer (pouco esclarecimento das leis. Outro fator agravante para esse fato é que outros direitos sociais também não são vistos como prioritários pela população, como segurança, educação e saúde. Todos previstos na Constituição deveriam ser garantidos e reivindicados, sem que o lazer seja desmerecido e considerado como secundário);
- Entendimentos do que é lazer, sua importância, benefícios e limites (ideia equivocada de que o lazer é só o que envolve dinheiro e programação; compreensão do lazer como privilégio de poucos e numa dimensão mercadológica);
- Preferências da população, identidades do lazer local, estudos sobre o lazer da região;
- Complementaridade entre o esporte e o lazer;
- Conhecimentos sobre o tema lazer e a diversidade cultural do lazer no país;
- Possibilidades diversificadas de vivências práticas de lazer disponíveis na cidade.

2. *Limites relacionados aos espaços e equipamentos de lazer, considerando:*

- Infraestrutura de lazer (espaços e equipamentos) insuficientes ou precários;
- Concentração de equipamentos em alguns bairros;
- Projetos de lazer concebidos sem considerar interesses e necessidades do público;
- Poucos recursos para construção e manutenção de espaços físicos;
- Escassez de espaços livres reservados ao lazer e acesso livre a equipamentos existentes;
- Falta de estímulos à aprovação dos espaços públicos para o lazer;
- Espaços e equipamentos somente esportivizados;
- Transporte público inadequado para o acesso aos equipamentos existentes;
- Falta de segurança nos espaços disponíveis;
- Superlotação de espaços;
- Falta de sentimento de pertencimento da população em relação a espaços existentes;
- Falta de programas orientados para diversos segmentos da população nos espaços públicos.

3. *Limites culturais, considerando:*

- Falta de hábitos da prática regular de atividades de lazer pela população;
- Falta de “tempo” para o lazer pelo excesso de obrigações pessoais;
- Falta de mudanças de comportamento, pois “tempo e espaço” existem em abundância;
- Falta de predisposição dos sujeitos para busca do novo no lazer;
- Pouca organização da sociedade para participar;
- Discriminação, marginalização, medo e vivência de preconceitos no lazer: tempo não pode ser perdido, pois é dinheiro; lazer é coisa só

de criança; culpa pelo usufruto de horas “livres” (“vagabundagem”) e outros.

4. *Limites relacionados à gestão do lazer, considerando:*

- Ofertas de lazer desvinculadas às necessidades do público;
- Descontinuidade de programas devido a mudanças de poder e/ou ações isoladas de governos;
- Falta de concepção de lazer (não engessamento) por parte de gestores públicos e população, contribuindo para descontinuidade de ideias, programas e políticas;
- Organização e execução de ações de lazer: poucos horários e atividades para toda a população (adultos, idosos, deficientes e outros); falta de equipe especializada para gerir e coordenar programas; falta de especialistas de lazer para gerir políticas inovadoras nos municípios; falta de ações municipais voltadas para comunidades carentes; muitas das ações existentes têm visão limitada do lazer; falta de parceria universidade-prefeitura; falta de recursos financeiros para muitas atividades; muitas atividades são pagas com valores elevados;
- Falta de trabalho intersetorial entre secretarias municipais;
- Centralização das ações;
- Ausência de comunicação direta dos gestores com a população;
- Existência de políticas mal elaboradas, não implementadas ou inadequadas;
- Falta de definição de prioridades considerando as diferentes necessidades no lazer;
- Falta de instrumento democrático para que a população seja ouvida ou consultada sobre suas necessidades no lazer e não simplesmente que ela seja um consumidor passivo;
- Falta de apoio técnico de consultores para qualificar projetos comunitários;
- Escassez e desmotivação de profissionais;

- Submissão a políticas locais configuradas no clientelismo e assistencialismo pelo lazer;
- O principal limite é, em nossa opinião, o fato de o Brasil ser um país pobre, onde faltam educação, segurança, saúde e comida e onde o lazer sempre fica por último nas prioridades dos governos, com pouco investimento público no lazer;
- Falta de priorização do lazer como uma necessidade e não como algo contingente.

5. *Limites quanto à formação, considerando:*

- Falta de educação para vivência consciente do lazer;
- Falta de política educacional para e pelo lazer em nosso município (dentro e fora das escolas);
- Formação incipiente nos cursos iniciais e formação continuada de agentes e gestores de lazer;
- Despreparo e desconhecimento de gestores locais quanto à gestão do lazer;
- Falta de formação cultural e acadêmica específicas de lazer dos gestores públicos;
- Falta de mão de obra qualificada e especializada para atuar com o lazer nas cidades;
- Dificuldades para realização de grupos de estudos dos profissionais da área;
- Falta de atividades de lazer que possibilitem o questionamento da realidade, a formação de valores e a apropriação dos bens culturais, e não apenas atividades para divertir;
- Falta de autonomia no lazer de muitos cidadãos;
- Falta de incentivo à pesquisa sobre o lazer em nossa cidade, estímulo a pesquisas nos locais de lazer, consultando a população: precisamos tratar o cidadão como sujeito de nossas ações;
- Falta de interdisciplinaridade nos estudos sobre o lazer;
- Falta de mobilização social *versus* inércia da população, por “cegueira social”;

- Falta de ações que fomentem a reivindicação dos cidadãos quanto aos seus direitos.

Questionados sobre “que oportunidades significativas para a superação desses limites podem ser observadas nessa realidade e o que poderia ser mudado para que isso acontecesse”, os participantes do fórum responderam:

1. *Quanto às informações:*

- Iniciar as mudanças pela própria percepção dos indivíduos do que seja o fenômeno do lazer e de sua importância, que requer transformação educacional pelo senso crítico, reflexivo e pela conscientização dos governos, políticos e cidadãos;
- Disseminar e democratizar a informação sobre o lazer: não faltam oportunidades e boas propostas, faltam conhecimento, informação e divulgação;
- Facilitar a informação, ampliando as possibilidades de escolhas de atividades de lazer;
- Buscar formas diferentes para esclarecer os cidadãos quanto ao seu direito ao lazer, iniciando a comunicação pelos grupos em que se convive (trabalho, família, escola e amigos);
- Difundir as políticas de lazer (diretrizes, legislação, programas, equipamentos);
- Buscar apoio das prefeituras e escolas na divulgação do que é lazer;
- Desenvolver todos os tipos de comunicação para informar melhor a população sobre o lazer;
- Garantir acesso às diretrizes e aos planos diretores municipais;
- Difundir as experiências exitosas de políticas públicas de lazer (federal, estadual e municipal);
- Realizar campanhas sobre benefícios do lazer e práticas disponíveis;
- Informar a comunidade quanto ao acesso ao lazer;

- Trazer a mídia a favor do lazer, divulgando onde e como as comunidades se apropriam dos espaços e criam novas culturas de lazer;
- Melhorar a divulgação das atividades gratuitas de lazer e da existência dos equipamentos disponíveis;
- Divulgar as mudanças das diretrizes da política nacional de esporte e lazer.

2. *Quanto aos espaços e equipamentos de lazer:*

- Valorizar o espaço público, tantas vezes comprometido pela privatização de ambientes;
- Fazer funcionar o que já existe;
- Ampliar oportunidades de áreas urbanas destinadas ao lazer (parques e centros culturais, por exemplo), atento ao atendimento de todas as regiões da cidade;
- Aproveitar melhor os espaços urbanos, no planejamento das cidades e dos equipamentos de lazer, buscando reconhecimento da população local;
- Construir parques, praças ou outras instalações por meio de equipes profissionais qualificadas quanto ao planejamento do lazer;
- Diversificar atividades oferecidas, atendendo aos diferentes públicos frequentadores;
- Dar prioridade e melhorar o acesso de determinados segmentos sociais, como os deficientes;
- Tornar o transporte público mais eficiente e sem custo para a população nos fins de semana e nos pontos estratégicos que atendem as regiões que mais necessitam de apoio do poder público;
- Democratizar roteiros e ônibus de turismo ofertados pelas secretarias municipais poderia ser uma boa oportunidade de estimular os cidadãos a conhecerem os espaços da sua cidade, passearem pelo seu cotidiano, promovendo o pertencimento;
- Buscar meios de manutenção dos espaços de lazer existentes com apoio das comunidades.

3. *Quanto às mudanças culturais:*

- A mudança desse processo é lenta e gradativa, pois é conceitual e cultural. Implica promoção da cultura do lazer e a superação das convenções sociais;
- As mudanças de comportamento familiar e de sociabilidade no lazer são importantes;
- Igrejas têm trabalhado para a superação do preconceito em relação ao lazer e à recreação;
- Muitas pessoas ainda têm muitos preconceitos em relação ao lazer, sendo algo dos desocupados, rotulados até de vagabundos. Mudanças implicam educação para nova visão de lazer e de trabalho e políticas que promovam mudanças desde a infância;
- Não devemos impor o lazer; ele deve ser conquista e criatividade de quem o vive;
- Devemos provocar mudanças de comportamento do *status quo* pela qualificação de recursos humanos para potencializar essa ação nos municípios e na iniciativa privada;
- Valorizar a organização em grupos dos idosos e autonomia nas suas decisões: muitos deles, apesar do baixo nível de autoestima, no lazer em grupo, voltam a sorrir e valorizar a vida;
- Ainda não se visualizam soluções de superação desses problemas, e a sociedade paga um alto preço por essa situação, pois cada vez mais convivemos com pessoas estressadas, depressivas, mal-humoradas e “doentes”, por não encontrarem uma válvula de escape para suas tensões.

4. *Quanto à gestão do lazer, mudanças requerem:*

- A universalização do lazer como meta e avanços na legislação municipal (Estatuto das Cidades);
- Definição de legislações/regras/oportunidades para que empreendimentos públicos e privados, comerciais ou imobiliários, sejam responsáveis pela construção e manutenção de áreas de lazer em locais próximos de livre acesso a todos;

- O estabelecimento de proporcionalidade, por taxa demográfica, de equipamentos, materiais e recursos humanos para o desenvolvimento de programas, projetos e ofertas;
- Mudança na função funcionalista e assistencialista das políticas públicas de lazer que ainda predomina na sociedade;
- Organização de repertório de projetos de lazer, especialmente feitos na/com a própria comunidade, aumentando o leque de oportunidades;
- Fazer valer a ação dos conselhos municipais, estimular a participação da população nos fóruns das associações de bairro e da cidade, organizar conselhos consultivos e deliberativos para o setor;
- Gestores públicos especialistas da área e união entre eles para atuarem juntos na gestão do lazer;
- Intersetorialidade e trabalho em redes nas políticas de lazer (comunitárias, acadêmicas, entre municípios vizinhos, de gestores públicos, do setor privado e terceiro setor);
- Mais verbas públicas para manutenção de projetos, programas e ofertas de lazer; redução gradativa da ajuda federal na manutenção dos programas locais; maior incentivo à participação das empresas privadas para promoção de eventos públicos;
- Propostas criativas e de viabilidade em orçamentos municipais e estaduais;
- Investiria na qualidade dos serviços prestados e na qualificação da educação para o lazer, como nova diretriz do Ministério da Educação;
- Maior articulação política e financeira entre a Secretaria Nacional de Lazer e os municípios;
- Ampliar incentivos (sejam fiscais ou outros) a empresas para que essas se comprometam com patrocínios a atividades culturais, esportivas e de lazer;
- Parcerias com o terceiro setor (o que não se resume às ONGs) para viabilizar o acesso ao lazer com maior abrangência;
- Maior diálogo com as comunidades sobre o planejamento do lazer. As pessoas, em geral, se esforçam para aproveitar seu tempo livre

da melhor forma. Eles pagam clubes particulares, levam seus filhos ao parque etc., ou descansam em frente à TV. Muitas vezes, há construção de espaços de lazer, equipamentos e estruturas gerais. Entendendo limites como a falta de conhecimento dos gestores públicos e privados de lazer, no sentido de saber o que realmente nossa população (inclu-me) tem como vontades, anseios e necessidades para usar seu tempo livre. Como planejar, construir, disponibilizar ações e espaços de lazer sem saber e pesquisar o que é o foco do meu público? Espaço ocioso estraga, equipamentos sem orientação pode não ter valor se não for de interesse das pessoas. Não temos tempo a perder! Muito menos nosso tempo de lazer!;

- Maior participação da população nas decisões, respeito à vocação de cada comunidade, elaborando com elas por meio de planejamentos participativos as propostas de lazer; valorização da cultura local nas políticas de lazer;
- Maior diálogo do Estado com a sociedade e o setor privado: se as políticas não ocorrem de modo eficaz, uma das causas é porque não cobramos que isso aconteça, ou talvez nem saibamos se é possível ou como fazê-lo;
- A própria comunidade precisa se apropriar do sentido das práticas e utilizar os espaços específicos e não específicos de lazer. Além disso, os movimentos propõem uma nova economia na qual as relações se desenvolvem num contexto local e comunitário, como, por exemplo, a Economia Popular Solidária, que prioriza a qualidade de vida dos trabalhadores cooperados, prevendo tempo disponível e estimulando atividade de convivência;
- Ação comunitária e planejamentos participativos são oportunidades de superação, implicando sensibilização, engajamento e apropriação da atividade pelos sujeitos, que são os interessados;
- Empoderamento dos recursos do lazer nos encaminhamentos das políticas de lazer;
- Criação de associações de moradores para organizar o lazer por comunidades, orientando o lazer ativo de forma organizada e participativa;
- Desenvolver ações que possibilitem melhorar a sua empregabilidade e, conseqüentemente, a inserção no mercado de trabalho de maior remuneração;

- Existem programas públicos e privados que atendem peculiaridades e dão boas oportunidades à comunidade, como Escola da Família, programa Atleta do Futuro (SESI);
- Fomentar políticas de Estado de esporte e lazer, assegurando continuidade de programas;
- Desenvolver programas para públicos específicos (idosos, crianças etc.);
- Transparência nas políticas públicas de todos os setores.

5. *Quanto à formação:*

- Capacitar equipe multidisciplinar para gestão do lazer: profissionais de educação física, profissionais do turismo, arquitetos, engenheiros, sociólogos, advogados, pedagogos etc.;
- Exigir formação especializada na gestão de lazer; investir na formação continuada dos profissionais atuantes na área;
- Formar gestores públicos de lazer para que lutem contra a burocracia e interesses alheios às políticas de lazer, superando ações funcionalistas, moralistas e alienantes;
- A educação é o único meio de mudanças efetivas em todos os âmbitos: escola, família e comunidade. Essa é uma questão de capital social;
- Valorizar a ação transversal do lazer nas políticas sociais e, especialmente, na educação formal como instrumento de transformação e promoção do ser humano. Articular políticas públicas de lazer às políticas públicas educacionais;
- Integrar escolas às comunidades pelas práticas do lazer;
- Incluir o tema “lazer como fator de qualidade de vida” como conteúdo teórico-prático obrigatório na educação de crianças, jovens e adultos;
- Educar para nova organização diária do tempo, considerando tempo para o lazer;
- Fomentar a educação pelo e para o lazer proposta por Marcellino (1987);

- Parcerias das políticas públicas com universidades para produção e socialização de conhecimentos e práticas de lazer;
- Maior incentivo a pesquisas científicas sobre o lazer. Fomentar aproximação das pesquisas com a vida real, pois existe um grande abismo ainda. Nas universidades, maior importância ao tema lazer;
- Buscar apoio da comunidade acadêmica via grupos de estudos e pesquisas em lazer para elaboração de projetos e pesquisas em vários níveis, envolvendo a comunidade como um todo;
- Manter oportunidades, como esta do ENAREL, para estreitar interações entre pessoas da comunidade e experiências vividas. Realizar encontros, seminários, fóruns, consultas sobre expectativas após ampla e permanente informação.

Analisando esse debate, entendemos que, entre as prioridades nas políticas públicas, o lazer se encontra próximo à margem, ocupando um espaço secundário. O lazer não é prioridade, seja na esfera particular ou na coletiva, ocupando lugar marginal nas decisões individuais e políticas.

Na relação de motivos que justificam a baixa participação dos cidadãos em atividades de lazer estão alguns limites pessoais e sociais, apresentados neste texto. Como exemplos de limites pessoais no acesso ao lazer, foram citadas a falta de segurança, dinheiro, transporte, tempo e as manifestações de preconceito quanto ao tempo livre.

Como limites no acesso ao lazer pelos cidadãos, destacaram-se também a falta de organização dos grupos sociais para a reivindicação e participação nas decisões políticas locais, além da falta de políticas que garantam o direito ao lazer com qualidade.

Outro grande limitador no acesso ao lazer é o orçamento disponível para a gestão dessa área, reforçado pela falta ou inadequação de infraestrutura. A oferta suficiente e adequada de espaços e equipamentos para o lazer precisa ser garantida pelo poder público.

A falta de segurança nas áreas de lazer e suas proximidades, a descon sideração dos horários possíveis para a participação de todas as faixas etárias e da oferta diversificada de atividades e de equipe especializada

para organizar os espaços mostram uma visão limitada do gestor local em relação às possibilidades de lazer da população.

Nesses casos, fica evidente que a prática do lazer pela população, em geral, fica dependente do poder aquisitivo pessoal, uma vez que as “melhores programações” custam caro e nem todos podem pagar. Além disso, não raro é praticada uma inversão na construção de equipamentos, sendo os projetos concebidos a partir da obra, quando deveriam estar acompanhados do planejamento da manutenção e de proposta de animação, vinculada à demanda dos moradores locais e usuários.

Também o conhecimento do direito ao lazer é limitado para uma parcela da população, trazendo como consequência o desrespeito em geral ao direito do outro. A sociedade atual exige o cumprimento de protocolos e obrigações para além das regras explícitas, induzindo as pessoas a um comportamento de produção, em que “tempo é dinheiro” e quem não está sendo útil e produtivo sente culpa quando “usa” o tempo vago para cuidar dos seus interesses. A falta de informação sobre o direito e a importância do lazer provoca o preconceito sobre a utilização (ou não) do tempo e das “horas vagas”.

São outros fatores limitantes no acesso ao lazer: o despreparo do gestor, sua falta de formação específica na área e seu desconhecimento das necessidades do público em relação às ofertas de lazer dos espaços sob sua responsabilidade. Além disso, a falta de pessoal qualificado para a execução e o desenvolvimento de ações de lazer também é fato considerado na esfera pública, em que dificuldades políticas podem resultar na gestão de quadro de pessoal reduzido e nem sempre qualificado para a área.

Os gestores da área do lazer reconhecem as próprias dificuldades quanto ao conhecimento sobre conceitos e dimensões do lazer relacionados aos seus benefícios, bem como de seus fundamentos e das suas manifestações culturais diversas. Esses conhecimentos deveriam ser socializados e discutidos com toda a população desde a educação básica.

Mas, considerando o papel atribuído ao gestor, não é suficiente o domínio do conhecimento dos conceitos relacionados à área do lazer. Estes precisam ser associados à realidade e geração de oportunidades de apropriação dos bens culturais, de experimentação das ofertas de lazer disponíveis e de seleção de atividades pela livre escolha dos indivíduos.

Há que se destacar a importância da valorização das diferentes culturas identificatórias de populações de comunidades distintas. Nesse sentido, são de grande importância os movimentos que mobilizam mudanças culturais que valorizem o tempo livre e que apontem a utilização e a apropriação dos equipamentos de lazer pelas comunidades locais envolvidas.

Para o gestor da área, o lazer precisa ser considerado como fenômeno social que envolve para além da prática de atividades no tempo disponível das pessoas. A efetivação de políticas de lazer precisa ser precedida de uma análise das possibilidades de implementação de programas e projetos em cada região e de um investimento na articulação com as comunidades, estimulando a organização e a participação dos diversos grupos.

Ao gestor do lazer cabem responsabilidades específicas quanto ao gerenciamento de papéis importantes e complexos no processo de consolidação de uma gestão participativa e eficaz. Na prática, ele deve estimular ações que valorizem a participação de toda população para a ocupação dos espaços e equipamentos de lazer, em consonância com atitudes de cooperação, participação e ludicidade.

No caso da falta ou limitação de recursos para a gestão das políticas públicas de lazer, é importante a iniciativa do gestor no estabelecimento de parcerias e busca de projetos de captação de recursos financeiros ou de pessoal para a atuação nesses espaços.

Temos que considerar o fator da descontinuidade de programas públicos quando das mudanças de poder e/ou formação de alianças políticas. Por isso, uma política pública será mais eficaz quando sustentável, independentemente da continuidade de gestões específicas.

Por fim, enfatizamos que o gestor moderno deve trabalhar em rede, com conexões capilarizadas e de longo alcance, para acompanhar a velocidade das mudanças em todos os setores e concretizar uma gestão na área do lazer que inclua as demandas da população em suas possibilidades administrativas.

Complementando, destacamos contrapontos que surgiram no debate estabelecido no Fórum de Gestores do Lazer e que também desafiam a gestão do lazer na realidade brasileira, a começar pela convivência em nosso meio da compreensão do lazer, por um lado, como mercadoria e, por outro, como direito social que implica: políticas inclusivas em resistência à lógica do discurso consumista da época e valorização do lazer como campo de criação humana e cultural vivida em dado tempo e lugar social disponíveis às diversificadas práticas lúdicas construídas a partir da livre escolha dos sujeitos.¹

Outro contraponto indica, de um lado, sérios problemas de distribuição de renda, insegurança, desigualdades no acesso aos conhecimentos produzidos e patrimônios culturais brasileiros e da humanidade e, de outro, a perpetuação de práticas políticas assistencialistas, paternalistas e com gestão burocrática. Ao mesmo tempo, convivemos com muitas mudanças e inovações políticas significativas, como, por exemplo, políticas participativas e descentralizadas, conforme discutido em estudo de Marcellino.²

Mais que isso, convivemos com uma gigantesca heterogeneidade: somos um povo com incríveis diversidades culturais, sensibilidades, histórias e tradições. Um povo aberto à alegria, ao encontro e à solidariedade.

Nesse contexto complexo, um passo importante para a qualificação da gestão de nossas políticas de lazer é, pois, o conhecimento cada vez maior dos anseios, das necessidades e das potencialidades de nossa gente frente às demandas e profundas transformações que ocorrem nos vários campos das organizações econômica, política, cultural e social.

Esse conhecimento nos desafia a pensar o lazer em estreita relação com a vida humana em conjunto e as ações educativas para a autonomia dos sujeitos no lazer. Além disso, nos impulsiona a elaborar

ações educativas formadoras de lideranças atuantes em vários âmbitos, que serão desafiadas a participar de mudanças na cultura política local e a reler/rever suas práticas nessa realidade.

Essa é, por sinal, uma bela e digna mas enorme ambição. Isso porque, frente ao desafio posto, não é possível reler/rever a realidade com visão estreita e autoritária. Ao contrário, estamos sendo desafiados como participantes de um pacto social ético com responsabilidade que requer a reconstituição de sensibilidades, a valorização das práticas culturais, o renascer de possibilidades para que “juntos sejamos nós”. A convergência de esforços, as alianças estratégicas, as redes de ações intersetoriais são essenciais para potencializarmos resultados significativos no sentido desse pacto estabelecido.

Por isso, no campo do lazer essa aliança é essencial, pois as ações dessa prática não apenas podem potencializar a sua conquista como direito, como podem também contribuir efetivamente para a conquista de outros direitos, como saúde, cultura, preservação ambiental, turismo, convivência com segurança, educação, dentre outros.

Analisando o papel da universidade diante dos desafios postos às políticas públicas de lazer no Brasil, desafio expresso significativamente nas falas dos participantes do fórum, destacamos que a educação universitária vem, ao longo dos tempos, se modificando ora para melhor, ora para pior, porém, segundo Moraes,³ a imagem que a sociedade tem dessa instituição como lugar de qualificação intelectual e profissional, bem como do cultivo sofisticado das estruturas fundamentais de conhecimento no século XX, passando a ocupar-se das chamadas pesquisas “de ponta”, continua inalterada.

Remontando á história da universidade, é claro que vamos ver seu surgimento com fins precípuos na produção e disseminação de conhecimentos e também na formação de profissionais para o mercado de trabalho.

No que se refere à formação profissional em lazer no Brasil, é importante que levemos em consideração o contexto do final do século XIX, no qual se evidenciou o discurso de médicos e sanitaristas, responsáveis pelas novas reformas típicas da organização urbano-industrial.⁴ Assim,

os estudos sistematizados aparecem por volta dos anos de 1920 e de 1930 pautados pela defesa de práticas saudáveis de lazer, buscando difundir os valores morais e higienistas preconizados na época.

Refletindo sobre os dias atuais, Marcellino *et al.*⁵ afirmam que os processos de formação de profissionais para atuação na área do lazer vêm ganhando mais espaço no Brasil em decorrência da demanda verificada no mercado em franca expansão. Contudo, os autores alertam sobre o tipo de formação que vem sendo privilegiada, atendendo aos anseios de um mercado regulador que vende o lazer como “mercadoria”.

No que tange à produção de conhecimentos na área do lazer no Brasil, pode-se afirmar que, nas últimas décadas, essa produção indica avanços significativos, acontecendo preponderantemente nas universidades públicas, com experiências significativas das entidades corporativas SESC (Serviço Social do Comércio) e SESI (Serviço Social da Indústria). Além disso, vimos conseguindo minimizar um preconceito existente no meio acadêmico, pela promoção regular de eventos científicos, cursos de pós-graduação e, conseqüentemente, a formação de especialistas, mestres e doutores no campo do lazer. Contudo, ainda falta, por parte da universidade, uma ponte que estreite mais a sua relação com a sociedade. Nossa produção, de maneira geral, não tem chegado às escolas, aos hospitais, aos acampamentos e aos gestores de políticas públicas de lazer.

Mais especificamente, no que diz respeito à relação com o campo do lazer, a universidade deve valorizar as ações no campo da extensão, socializando e difundindo seus conhecimentos, interagindo diretamente com ensino e pesquisa e contribuindo na formação dos futuros professores, profissionais e gestores.

A universidade pode agir também como um polo de formação cultural, na medida em que abre suas portas para a comunidade à qual pertence, transformando-se em um equipamento de lazer. Cumprirá também esse papel, quando estimular um processo de educação pelo e para o lazer, por meio da formação de grupos de estudos e da promoção de eventos.

Ampliando a discussão sobre o papel dos eventos na formação de agentes, especialmente os gestores de lazer, afirmamos que hoje é possível identificar, no campo do lazer, sociedades científicas estrangeiras com expressiva influência na pesquisa temática, reconhecidas por seus eventos, grupos de pesquisa, *staff* e publicações. Como exemplos temos a American Association for Leisure and Recreation (AALR), nos Estados Unidos; a Canadian Association for Leisure Studies (CALs), no Canadá; a Leisure Studies Association (LSA), no Reino Unido; a Australian and New Zealand Association for Leisure Studies, na Austrália e Nova Zelândia; a Asian Pacific Center for the Study of Leisure (APCSL), na China; a Fundación Colombiana de Tiempo Libre y Recreación (FUNLIBRE), na Colômbia; e o Foro Permanente de Tiempo Libre y Recreación (FPTL), no Uruguai.

Tem-se, assim, em cada uma das associações exemplificadas, um intenso esforço de grupos de pesquisa temáticos, que se articulam em seus países/regiões de origem em prol do desenvolvimento do estudo acadêmico do lazer.

Apesar das regionalidades, dedica-se um reconhecimento mundial ao papel da World Leisure Organization (WLO). Estabelecida em 1952 inicialmente como International Recreation Association, a organização teve seu nome alterado para World Leisure and Recreation Association em 1967 e adotou-se o termo simplificado World Leisure em 1999. Em 2007, a organização passou a ser chamada de World Leisure Organization.⁶

Trata-se de uma associação não governamental com status de órgão consultivo da Organização das Nações Unidas (ONU). É responsável por ser um dos órgãos acadêmicos no mundo que agremia pesquisadores temáticos de várias nacionalidades e, por seu grau de abrangência, é reconhecida pelos pares como mundialmente relevante na pesquisa científica em lazer.

Estão incluídos como prioridades da WLO o compromisso com os benefícios do lazer, a promoção de políticas e legislação específicas, o fortalecimento de lideranças em tal campo de conhecimento e a expansão da cooperação internacional. A organização está estruturada

no desenvolvimento e divulgação de pesquisas sobre lazer, bem como apoio a jovens pesquisadores, formação de grupos temáticos de estudos, consultoria e treinamento. Tem sido seu papel promover a necessidade de suporte aos estudos do lazer junto aos setores público, privado e terceiro setor, em conjunto com as ações oriundas da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) e da The United Nations Children's Fund (UNICEF).⁷

Nessa conjuntura, resgata-se o lazer como direito humano fundamental, fato destacado no artigo 24 da Declaração dos Direitos Humanos da ONU datada de 1948, e sugere-se tal esfera social como importante ferramenta na busca da satisfação e da expressão, seja em nível individual ou coletivo. Seus benefícios incluem bem-estar, afirmação cultural, preservação e conservação ambiental, desenvolvimento econômico sustentável, entre outros elementos relevantes.⁸

O 20º ENAREL, evento durante o qual vivemos a experiência relatada neste artigo, proporcionou uma importante oportunidade de articulação com as sociedades científicas anteriormente mencionadas. Ao considerar em sua programação pesquisadores de destaque vinculados à WLO, FUNLIBRE e FPTL, permitiu-se nesse reconhecido encontro nacional que a comunidade acadêmica brasileira tomasse contato com as propostas em nível internacional e buscasse as possíveis interfaces com a nossa produção.

Concluindo essa discussão, ressaltamos que, para além da perspectiva científico-acadêmica, a presença desses interlocutores internacionais no 20º ENAREL permitiu um contato singular com congressistas oriundos do setor profissional vinculados aos setores públicos, privados e do terceiro setor, ampliando o leque de possibilidades da gestão temática ao reconhecer a importância de uma compreensão mais global sobre o fenômeno do lazer.

Analisando a discussão ocorrida no Fórum de Gestores do Lazer e articulada às atividades desenvolvidas ao longo do 20º ENAREL, entendemos que os diversos setores da sociedade em que o lazer se desenvolve ali reunidos traduziram a importância das perspectivas de *parceria e intercâmbio*, desenhando um cenário de solidificação da área e

diferentes formas de abordagem. No avanço de tais parcerias, os estudos e as ações do lazer têm representatividade e reconhecimento por todos os setores que podem compor uma política mais ampla de lazer.

Nesse sentido, o desenvolvimento da temática “Gestão do Lazer: Competências e Atuação Multiprofissional” do 20º ENAREL contribuiu para que profissionais e entidades de diversas áreas do conhecimento e de todas as regiões brasileiras:

1. Ampliassem suas relações de parceria;
2. Aproximassem suas ações e intervenções com a comunidade acadêmica;
3. Dialogassem sobre o aprimoramento das ferramentas de gestão do lazer;
4. Identificassem novas práticas e novos campos de atuação com o lazer;
5. Fomentassem parcerias e integrassem ações assemelhadas;
6. Dialogassem sobre as diferentes e novas linhas de pesquisa.

Para além de trocas de técnicas de animação, do desenvolvimento de práticas e temas, o 20º ENAREL intensificou o diálogo entre universidades e entidades na consecução de objetivos comuns, especialmente quanto ao direcionamento da formação de profissionais, garantindo que reflexões acadêmicas reverberem no campo da prática, principalmente na relação entre competências e atribuições. Dessa forma, entidades e instituições mantêm canal de comunicação aberto e constante para que os profissionais, como beneficiários do processo, componham sua formação. Por outro lado, as universidades garantem o desenvolvimento de competências necessárias à vida profissional.

Além de tais constatações, foi registrada pelos participantes, durante as práticas científicas e técnicas experimentadas no evento, a importância da presença de vários setores, tais como administração, saúde, ciências sociais, educação, arte e outros com a responsabilidade de construir a gestão do lazer. Os setores envolvidos são desafiados a construir propostas em que os interesses culturais se integrem;

as regionalidades sejam consideradas; a criatividade e a criticidade articulem as abordagens do lazer com as demais dimensões da vida humana, como o trabalho, a família, a saúde, a religião, a política etc.

Contando com a participação de cerca de 900 pessoas de todas as regiões do Brasil, o 20º ENAREL constituiu-se como importante espaço de difusão do lazer no país, sendo que, nessa edição realizada pelo Sesi São Paulo, foi especialmente importante para os profissionais que atuaram durante as fases de planejamento, dimensionamento e operacionalização do evento. Os diversos atores sociais, ao escolherem temas e comporem as ações administrativas, técnico-pedagógicas e operacionais, foram se deparando com reflexões necessárias da gestão do lazer, como a necessidade de formação de quadro multiprofissional, da instrumentalização legal para procedimentos de contratações e captação de recursos e a atuação coordenada de diversos segmentos e setores da entidade.

Por fim, as contribuições do 20º ENAREL para a construção de uma visão inovadora de política de lazer são pautadas especialmente na gestão do lazer nos diversos setores da sociedade e a partir do desenvolvimento das várias competências e diferentes especialidades numa atuação articulada, integrada e complementar, a fim de que o lazer se consolide como um benefício para o bem-estar de toda a população. A participação diversificada representando as regiões brasileiras demonstrou a intensidade do estudo do lazer e sua importância para todo o país.

Analisando o conjunto de discussões aqui apresentadas, destacamos a ênfase dada ao reconhecimento do direito ao lazer, tratado em todos os debates como um dos fatores básicos da qualidade de vida, considerada no seu sentido mais amplo. Ao mesmo tempo, as reflexões apontaram para a necessidade (1) da modernização da gestão das políticas de lazer, com a adoção de tecnologias de trabalho que tratem, coletivamente, dos diferentes problemas diagnosticados em relação à conquista do acesso ao lazer por toda população e (2) da ampliação de comunicação e diálogo entre os setores e instituições envolvidos nas ações políticas desenvolvidas nesse campo.

Além disso, os debates mostraram que tanto a universidade quanto o Estado e as organizações sociais que fomentam o lazer devem estar atentos às suas funções e papéis, avaliando suas práticas no sentido de compreender sua contribuição com as políticas de interesse público, em geral, e as políticas setoriais de lazer, de modo particular.

Em conclusão, podemos afirmar que a sociedade de direito e do conhecimento visam ao desenvolvimento sustentável, preservando e dando utilidade social aos recursos existentes, mobilizando a participação da população e a concretização de ações intersetoriais como estratégias fundamentais para mudanças de atitudes e conhecimento.

Notas

¹ PINTO *et al.*, 2008; MARCELLINO, 2008.

² MARCELLINO, 2008.

³ MORAIS, 1995.

⁴ MELO, 2005.

⁵ MARCELLINO *et al.*, 2007.

⁶ EDGINTON, 2007.

⁷ WLRA, 2006

⁸ EDGINTON; UVINHA, 2009.

Referências

EDGINTON, C. R. The World Leisure Organization: promoting social, cultural and economic transformation. *Revista Licere*, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, ago. 2007.

EDGINTON, C. R.; UVINHA, R. R. Lazer: desenvolvimento e pesquisa a partir de uma perspectiva internacional. *Revista Corpoconsciência*, Santo André, v. 12, n. 2, 2009.

MARCELLINO, N. C. *et al.* Políticas públicas de lazer – formação e desenvolvimento de pessoal: os casos de Campinas e Piracicaba-SP. Curitiba: OPUS, 2007.

MARCELLINO, N. C. (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Alínea, 2008.

MELO, Victor A. de. *A animação cultural no Brasil: um panorama* (2005). Disponível em: <<http://grupoanima.org/producoes/>>. Acesso em: 15 maio 2009.

MORAIS, R. *A universidade desafiada*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PINTO, L. M. *et al.* (Org.). *Brincar, jogar, viver: lazer e intersectorialidade com o PELC*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

WLRA – World Leisure and Recreation Association, World Leisure Secretariat. Cedar Falls, USA, University of Northern Iowa, 2006. (Suplemento).

Edmur Antonio Stoppa
Ricardo Ricci Uvinha

Gestão de políticas de esporte e lazer

Reflexões sobre a produção
do 20º ENAREL

Introdução

Um dos principais eventos de caráter nacional realizado em relação à temática do lazer no Brasil, o Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL) surgiu em 1989, a partir de esforços conjuntos de um grupo de professores de diferentes universidades de nosso país. Tais pesquisadores tinham como interesse central a reflexão e a discussão da temática em um momento histórico em que a problemática do lazer nas grandes cidades ganhava impulso, bem como a produção de conhecimento e a inserção e atuação do profissional nos diferentes espaços ligados ao lazer.

No entendimento de Pereira e Grau,¹ as instituições públicas podem ser divididas em estatais (ligadas aos governos municipais ou estaduais) e não estatais (ligadas ao terceiro setor). Organizado por diferentes instituições, sejam estas públicas, privadas ou corporativas (como o caso das instituições ligadas ao Sistema “S”), o ENAREL, ao longo dos seus 20 anos, se consolidou no cenário nacional e vem produzindo um expressivo acervo de pesquisas e textos relacionados à área. Por meio da participação de diversos pesquisadores, nacionais e internacionais, o evento tem contribuído, por meio dos trabalhos nele apresentados, para a reflexão de diferentes temáticas ligadas ao lazer.

Tal organização é também fruto de um trabalho coletivo realizado pelos organizadores das edições anteriores. Esses geralmente são convidados a compor algumas das comissões da edição seguinte, garantindo uma rotatividade na organização do evento, sem que haja uma empresa ou um grupo considerado “dono” para definir as ações.

Em relação à 20ª edição do ENAREL, realizado no mês de novembro de 2008 na cidade de São Paulo, a temática desenvolvida foi “Gestão do Lazer: Competências e Atuação Multiprofissional”. O evento foi organizado pela Divisão de Esporte e Lazer do Serviço Social da Indústria (SESI São Paulo) e contou com o apoio de relevantes instituições, como a Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Teve como objetivo refletir a diversidade e complexidade da gestão do lazer, a partir dos diferentes profissionais que atuam com o setor em suas múltiplas relações, seja com os conhecimentos, com as capacidades ou com as experiências desenvolvidas, de modo a ampliar os estudos na área da gestão do lazer. Buscaram-se ainda novas discussões metodológicas, instigando a produção científica relacionada à temática.

Planejado a partir de diferentes modalidades de discussões, entre eles conferências e painéis de debates, trabalhos científicos (comunicações orais e pôsteres), encontros institucionais (pesquisadores, professores e recreadores) e oficinas com diferentes temáticas, o ENAREL teve em sua 20ª edição a apresentação de 303 trabalhos, sendo 13 nas categorias conferência e painel de debates, 95 comunicações orais e 195 pôsteres.

Finalizada a pesquisa bibliográfica e tendo como critério de seleção a temática central desenvolvida no evento (a gestão do lazer), foram selecionados 13 textos ligados a conferências e painéis de debate e 18 correspondentes a comunicações orais. Optamos nessa parte por não analisar os pôsteres enviados ao ENAREL, devido ao fato de eles terem como informação apenas o resumo dos trabalhos. A seguir os dados serão apresentados numa abordagem quali-quantitativa.

20º ENAREL: conferências e painéis de debate

No que diz respeito à categoria conferências e painéis de debate, será realizada a seguir uma análise qualitativa das 13 apresentações. Vale ressaltar que em todas elas se tinha como intento abordar a temática central do evento em suas múltiplas interfaces, mesmo consideradas as distintas formações e atuações profissionais de seus autores.

A conferência de abertura foi realizada pelo professor doutor André Thibault, do Departement d'Études em Loisir, Culture et Tourisme (Université du Québec à Trois-Rivières, Canadá). O autor defendeu que a gestão do lazer deve ser fundada num conhecimento multidisciplinar, envolvendo pessoas, políticas e organizações num significado pluralístico de lazer e num equilíbrio entre cultura local e global. Exaltou-se a missão da gestão pública de lazer, no sentido de prover uma participação social aliada ao discurso de uma melhor qualidade de vida por meio de tal esfera social. Entendemos que a presença de um pesquisador estrangeiro na abertura de um evento nacional sinalizou uma relevante oportunidade de associarmos a produção brasileira temática de gestão do lazer com o que se produz mundialmente na atualidade, até porque o professor Thibault atuara como presidente do comitê organizador do Congresso Mundial de Lazer de Québec em 2008.

O segundo dia do evento teve como conferência inicial a fala do professor doutor Luiz Octávio de Lima Camargo, docente da EACH-USP e SENAC São Paulo. Com o tema "Gestão do Lazer e suas Implicações na Sociedade Moderna", Camargo discorreu sobre a corriqueira dualidade que se apresenta nos conceitos de gestão e de lazer, que traz como uma de suas consequências uma atuação fundamentalmente empírica dos administradores do lazer, fundada numa atividade trabalhista de ensaio e erro de curto prazo. Propõe, entre outros, que reflitamos sobre os abismos existentes entre gestão e lazer; o entendimento veiculado na sociedade contemporânea do lazer enquanto um negócio; e sobre as notórias perspectivas oriundas do aspecto lúdico no ambiente profissional.

Na sequência, três painéis de debate foram apresentados simultaneamente. O primeiro deles teve como palestrante a professora doutora Simone Rechia, docente da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O tema desenvolvido foi sobre “Gestão do Lazer em Distintas Realidades e Segmentos Populacionais”, em que a autora analisou a tríade lazer-espaco-cidade. Defendeu, entre outros pontos, que, a despeito do descaso que se tem geralmente com o espaço público – no que diz respeito a elementos como segurança, acessibilidade e democratização –, a ação que deveria nortear a gestão dos espaços públicos seria a variabilidade dos modelos de espaços, equipamentos e projetos sociais. Considerando que esses elementos variam de cidade para cidade ou de ambiente para ambiente na mesma cidade, possibilitar-se-ia uma gestão fundada numa ação inovadora e diferenciada.

Com o tema “Gestão do Lazer e a Interface com as Políticas Sociais”, a Secretária Nacional do Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL-ME), Rejane Penna Rodrigues, ressaltou a importância no entendimento da gestão das políticas sociais. Para isso, realizou uma contextualização histórica do papel do Estado nas políticas sociais e sua imperiosa relação com a gestão do lazer, pautada pela ação governamental de forma intersetorial. Apontou nesse cenário uma série de conclusões, sendo uma delas a necessidade de se contextualizar a gestão do lazer em suas interfaces com as demais políticas sociais, se quer sua afirmação como uma política de fato pública.

O painel de debates teve como terceira exposição a fala da professora doutora Sônia Cristina Ferreira Maia, do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN). O tema em questão foi o da “Gestão do Lazer: Aspectos Históricos e Sociais”, em que a expositora conclamou uma ressignificação da gestão do lazer no Brasil. Isso seria possível por uma rediscussão sobre o papel formativo do profissional do lazer, fundado numa formação educacional ampla e que leve em consideração a atuação no desenvolvimento cultural de pessoas, grupos, comunidades e instituições.

O terceiro dia do evento teve como conferencista o escocês Derek Casey, *chairman* da World Leisure Organization [Organização Mundial

de Lazer] (WLO), que desenvolveu o tema “Gestão do Lazer: Instituições, Espaços e Equipamentos numa Perspectiva Global”. A conferência foi embasada em tendências globais da gestão do lazer, como no notório desenvolvimento da atividade turística, ou na importante refe-rência ao esporte e à recreação no desenvolvimento do lazer comunitário, ou ainda nos legados deixados pelos megaeventos e, mais precisamente, no crescente intercambiamento da gestão do lazer envolvendo os setores público e privado e o terceiro setor. Expôs-se dessa maneira um panorama sobre a contribuição do lazer no desenvolvimento social, cultural e econômico em distintas realidades, sejam elas de cunho local, nacional ou internacional.

A atividade do dia teve sequência com os painéis de debate, mais uma vez realizados de forma simultânea. Em um deles, a professora doutora Beatriz Helena Gelas Lage, docente aposentada da USP e atualmente vinculada à São Paulo Turismo (SP Turis), discorreu sobre a “Gestão do Lazer na Cidade de São Paulo”. Ela ressaltou as atuais ações da SP Turis no sentido de implementação da gestão do lazer e do turismo na cidade de São Paulo, listando os principais programas em atividade na referida instituição. Identificou também dados relevantes para elevar São Paulo como o maior destino de negócios da América Latina, em que se destacam fatos como o de se ter na referida metrópole um evento a cada seis minutos, em que se realiza 75% das grandes feiras do país e onde se tem o maior centro econômico do continente, defendendo assim a necessidade de uma séria e bem organizada gestão profissional temática.

No segundo painel, o professor doutor Antônio Carlos Bramante tratou do tema “A Gestão Pública e Privada nos Equipamentos de Lazer”, ressaltando que pela primeira vez em seus 20 anos o ENAREL trazia para análise como tema central a questão da gestão do lazer. Baseado em sua experiência acadêmica e profissional como professor aposentado da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e gestor público no campo do esporte e lazer na esfera municipal, o professor Bramante destacou a importância de uma gestão de serviços de lazer que passasse pela necessária discussão sobre elementos fundantes,

como o papel das administrações públicas e privadas; os distintos níveis de intervenção que envolve tanto gestores quanto animadores socioculturais; a vivência do lazer nos seus mais variados conteúdos culturais; e os equipamentos públicos, semipúblicos, privados e semiprivados associados a tal dimensão social.

O terceiro painel teve como tema a “Gestão de Negócios em Lazer para a Indústria”, com Eduardo Augusto Carreiro do SESI São Paulo. Neste, buscou-se uma proximidade entre o lazer e a indústria, destacando-se, entre outros assuntos, que no planejamento estratégico das empresas não se tem geralmente o lazer como componente, pois a lógica está centrada fundamentalmente no trabalho e no lucro. Nesse panorama, defende que o lazer seja relevante para a gestão industrial, permitindo a vivência de práticas para além do esporte de rendimento e considerando tal esfera como elemento de engajamento social, contrapondo assim à mera visão utilitarista que comumente é conferida ao lazer enquanto um apêndice para o trabalho.

O quarto e último dia do evento teve como abertura a conferência do colombiano Carlos Alberto Rico Alvarez, presidente da Fundación Colombiana de Tiempo Libre y Recreación (FUNLIBRE), desenvolvendo o tema “Gestão do Lazer e a Perspectiva Acadêmico-Científica na América Latina”. Foram expostos argumentos em prol da necessária articulação entre a gestão e a formação em lazer na América Latina, investigando casos em outros países, como na Austrália e nos Estados Unidos. Defendeu-se, entre outros, que as organizações temáticas de gestão de serviços devem considerar a inclusão do profissional de lazer em seus quadros, independente da realidade sociocultural abordada.

O painel de debates de encerramento do evento teve a presença de três importantes acadêmicos e gestores. No primeiro deles, a comunicação foi proferida pelo professor doutor Giuliano Gomes de Assis Pimentel, docente da Universidade Estadual de Maringá (UEM). O tema versou sobre “A Formação Acadêmica do Gestor do Lazer”, em que se elucidou a conjuntura atual que tende a apresentar crescimento significativo tanto na oferta do mercado de entretenimento e em outras formas pagas de lazer, quanto nas políticas públicas associadas

ao Estado em suas dimensões específicas para o lazer. Denota-se nesse bojo uma necessária formação profissional no lazer, comprometida com uma gestão de serviços temáticos que estimule a articulação entre as dimensões da experiência cultural, da densidade teórica e da competência instrumental.

Simultaneamente, como contribuição ao painel de debates, a professora doutora Gisele Maria Schwartz, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), desenvolveu a comunicação “Grupos de Pesquisa em Gestão do Lazer”. Com base em sua ampla abordagem em bases de dados de pesquisa no governo brasileiro e em relevantes eventos internacionais – como o Congresso Mundial de Lazer de Quebec, em 2008, no Canadá –, a professora Gisele defendeu uma gestão da informação que permita difusão e acessibilidade tanto na comunidade acadêmica temática quanto no conjunto da população em geral.

Finalmente, a terceira comunicação do painel ficou sob responsabilidade da professora doutora Mirian Rejowski, docente aposentada da USP e atualmente presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR). O tema tratou da “Pesquisa Científica em Turismo: Implicações na Gestão do Lazer”, em que se defendeu a pesquisa como elemento propulsor do conhecimento e este último, por sua vez, como interveniente essencial na formação de recursos humanos e na tomada de decisões estratégicas das organizações. Desse modo, ao analisar a conjuntura histórica de surgimento do turismo no Brasil, em seus diferentes níveis, sugeriu-se uma íntima aproximação entre pesquisa científica e gestão do lazer e turismo.

20º ENAREL: comunicações orais temáticas de gestão de políticas de lazer

Em relação à análise dos trabalhos da categoria comunicações orais, a metodologia adotada foi do tipo qualitativa, tendo como método o estudo exploratório realizado nos anais do referido evento. Para a pesquisa exploratória dos diferentes textos, focalizaram-se os seguintes

aspectos: autores, instituições, palavras-chaves predominantes, tipo do material, discussão principal do texto em relação à gestão do esporte e do lazer, metodologia utilizada e referencial teórico utilizado quanto à gestão do esporte e do lazer.

Realizadas as análises das 18 comunicações orais relacionadas à temática, apresentamos alguns resultados quantitativos e qualitativos das categorias de análise.

Entre os autores, pudemos observar que 38,8% (sete) dos trabalhos foram realizados de forma individual, sendo que cinco estão diretamente relacionados a projetos de pesquisa em fase de desenvolvimento e dois são relatos de experiências sobre a temática da gestão do esporte e do lazer. Os demais trabalhos analisados nessa categoria apontam que 61,2% (11) foram apresentados de forma coletiva, com a presença de duas a 10 pessoas. De forma geral, essas comunicações estão vinculadas principalmente a trabalhos de grupos de pesquisa e de orientações de mestrados, em que a presença do orientador faz-se presente.

Em relação à formação dos diferentes autores, os trabalhos apresentam a participação de: 10 alunos graduandos (23,8); cinco especialistas ou em fase de especialização, representando 11,9% do total; 22 mestres ou mestrados, o que caracteriza 52,4% dos autores; dois doutores ou 4,8%; e três livres-docentes, que caracterizam 7,1% dos autores.

Quanto à área de formação dos autores, a Educação Física aparece com a presença de 31 participantes (72,1%); o Turismo com cinco autores (11,6%); a Educação com quatro (9,3%); a área da Pedagogia com dois participantes (4,7%); e a área da Hospitalidade aparece com um representante (2,3%). Essa situação confirma a grande presença que a área da Educação Física ocupa historicamente em relação aos estudos do lazer em nosso país, fato inclusive notoriamente destacado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).² É possível identificar que a colaboração de outras áreas além da Educação Física no desenvolvimento dos estudos do lazer vem sendo realizada de forma paulatina, a partir do entendimento do lazer como temática transversal,

inclusive em áreas onde a abordagem da temática gestão do lazer se faz gradativamente mais presente – como é o caso do Turismo, da Economia e da Administração.

É importante também destacar que na análise dos autores e de suas formações são encontrados os nomes dos mesmos autores em mais de um trabalho nas categorias graduandos, mestres e livres-docentes. Soma-se a isso o fato de alguns autores possuírem mais de uma área de formação, sendo que para fim de análise foram contabilizados separadamente os autores em cada trabalho e considerados o seu maior grau de formação.

A análise das instituições de origem dos autores dos diferentes trabalhos indica o nome de cinco faculdades isoladas, dois centros universitários, sete universidades públicas, duas universidades privadas, cinco instituições públicas governamentais – tais como governos municipais e estaduais – e uma instituição pública não governamental. Do total de 18 trabalhos selecionados, destacamos que 12 (66,6%) têm seus autores ligados às universidades públicas. Esses trabalhos são desenvolvidos em projetos relacionados à graduação, a grupos de pesquisa e, principalmente, a programas de pós-graduação *lato sensu*, com mestrados na área da Educação Física e na área multidisciplinar em maior número, além das áreas do Planejamento Urbano e Regional e da Educação.

Além disso, verifica-se a presença de vários autores desses trabalhos em ação conjunta com autores de outras instituições, sejam estas faculdades, centros universitários e universidades privadas e instituições governamentais. Tal fato pode sugerir uma ampliação nas relações acadêmicas com as entidades públicas e privadas, possibilitando a transferência dos conhecimentos produzidos no mundo acadêmico para a realidade social e sua aplicação nos diferentes ambientes relacionados à gestão do esporte e do lazer.

Em termos de regiões, a produção acadêmica do ENAREL de São Paulo demonstra que a região Sudeste tem o maior número de trabalhos, com a presença de 12 comunicações orais, seguida pelas regiões

Norte e Nordeste, com três comunicações, e pelo Centro-Oeste e Sul, com um trabalho cada.

Quanto ao tipo de material apresentado nos trabalhos, 14 (77,8%) comunicações orais foram classificadas como artigos de pesquisa; duas (11,1%) como artigos de revisão, embora não fique claro se constituiriam necessariamente a realização de uma pesquisa, ao menos bibliográfica; e duas (11,1%) podem ser classificadas como relatos de experiência.

Dando segmento aos dados tabulados, pudemos verificar que 72,2%, ou 13 trabalhos selecionados, tinham a discussão principal relacionada à formulação de políticas, sendo que desse total 69,2% (nove trabalhos) estão relacionados à discussão de experiências na área de gestão do esporte e do lazer realizadas no país. Além daqueles, um trabalho (5,6%) foi classificado como relato de experiência e quatro trabalhos (22,2%) ficaram tabulados como reflexões conceituais, sendo que em dois desses se sugere a realização de uma pesquisa bibliográfica, situação que não fica clara no decorrer dos mesmos, uma vez que a discussão metodológica não aborda a forma de desenvolvimento dos trabalhos.

No que diz respeito à questão da metodologia desenvolvida, foi possível verificar que 10 trabalhos (55,6%) apresentavam o tipo de pesquisa realizada, enquanto oito comunicações (44,4%) não apresentavam qualquer tipo de explicação nesse sentido.

Do total de trabalhos que têm o tipo de pesquisa explicitados, sete (70%) utilizaram a combinação das pesquisas bibliográfica, documental e empírica, pressupondo o trabalho de campo. Os três trabalhos restantes foram desenvolvidos por meio da combinação das pesquisas bibliográfica e empírica e bibliográfica e documental, sendo que um trabalho foi realizado pela pesquisa bibliográfica.

A análise dos dados referentes às diferentes possibilidades de combinação das pesquisas bibliográfica, documental e empírica permite entender que a área tem feito um grande esforço em retratar mais diretamente a realidade encontrada em nossa sociedade, a partir do referencial teórico produzido, corroborando com os argumentos colocados

por Marcellino³ quanto à falsa dicotomia entre a teoria e a prática. Nesse sentido, a pesquisa empírica, a partir de fontes diretas sobre uma determinada temática é refletida pelos dados da pesquisa bibliográfica, agregando novos sentidos e significados às realidades estudadas, de modo a compreendê-las para que novas ações possam ser realizadas.

Por outro lado, a baixa ocorrência das pesquisas bibliográficas pode apontar a carência na produção de novos conhecimentos relacionados à área, situação que pode ser entendida devido ao fato de o lazer ainda ser um campo de reflexão relativamente recente. De acordo com Marcellino,⁴ o estudo do lazer vem se especializando quer em termos de faixa etária, quer em termos de conteúdos. Porém o autor chama a atenção para a necessidade de sistematização de diferentes experiências interdisciplinares, de forma que tais questões possam promover o debate e o desenvolvimento da área a partir de diferentes teorias relacionadas ao lazer, entendido de forma ampla, e, principalmente, à gestão do esporte e do lazer.

Em relação aos demais trabalhos, a análise do conjunto de dados verificou que, dos oito trabalhos em que não se tinha explicitado no texto qual era o tipo de pesquisa desenvolvida, dois (25%) utilizaram a combinação das pesquisas bibliográfica, documental e empírica; três (37,5%), a combinação das pesquisas bibliográfica e empírica; um (12,5%), a combinação das pesquisas bibliográficas e documental, análises apreendidas a partir das leituras dos textos dos autores; e dois (25%) poderiam ser classificados como pesquisas bibliográficas, embora não fique claro nos textos se constituíram necessariamente a realização de uma pesquisa.

Quanto ao método como trajetória de raciocínio,⁵ os dados apontam que 15 trabalhos (83,33%) não explicitam qualquer referência em relação à questão, situação encontrada em apenas 16,67%, ou seja, três trabalhos. Em relação a estes, o método indicado é o materialismo histórico dialético; e dos 15 trabalhos que não explicitam a questão, cinco podem ser classificados também nessa categoria, situação que pode ser explicada pela grande influência das abordagens indiretas e diretas do lazer,⁶ a partir dos autores clássicos ligados à Sociologia

do Lazer ou mesmo à Sociologia do Trabalho. Quanto aos demais trabalhos, nem a leitura, nem a análise dos referenciais bibliográficos utilizados nos textos permitem verificar qual método (culturalista, comportamental ou hipotético-dedutivo, processo discursivo, fenomenologia, positivismo) foi adotado nos trabalhos enquanto trajetória de raciocínio.

Questão semelhante pôde ser observada em relação ao método, entendido como “procedimentos mais amplos de raciocínio”,⁷ ou como modo de observação, que constitui os meios de abordar o “real”,⁸ uma vez que, dos 18 trabalhos selecionados, apenas seis (33,3%) explicitaram o seu modo de investigação, sendo o estudo de caso⁹ o método adotado nos seis textos.

Em relação aos demais trabalhos, cinco deles (27,8%) não explicitam qualquer questão relacionada ao método, não sendo possível identificar pela leitura ou pelos dados apontados se os mesmos são estudos de caso, estudos comparativos, experimentações ou quase experimentações,¹⁰ ao passo que outros três trabalhos (16,7%) são identificados como estudos de caso e quatro outros (22,2%) são desenvolvidos como estudos comparativos.

Outra categoria analisada em relação à metodologia diz respeito às técnicas de coleta de dados, entendidas como “procedimentos mais restritos que operacionalizam os métodos, mediante emprego de instrumentos adequados”.¹¹ Nessa parte foram analisados quais instrumentos os trabalhos utilizaram no desenvolvimento da pesquisa empírica para a obtenção dos dados, bem como para a definição da amostragem dos sujeitos das pesquisas.

Nessa parte da análise verificamos que os procedimentos metodológicos utilizados nos trabalhos selecionados são os mais comuns às pesquisas do tipo qualitativas, normalmente utilizadas pelas ciências sociais. Nesse sentido, 13 textos (72,2%) apresentavam explicitamente quais técnicas utilizariam em suas pesquisas, ao passo que apenas cinco (27,8%) não explicitaram tais procedimentos. Dentre as diferentes possibilidades de utilização das técnicas de obtenção de dados, as entrevistas foram as mais citadas, com sua utilização em 10 diferentes trabalhos. Entre elas podemos indicar o uso das

semiestruturadas¹² em três trabalhos, as centradas¹³ em dois textos, a estruturada e a aberta com utilização em um trabalho cada.

Outras técnicas utilizadas foram a observação simples em dois trabalhos, a observação participante em quatro outros e os formulários e questionários aparecendo em dois trabalhos, respectivamente cada uma das técnicas. Nessa parte da metodologia podemos verificar maior clareza por parte dos autores em relação ao uso das técnicas citadas, ocorrendo em muitos casos a combinação dos diferentes procedimentos como forma de complementar as informações relacionadas às pesquisas e aos sujeitos investigados.

No que diz respeito à definição da amostragem dos sujeitos e espaços a serem analisados por meio das diferentes técnicas colocadas anteriormente, os trabalhos selecionados em sua quase totalidade, ou seja, 16 (88,9%), não explicitam se essa situação será realizada de forma probabilística ou não probabilística, embora na leitura de vários textos possamos supor que a definição da amostragem é realizada de forma não probabilística, situação encontrada de forma explícita em apenas dois trabalhos (11,1%). Nesse sentido, mais uma vez chamamos a atenção para o fato de que a não clareza da questão pode prejudicar o desenvolvimento do trabalho, viciando a amostra, levando a possíveis questionamentos quanto aos resultados dos trabalhos.

Quanto ao referencial teórico utilizado na reflexão da temática da gestão de políticas de esporte e lazer nos trabalhos selecionados, a produção na área, apesar de ter aumentado consideravelmente nos últimos cinco anos, a partir do lançamento de novos livros, artigos em revistas especializadas e artigos em eventos como o 20º ENAREL, ainda aparece de forma bastante tímida, principalmente se for analisada com base na especificidade da gestão.

Nos textos selecionados, várias foram as contribuições de trabalhos específicos ligados à gestão de áreas como Turismo, Administração, Educação, Políticas Públicas, Arquitetura, Ciências Sociais, Hotelaria, entre outras. Se, por um lado, tal situação evidencia a necessidade de as reflexões e ações relacionadas à temática da gestão serem realizadas a partir da ótica da multidisciplinaridade, em busca da

interdisciplinaridade,¹⁴ por outro, entendemos que tal situação pode ser reveladora da baixa produção específica à temática da gestão de políticas de esporte e lazer.

Como afirma o autor anteriormente abordado, é necessário que as instituições com reconhecida atuação nos estudos do lazer “ênfaticamente a pesquisa na área, em que está praticamente quase tudo para fazer”,¹⁵ favorecendo a produção de novos conhecimentos relacionados a essa temática específica que possam ser utilizados como referenciais aos novos trabalhos, em articulação com as demais áreas que dialogam com o lazer.

De forma geral, a principal discussão em relação à gestão de políticas de esporte e lazer realizadas pelos 18 textos analisados diz respeito à necessidade de se desenvolverem novos processos de planejamento, organização, execução e avaliação das políticas de esporte e lazer, em seus diferentes elementos, sejam estes relacionados aos recursos humanos, aos espaços e equipamentos, a uma política de animação sociocultural ou às diferentes barreiras para o lazer encontradas em nosso cotidiano.

Para os autores dos textos, essa situação deve partir do entendimento do lazer em suas relações diretas com a educação, favorecendo a formação de novos valores, de indivíduos mais críticos e participativos em nossa sociedade, necessitando para isso de políticas e gestores comprometidos com o desenvolvimento de tais questões.

Considerações finais

O ENAREL atingiu a sua 20ª edição como um reconhecido evento que tradicionalmente agrega pesquisadores temáticos. Ao longo dessa trajetória, verifica-se uma conjuntura em que é apresentada uma notória produção acadêmica, veiculada em comunicações diversas e apresentação de trabalhos científicos. Foi uma oportunidade ímpar para a reunião de professores, estudantes, gestores, animadores e demais atores relacionados ao campo do lazer e recreação no país.

O encontro retornou à cidade de São Paulo após 10 anos, onde, em 1998, teve sua ocorrência concomitante ao 5th World Leisure Congress e ao II Encuentro Latinoamericano de Tiempo Libre y Recreación. Na ocasião, foram gerados importantes documentos, como a “Declaração de São Paulo: Lazer numa Sociedade Globalizada”, endossada pela Organização Mundial de Lazer.

Em sua 20^a edição, o ENAREL foi realizado pelo SESI São Paulo em parceria com diversos apoiadores, como universidades, associações classistas, câmaras setoriais e secretarias de governo. O tema geral, centrado na gestão do lazer, permitiu a investigação das necessárias competências e vislumbrou uma atuação realizada de forma multiprofissional.

A intensa programação nos quatro dias do evento contou com conferências, painéis de debate, apresentação de comunicações orais e pôsteres, oficinas diversas, encontros institucionais dos professores, pesquisadores e animadores, lançamentos de livros e o Fórum de Gestores do Lazer. Entre os conferencistas, mediadores e membros da Comissão Científica, estavam acadêmicos brasileiros e estrangeiros de destaque, oriundos de distintas formações, num evento nacional de lazer em sua essência, contudo aberto ao “diálogo” também com a produção realizada internacionalmente, seja na América Latina, seja mundialmente.

Notas

¹ PEREIRA; GRAU, 1998.

² BRASIL, 2009.

³ MARCELLINO, 1995.

⁴ MARCELLINO, 2000.

⁵ BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977.

⁶ MARCELLINO, 2000.

⁷ SEVERINO, 2000, p. 162.

- ⁸ BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977.
- ⁹ YIN, 2005; BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977.
- ¹⁰ BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977.
- ¹¹ SEVERINO, 2000, p. 162.
- ¹² TRIVINOS, 1987.
- ¹³ THIOLENT, 1987.
- ¹⁴ MARCELLINO, 2001.
- ¹⁵ MARCELLINO, 2001, p. 26.

Referências

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Directorio dos Grupos de Pesquisa no Brasil*. Brasília: MCT, 2009. Disponível em: <www.dgp.cnpq.br>. Acesso em: 20 maio 2009.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

MARCELLINO, N. C. A dicotomia teoria/prática na Educação Física. *Revista Motrivivência*, Santa Catarina, ano VII, n. 8, p. 73-78, dez. 1995.

MARCELLINO, N. C. *Estudos do lazer: uma introdução*. 2. ed. Campinas: Papirus, 2000.

MARCELLINO, N. C. Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. In: MARCELLINO, N. C (Org.). *Lazer e esporte: políticas públicas*. Campinas: Autores Associados, 2001.

PEREIRA, L. C. B.; GRAU, N. C. *O público não estatal na reforma do estado*. Caracas: Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo/Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

THIOLENT, M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987.

TRIVINOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, R. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

André Thibault

Elaboração de políticas do sistema de lazer público e cívico em Québec

Um processo caótico e de parceria¹

O 20º Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL) realizado em São Paulo deixou claro que, em um mundo em transformação, a gestão do lazer e a elaboração de políticas são como barcos à vela que deve contar com circunstâncias externas e internas para avançar e evitar ou corrigir falhas. Em poucas palavras, a gestão do lazer deve ser estratégica em seu dia a dia.

Além disso, quando o lazer público e civil está em jogo, deve-se perguntar qual benefício do lazer é almejado e, assim, justificar o gasto e a arrecadação de dinheiro público. Geralmente, os gestores do lazer e os idealizadores de políticas estabelecem as condições para uma experiência de lazer satisfatória disponível ao público e para uma provisão dos benefícios do lazer à comunidade.

Em uma sociedade democrática, já foi provado que o lazer age como um espaço público em que as pessoas se encontram, agem em conjunto, participam como voluntárias, criam laços sociais e desenvolvem a sociedade civil. Esse é um dos benefícios mais importantes do lazer. De 6 a 10 de outubro de 2008, na cidade de Québec, no Canadá, durante o 10º Congresso Mundial do Lazer, representantes de mais de 62 países se reuniram para discutir lazer como um fator determinante no desenvolvimento sustentável de comunidades.

Os representantes examinaram o status do lazer em comunidades por todo o mundo e questionaram sua relação com a afirmação da identidade e com o crescimento da solidariedade e com as relações sociais e a diversidade dentro da comunidade. Eles discutiram o lazer tanto como um espaço público quanto como um espaço de envolvimento individual, conscientização pública de questões coletivas e razão fundamental da sociedade civil. Finalmente, investigou-se o papel do lazer como um fator influente no bem-estar dos indivíduos e comunidades.

Ao término do Congresso, os representantes fizeram as seguintes declarações:

- O lazer contribui para a qualidade de vida e o bem-estar de indivíduos e suas comunidades.
- O lazer contribui para o desenvolvimento do capital social das comunidades.
- O lazer é um espaço de aprendizado, expressão da participação pública, e o coração da vida democrática.
- O lazer exerce um papel essencial no desenvolvimento da comunidade: ele tem impacto na qualidade de vida e no bem-estar de indivíduos, contribui para o desenvolvimento de laços sociais e capital social e representa um espaço de expressão e aprendizado da vida democrática.

A partir dessa perspectiva, o processo de elaboração de políticas de lazer é visto como um processo participativo baseado na parceria entre Estado, sociedade civil e cidadãos.

Atualmente, gerenciar uma organização ou uma instalação de lazer, esportes e artes é um processo em evolução que deve estar em sintonia com as demandas sempre novas dos cidadãos e de suas organizações, expandindo os significados de lazer, globalização da cultura e de novos hábitos de lazer. Em suma, o gerenciamento do lazer e a elaboração de políticas devem ser ecológicos e devem levar em conta o meio ambiente, quer ele seja cultural, econômico ou social.

As organizações de lazer devem melhorar sua flexibilidade, elevar sua capacidade de adaptar seus serviços e produtos para atender seus

ambientes sociais, econômicos e políticos, bem como seus cidadãos. Constantemente, também devem melhorar e adaptar suas capacidades de recursos humanos e competências. Por fim, devem ser capazes de tomar decisões estratégicas difíceis. Caso contrário, elas podem se deparar com a obsolescência e a falência.

A partir desse ponto de vista, a elaboração de políticas e o processo de ajuste devem ser realizados dentro das organizações de lazer públicas e civis de forma que elas se mantenham relevantes e em sintonia com a sociedade, com os valores das comunidades e com o capital social.

Neste estudo, gostaríamos de apresentar como o lazer público e civil em Québec desenvolve suas políticas de forma a respeitar a própria natureza do lazer em uma sociedade democrática. Também mostraremos os limites e os desafios que afetam essa organização.

Um breve olhar sobre Québec

Québec é uma das 10 províncias do Canadá. Sua população atual (2008) é de 7,7 milhões, cerca de um quarto da população canadense total. A densidade demográfica é de 4,5 por quilômetro quadrado, mas em torno de 80% dos quebequenses moram em um corredor ao longo do rio St. Lawrence.

Os quebequenses habitam um território três vezes maior que a França, mas ocupam uma porção bem menor dele. Porém, usam cada vez mais seu tempo de lazer para explorar essa região. São cidadãos urbanos vivendo no que parecem ser vilas urbanas – Montreal já foi descrita como uma cidade de 43 vilas –, onde gostam de se reunir, divertir e celebrar, organizando suas atividades de lazer por intermédio de uma infinidade de organizações. Com o tempo, esses aldeões urbanos têm estabelecido contato com quebequenses de vilas vizinhas, desenvolvendo afinidades e criando novos grupos não tão atrelados a um território específico. Eles também têm manifestado sua crescente independência ao expressar um espírito de propriedade sobre seus

municípios e governos provincianos, recorrendo-se a eles para apoiar suas iniciativas e, ao fazê-lo, criando uma forma de governança de lazer baseada na parceria.

A Québec contemporânea está mudando. Sua população está se diversificando. Ela está envelhecendo. Seus jovens, que são a minoria, estão fazendo o possível para conquistar espaço. Historicamente originada da imigração europeia, a população de Québec pode parecer relativamente homogênea no todo, mas a Região Metropolitana de Montreal constitui uma exceção. A maioria dos quebequenses (83%) fala francês em casa, enquanto 10% fala inglês e 6% alguma outra língua. Mais de 40% da população é bilíngue em francês e inglês, uma taxa que alcança 57% em Montreal. Uma porção significativa dos quebequenses (22%) também fala uma terceira língua. A população de Québec continua a se diversificar sob a influência de outras culturas que estão transformando e ampliando as práticas e demandas de lazer, criando uma necessidade de novos esforços para garantir que as pessoas coexistam harmoniosamente, apesar das diferenças que possam abalar as formas estabelecidas.

O ritmo de vida está acelerando, e todos falam sobre a falta de tempo. As famílias estão sempre correndo, enquanto as crianças se dividem entre as casas de pais separados, a escola ou a creche. Para economizar tempo, os residentes, ou seja, os provincianos de antigamente, são progressivamente forçados a se ver como consumidores e clientes.

A Québec de hoje tem um impacto nas próprias fundações do modelo de organização de seu lazer, que, por sua vez, se torna mais forte ou mais frágil. Uma coisa é certa: esse modelo está em fluxo.

Lazer público e cívico: entre o lar e a indústria

Na área de tempo livre e lazer, o lazer público e cívico não está sozinho. Ele é uma das três peças do campo, junto com o lazer comercial e o doméstico. Cada um deles segue seus próprios objetivos e

oferece bens e serviços à população, às vezes em competição e sempre de maneira complementar aos outros dois.

Sem as indústrias de cultura, de entretenimento e de turismo, grandes segmentos da economia doméstica e de exportação de Québec seriam prejudicados. Essas indústrias ocupam um espaço econômico crescente estimado em mais de 12% do Produto Interno Bruto (PIB) de Québec. O gasto com lazer doméstico em Québec é de aproximadamente CAD\$ 10 bilhões² – mais de 12% das despesas atuais dos quebequenses –, um aumento de 13% entre 2001 e 2005.³

Entre o mundo do lazer comercial e o do lar, uma variedade de instituições públicas e organizações da sociedade civil em Québec trabalha em conjunto na comunidade e na esfera pública para oferecer acesso a oportunidades de lazer aos quebequenses.

Esse mundo é alimentado e desenvolvido por funcionários públicos e milhares de associações e voluntários. Ele é composto por mais de 15 mil associações de cidadãos, nada menos que 40% dos secretários do governo de Québec, 500 mil voluntários e vários milhares de funcionários permanentes (profissionais e técnicos), a maioria dos quais trabalham em departamentos de recreação em municípios de 5 mil habitantes ou mais, ou nas muitas organizações e associações provinciais e regionais parcialmente financiadas pelo governo e municípios. Esses grupos operam como uma rede não muito coesa para fornecer aos 8 milhões de habitantes de Québec instalações de lazer, instrução e supervisão, informação, programas e experiências. O sistema de Québec é fundado em uma parceria entre a sociedade civil, o governo e o setor econômico.

O gasto anual com lazer público e cívico é estimado em pelo menos CAD\$ 6 bilhões: CAD\$ 1 bilhão dos municípios, CAD\$ 1 bilhão em tempo dedicado pelos voluntários, CAD\$ 1 bilhão do governo de Québec e pelo menos CAD\$ 3 bilhões das muitas associações e seus membros, sem falar das resultantes ramificações da economia de Québec de forma geral.

Dólares à parte, o setor de lazer evidencia uma sociedade determinada a afirmar sua liderança e trabalhar de forma democrática para construir uma melhor qualidade de vida. Seus atores são as pessoas que

cultivam o capital humano e social de Québec. Juntos, eles compartilham a mesma missão: “Tornar as condições para uma experiência de lazer satisfatória disponíveis ao público e fornecer os benefícios desejados do lazer à comunidade.”

Em termos concretos, eles trabalham em parceria para:

Oferecer uma gama de experiências culturais, sociais, esportivas, físicas, naturais, urbanas, de divertimento e descanso de qualidade, que sejam diversificadas, acessíveis e seguras, e ao mesmo tempo distribuídas de forma homogênea pela província e adaptadas às necessidades e características dos cidadãos.⁴

Esse setor de lazer é uma resposta às aspirações sociais e individuais. Socialmente, ele influencia a saúde, a qualidade de vida, o capital social da comunidade e a integração social dos indivíduos e grupos. Contribui para o desenvolvimento individual, comunitário e econômico:

A sociedade atual espera que o lazer contribua para o desenvolvimento da saúde, da qualidade de vida, do sentimento de inclusão e da socialização e participação públicas, e que ele facilite a integração social dos menos favorecidos.⁵

O lazer público promove a educação e a integração do maior número possível de cidadãos, incluindo os menos favorecidos, por meio da participação social. Tem valores que são distintos do lazer comercial e privado e é organizado de acordo com os princípios de uma sociedade democrática. Ele pode ser complementado e enriquecido pelas parcerias com interesses comerciais que incorporam os valores do lazer público.

Existe um modelo quebequense? Como são elaboradas as políticas?

Em sentido restrito do termo, não há um sistema formal e abrangente de lazer, em Québec, com sua própria hierarquia ou códigos e regulamentos. A organização e o desenvolvimento das estruturas de

lazer público e cívico não são ditados por um planejamento central ou por políticas e leis governamentais. Como na tradição anglo-saxã, é resultado das iniciativas dos indivíduos, comunidades, instituições, secretarias e líderes, e tem sido moldado pelas necessidades e comportamento dos quebequenses através do tempo, espaço e circunstâncias sociais, econômicas e políticas em transformação.

Em face disso, a palavra “modelo” refere-se não tanto à estrutura, mas, pelo contrário, à representação de um grupo de atores do governo e de representantes da sociedade civil que, historicamente, têm tecido uma tapeçaria diversa de ligações para atender as necessidades da população. Uma coisa que eles têm em comum é a ausência de interesse lucrativo. Juntos, foram gradualmente desenvolvendo pontos de contato locais, regionais e provinciais, em que eles podem se encontrar, se consultar e se ajudar, enquanto mantêm sua independência, iniciativa e competitividade. Esses pontos de contato podem ser organizações públicas como municípios, que são o primeiro nível do governo que produz políticas, geralmente após consulta a órgãos civis, tais como unidades regionais de esporte e recreação, centros comunitários, comitês locais de recreação e clubes esportivos. Nesse sentido, há um modelo quebequense que pode ser definido como uma forma de governar, organizar e de fazer coisas para agrupar os elementos necessários para as atividades de lazer. O modelo é dinâmico, democrático, “apaixonado” e frágil. Ele é exclusivo de Québec? Certamente não, mas apresenta características que fazem dele um todo singular e funcional e que, antes de tudo, reflete a terra e o povo de Québec.

O modelo quebequense obedece a uma teoria dinâmica de sistema, pois ele evolui em resposta a determinantes passados e presentes. Em comparação ao que era no princípio, o sistema de lazer de Québec tem mudado à medida que reage e se ajusta a circunstâncias atuais por meio de ações independentes de suas partes constituintes. Québec é uma entidade plural em termos de território, das culturas que o compõem e de sua população, que é ao mesmo tempo rica e pobre, educada e subeducada (a taxa de evasão escolar é de 30%). As atividades de lazer e as demandas dos quebequenses também são plurais, assim como são

os atores do sistema de lazer e as múltiplas relações entre eles. Em face disso, o modelo quebequense pode parecer difuso, o que é condizente com a teoria do caos.

Ao falar de práticas de lazer, Michel Bellefleur,⁶ em seu livro *L'évolution du loisir au Québec*, mostra que

seu desenvolvimento não foi nem linear nem planejado. Pelo contrário, ele foi mais frequentemente desorganizado, incerto, confuso, caótico, pautado em agendas específicas e sujeito a desigualdade social. Nesse sentido, o lazer foi um microcosmo dos desafios enfrentados pela sociedade em geral.

O modelo de Québec é democrático, mobilizando grupos de todos os setores da sociedade e encorajando diversos atores a exercitar seu poder de ação e iniciativa. Ele não somente é democrático, mas funciona como *parte de uma democracia*, em que ele deve moldar seu próprio espaço entre múltiplos interesses e vetores de poder. Associações locais e municípios estão, por exemplo, constantemente negociando a forma como dividem o poder.

Movido pela paixão, o modelo de Québec conta com o comprometimento de indivíduos com seus interesses de lazer, sua comunidade e seus filhos. Ele depende, em grande parte, do zelo de líderes e cidadãos que oferecem seu tempo e energia para organizar atividades.

Ele também é frágil, pois enfrenta mudanças que afetam seus alicerces em vários aspectos de sua inclinação natural. O clientelismo, a clientelização e a dominância do lazer individual enfraquecem o setor de voluntariado. As noções de vida comunitária e de divisão de responsabilidade pelo bem comum são confrontadas pelo mercantilismo e individualismo. O voluntariado sempre foi ignorado no passado, mas esse setor carece hoje de atenção. Além disso, ao longo dos anos desenvolvemos serviços e produtos baseados em uma infinidade de atividades. Atualmente, precisamos preservar e desenvolver um sistema mais holístico e com base na população para atender as expectativas públicas, particularmente em relação aos idosos e às famílias. Precisamos evoluir de uma abordagem do lazer voltada para as atividades em direção a uma abordagem voltada para a experiência. Porém, mesmo

que essas mudanças se tornem necessárias, os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis para implementá-las estão no mínimo estagnados e, no pior dos casos, em declínio ou correndo risco.

O desenvolvimento acelerado do setor comercial tem, em alguns aspectos, forçado o setor público e cívico a definir e a afirmar sua especificidade. Nos primeiros anos, o lazer público e cívico compensou, em grande parte, a ausência de oportunidades de lazer privado e comercial (muitos quebequenses mais velhos ainda se lembram de ver seu primeiro filme no teatro local da província!). Atualmente, porém, o setor deve explicar e justificar sua necessidade de financiamento público, especialmente em uma época em que o Estado de bem-estar está diminuindo. Em face disso, o lazer público, nos tempos modernos, tende a sublinhar sua utilidade social, cultural e econômica e, de uma perspectiva do servidor público, a ser considerado como um meio de alcançar objetivos sociais, culturais e econômicos em áreas que vão desde a saúde até a coesão social. Isso explica porque noções de qualidade de vida, saúde e meio ambiente vivo são comumente citadas para justificar o gasto público com lazer.

O modelo quebequense nasceu em uma sociedade civil historicamente dominada pela Igreja – tanto a católica quanto a protestante – nos níveis da província e da diocese. Durante os anos de 1960, programas de *playground*, centros de recreação, federações diocesanas de lazer e organizações esportivas (principalmente de hóquei no gelo e beisebol) que tinham passado às mãos do controle secular pediram aos municípios e governo provincial, ao invés da Igreja, para investirem em lazer. Atualmente, a sociedade civil continua a exercer um papel predominante no desenvolvimento e sustentabilidade do modelo quebequense. Ela geralmente intervém pela brecha deixada pelas instituições públicas, à medida que recuam sob o ímpeto de reformas administrativas ou questiona o papel do Estado, pelo menos como única autoridade responsável. Hoje, o governo atua “com” e não “para”. Em algumas esferas, a tendência é até mesmo em direção a contratar alguém para fazer todo o trabalho.

Junto com a mudança social e as reformas governamentais que varreram Québec, o campo do lazer foi objeto de diversas consultas, realizadas em intervalos de aproximadamente 10 anos. Essas consultas foram muito bem-sucedidas e possibilitaram que o campo se desenvolvesse no mesmo ritmo da sociedade. As consultas mais notáveis foram a de Lévis, em 1967, o *White Paper on Leisure Activities*, em 1978, a da Conferência de Lazer do Québec, em 1986-1987, e a da renovação de parceria, em 1995-1996.

Em suma, o modelo de lazer quebequense desenvolveu-se tendo como pano de fundo uma Québec em transformação. Para entender esse fato, devemos não apenas descrevê-lo, mas também entender o ambiente e as mudanças que se colocam como desafios hoje. Para explicá-lo, devemos sempre observar as práticas de lazer dos quebequenses e das pessoas e instituições que tornam essas práticas possíveis.

Participação pública e sociedade civil

Québec, como as demais províncias do Canadá, ostenta uma sociedade civil ativa e governos que geralmente encorajam a participação pública. No lazer, um campo que tem impacto na vida diária de todos os quebequenses e comunidades locais, a participação pública e a sociedade civil têm papel fundamental.

O que a participação pública e a sociedade civil implicam? Como essas características da sociedade quebequense ajudam a definir o sentido e o uso do lazer? E como influenciam o processo de elaboração de políticas?

No nível distrital e nos fóruns governamentais, a participação pública e social é a expressão mais fundamental da cultura democrática, encarnando “Nós, o povo” e o poder que as comunidades têm sobre seus próprios destinos. Ela se manifesta por meio da livre expressão e deliberação, marcos de nosso processo público de tomada de decisões. Contudo, seu lugar, processos e poder estão sujeitos a constantes negociações e mudanças.

Como um complemento e, às vezes, uma alternativa à democracia representativa, a participação pública é a ação de cidadãos e grupos envolvidos nas decisões coletivas feitas pelo governo, instituições públicas e organizações da sociedade civil. Ela é o processo de interação voluntária entre uma organização – o que confere certo grau de poder às pessoas com as quais ela lida – e essas mesmas pessoas, que por sua vez aceitam certo grau de envolvimento em prol da organização.⁷ É importante distinguir a participação pública da participação eleitoral e da ação independente do cidadão. No campo do lazer, todas as três formas existem, especialmente em nível local: eleições municipais geralmente focam questões de lazer; consultas públicas geralmente dizem respeito às políticas e grandes projetos de infraestrutura; e, por último, diálogos em parceria garantem que a sociedade civil tenha voz.

A taxa de participação pública é um indicador da saúde da comunidade. As sociedades se mantêm saudáveis e continuam a se desenvolver ao preservar seus valores, que servem como um tipo de filtro por meio do qual elas recebem e integram informação e influências externas, definem suas contribuições para o mundo externo e promovem um ambiente de qualidade de vida. A promoção do dinamismo social e o aumento do nível de interação entre os membros de uma sociedade são as formas mais efetivas de identificar e colocar em prática os valores que lhe dão sentido. Etzioni⁸ e Putnam⁹ usam a expressão *capital social* para descrever os aspectos de nossa existência coletiva que nos tornam mais produtivos: um alto nível de *participação, confiança e reciprocidade*. Sociedades que funcionam melhor se destacam porque têm maior capital social. Por exemplo, relatos de líderes locais e de funcionários de empresas de serviços públicos mostraram claramente que as comunidades com níveis mais altos de capital social superaram os desafios da nevasca de Québec em 1998 de forma mais efetiva do que outras comunidades que apresentavam perfil vitimizante. De acordo com o então prefeito de Marieville, a cidade sofreu menos o frio intenso durante o longo período de queda de energia porque ela foi capaz de mobilizar vários grupos, especialmente aqueles envolvidos com recreação, para implementar medidas de atenuação. Uma cidade vizinha que

se comportou como vítima sofreu mais. Um alto nível de capital social é uma fonte de resiliência e desenvolvimento. Ele é o meio pelo qual o lazer público e cívico alcança seu potencial máximo como colaborador do desenvolvimento da comunidade.

A construção de capital social informa nosso entendimento da sociedade civil – a esfera pública que Habermas¹⁰ descreve como o domínio da interação social humana em que, entre outras coisas, a opinião pública é forjada. Os cidadãos se comportam como uma comunidade quando eles têm que lidar com questões de interesse geral, sem estarem sujeitos a nenhum tipo de coerção. Dentro dos limites de um espaço público mais amplo, a sociedade civil emerge como um espaço entre o espaço privado individual e o domínio do Estado. É por meio da esfera associativa que os indivíduos entram na esfera pública ao unir forças com os outros, seja para formar uma liga de *softball* ou para proteger o meio ambiente. O universo associativo é composto por numerosas organizações sem fins lucrativos e de voluntários que variam bastante em suas atividades e características organizacionais. Seu objetivo comum é servir como instrumentos de ação coletiva e participação na vida comunitária.

Em sua concepção mais simples, a sociedade civil é uma rede de associações independentes criadas por cidadãos que são conscientes de seus direitos e responsabilidades e que se unem para lidar com problemas coletivos, compartilhar interesses comuns e/ou promover aspirações comuns. É compreensível que a sociedade civil forme um loco natural para o desenvolvimento da recreação. De fato, os grupos interessados na recreação têm uma forte presença na sociedade civil em Québec e nas demais províncias do Canadá, como os dados seguintes mostram.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Organizações sem Fins Lucrativos e de Voluntariado (NSNVO) de 2004,¹¹ Québec abriga 46.326 organizações – 617 para cada 100 mil habitantes –, enquanto Ontário possui 45.360, ou 369 para cada 100 mil. A razão em todo o Canadá é de 508 para cada 100 mil. Québec ocupa o primeiro lugar do

total de organizações, e sexto considerando-se a razão per capita. Entre as organizações de Québec, 33,4% atuam na área de esportes, recreação e cultura. Essa porcentagem é de apenas 25% na província vizinha a Ontário e 29,4% em todo o Canadá.

Em 2004 as organizações de Québec geraram em torno de CAD\$ 25 bilhões de investimentos, 60% dos quais vieram do governo. Estima-se que as organizações de esportes, recreação e cultura geram por si pelo menos CAD\$ 3 milhões em investimentos não governamentais.

Contudo, o futuro dessas organizações não está de forma nenhuma garantido. Os problemas mais comumente reportados são o recrutamento e a retenção de voluntários. De acordo com os resultados da Pesquisa Nacional de Doações, Voluntariado e Participação (NSGVP),¹² o voluntariado está em declínio no Canadá. O número de voluntários diminuiu entre 1997 e 2000 e há indícios de que eles estejam começando a se sentir sobrecarregados. Além disso, as tendências em termos de voluntariado sugerem que os desafios enfrentados por organizações sem fins lucrativos e de voluntariado continuarão a crescer.

O outro problema vem da relação entre a sociedade civil e o governo. Em Québec, a sociedade civil ainda está conquistando sua independência em vários aspectos, mesmo que seu papel tenha aumentado. Tendo se libertado do controle da Igreja apenas recentemente, ela mal começou a afirmar sua autonomia, embora o governo lhe tenha transferido muitas responsabilidades. Em resposta, a sociedade civil recorreu ao governo por auxílio. Desde a Revolução Silenciosa, várias associações têm solicitado e obtido investimento do governo e têm se desenvolvido, em grande parte, dentro dos parâmetros definidos pelo governo.

A atual “clientelização” é a principal ameaça à participação pública e à sobrevivência do modelo de lazer quebequense. O debate público geralmente se transforma em um vale-tudo de opiniões, em que o governo acaba agindo como mediador. Não é surpresa que os que tomam as decisões se recusem a consultar a população por medo de que eles sejam incapazes de atender as expectativas públicas, pois eles veem a população como uma série de clientes. As síndromes “Não em meu

quintal”, “Eu e meus filhos” e “Eu pago impostos” são uma crescente parte do discurso público em Québec. No setor do lazer, o aumento das atividades recreativas individuais transforma os indivíduos em clientes. O papel mediador do grupo é reduzido, pois os meios de comunicação se dirigem às pessoas de forma direta.

Até mesmo o serviço público tem adotado a perspectiva baseada no cliente. Para os voluntários que se envolvem mais por interesse no contato humano do que na prestação de um serviço, o que acontece com o seu papel em face dessa transformação? Alguns estudos mostram que esse mal-entendido com relação ao papel do voluntário é a principal causa da fadiga e desistência dos voluntários. Quando se serve um cliente que não espera nada a não ser um serviço em troca, não há interação humana. Essa não é uma reconfiguração do contrato social entre o setor de voluntariado e a comunidade, entre os voluntários e os “beneficiários”?¹³

Embora esse fenômeno tenha muito a ver com o estilo de vida contemporâneo e a forma como o tempo livre é organizado nas famílias de hoje, ele ainda contribui com a fadiga dos voluntários e, conseqüentemente, com o enfraquecimento das organizações da sociedade civil. De fato, uma das limitações ao desenvolvimento do setor de voluntariado, que é a fonte de recursos cruciais para associações com base no cidadão, é a visão do “usuário como cliente” que determina a forma como as pessoas recebem bens e serviços como parte de uma relação comercial.

Em suma, Québec tem uma sociedade civil forte. No domínio do lazer, ela exerce um papel vital que é impossível de substituir financeiramente, isso sem contar o papel que representa a própria essência do lazer cívico – o da construção de capital social. Contudo, a contribuição da sociedade civil ao lazer, em grande parte através do trabalho de voluntários, tem sido minada pela fadiga e envelhecimento e pelo aumento da “clientelização” e da transferência de responsabilidades do governo para o setor de voluntariado. Como em todos os países desenvolvidos, a sociedade civil de Québec deve superar o desafio de manter uma cidadania ativamente envolvida com o lazer.

Governança em transição, parcerias redefinidas

A globalização colocou os países em competição pelas vantagens da economia globalizada. Os últimos acordos do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) reconheceram, mais do que nunca, a globalização da economia e o comércio livre, forçando a abolição de políticas protecionistas e reduções de subsídios corporativos. A globalização tornou o Estado de bem-estar obsoleto e estabeleceu um padrão rígido para as economias nacionais, fortalecendo o papel dos tribunais administrativos criados sob os acordos de livre comércio em detrimento do Estado liberal e de seu papel como mediador. Além disso, o Estado contemporâneo governa em uma sociedade complexa e pós-moderna, caracterizada pelo individualismo, fragmentação de interesses e culturas e declínio do consenso. Está claro que o Estado não tem mais recursos para oferecer toda a gama de serviços para todos de forma tão satisfatória como no passado. O Estado de bem-estar apostou no futuro sob o pressuposto de que o crescimento econômico seria eterno. Esse já não é mais o caso. Levados pela crise das finanças públicas dos anos de 1990 e motivados pela crise atual, pelo ímpeto do progresso tecnológico (em informação e comunicações, por exemplo) e por exemplos do setor privado, os Estados estão empreendendo reformas que atingem o setor de lazer da mesma forma que qualquer outro serviço público.

Em Québec assim como na maioria dos países industrializados, as principais reformas do serviço público têm sido implementadas visando à prestação eficiente e eficaz dos serviços públicos de qualidade. As recentes reformas têm sido geralmente caracterizadas pela descentralização, uma abordagem centrada no cliente, e não pela participação do governo na prestação direta de serviços em favor de parcerias com o setor privado e a comunidade, reforçando o modelo tradicional de lazer de Québec.

Essa é a situação que marca e continuará a marcar a governança em um setor de lazer em que a sociedade civil tem assumido responsabilidades cada vez maiores, mesmo enquanto se esforça para lidar com

a diminuição da disponibilidade de recursos do governo e o aumento da “clientelização”. Além disso, esse modelo de governança se encaixa bem com a natureza mais exuberante do setor de lazer e a reconhecida contribuição do lazer público e cívico para o capital social da comunidade. Em face disso, o cidadão tornou-se um usuário ou cliente, um parceiro e, por vezes, como membro da coletividade, um cidadão acionista.

Ao substituir os remos pelo leme,¹⁴ o governo está dividindo o poder sobre o qual ele detinha o monopólio. Ele não tem mais responsabilidade pelos serviços públicos. Forçado a fazer escolhas e construir um relacionamento com a sociedade civil, o governo busca a convergência entre a sua visão de serviço público e os valores cívicos: ao consultar os cidadãos acionistas, ele os convida para o diálogo.

Como parceiros, os cidadãos e as associações criadas por eles são encarregados de vários serviços públicos, com diferentes níveis de independência. Os acordos de parceria nos quais o governo transfere fundos e as obrigações pela prestação de contas colocam em questão a ação independente da sociedade civil. A linha entre parceria e terceirização pode ser difícil de traçar. As associações são parceiras ou agentes?

Para esclarecer essa questão, o governo de Québec e organizações e associações comunitárias trabalharam para elaborar a Política de Reconhecimento e Apoio à Ação Comunitária.¹⁵ Essa política reconhece certas características das organizações democraticamente estruturadas que trabalham para melhorar a qualidade de vida em suas respectivas comunidades. Ela reconhece a necessidade de manter uma distância crítica entre essas organizações, o governo e a ação independente da sociedade civil. Por outro lado, o governo deve ajustar sua proposta de financiamento dessas organizações, distinguindo entre o financiamento de missões básicas e o financiamento de projetos especiais. As exigências de prestação de contas também serão ajustadas em conformidade. Embora apoie os critérios de transparência e rigor na gestão financeira, a política afirma que existe uma diferença entre o apoio público a uma missão independente reconhecida como sendo de interesse público e

as exigências de prestação de contas para mandatos ministeriais específicos com objetivos precisos e mensuráveis. Com a missão independente reconhecida e apoiada, a prestação de contas pode incidir sobre os critérios da boa gestão de acordo com a ética do serviço público e os resultados definidos pela própria organização.

Essas nuances não têm sido necessariamente compreendidas em todo o Québec nas negociações envolvendo a associação governo-lazer. A nova proposta de “parceria” na década de 1990 foi mais uma proposta de terceirização parcial, de acordo com a qual as associações assinaram e, muitas vezes, continuam a assinar o mesmo contrato após um contato limitado com o contratante. No entanto, há um movimento em andamento para amenizar o desconforto que essa situação gera e para esclarecer as relações de uma forma que respeite ambas as partes. Por um lado, os eleitos locais se sentem como se tivessem perdido poder – alguns gostariam de recuperar essas responsabilidades no nível municipal, uma impossibilidade financeira. Por outro, as associações lamentam a ausência de negociações genuínas entre os parceiros para chegar a acordos em que ambas as partes definiram as suas obrigações de forma clara, e não apenas as obrigações da Non-Profit Organization (NPO). Essas associações estão conscientes tanto de suas próprias capacidades quanto da necessidade de especificar qual governo irá contribuir. Há sinais no horizonte de mandatos públicos mais precisos e de acordos de cooperação que irão substituir os contratos de serviço, embora esta última opção continuará sendo útil em casos específicos. Geralmente, há uma tendência de “trabalhar com” mais do que ter alguém para fazer todo o trabalho, além de um esforço para falar sobre a cooperação multipartite entre as redes de parceria.

Essa análise das tendências e dificuldades na governança de Québec ilustra as bases do modelo quebequense e os desafios que ainda ameaçam a forçá-lo a adotar uma abordagem centrada no cliente que reduza significativamente a sua contribuição social e comunitária.

Elaboração de políticas: uma responsabilidade dividida na era da internet

Como se faz para ilustrar o modelo de Québec? Não existem leis, decretos ou regulamentos municipais que definem ou regem a estrutura operacional do sistema de oferta de bens e serviços de lazer. Em Québec, todos, do governo ao cidadão comum, têm que contribuir de alguma forma. Em sentido estrito, o modelo de Québec é um empreendimento social. Em sentido tradicional ou histórico, é como uma grande construção coletiva à maneira das sociedades de abelhas.

Os cidadãos recebem serviços e suporte de rede em nível local, regional e provincial, os quais são organizados em diferentes graus. Essas redes são constituídas primordialmente por organizações democráticas da sociedade civil e secretarias e instituições do governo provincial e municipal.

As redes se comunicam e mantêm relações entre si e com seus membros: cliente/servidor, contratantes principais, subcontratantes, parceiros e organizações concorrentes. Ocasionalmente, essas relações envolvem o compartilhamento de informações, o que pode levar os cidadãos, as organizações ou o governo a mudarem seu comportamento ou sua política. Isso torna a organização dessas redes extremamente variadas e limita a capacidade de responsabilizá-las por meio de uma hierarquia. Em vez disso, podemos falar sobre as organizações em movimento e evitar, a todo custo, tentar descrevê-las usando um fluxograma. Descrever o modelo de Québec implica apresentar mundos diferentes, identificando seus atores, descrevendo onde eles convergem e qualificando os laços entre eles.

A forma mais adequada para ilustrar esse modelo é usar a internet como uma metáfora, uma vez que tal palavra é a abreviação de *INTERconnected NETWORKS*. Sob esse ponto de vista, a elaboração de políticas é um processo social, uma conquista democrática que se baseia no princípio de que todos são responsáveis pelos seus hábitos de lazer e no fato de que o lazer traz benefícios sociais, culturais e econômicos.

Notas

- ¹ Este artigo é baseado em: THIBAULT, 2008.
- ² Estatística Canadá, CANSIM, tabela (*pay use*) 203-0001. Atualização em 1º ago. 2007.
- ³ Estatística Canadá, tabela 203-0001: *Survey of Household Spending* (SHS), gasto doméstico, categorias reunidas de acordo com a província, território e áreas metropolitanas, anual (tabela), CANSIM (banco de dados). Disponível em: <cansim2.statcan.ca/cgiwin/cnsmcgi.exe?Lang=F&CANSIMFile=CII\CII_1_F.htm&RootDir=CII>. Acesso em: 9 jan. 2008.
- ⁴ THIBAULT, 2006. A citação é tradução do autor, assim como todas as outras citações de fontes em francês presentes no texto.
- ⁵ THIBAULT, 2006.
- ⁶ BELLEFLEUR, 1997, p. 12. Esse trabalho excepcional analisa a evolução do lazer em Québec e é uma referência vital para a compreensão do modelo contemporâneo descrito neste texto.
- ⁷ GODBOUT, 1983, p. 35.
- ⁸ ETZIONI, 1968, p. 6.
- ⁹ PUTNAM, 1995.
- ¹⁰ HABERMAS, 1996, p. 231.
- ¹¹ Estatística Canadá, 2004, catálogo n. 61-533-XIE.
- ¹² Estatística Canadá, 2006. *Caring Canadians, Involved Canadians: Highlights from the 2004 Canada Survey of Giving, Volunteering and Participating*. Catálogo n. 71-542-XIE, p. 10.
- ¹³ THIBAULT; FORTIER; ALBERTUS, 2007, p. 46.
- ¹⁴ OLSON; GAEBLER, 1993.
- ¹⁵ Governo de Québec, 2001. *Community Action: a Crucial Contribution to the Exercise of Citizenship and the Social Development of Québec*. Ministère de l'Emploi et de la Solidarité Sociale.

Referências

- BELLEFLEUR, M. *L'évolution du loisir au Québec: essai sociohistorique*. Québec City: Presses de l'Université du Québec, 1997.
- ETZIONI, A. *The Active Society*. New York: Free Press, 1968.
- GODBOUT, J. *La participation contre la démocratie*. Montréal: Éditions Saint-Martin, 1983.

HABERMAS, J. *Between Facts and Norms: Contribution to a Discourse Theory of Law and Democracy*. Trad. W. Rehg. Cambridge: MIT Press, 1996.

OLSON, D.; GAEBLER, T. *Reinventing Government: How the Entrepreneurial Spirit is Transforming the Public Sector*. New York: Plume Books, 1993.

PUTNAM, R. *Bowling Alone: America's Declining Social Capital*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995.

THIBAUT, André. Les grands enjeux en loisir et les défis du système québécois. *Observatoire Québécois du Loisir*, v. 4, n. 3, p. 1, 2006.

THIBAUT, André. *Public and Civic Leisure in Québec: Dynamic, Democratic, Passion-Driven and Fragile*. Québec City: Presses de l'Université du Québec, 2008.

THIBAUT, A.; FORTIER, J.; ALBERTUS, P. *Rendre compte du mouvement bénévole au Québec*. Rapport de recherche déposé par le Laboratoire en loisir et vie communautaire au Réseau de L'action Bénévole du Québec (RABQ), 2007.

Derek Casey

Gestão do lazer

Introdução

Digite a expressão “políticas de lazer” em qualquer ferramenta de pesquisa e você obterá bem mais de 200 mil resultados. Alguns se relacionam à vasta gama de cursos disponíveis em universidades de todo o mundo; outros se referem à crescente oferta de oportunidades de lazer fornecidas pelo setor comercial; já outros são resumos, de complexidade e qualidade variadas, das políticas de lazer das cidades, regiões e países. A partir dessa diversidade de informações, um fator fica claro: o investimento de tempo, dinheiro e recursos humanos relacionado com as políticas de provisão e desenvolvimento de oportunidades de lazer está crescendo a uma taxa significativa.

Digite a expressão “práticas de lazer” na mesma ferramenta de pesquisa e os resultados são significativamente diferentes. Há poucas referências e menos evidências sobre os efeitos dos investimentos de recursos em formulação de políticas que foram seguidas por implementação. Em suma, há muitas vezes uma tendência, por parte dos provedores de lazer, de serem enfáticos ao promover a teoria; e menos vigorosos ao publicar os resultados da implementação de políticas por meio de práticas efetivas.

Entre outras questões, este artigo:

- examina formas pelas quais as políticas e as práticas de lazer têm sido desenvolvidas;
- considera diferenças de enfoque em países ao redor do mundo;
- avalia questões práticas relacionadas à demanda e oferta de oportunidades para a comunidade local e para os turistas.

Além disso, este artigo também considera a relevância do lazer em todo o mundo e avalia o realismo de sua posição no desenvolvimento social, cultural e econômico de comunidades.

A importância do lazer

Algo comum a todas as várias descrições encontradas na internet é o foco repetido na justificativa da importância do lazer. É interessante especular quando esse número de repetidas justificativas (geralmente autojustificativas) irá diminuir. É tido como certo que haverá investimentos dos governos locais e nacionais em áreas como saúde, educação, transporte e outros serviços públicos. Talvez seja o curto tempo de vida do conceito de lazer que requeira tal contínua justificativa; talvez seja a falta de compreensão do seu papel; talvez seja porque ele é ainda visto, erroneamente, como periférico ao desenvolvimento social, cultural e econômico prioritário. Antes de considerarmos como promover o lazer a um patamar mais alto, será útil recordar por que ele ainda é importante e relevante.

Em essência, o lazer inclui recreação, esporte, atividades ao ar livre, artes, expressão cultural, eventos e festivais, atrações voltadas para visitantes, boa forma, entretenimento e turismo. Ele está fortemente ligado a outras áreas, como educação, preservação e desenvolvimento da mídia e da economia. Seus benefícios se estendem a cinco áreas principais:

1. Benefícios à saúde

- Prazer e diversão

- Melhora da saúde física e mental
 - Melhora do equilíbrio trabalho/vida
2. Benefícios sociais
 - Desenvolvimento de habilidades
 - Oportunidades de aprendizado
 - Melhora da autoestima
 - Expressão criativa
 3. Benefícios à comunidade
 - Coesão familiar e comunitária
 - Identidade comum
 - Mais escolas e mão de obra produtivas
 - Veículo de interação e comunicação
 4. Benefícios ambientais
 - Desenvolvimento de uma maior compreensão dos desafios ambientais
 - Transporte “Verde”, exemplo: ciclismo
 - Melhor administração para as futuras gerações
 5. Benefícios econômicos
 - Oportunidades de emprego
 - Oportunidades comerciais
 - Revitalização física
 - Investimento interior

Promovendo a importância do lazer

Essa lista um tanto estéril é típica do que poderia ser incluído em qualquer projeto elaborado por um município na área de políticas de lazer. No campo do lazer, precisamos melhorar continuamente a forma como promovemos a questão para aqueles que tomam as decisões e elaboram políticas. Somente assim veremos o lazer em suas várias formas tornar-se relevante e cada vez mais central ao planejamento e provisão.

Para alcançar esse objetivo, precisamos associar, de forma mais clara, a promoção do lazer a estratégias locais e nacionais. Com muita frequência, os gestores do lazer têm defendido a importância do lazer; com muita frequência, os políticos não têm compreendido seu papel em todas as várias áreas do desenvolvimento estratégico por que têm responsabilidade.

As cinco áreas listadas descrevendo onde e como o lazer é importante poderiam facilmente ser traduzidas em cinco áreas-chave do desenvolvimento que a maioria dos países inclui em seus objetivos estratégicos – países que são mais saudáveis, justos, verdes, fortes, e ricos.

É responsabilidade dos gestores do lazer tentar garantir que a estratégia nacional global e seus elementos constituintes incluam referências ao lazer. Esse amadurecimento da profissão ajudará a identificar o papel do lazer em seu próprio mérito como um colaborador (da mesma forma como acontece com a educação, saúde e transporte) com as prioridades nacionais – uma abordagem integrada e não periférica ou dissociada:

Lazer	↔	Estratégia	↔	Mais saudável
Lazer	↔	Estratégia	↔	Mais justo
Lazer	↔	Estratégia	↔	Mais verde
Lazer	↔	Estratégia	↔	Mais forte
Lazer	↔	Estratégia	↔	Mais rico

A ênfase nesse artigo recai sobre estratégias – tanto sobre estratégias nacionais globais quanto sobre a contribuição que o lazer pode dar a elas. Caso contrário, há o risco de que os vários colaboradores do desenvolvimento de indivíduos, comunidades e países trabalhem de forma isolada em uma abordagem de provisão pouco coordenada. Tomando o esporte como exemplo, há um claro *continuum* que vai da oferta de serviços aos jovens até àqueles que competem nos mais altos níveis de desempenho. O *continuum* requer diferentes atores trazendo diferentes contribuições, mas todos integrados por meio de uma abordagem estratégica clara.

O *continuum* do desenvolvimento do esporte

Base – o encorajamento da “alfabetização física e do movimento entre seus filhos”, para o qual pais, escolas e organizações recreativas dão a contribuição mais significativa.

Participação – o encorajamento da participação em massa da comunidade, para o qual escolas, municípios, clubes, universidades e setor privado dão a contribuição mais significativa por meio da provisão de educação, instalações, espaços e oportunidades de desenvolvimento do esporte.

Desempenho – o encorajamento do melhor desempenho daqueles que mostram talento, para o qual escolas, clubes, municípios, órgãos nacionais de gestão do esporte e governos provinciais dão a contribuição mais significativa por meio da provisão de instalações e treinamento especializado.

Excelência – o encorajamento de atletas de alto nível competindo em nível nacional ou internacional, para o qual os órgãos de gestão do esporte e o Governo Federal podem dar a contribuição mais significativa por meio de instalações, financiamento e realização de eventos de grande porte.

O último ponto – *realização de eventos de grande porte* – é um exemplo claro de uma questão que, dissociada das estratégias nacionais existentes, pode ter um impacto negativo na cidade ou país sede. Vários estudos deixam evidente que os benefícios de realizar eventos de grande porte podem ser notavelmente superestimados, enquanto seus custos são significativamente subestimados. Isso se deve em grande parte ao processo de licitação que atribui aos promotores de tais eventos a responsabilidade de fazer com que o evento seja visto da melhor forma em nível nacional e internacional. Geralmente, esses promotores têm pouca preocupação com o efeito de longo prazo do evento na comunidade sede, já que isso não é responsabilidade deles.

Mais uma vez, é preciso reforçar a importância de incorporar a licitação e a organização de eventos de grande porte ao contexto estratégico existente, ao invés de discursar sobre o “legado” de tais eventos. É mais importante – logo na primeira ideia de abrir licitação para um evento – perguntar: como a organização desse evento pode impulsionar estratégias existentes, de forma mais rápida, profunda, avançada e mais sólida e sustentável?

Em suma, sempre é preciso demonstrar a relevância do lazer e ao mesmo tempo ser realista sobre seu peso em relação a outras demandas de investimento público, voluntário ou privado. Há diferentes atores e ingredientes diversos. A mistura se mantém coesa por meio de uma estratégia clara e negociada. Há uma tendência de esquecer que a profissão do lazer é relativamente nova e somente com o amadurecimento sua relevância total será vista e aceita em um mundo onde há crescente competição por recursos para investir em indivíduos, comunidades e países.

O lazer e o indivíduo: relevância

Salienta-se que a provisão de oportunidades de lazer ao indivíduo é um fenômeno relativamente recente. No Reino Unido, por exemplo, a principal provisão, em termos de esporte, diversão e recreação, dentro

da comunidade, tem sido uma característica apenas dos últimos 40 anos. Antes disso, a participação na maioria das atividades de lazer era uma ocupação reservada aos membros mais abastados da sociedade. Havia provisão de piscinas, mas isso estava ligado essencialmente a uma agenda de saúde e não diretamente ao divertimento. No final do século XIX, os museus eram reservados a pesquisadores que tinham que solicitar acesso e justificá-lo em relação às suas ocupações acadêmicas. Até mesmo nos anos de 1960, no Reino Unido e na maior parte da Europa ocidental, não havia departamentos de lazer nos municípios; não havia cursos de estudo do lazer nas universidades; o turismo internacional de massa era, em grande parte, desconhecido.

Nesse contexto, foi de forma visionária que os primeiros membros da World Leisure Organization (WLO) estabeleceram a organização 50 anos atrás – talvez com alguma ideia do provável crescimento do setor. Porém, não importa quão visionários tenham se mostrado, eles não poderiam ter antecipado a dimensão, a abrangência e a rapidez do crescimento que temos visto nas últimas quatro ou cinco décadas.

Foi com o crescimento da democracia no século XX que se começou a notar uma maior provisão de oportunidades de lazer como centros esportivos, acesso a museus, viagem e turismo no Reino Unido, nas Américas do Norte e do Sul, nas demais partes da Europa ocidental e em muitas outras partes do mundo. De forma semelhante, atualmente, em áreas da Europa que pertenciam à antiga União Soviética, o aumento da democratização está levando à demanda de acesso comunitário e ao abandono da provisão seletiva e elitista. Há inúmeras razões para se esperar que a mesma tendência seja vista em outros países desenvolvendo processos mais democráticos. Foi interessante observar como as Nações Unidas identificaram o papel do lazer, em todas as suas formas, no avanço do processo de democratização declarado em suas metas para o milênio, por exemplo: “Todos têm o direito ao descanso e lazer, incluindo uma razoável redução das horas de trabalho e feriados remunerados periódicos.”¹

Nas últimas décadas, as defesas da importância do lazer para o indivíduo e a comunidade se tornaram mais fortes e mais abrangentes, por exemplo, em relação:

- ao papel do esporte no combate a comportamentos antissociais entre os jovens;
- à contribuição da atividade física para a agenda da saúde;
- à contribuição dos festivais e eventos comunitários na atração de turistas;
- ao papel de grandes eventos no desenvolvimento e criação de empregos;
- à coerência comunitária por intermédio do voluntariado;
- ao encorajamento da integração social entre migrantes nas comunidades.

Essas e outras defesas têm levado o lazer, em suas várias formas, a fazer parte do pensamento prioritário de alguns governos. Porém, muito precisa ser feito para sustentar tais defesas. Evidência concreta de uma ligação causal entre defesa e resultado é geralmente difícil de encontrar. Em uma época em que o cálculo é vital para atrair investimentos, o lazer tem frequentemente deixado a desejar quando justificativas são procuradas.

O lazer e o indivíduo: realismo

Apesar da maior ênfase nas últimas décadas, o lazer continua na obscuridade no que diz respeito aos municípios. Em muitas partes do mundo, os municípios se deparam com demandas dentro das comunidades que sempre empurram o lazer para segundo ou terceiro lugar. Como foi demonstrado, as Nações Unidas, em sua Declaração dos Direitos Humanos, afirma que os indivíduos têm direito ao lazer. Isso é admirável e encorajador. Porém, para muitos, ele é mais um direito

secundário atrás dos direitos fundamentais relativos à vida, à liberdade, à segurança e aos meios básicos para viver o dia a dia.

Nesse contexto, precisamos ser realistas sobre o papel e a relevância do lazer em termos globais. Ele não é um substituto para as provisões básicas; *ele não é uma panaceia para todos os problemas da vida urbana ou rural*. Mas, sem dúvida, ele contribui de forma significativa e melhora a vida dos indivíduos – dizer o contrário seria subtrair os milhões que participam de atividades de lazer, aqueles que estão reivindicando mais tempo de lazer, os complexos sistemas de prestação de serviços montados para oferecer oportunidades e a importância global que ele alcançou.

Relativamente recém-chegado em importância global, certamente; *mas que parece estar se desenvolvendo a uma taxa significativa*. Aceitar sua relevância sendo realista sobre sua contribuição global é o próximo passo da sua evolução.

O lazer e a comunidade: relevância

Dentro das comunidades de todo o mundo, há excelentes exemplos da relevância do lazer, em suas várias formas, para as vidas dos membros individuais dessas comunidades – a mulher idosa, cujo principal contato social pode ser por meio da participação do curso de artes local; o jovem, cujo aprendizado sobre trabalho em grupo vem por meio da disciplina de um esporte; a jovem, cujo emprego veio de um envolvimento voluntário com música; a coesão familiar resultante de um envolvimento em atividades ao ar livre.

No processo de promoção do lazer junto aos que tomam as decisões, são geralmente essas experiências pessoais que balançam os últimos na área de investimento. Porém, para muitos municípios, a razão para o investimento em lazer está ainda mais ligada ao desenvolvimento econômico. Isso se aplica particularmente às cidades por todo o mundo que estão em competição entre si no mercado interno e internacional

por investimento interno que gere empregos, revitalização e, acima de tudo, maior crescimento sustentável.

Reconhece-se cada vez mais que tal investimento interno está intimamente relacionado à percepção de que as cidades competem por tal investimento. Nada mostra isso mais claramente do que o levantamento anual das cidades europeias de Cushman & Wakefield Ltd.² Esse levantamento resume as visões de gerentes seniores e membros de diretoria de 500 das maiores empresas da Europa sobre locais preferidos nas decisões sobre onde relocar ou investir mais. Os cálculos que baseiam as tomadas de decisões incluem as provisões de unidades de lazer, a qualidade de vida na cidade e o meio ambiente como um todo no qual o negócio e, conseqüentemente, a mão de obra serão alocados. Os resultados em 1990 são comparados a seguir àqueles dos últimos anos.

<i>Cidade</i>	<i>Classificação</i>					
	1990	2001	2002	2003	2004	2006
Londres	1	1	1	1	1	1
Paris	2	2	2	2	2	2
Frankfurt	3	3	3	3	3	3
Barcelona	11	6	6	6	6	4
Bruxelas	4	4	4	4	4	5
Amsterdã	5	5	5	5	5	6
Madri	17	8	7	7	7	7
Praga	23	21	16	17	13	13
Varsóvia					20	18
Bucaresta						29
Glasgow	10	19	21	21	24	26
Atenas	22	29	28	30	30	32

Todas as cidades na Europa estão enfrentando problemas semelhantes relativos ao desenvolvimento das novas economias do antigo bloco oriental, à transferência de muitos prestadores de serviços para

países como Índia, Malásia e outros na Ásia e à maior competição nos mercados globais. Cada uma das cidades listadas acima e muitas outras em toda a Europa e no mundo estão conscientes da necessidade de investimento contínuo em sua infraestrutura, se elas quiserem sobreviver à competição cada vez maior e mais intensa dentro do mesmo país e com competidores internacionais – particularmente em 2009 e a partir de então, na medida em que a crise econômica global aperta cada vez mais.

A percepção não é fato, mas é realidade. Todas as cidades precisam ser vistas como bons lugares para trabalhar, descansar e se divertir. Isso é certamente o caso daqueles consistentemente no topo da lista – Londres e Paris. Porém, de todas as cidades listadas, as melhorias mais espetaculares relacionam-se a Barcelona, Madri, Varsóvia, Bucareste e Praga. Das últimas, a renascença de Praga na República Tcheca foi construída com base no turismo, com uma divulgação efetiva dos atrativos históricos da cidade, melhores vias de transporte – geralmente por transportadoras de baixo custo – e o reconhecimento de uma mão de obra bem educada e mais barata.

Entre as primeiras – Barcelona e Madri – os autores do relatório afirmam:

A ascensão das cidades espanholas mostra uma clara ligação entre uma cidade vista como empenhada em se desenvolver e a percepção de que a cidade é um bom local para negócios.³

Não se deve deixar de mencionar que a ascensão de Barcelona na tabela de classificação dos países coincide com a organização dos Jogos Olímpicos na cidade em 1992. Talvez mais do que qualquer cidade antes ou depois, Barcelona tirou proveito dos Jogos ao empreender uma revitalização maciça da cidade à custa do aumento das atividades de lazer, que incluem desde esportes até museus, artes, recreação ao ar livre e, é claro, turismo.

No outro lado da tabela, Glasgow, na Escócia, não teve o mesmo êxito. Glasgow é uma cidade que, podendo certamente se gabar, esteve no centro da revolução industrial mundial nos séculos XVIII e XIX.

Com o declínio das indústrias pesadas, ela teve e, até certo ponto, ainda tem problemas significativos nas áreas de habitação, saúde e economia. Durante todo o período das décadas de 1980 e 1990, ela investiu significativamente em cultura, artes e esportes, mas claramente não foi capaz de impedir sua queda em relação aos países indicados na tabela. Hoje, há maior compreensão da necessidade de melhorar a visão da cidade, e planos para grandes eventos de esportes e artes junto com a revitalização física da cidade são parte da política de planejamento prioritária. O lazer se encontra no coração de suas políticas-chave. Como sua estratégia econômica para 2003-2005 diz: “Se Glasgow quiser continuar seu renascimento econômico, ela deve melhorar sua competitividade nacional e internacional.” A cidade está determinada a alcançar tal objetivo, e o lazer é central em suas ambições. Sua vitória recente na eleição para sediar os Jogos da Comunidade Britânica em 2014 é mais um sinal de sua determinação em se reposicionar no palco mundial.

Por último, uma posição significativa diz respeito a Atenas, no 30º lugar em 2004 – no mesmo ano em que a cidade sediou os Jogos Olímpicos de Verão. A organização dos Jogos mudará a visão da cidade como um lugar bom para trabalhar, descansar e se divertir? Talvez, mas, da mesma forma, a visão pode ser a de que a cidade foi bem-sucedida na organização dos Jogos, porém no geral não demonstrou muito bem sua habilidade de tirar proveito da promoção da cidade no período de três semanas. Aí se encontra a diferença de enfoques de Barcelona e Atenas. A organização dos Jogos Olímpicos de Barcelona foi parte de um processo, parte de uma estratégia nacional, não o próprio processo. Em suma, os Jogos foram centrais em um plano de grande extensão para a cidade, a não ser no período bem anterior e muito depois dos Jogos. Esse enfoque é crucial em termos de formulação e implementação de políticas para o lazer.

O lazer e a comunidade: realismo

A provisão do lazer pode fazer uma diferença significativa para a visão de uma cidade. Porém, precisamos ser realistas sobre a escala da provisão e sobre as implicações para a receita pública aí envolvidas. No Reino Unido, a introdução de uma loteria nacional significou que, pela primeira vez, fundos substanciais fossem disponibilizados a instalações de lazer. No período de 1995 a 2002, uma vasta gama de novos prédios de esportes e artes foi construída e atrações para visitantes concluídas. Em todos os casos, os negócios eram bastante sólidos, mas se deu pouca atenção ao efeito cumulativo – com todos eles competindo por quase os mesmos tipos e números de visitantes. Em tais circunstâncias, há necessidade, mais uma vez, de um planejamento integrado nos níveis nacional e local.

Em outros tipos de provisão à comunidade em muitos países, temos visto uma competição crescente entre o setor privado e os provedores comerciais, frequentemente nos mesmos mercados, como o de saúde e boa forma e o de atrações voltadas para visitantes. Na Europa ocidental tem havido uma contínua extinção dos serviços de lazer em muitos municípios. A competição dos provedores comerciais fez com que esses assumissem o controle sob a operação de instalações até então públicas; em outras áreas, a frequência de público em unidades comerciais fez com que as autoridades públicas com operações de bem-estar social mais tradicionais necessitassem cada vez mais de subsídios.

Em síntese, as cidades começaram a reconhecer que a provisão de lazer é um entre os vários índices-chave que funcionam como atrativos da cidade para os residentes locais e para o investimento interno. Mais uma vez, o lazer não está sozinho em tal processo, mas é uma das forças motrizes trabalhando em parceria com outros serviços.

O lazer e o país: relevância

Até então consideramos a relevância e os efeitos do lazer nas aspirações pessoais de indivíduos e nas estratégias econômicas de cidades e suas comunidades. Coletivamente, tal relevância e efeitos são importantes em nível nacional e devem ser incluídos nas estratégias nacionais para o desenvolvimento do lazer.

Em todo o mundo, o desenvolvimento de políticas e práticas de lazer se encontra em diferentes estágios:

- Na Europa ocidental, há um deslocamento gradual (mas evidente) das políticas baseadas no bem-estar da democracia social para enfoques em políticas empresariais.
- Na Europa oriental, os países do antigo bloco do leste estão começando a empregar o lazer como uma ferramenta em seu movimento em direção à economia de mercado.
- Na China, há uma classe média em crescimento começando a reivindicar acesso a unidades de lazer de grande porte, com o crescimento de atividades como iatismo e golfe, refletindo as atividades de sociedades ocidentais mais ricas.
- Em muitos países em desenvolvimento, há uma ênfase no desenvolvimento do turismo, com desenvolvimentos em infraestrutura orientados para atender uma demanda real ou antecipada.

É nesta última área – turismo e viagem – que a política de lazer em nível nacional é tão frequentemente orientada, e as estatísticas relevantes sublinham o porquê. De acordo com a Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas, o turismo de entrada tem visto um crescimento acentuado nos últimos anos – de 536 milhões de “chegadas de turistas internacionais” em 1996 a 925 milhões em 2008. Porém, a fragilidade do mercado é vista nos resultados dos últimos meses de 2008 e início de 2009, quando houve queda de crescimento na Europa (-3%) e na Ásia (-3%), embora um crescimento modesto tenha ocorrido nas Américas do Norte e do Sul, África e Oriente Médio. Como a Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas afirma:

A recessão econômica, combinada com as atuais incertezas, a extrema volatilidade do mercado e o declínio na confiança tanto do consumidor quanto dos negócios devem continuar a atingir a demanda por turismo – pelo menos a médio e curto prazos.⁴

Para muitos países, o turismo é um gerador de renda significativo – mesmo se eles nem sempre estão conscientes disso. Por exemplo, no Reino Unido somente houve pleno reconhecimento da dimensão do turismo nos círculos do governo quando o surto de “febre aftosa” no gado prejudicou bastante a atividade turística em grandes áreas do interior. Ainda assim, o turismo responde por 12,2% do Produto Interno Produto (PIB) no Reino Unido.

O mercado está em constante mudança e novos atores estão emergindo. O mais significativo desses, certamente, é a China. Hoje, os Estados Unidos é o país mais visitado. Em 2020, será a China. No mesmo ano, o número de turistas japoneses nos Estados Unidos irá superar os do Canadá e do México. Na Europa, a tendência indica um maior número de visitantes a países como Eslovênia, Croácia, Hungria e os Estados Bálticos da Estônia, Letônia e Lituânia, enquanto na África o investimento em turismo em países como a Tunísia e o Marrocos produzirá dividendos em termos de número de visitantes e renda.

O lazer e o país: realismo

O crescimento do turismo nas últimas décadas tem sido um fenômeno significativo e empolgante. Porém, já se reconhece que com muita frequência que o turismo teve no passado efeitos não muito positivos para os países com superexploração de recursos e da comunidade local. Hoje, porém, parece haver uma atitude mais responsável que se apresenta à sustentabilidade de longo prazo.

O exemplo mais recente disso encontra-se no “Modelo para o Novo Turismo”, publicado em seu Encontro Geral em Nova Déli, em abril de 2005, pelo Conselho Mundial de Viagem e Turismo. Ecoando o

encorajamento da Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas, a WTTC (que vem de uma posição mais comercial) definiu um “novo parâmetro estratégico garantindo que a viagem e o turismo sirvam a todos no futuro”.

O Conselho vê a viagem e o turismo trabalhando em parceria, trazendo resultados consistentes, baseados:

- no reconhecimento, por parte dos governos, da viagem e turismo como grandes prioridades;
- no equilíbrio entre a economia, as pessoas, a cultura e o meio ambiente promovido pelos negócios;
- na busca compartilhada de crescimento e prosperidade a longo prazo.

O equilíbrio sugerido pela WTTC é um objetivo louvável que, com o monitoramento cuidadoso e consistente, poderia fornecer a própria base para o crescimento sustentável que eles e outros no ramo do turismo procuram. Com mais ou menos 10% do Produto Interno Bruto Global vindo do turismo, 250 mil empregos envolvidos e um crescimento em torno de 4,6% ao ano, é um objetivo que se for alcançado exigirá um enfoque estratégico negociado entre os setores público e privado, trabalhando em parceria e não de forma isolada ou em competição.

Como a WTTC indica:

O novo turismo requer uma parceria muito mais forte entre o setor privado e as autoridades públicas. Ele está orientado a trazer produtos comercialmente bem-sucedidos, mas de forma a garantir benefícios para todos. O novo turismo visa além das considerações de curto prazo. Ele foca nos benefícios não apenas para as pessoas que viajam, mas também para as pessoas nas comunidades visitadas, e em seus respectivos ambientes naturais, sociais e culturais.⁵

O lazer e, em particular, o turismo têm o potencial de alterar o próprio caráter dos países. Onde ele o fez, o país sofreu as consequências a longo prazo, já que é o caráter essencial que funciona como um ímã para o turismo de entrada. Em países como Maurício, no oceano Índico, a forte confiança na indústria do açúcar de beterraba foi

recompensada com uma indústria de turismo bem gerida, de alto nível e rendimento. Em muitos outros países africanos, o ecoturismo encontrou o equilíbrio exato entre o turismo de entrada e o desenvolvimento da comunidade.

Responsabilidades

Às duas palavras *relevância* e *realismo* é preciso acrescentar uma terceira, *responsabilidade*, para desenvolver políticas e programas efetivos. No campo do lazer, não há um método correto de como prover os serviços, já que o melhor sistema é aquele que trabalha para cada comunidade e país. Para alcançar esse objetivo, ao definir o enfoque estratégico, quatro questões-chave são vitais:

- Qual é o objetivo global a ser alcançado em relação ao indivíduo, à comunidade e ao país – ou seja, qual é a postura filosófica global? Para alguns países, tem sido a provisão à comunidade em detrimento de instalações e eventos nacionais e internacionais; em outros, tem sido a ênfase em alta cultura ao invés do esporte; em outros, tem sido o objetivo de encontrar um equilíbrio interno entre todos os tipos de provisão. Nenhuma decisão é necessariamente correta, o que importa é que haja uma postura filosófica clara.
- Quais são as funções mais detalhadas necessárias para alcançar os objetivos – provisão de instalações, de programas ou de infraestrutura?
- Quem é responsável por cada uma das funções, seja dentro dos setores público, privado, comercial ou de voluntariado? Como a coordenação deve proceder?
- Quem é responsável pelas demandas financeiras para alcançar o objetivo global e em qual período de tempo?

Nós podemos observar diferentes abordagens funcionando em diferentes países:

- Na França, abordagem de planejamento central.

- Na Alemanha, abordagem descentralizada em suas várias regiões (*Lander*).
- No Reino Unido, abordagem cada vez mais intervencionista do governo em órgãos públicos anteriormente independentes e semiautônomos.
- Nos Estados Unidos, abordagem amplamente regida pelo mercado.
- Na Austrália, parceria entre o governo central e o provincial.

Seja qual for a abordagem, a parceria entre todas as agências de provisão é crucial em cada área definida, sejam elas escolas, clubes voluntários, município, setor educacional, provedores comerciais, governos provincial ou nacional.

A agenda é desafiadora, mas ela se relaciona com uma área que, por si só, é enorme em dimensão, abrangência e potencial. O lazer é uma das áreas de interesse de crescimento mais rápido do planeta – o problema é como moldá-lo efetivamente. Mas que problema formidável de se ter!

Notas

- ¹ UNITED NATIONS, artigo 24, 1948.
- ² CUSHMAN & WAKEFIELD LTD., 2009.
- ³ CUSHMAN & WAKEFIELD LTD., 2009.
- ⁴ UNWTO, 2009.
- ⁵ WTTC, 2005.

Referências

- CASEY, D. G. *et al. Laying the Foundations: A Review of Sport in Schools in Scotland*. [S.l.]: [s. n.], 1988.
- CUSHMAN & WAKEFIELD LTD. Knowledge Center. Survey of European Cities, 2009.

UNITED NATIONS. *The Universal Declaration of Human Rights*, article 24, 1948.

UNWTO – United Nations World Tourism Organisation. *World Tourism Barometer*. January 2009.

WTTC – World Travel and Tourism Council. *Blueprint for New Tourism*. Published at its General Meeting in New Delhi by the World Travel and Tourism Council, April 2005.

Carla Andréa Ribeiro
Daniel M. D. Teixeira
Duval Magalhães Fernandes
Patrícia Z. M. de Moraes
Vânia Noronha

Avaliação do Programa Esporte e Lazer da Cidade

Construção participativa de
componentes

Introdução

O presente artigo apresenta algumas reflexões possíveis originadas da primeira fase da pesquisa avaliativa¹ realizada no Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), do Ministério do Esporte (ME).

Trata-se da pesquisa demandada no Edital de Chamada Pública do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede CEDES) 01/2008/ME/SNDEL/REDE CEDES, para projetos de pesquisa. Essa pesquisa avaliativa se enquadrou no tema 7, que tem como objeto de estudo a avaliação de políticas públicas e programas de esporte e lazer mantidos pelo Governo Federal (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade e Pintando a Cidadania). O escopo do projeto apresentado e aprovado inclui os dois principais programas do Ministério do Esporte: PELC e Segundo Tempo.

O PELC, criado em 2003, é gerenciado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer do Ministério do Esporte (SNDEL-ME). Visa, em síntese, suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daqueles sujeitos em situações de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições

de injustiça e exclusão social a que estão submetidos. Em termos de abrangência geográfica, o PELC pretende atingir todos os estados da federação e o Distrito Federal, por meio de atividades desenvolvidas no âmbito municipal e também sob a égide estadual, com participação de ONGs.

Já o Segundo Tempo é um programa gerenciado pela Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED), destinado a democratizar o acesso à prática esportiva por meio de atividades esportivas e de lazer realizadas no contraturno escolar. Tem a finalidade de colaborar com a inclusão social, o bem-estar físico, a promoção da saúde e o desenvolvimento intelectual e humano, assim como assegurar o exercício da cidadania.

Contexto da pesquisa

À medida que o esporte e o lazer são reconhecidos como direitos sociais, dever do Estado e da sociedade civil, é reconhecida a necessidade de política social que os concretize. Política social é aqui assumida como o conjunto de medidas e intervenções sociais que são impulsionadas pelo Estado e que têm como objetivo melhorar a qualidade de vida da população, especialmente dos grupos socialmente excluídos.²

Numa época em que as demandas pelo lazer crescem, em contrapartida são elevadas as exigências de uma gestão eficaz, eficiente e efetiva dos projetos e programas. Para isso, no entanto, é necessário o desenvolvimento de uma cultura voltada para o planejamento, o monitoramento e a avaliação que compreenda tais processos não apenas como instrumentos de definição de metas e acompanhamento de cronograma e fluxo de caixa, com vistas à captação de recursos e posterior prestação de contas aos financiadores, mas sim como excelentes ferramentas de aperfeiçoamento no processo de tomada de decisão da gestão dos projetos.³

Nesse sentido, a atenção entre os financiadores tem se voltado para a efetividade das ações, e não apenas para a eficiência e eficácia no cumprimento das metas. Em outras palavras: importa saber se, além de

uma utilização eficiente dos recursos, as ações alcançaram resultados e contribuíram para uma mudança positiva na situação-problema enfocada pelo projeto.

Considerando as necessidades dos gestores das políticas públicas, as pesquisas avaliativas desenvolvidas no âmbito da academia passam a adotar um arcabouço que permite configurar a avaliação como pesquisa social e como instrumento de gestão. Essa convergência orientou as escolhas realizadas no desenho do projeto de pesquisa em questão, considerando, principalmente, uma metodologia participativa para garantir a transferência de conhecimento gerado no âmbito da pesquisa.

Projeto de pesquisa

O projeto de pesquisa tem como propósito contribuir com a avaliação e a qualificação dos programas de esporte e lazer mantidos pelo Ministério do Esporte, realizando, no momento, um estudo para:

- elaborar sistema de monitoramento e avaliação para os programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo, considerando os enfoques: eficiência, eficácias quantitativa e qualitativa e efetividade/impacto;
- aplicar e testar o modelo, por meio de experiências piloto, validando-o para replicação.

Pretende-se também instituir um modelo de monitoramento e avaliação, o qual incorporará indicadores de processos e resultados que podem ser verificados num contínuo (monitoramento), e um método de avaliação em profundidade-efetividade, que poderá ser aplicado periodicamente.

Metodologia

Sistema de Monitoramento e Avaliação (M&A) é um conjunto de elementos interligados que compõem um modelo avaliativo. Isso representa a necessidade do estabelecimento *a priori* do que será avaliado, de acordo com determinados enfoques e por meio de indicadores e meios de verificação específicos.

Por conseguinte, produzir um modelo avaliativo em qualquer âmbito (atividade, serviços, projetos) pressupõe definir com clareza os resultados esperados (produtos), a metodologia e suas condicionantes, variáveis, relações das variáveis com os resultados, parâmetros avaliativos e de comparações e indicadores. Essa construção pode se orientar pela aplicação de recursos metodológicos da pesquisa científica no campo das Ciências Sociais, principalmente para as pesquisas avaliativas em profundidade, que levam em conta vários enfoques e, até mesmo, métodos quase experimentais, no caso de avaliação de impacto e efetividade. Assim, podem-se utilizar recursos de metodologia de planejamento, como, por exemplo, o Marco Lógico⁴ e o Planejamento Estratégico e Situacional,⁵ nos casos de avaliações de cunho gerencial.

A compreensão clara dos conceitos e da intencionalidade do uso do M&A deve ser algo observado com cuidado pelos responsáveis pela condução do processo. Conforme observado por Armani,⁶ uma ótima elaboração de uma ação ou política não é suficiente para o seu sucesso. Além de ação ou política bem elaborada, é necessário um ágil e eficaz sistema do gerenciamento da execução para controlar sua implementação. Essa capacidade gerencial é facilitada quando os processos de M&A são estabelecidos com clareza, explicitadas as expectativas e acertados os significados e sentidos atribuídos aos termos empregados.

O processo de produção do M&A consiste em duas etapas: a primeira é a delimitação dos objetos que serão avaliados e a indicação de como poderão ser verificados, os enfoques avaliativos e os meios. Essa etapa de concepção permite planejar de forma cumulativa a elaboração e implantação dos diversos elementos do sistema de M&A; a segunda etapa consiste na implantação, implementação e aperfeiçoamento dos componentes do M&A. São etapas da operacionalização do sistema e se sustentam na gestão da informação e na geração de conhecimento sobre o sistema de indicadores.

No presente projeto de pesquisa, foi proposta a metodologia participativa, considerando, principalmente, a primeira etapa de produção do M&A.

A metodologia participativa é a mais consistente na perspectiva da construção de um modelo avaliativo voltado para geração do conhecimento, conforme Barreira.⁷ Ela aponta como princípios os elementos

constitutivos da avaliação que gera conhecimentos na perspectiva emancipatória. Ou seja: uma avaliação que considera todos os agentes atuantes direta ou indiretamente na ação/política (incluindo o usuário), compreendendo-os como ativos na criação e compartilhamento do conhecimento gerado nesse processo do fazer e refletir sobre o que se faz.

É a constante abordagem que evidencia o conhecimento como elemento diferenciador das ações autoavaliativas, análises, interpretação, proposição de soluções, aumento da motivação, engajamento e compromisso dos atores. Nesse sentido, o conhecimento promove a ação emancipatória desses sujeitos, pois estabelece condições reais para uma atuação de forma crítica e construtiva.

Conforme Barreira,⁸ essa abordagem metodológica do processo avaliativo tem como principais diretrizes:

1. O amplo envolvimento dos membros ativos em todas as fases de elaboração, implementação e execução da ação/política, considerando: a formulação do problema, o desenho da metodologia, a coleta de informações, a análise, a interpretação, as recomendações e a elaboração de relatórios;
2. A avaliação participativa tem como interesse central conciliar o uso de seus dados para a solução de problemas práticos inseridos em um contexto específico;
3. Corresponsabilização do processo de avaliação entre uma coordenação específica para M&A, gestor e operadores da ação e uma coordenação da política ou programa.

São pressupostos da metodologia participativa:

1. A organização responsável pela ação/política precisa reconhecer o valor da avaliação, comprometendo-a como o processo de aprendizagem sistemático, como um caminho para sua própria melhoria;
2. A organização responsável pela ação/política precisa conceder tempo e recursos necessários para o processo avaliativo;
3. Os membros da equipe da ação precisam estar motivados para se empenharem no desenvolvimento e aperfeiçoamento do processo.

Considerando a perspectiva participativa na construção dessa pesquisa, estão previstas a realização de oficinas de discussão e a validação dos produtos. Nessas oficinas, os diversos atores envolvidos na operação, gestão e acompanhamento dos programas poderão contribuir, aproximando o modelo avaliativo à sua realidade.

Fases da pesquisa para os dois programas

1ª fase – CONCEPÇÃO: Identificação do ambiente e detalhamento da demanda

Objetivo: caracterizar a demanda de forma detalhada.

Produto esperado: descrição dos principais componentes do sistema de M&A.

2ª fase – ELABORAÇÃO: Sistema de M&A

Objetivo: elaborar o sistema de M&A a partir da lista de componentes descritos na fase de concepção; conceber o sistema de informação.

Produto esperado: sistema de M&A elaborado e detalhado; e o sistema de informação concebido.

3ª fase – IMPLANTAÇÃO: Piloto do sistema do M&A

Objetivo: testar e validar o sistema de M&A em locais pilotos.

Produtos esperados: sistema de M&A testado e validado e disponível para replicação; sistema de informação concebido e em condição de ser elaborado.

Possíveis estratégias de pesquisa: são consideradas como possíveis estratégias investigativas da pesquisa:

1. Quantitativa:

- Tratamento de dados de fontes secundárias, como o IBGE;
- Elaboração de perfis: usuários e agentes sociais de esporte e lazer;

- Aplicação de *survey* junto ao usuário (opinião/percepção), aos agentes sociais, aos gestores da entidade e aos gestores municipais de esporte e lazer.

2. Qualitativa:

- Entrevista em profundidade;
- Grupo focal.

4ª fase – DOCUMENTAÇÃO FINAL

Objetivo: sistematizar o conhecimento adquirido e documentá-lo, possibilitando sua reprodução.

Produto esperado: sistema de M&A e concepção do sistema de informação documentado de forma suficiente para sua replicação pelo ME.

Relato dos procedimentos metodológicos executados na fase de concepção do sistema de M&A do PELC

A fase da concepção do sistema de M&A do PELC utilizou como campo de pesquisa as cinco reuniões regionais do PELC – uma em cada região do Brasil – que aconteceram no segundo semestre de 2008. Tais reuniões tinham como propósito formar e informar os atores responsáveis pela gestão, operação e controle social dos núcleos do PELC sobre o programa, temas pertinentes à realidade de cada região e sobre a elaboração do modelo de M&A. Portanto, o público participante das reuniões era composto por gestores e coordenadores dos núcleos, formadores e pesquisadores da Rede CEDES e gestores públicos dos níveis federal, estadual e municipal.

Na oportunidade da realização dessas reuniões, foi esclarecida a metodologia da pesquisa para elaboração do sistema de M&A do PELC, a importância de o processo ser participativo e apropriado pelos diversos atores e do compromisso do Ministério do Esporte com a concepção de avaliação como ferramenta para aperfeiçoamento de processos, e não apenas como instrumento de controle e punição.

As reuniões aconteceram nas seguintes datas:

- Região Centro-Oeste – Brasília – no período de 3 a 5/9/2008.
- Região Nordeste – Natal – no período de 22 a 24/10/2008.
- Região Sudeste – Niterói – no período de 3 a 6/11/2008.
- Região Sul – Porto Alegre – no período de 10 a 21/11/2008.
- Região Norte – Belém – no período de 8 a 11/12/2008.

Alguns apontamentos para a elaboração do sistema de M&A do PELC a partir das análises da fase de concepção

O principal produto da fase de concepção do sistema de M&A do PELC é a lista de componentes que serão descritos e identificados por meio de indicadores e outras estratégias de pesquisa nos processos de monitoramento e de avaliação. Observam-se no Quadro 1 os principais componentes.

Quadro 1
Principais componentes do sistema de M&A do PELC

(continua)

Enfoque avaliativo	Componente do sistema de M&A	Questão elaborada
Eficácia quantitativa – resultados mensurados	Satisfação do cidadão usuário Mensuração da adesão e da evasão Motivo de evasão	O que o cidadão acha das atividades do núcleo? A adesão da comunidade ao programa é satisfatória? Por que o cidadão deixa de participar das atividades do núcleo?
	Resultados objetivos e subjetivos percebidos pelo cidadão e atribuídos ao PELC	Qual a mudança sentida pelos usuários? Está havendo inclusão social, cultural e esportiva dos usuários? O programa está atendendo aos seus objetivos e metas? O programa aumenta o acesso às atividades de esporte e lazer? Está havendo aprendizado voltado para autonomia do sujeito e consciência crítica? O PELC tem incluído a pessoa com deficiência? As pessoas estão conseguindo se apropriar do direito ao esporte e lazer? Até que ponto o PELC vem conseguindo superar os vestígios construídos historicamente por uma política de controle com relação ao lazer?

(continua)

Enfoque avaliativo	Componente do sistema de M&A	Questão elaborada
Eficácia qualitativa – processo	Participação do cidadão usuário e da comunidade	Qual é o nível de envolvimento dos usuários e da comunidade na elaboração e execução das ações? A adesão da comunidade ao programa é satisfatória? As atividades selecionadas levam em consideração a diversidade cultural e as demandas dos usuários?
	Organização da porta de entrada e identificação de motivação	Qual é o critério de entrada no programa? Quais são os motivos que levam as pessoas a participarem do PELC?
	Participação da família	Como a família é envolvida nas atividades do núcleo?
	Nivelamento conceitual	Há entendimento do lazer pelos agentes sociais e usuários? Há compreensão dos agentes e dos usuários da metodologia proposta? Há clareza dos conceitos e princípios do PELC pelos agentes? PELC é um programa, uma política pública ou uma política de um governo?
	Organização e gestão do processo de trabalho	Há organização do trabalho pedagógico? Existe troca de experiência entre os núcleos? Qual é o nível de integração da equipe entre si e com os usuários?
	Relação da formação dos agentes com a qualidade da oferta e com os resultados dos núcleos	Em que medida a formação dos agentes afeta a qualidade da oferta do programa? A formação supre as necessidades dos agentes sociais? A metodologia da formação é adequada ao público? O tempo de formação é suficiente? A política de formação é adequada?
	Adequação do desenho e materialidade do programa	Os princípios e diretrizes do PELC foram efetivados? O tempo de duração do convênio é suficiente para o cumprimento do propósito do programa? O financiamento é suficiente? A quantidade de participantes por turma e por bolsista é adequada? A quantidade, a qualidade e a diversificação do material são satisfatórias? Os locais utilizados para a realização das atividades do programa são adequados?
Efetividade	Impacto	O programa atinge o nível de autonomia (autogestão) pretendido? Qual impacto do PELC na comunidade e no município? Está havendo inclusão social, cultural e esportiva dos usuários? Está existindo apropriação dos bens culturais pela população?

(conclusão)

Enfoque avaliativo	Componente do sistema de M&A	Questão elaborada
Gestão do programa e controle social	Satisfação dos agentes sociais	Qual é o nível de satisfação dos agentes sociais com sua remuneração e condições de trabalho?
	Relação entre os entes federados	Como se dá a relação entre os entes federados na execução do PELC? Qual é o papel de cada esfera?
	Execução administrativa e financeira	A sistemática do convênio é compatível com a metodologia proposta? Quais as dificuldades administrativas encontradas no convênio e na implementação do PELC? Existe cofinanciamento do programa?
	Eficácia do controle social	Qual a forma de participação e influência das entidades de controle social? Há compreensão das entidades sobre seu papel no PELC? Há suporte e estratégia para as entidades exercerem suas funções?
Características sociais, econômicas, demográficas e culturais do público usuário do PELC e da comunidade atingida pelo programa	Perfil do público usuário	Faixa etária, grau de escolaridade, situação da saúde, acesso aos bens culturais, renda, acesso às demais políticas públicas e outros.
	Características da comunidade objeto da atuação do PELC	Mapeamento dos bens culturais, identificação da atuação do Estado no território, infraestrutura disponível para as atividades de lazer e esportes, condições sanitárias, situação das moradias e outros.

A partir dos componentes descritos, serão elaborados os indicadores e as estratégias de pesquisas para se observarem, mensurarem ou descreverem os componentes.

Aporte teórico da primeira fase e desafios para o PELC

De uma perspectiva analítica, o objeto da política pública de esporte e lazer e seu desenho podem se enquadrar na definição de projeto social de Nogueira.⁹ Ele define projeto social como um conjunto de promessas e compromissos de ação orientados para um fim: mais especificamente, as previsões de comportamentos deliberados. O propósito de um

projeto social é “provocar impactos sobre indivíduos ou grupos”.¹⁰ Não há um modelo padrão para todos os projetos, e cada um irá requerer diferentes graus de mobilização de valores, atitudes e comportamentos tanto dos implementadores quanto dos próprios beneficiários.

Nogueira estabelece uma tipologia para classificar projetos sociais, considerando duas dimensões: a programabilidade das tarefas e a interação com os usuários. A primeira dimensão demonstra a necessidade ou não de variações na execução do projeto e as possibilidades de rotinização e formalização das atividades. A segunda refere-se à necessidade de interação do executor com o destinatário para a legitimação e funcionamento da política.

O autor utiliza essas duas variáveis para apresentar quatro tipos de projetos sociais. O primeiro apresenta alta programabilidade e baixa interação com os usuários. Esta seria uma situação mais simples e envolveria políticas que não necessitam da mobilização de usuários para serem implementadas, como, por exemplo, os programas de transferência de renda, como o programa Bolsa Família, saneamento básico, dentre outros. O público-alvo é considerado homogêneo e recebe tratamento semelhante, sendo os benefícios padronizados. O modelo organizacional é burocrático e os executores da política têm baixo poder de decisão, seguindo tarefas predefinidas em uma estrutura hierarquizada.¹¹

A segunda categoria apresenta alta programabilidade e interação intensa com os usuários. Essa modalidade está, segundo o autor, representada por programas de atenção básica à saúde, nos quais a gestão pode ser central e programada, mas os executores têm que apresentar capacidade de decisão para prestar os serviços à população.

Um terceiro tipo sugerido pelo autor refere-se aos projetos que têm programabilidade e interação com baixos usuários, representados por programas de ajuda emergencial, pontuais e circunstanciais.

A quarta categoria de política representa os projetos que têm baixa programabilidade e elevada interação com os usuários. Os projetos dessa modalidade têm suas “ações desenhadas em função das necessidades ou situações particulares do receptor”.¹² Os projetos sociais

enquadrados nessa categoria dependem de atividades de legitimação tanto dos operadores/gestores quanto dos usuários, cuja participação é crucial para o funcionamento das ações. Além disso, esse tipo de projeto social envolve uma baixa formalização e rotinização das atividades, contextos técnicos pouco consolidados, alta discricionariedade do operador e descentralização das ações.

Considerando essa tipologia (categorização), pode-se afirmar que o PELC se enquadra na categoria de projeto social com baixa programabilidade e alta interação com o usuário. Os operadores das ações, apesar de seguirem diretrizes, estão constantemente transformando suas ações e tomando decisões em função do caminho que vai sendo construído no decorrer do trabalho desenvolvido na comunidade e com as pessoas.

Observa-se, na descrição do processo de trabalho do PELC, que os operadores da ação (agentes/educadores sociais) precisam interpretar o contexto social, a diversidade cultural da localidade e do público, os aspectos subjetivos que circundam a relação do sujeito com o objeto em questão, o lazer, considerando assim a especificidade da situação para guiar suas ações, as quais se pautam pela autonomia dos referidos operadores. Além dessa expectativa de atuação, é esperado também que o desfecho bem-sucedido do programa seja sua apropriação pela comunidade em uma perspectiva autogestora das ações de esporte e lazer na comunidade.

Os desafios de um programa enquadrado na categorização apresentada por Nogueira são vários e em dimensões distintas. No caso do PELC, observaram-se alguns indicativos desses desafios durante o processo de coleta de dados na fase de concepção, dentre os quais destacam-se:

1. Qualificação dos agentes/educadores sociais. A alta discricionariedade do agente operador das ações pressupõe que ele tenha aporte teórico-metodológico suficiente para “navegar” na diversidade das demandas/necessidades, nos contextos sociais e culturais, nos aspectos subjetivos que mobilizam os interesses individuais e do grupo para a prática do lazer. Enfim, a atuação profissional qualificada condizente com os princípios e diretrizes do programa, garantindo

sua identidade como política pública nacional no contexto local da operação. Esse desafio remete à articulação das ações de formação e produção de conhecimento do PELC/Rede CEDES.

2. Nesse sentido, a necessidade de atuação profissional qualificada em função da alta discricionariedade e da baixa programabilidade do PELC para garantir a coerência das ações com os princípios e diretrizes do programa suscita uma discussão sobre a relação entre a qualificação dos agentes sociais e a efetividade dessas ações, entendida como contribuição positiva na situação-problema. Uma iniciativa, por exemplo, seria a formação de agentes sociais oriundos da própria comunidade que possibilitasse a continuidade do projeto após o seu término, numa perspectiva de autogestão. No processo de qualificação para atuação no PELC, a ação de agentes sociais está relacionada com sua capacidade de leitura da realidade na qual o projeto se insere, exigindo deste a tomada de decisões no transcorrer do caminho de realização das ações.¹³ Nessa perspectiva, a abordagem prescritiva e técnica precisa ser articulada com uma fundamentação teórico-metodológica no campo do lazer que permita a esses sujeitos uma atuação mais qualificada. Outra questão que se coloca diz respeito ao conhecimento produzido ao longo do trabalho, no sentido de registrar, analisar e avaliar as ações com vistas ao aperfeiçoamento do projeto.
3. Nas respostas ao questionário preenchido no ato da inscrição dos participantes da reunião, observou-se uma heterogeneidade na compreensão do programa no que tangem seu propósito e sua metodologia. Essa constatação reitera a necessidade de um desenho claro e minimamente regulamentado para o programa. O desenho do programa deve garantir a comunicação dos principais valores de forma clara e mais objetiva possível. O alto grau de subjetivação dos conceitos, ou até mesmo de imprecisão, dificulta a transferência de conhecimento e transforma o poder discricionário do operador da ação em poder de regulação da ação. Esse risco descaracteriza a identidade da política pública e compromete o processo de legitimação atribuída pelo cidadão.
4. O financiamento do programa: tempo e construção da autogestão e autonomia. O desafio está em constituir uma dinâmica de financiamento que considere a dinâmica de organização de uma comunidade, para assumir autonomamente a oferta das atividades

de esporte e lazer. Esse desafio remete à não linearidade do tempo e do processo.

5. A autogestão sendo questionada pelo cidadão usuário no que tange à realização de atividades físicas orientadas no PELC-Vida Saudável. Como realizá-las sem apoio de profissional qualificado?
6. O cidadão usuário, nos grupos focais, não conseguiu identificar qual setor da política pública é responsável pelo PELC. Nas tentativas de respostas, eles arriscaram indicar a saúde ou a educação. É necessário agregar elementos que relacionam o PELC à política de esporte e lazer, visando reforçar a identidade da política pública e do programa.

Os desafios apontados sinalizam para os gestores e operadores do PELC algumas reflexões necessárias acerca do desenho do programa e das suas estratégias de implementação. Nessa etapa da pesquisa, não era intenção produzir um conteúdo que permitisse julgar os resultados do programa. Mas foi possível, no ensejo do levantamento dos componentes da avaliação, identificar elementos importantes para a análise da ambiência para a realização da pesquisa e os desafios mencionados.

Observou-se que a ambiência para realização das próximas fases da pesquisa é satisfatória, apesar da diversidade dos interesses envolvidos no programa e na própria pesquisa. São diversos, mas convergentes em relação à importância do PELC para garantir o direito ao lazer e ao esporte. Esse alinhamento favoreceu a pactuação mínima para aplicação da avaliação com o propósito de aperfeiçoamento dos processos e os ajustes no programa visando à sua consolidação como política pública.

Notas

- ¹ Pesquisa intitulada "Avaliação dos programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo: elaboração de método avaliativo", sob coordenação da professora doutora Eustáquia Salvador de Souza, da PUC Minas, e realizada por parte do grupo de pesquisa Centro de Estudos de Educação Física, Esporte e Lazer da PUC Minas. A pesquisa é financiada pelo Ministério do Esporte do Brasil.
- ² Zingoni e Marcellino *apud* PINTO, 2007; MARCELLINO, 2008.
- ³ Zingoni *apud* PINTO, 2007.
- ⁴ Trata-se de um método destinado à elaboração de projetos, mas adaptável às ações continuadas. Destina-se à construção dos principais elementos de um projeto: objetivos gerais e específicos, produtos ou resultados imediatos, atividades, indicadores, meios de verificação e premissas. O marco lógico baseia-se no método científico de pesquisa social, estruturando os projetos sobre uma cadeia de hipóteses acerca de relações de causa e efeito envolvidas no enfrentamento da problemática em questão, conforme Zingoni e Ribeiro (2006).
- ⁵ Matus (1997) critica o modelo tradicional de planejamento, que se baseia na visão normativa, e propõe um modelo que parte da explicação dos problemas e dos fatos da realidade, compreendendo-os em um contexto de conexões particulares. Assim, ele defende a formulação de um modelo de descrição e de explicação de problemas que identifica o complexo de relações entre os múltiplos processos, em diferentes planos e espaços e com a atuação de múltiplos atores e interesses.
- ⁶ ARMANI, 2002.
- ⁷ BARREIRA, 2000.
- ⁸ BARREIRA, 2000.
- ⁹ NOGUEIRA, 1998.
- ¹⁰ NOGUEIRA, 1998, p. 7.
- ¹¹ NOGUEIRA, 1998.
- ¹² NOGUEIRA, 1998, p. 18.
- ¹³ NOGUEIRA, 1998.

Referências

ARMANI, Domingos. *Como elaborar projetos: guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. *Avaliação participativa de programas sociais*. São Paulo: Veras Editora, 2000.

MARCELLINO, N. C. (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Alínea Editora, 2008.

MATUS, Carlos. *Política, planejamento e governo*. Brasília: IPEA, 1997. t. I e II.

MINISTÉRIO DO ESPORTE, PELC. *Material didático*. Brasília: SNDEL/PELC, 2008. Mimeografado.

MOKATE, Karen Marie. *Gerencia social: un enfoque integral para la gestión de políticas y programas*. Nova York: Banco Interamericano de Desarrollo, mar. 2006. Serie de Documentos de Trabajo I-56.

NOGUEIRA, Roberto Martinez. *Los proyectos sociales: de la certeza ominipotente al comportamiento estratégico*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 1998. Serie Políticas Sociales.

PINTO, L. M. (Org.). *Como fazer projetos de lazer: elaboração, execução e avaliação*. Campinas: Papirus, 2007.

ZINGONI, Patrícia; RIBEIRO, Carla Andréa. *Elaboração, monitoramento e avaliação de projeto social de lazer*. Brasília: SESI/DN, 2006.

Fernando Marinho Mezzadri
Isabel Cristina Martines
Fernando Augusto Starepravo

Apontamentos iniciais acerca das políticas públicas para o esporte e o lazer em municípios paranaenses

Introdução

Neste texto apresentamos alguns dos resultados obtidos a partir da realização do projeto intitulado “Diagnóstico das Políticas Públicas para o Esporte e Lazer no Estado do Paraná”, conduzido pelo Grupo de Pesquisas em Políticas Públicas para o Esporte e Lazer, do Centro de Pesquisas do Esporte, Lazer e Sociedade (CEPELS), da Universidade Federal do Paraná.

A pesquisa em questão vem sendo realizada desde 2004, com apoio do Ministério do Esporte, por meio da Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer). Em linhas gerais, o estudo faz o levantamento e a análise das políticas públicas dirigidas ao esporte e ao lazer implantadas nos municípios paranaenses, com o objetivo de elaborar um banco de dados relativo às ações das secretarias municipais de Esporte e Lazer do Paraná.¹ Em sua primeira fase, analisaram-se 18 cidades, divididas em dois grupos: o primeiro deles foi composto pelos municípios do litoral paranaense (Guaratuba, Pontal do Paraná, Morretes, Antonina, Matinhos e Guaraqueçaba); já o segundo grupo foi constituído por algumas cidades com mais de 100 mil habitantes (Londrina, Foz do Iguaçu, Cascavel, Maringá, Colombo,

São José dos Pinhais, Araucária, Piraquara, Apucarana, Guarapuava, Cambé e Campina Grande do Sul).

O levantamento dos dados ocorreu por meio de entrevista semiestruturada, realizada com os secretários municipais de Esporte e Lazer ou os responsáveis correspondentes ao cargo. O protocolo dessa entrevista foi composto por três eixos norteadores: *estrutura administrativa*, contendo questões referentes à estrutura organizacional e ao quadro funcional das secretarias ou departamentos municipais de esporte; *gestão pública*, que contemplou perguntas acerca do planejamento, parcerias, participação, orçamento e financiamento para o esporte e lazer; *projetos e eventos desenvolvidos nos municípios*, buscando compreender os objetivos, as funções e o público-alvo das ações desenvolvidas nos municípios.

No concernente à fundamentação teórico-metodológica, a pesquisa se utilizou de diferentes abordagens de acordo com os três eixos centrais. Não obstante, em busca de referências que nos permitissem analisar o campo em que se formulam e implementam políticas públicas de esporte e lazer no estado do Paraná e, sobretudo, as estruturas e os agentes responsáveis pela oferta do esporte e lazer, encontramos na abordagem desenvolvida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002) algumas categorias interpretativas com as quais dialogamos ao longo das análises.

Compreendendo que esse autor “inscreve seus pressupostos teóricos em um modelo de análise que envolve agentes sociais, estruturas e disposições num constante processo de interação”, como destaca Marchi Jr.,² podemos identificar os conceitos instrumentais da abordagem bourdieusiana na consolidação desse espaço social. E, mais do que isso, nos parece razoável afirmar que as categorias interpretativas desenvolvidas pelo sociólogo formam um quadro teórico aplicável no que se refere às análises das estruturas e dos agentes envolvidos com elaboração e oferta das políticas públicas esportivas.

Neste momento, buscaremos sintetizar, a partir do conjunto de informações coletadas, algumas regularidades encontradas nos diferentes municípios paranaenses, no que diz respeito às políticas públicas de esporte e lazer, com a finalidade de indicar, preliminarmente, os

agentes, as estruturas e as práticas inerentes ao espaço social que se configura no limite entre o campo burocrático – representado pelos agentes do estado – e o campo esportivo – que traz consigo uma série de propriedades e disputas inerentes ao esporte, seus agentes e instituições.

As primeiras informações para uma compreensão do campo

Os dados coletados durante a fase inicial da pesquisa nos possibilitaram delimitar a estrutura organizacional destinada ao esporte e lazer em três dimensões básicas. As primeiras estruturas estão formalmente organizadas em secretarias municipais de Esporte e Lazer, com níveis burocráticos bastantes consolidados em departamentos, divisões e coordenações de esporte e lazer. Nesse caso encontramos as cidades de Foz do Iguaçu, Cascavel, Maringá, São José dos Pinhais e Araucária, com propostas bem definidas e um alto grau de complexidade burocrática.

O segundo bloco pulveriza e/ou compartilha a estrutura de esporte e lazer com outras áreas de intervenção social. Em cidades como Colombo, Piraquara, Campina Grande do Sul, Guaratuba, Pontal do Paraná, Morretes, Antonina, Matinhos e Guaraqueçaba não há secretarias municipais de esporte e lazer específicas. Nessas localidades, os departamentos de esporte e lazer estão inseridos nas mais diversas secretarias municipais, não seguindo, aparentemente, nenhuma regularidade nessa organização. Esses departamentos, então responsáveis pela elaboração das políticas públicas de esporte e lazer, estão inseridos em diferentes órgãos municipais, tais como Secretaria de Educação e Esporte, Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria de Cultura, Turismo e Esporte, Secretaria de Indústria, Comércio e Esporte e Secretaria de Cultura e Esporte. Essa falta de direção mostra uma lacuna existente entre a definição conceitual dessa área de conhecimento e a estrutura administrativa das prefeituras, já que as ações são justificadas, prioritariamente, pela vontade dos dirigentes.

No terceiro bloco da estrutura burocrática encontramos o município de Londrina, que organiza sua estrutura a partir de uma fundação de esporte e lazer, que se constitui como uma autarquia, possuidora de maior autonomia frente à administração central da prefeitura.

Além das estruturas burocráticas formais apresentadas aqui, compreendemos a importância de verificar a extensão dessas estruturas, ou seja, observar a possibilidade de descentralizações das ações na área de esporte e lazer. Dentre todos os municípios pesquisados, apenas Araucária e Maringá possuem estruturas formais descentralizadas. Fato que, no entanto, não garante efetivamente a transferência ou delegação de poder às estruturas descentralizadas para planejar, tomar decisões e gerir funções públicas do governo central. Percebemos aqui que, independentemente do tamanho da cidade ou de seu desenvolvimento econômico, a descentralização das ações não se constitui como um elemento-chave na estrutura burocrática.

Outro passo na descrição da composição do campo se dá à medida que verificamos quem são e onde estão localizados os agentes responsáveis pelo desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer no interior das estruturas estatais municipais de esporte e lazer. Para exemplificar, citamos o caso de duas cidades de população semelhante, aproximadamente 100 mil habitantes, Araucária e Piraquara, ambas pertencentes à Região Metropolitana de Curitiba. Apesar do porte semelhante, as cidades apresentam condições socioeconômicas muito distantes. O Produto Interno Bruto (PIB) de Piraquara é um dos mais baixos do Paraná, enquanto a verba arrecadada pela prefeitura de Araucária é a segunda maior do estado, uma vez que é o polo estadual de refinamento e distribuição de combustível. Nesse contexto, Piraquara possui 20 profissionais envolvidos na Secretaria Municipal de Esporte e Cultura – sendo que apenas dois são profissionais de Educação Física – e Araucária possui no quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer 120 pessoas, das quais 70 são profissionais de Educação Física. Essa diferença significativa certamente aprofunda as desigualdades e as possibilidades de intervenções sociais.

Nesse movimento, uma das questões relevantes na descrição dos agentes que compõem o campo é o grande número de bolsistas/estagiários encontrados nas estruturas municipais de esporte e lazer. É possível observar que, independentemente do porte do município, a quantidade de estagiários é sempre superior ao número de professores contratados. Esse quadro é extremamente preocupante, já que a condução dos programas e projetos de esporte e lazer muitas vezes está nas mãos de indivíduos ainda em formação.

Avançando no entendimento do campo em que se formulam e implementam políticas públicas de esporte e lazer, apresentamos algumas possibilidades de entendimento no que diz respeito à gestão pública nos municípios, destacando planejamento, parcerias, participação, orçamento e financiamento para o esporte e lazer.

Em relação à participação popular na discussão e elaboração das políticas públicas, constatamos que a maioria dos municípios não possui conselhos municipais de esporte e lazer: Londrina é a única cidade que possui um conselho, porém esse é especificamente administrativo e atrelado à Fundação do Esporte. Em algumas cidades, como Foz do Iguaçu e Maringá, os entrevistados justificaram a falta de um conselho municipal para o esporte e lazer alegando que os “agentes políticos” são contrários a sua constituição, já que ele se torna um instrumento de poder para a população.

A criação dos conselhos municipais de esporte e lazer pode ser um dos passos em direção a uma democracia direta que, segundo Bobbio,³ representa “uma verdadeira reviravolta no desenvolvimento das instituições democráticas, reviravolta esta que pode ser sinteticamente resumida numa fórmula do seguinte tipo: da democratização do Estado à democratização da sociedade”. Essa situação se contrapõe à atual, haja vista a delegação das funções e das tomadas de decisões, denominada por Bobbio⁴ de democracia representativa.

Compreendemos que a democracia somente se fortalece com a participação dos cidadãos e com o controle dos mesmos sobre as ações políticas. Dessa maneira, a incorporação do esporte e lazer com direito do cidadão depende da participação da sociedade nas ações públicas,

sendo um dos caminhos a criação dos conselhos municipais de esporte e lazer.

Ainda no sentido da participação popular, constatamos que apenas a cidade de Araucária realiza audiências públicas específicas para o esporte e lazer – seis audiências por ano. Nas demais cidades pesquisadas, a sociedade não participa da elaboração do plano de governo. Algumas vezes é possível perceber a representação da sociedade junto às estruturas estatais municipais de esporte e lazer através das associações de bairros, como é o caso de Londrina, Foz do Iguaçu, Cascavel, São José dos Pinhais, Guaratuba e Maringá. Nesses municípios, fica explícito o modelo de representatividade, que, segundo Bobbio,⁵ ocorre por meio da delegação de poderes dos cidadãos para o político ou os administradores dessas associações.

Para sustentar o planejamento nas estruturas estatais municipais de esporte e lazer, de forma eficiente e estruturada, é indispensável a presença de um plano de governo norteador, necessário para determinar e sustentar os objetivos e metas traçados para a gestão. Entretanto, apenas Londrina, São José dos Pinhais e Maringá apresentaram planos de governo especificamente para a área de esporte e lazer. Os demais municípios não apresentaram nenhum plano de gestão que pudesse, de alguma forma, nortear suas ações.

A gestão pública para o esporte e lazer nesses municípios, analisados sob a ótica do referencial teórico de Spink,⁶ corresponde às gestões tradicionais, pois

trata-se de uma gestão constituída de forma autoritária, ou seja, a gestão aconteceu a partir da centralização do poder governado pelos burocratas, que interpretam as necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da população. A representação dos cidadãos nas tomadas de decisões do governo não ocorre diretamente, pois há que se considerar que a sociedade nem sempre tem condições ou acesso ao confronto político de forma democrática com oportunidades iguais.

Podemos indicar, então, que a elaboração das ações ocorre pela demanda e vontade dos próprios dirigentes, sem planejamento

predeterminado e sem a participação direta da sociedade na construção das políticas públicas.

A gestão tradicional, hegemônica nas estruturas estatais municipais de esporte e lazer, se contrapõe à ideia da gestão participativa, definida por Spink⁷ como

o terreno da gestão pelo público; da presença direta e não indireta do cidadão na esfera pública como alguém “presente”, cidadão este que tem direitos e deveres para com os demais membros da sociedade. A gestão não é mais pública, mas sim coletiva, conhecimento é um bem social e não individual. O cidadão está dentro do Estado que enquanto construto social se confunde com a sociedade e simplesmente perde sua força simbólica assim desaparecendo.

Outro fator relevante na compreensão da gestão esportiva e de lazer nos municípios são as parcerias estabelecidas entre as estruturas municipais de esporte e lazer e as instituições como clubes, escolas, associações de bairro, empresas, organizações não governamentais (ONGs), partidos políticos, grupos religiosos, entre outras. Em todas as cidades analisadas existem parcerias que ocorrem de maneiras diversas: normalmente os clubes e as escolas auxiliam disponibilizando seus espaços e estrutura física, como ginásios, piscinas etc. Em poucos casos, as empresas fornecem alimentação, premiação e materiais esportivos, além de patrocinarem equipes municipais em parceria com o poder público.

As atividades de esporte e lazer, como eventos esportivos, recreativos e festas em datas comemorativas, muitas vezes se concretizam com apoio exclusivo dos órgãos públicos. Na maioria das cidades analisadas constatamos que esses apoios ocorrem através do fornecimento de materiais esportivos e recreativos, premiações, espaços e auxílio na organização da parte técnica dos eventos.

As parcerias entre os órgãos públicos e as instituições privadas citadas também se efetivam através do financiamento das instituições privadas pelo poder público de duas maneiras: a mais comum é o repasse de verba via pagamento de atletas, compra de medalhas e troféus para determinados grupos, pagamento de arbitragem em

campeonatos, compra de materiais esportivos – nesses casos, não há critérios preestabelecidos pelo poder público. A segunda possibilidade de repasse de recurso se constitui em leis municipais de incentivo ao esporte e lazer, que, por sua vez, são leis que normalmente tem como objetivo *financiar atletas e instituições, com critérios para seleção dos beneficiados e acompanhamento dos recursos públicos.*

Embora as leis municipais de incentivo ao esporte e lazer constituam-se como forma legítima de financiamento, a destinação de verbas normalmente faz parte do orçamento global das estruturas estatais municipais de esporte e lazer. Nessa direção, os dados nos indicam que os recursos financeiros voltados para as estruturas estatais municipais de esporte e lazer são essencialmente municipais. Porém o *financiamento destinado ao esporte não corresponde à sua verdadeira importância para o cidadão e para a sociedade, quando visualizamos a porcentagem dos orçamentos municipais.* O maior registro encontrado foi em Maringá, onde cerca de 2,74% do orçamento municipal é destinado para o desenvolvimento de ações para o esporte e lazer. Em outro extremo, constatamos que a cidade de Londrina reserva apenas 0,5% de seu orçamento total para a Fundação de Esportes do município, conforme o Gráfico 1.

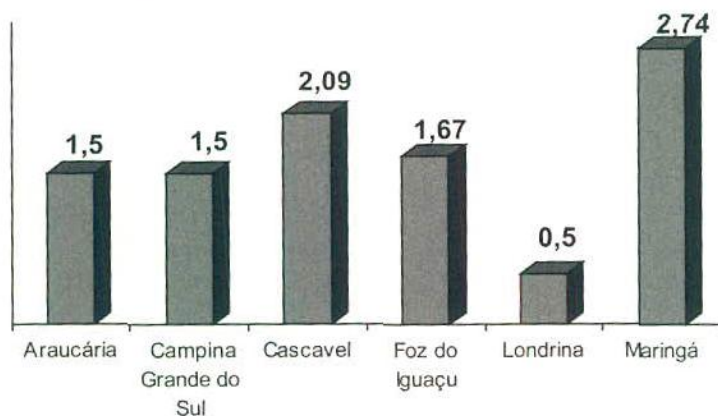


Gráfico 1 - Porcentagem do orçamento municipal destinada ao esporte e lazer

Nota: As cidades não inseridas no gráfico não disponibilizaram as informações.

Além de percebermos a quantidade de verbas destinadas às estruturas de esporte e lazer, é necessário notar que cabe a elas designar em quais áreas os recursos serão aplicados. Conforme mostra o Gráfico 2, nas cidades observadas, em média cerca de 70% do orçamento é destinado ao esporte (rendimento e educacional) e 30%, ou menos, ao lazer.

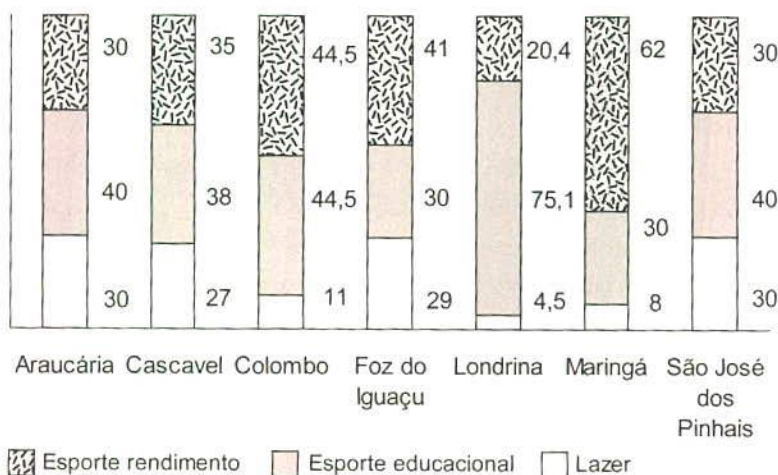


Gráfico 2 - Porcentagem do destinamento das verbas do órgão responsável pelo esporte e lazer ao esporte rendimento, esporte educacional e lazer

Nota: As cidades não inseridas no gráfico não disponibilizaram esses dados

Ainda na busca de algumas regularidades presentes no campo em que se formulam e implementam as políticas públicas municipais de esporte e lazer, apresentamos determinadas informações acerca dos programas, projetos e eventos em andamento nas estruturas municipais de esporte e lazer.

Em relação às cidades com mais de 100 mil habitantes, todas têm projetos em execução na área esportiva de rendimento. Desse modo, a diversidade das propostas está relacionada às modalidades esportivas e não à amplitude da oferta do esporte e lazer para as diferentes faixas etárias.

Quanto às atividades ofertadas para pessoas portadoras de necessidades especiais, apenas as cidades de Campina Grande do Sul, Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina e Maringá realizam algum tipo de ação para

esse grupo específico. No que se refere aos projetos para a terceira idade, percebemos que normalmente ocorrem ações em conjunto com as secretarias municipais de assistência social e apenas uma cidade (Colombo) realiza atividades tanto voltadas à terceira idade, quanto às pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em contrapartida, quando questionados sobre os projetos nas áreas de esportes da natureza, lazer e esporte urbanos, as respostas dos secretários entrevistados indicaram que não existe nenhum projeto sistematizado nessa direção. Ocorrem apenas alguns eventos pontuais organizados pelas estruturas públicas municipais de esporte e lazer e/ou patrocinados pelas mesmas.

Nos municípios do litoral paranaense, verificamos que praticamente inexistem projetos e programas na área de esporte e lazer. Ocorrem somente alguns eventos bastante pontuais e, fundamentalmente, no período do verão. Nesse sentido, faltam nitidamente ações nessas cidades, não existindo projetos permanentes, o que ser entendido a partir de dois possíveis fatores: as diferentes gestões públicas não realizam projetos nessas áreas de intervenção ou a ruptura entre um mandato e outro prejudicou sensivelmente o desenvolvimento do esporte e do lazer. Há uma tendência de se confirmar a primeira hipótese, já que tanto os municípios que tiveram novas administrações assumidas no início do ano de 2005 quanto os que tiveram seus prefeitos reeleitos mostraram os mesmos traços de ausência de ações para o esporte e o lazer.

Não obstante, tanto nas cidades de maior porte quanto naquelas pertencentes ao litoral paranaense, ocorre uma prática comum: a participação nos jogos oficiais do governo estadual. Com exceção de Piraquara e Guaraqueçaba, todas as cidades participam dos Jogos Colegiais, Jogos Universitários, Jogos da Juventude e Jogos Abertos, competições essas que acabam tornando-se a base das políticas públicas municipais de esporte e lazer nas cidades pesquisadas.

A partir dessas constatações, podemos perceber que as ações tomadas pelas prefeituras reproduzem a direção do esporte de rendimento, modelo esse que, segundo Mezzadri,⁸ está inserido em nossa sociedade desde a década de 1950.

Considerações finais

As reflexões apresentadas aqui destacam ao menos cinco grandes pontos pertinentes à discussão: 1) as definições burocráticas e o papel do esporte e lazer no desenvolvimento da sociedade, pois é perceptível a ausência de um conceito básico que permeie o esporte e o lazer em suas inserções nas demais secretarias municipais; 2) a desproporcional quantidade de profissionais e estagiários inseridos nas estruturas estatais municipais de esporte e lazer, já que, independentemente da situação econômica dos municípios, essa é uma prática comum; 3) a falta de uma definição do plano de governo, da gestão e do financiamento – desse modo as intervenções têm ficado a cargo exclusivo de ações pontuais e desconectadas de um plano único das estruturas estatais de esporte e lazer; 4) a relação entre o controle social e a ausência dos conselhos municipais e audiências públicas, prejudicando a participação da população; por fim, 5) os projetos em desenvolvimento nas cidades que estão basicamente direcionados às práticas esportivas com intuito de formar atletas e/ou aperfeiçoá-los, sendo muito incomuns as propostas voltadas às pessoas portadoras de necessidades especiais, idosos, mulheres, trabalhadores, esportes urbanos, atividades na natureza, dentre outras possíveis manifestações esportivas.

Esses foram alguns pontos observados na etapa inicial do estudo que, por sua vez, não termina aqui, pois o andamento da pesquisa nos conduz à busca de mais informações e à efetivação de análises mais aprofundadas, tendo como meta principal qualificar as discussões e a intervenção na área das políticas públicas destinadas ao esporte e ao lazer.

Notas

- ¹ O estado do Paraná está localizado na região Sul do Brasil e ocupa uma área de quase 200 mil km², divididos entre os seus 399 municípios. A contagem demográfica realizada pelo IBGE no ano de 2007 indica que sua população é de aproximadamente 10,3 milhões de habitantes, o que representa a sexta posição entre os estados mais populosos do Brasil, sendo que 81,4% da população encontram-se na zona urbana. Para mais informações, consultar os trabalhos de Magalhães (2001), Pereira (1996) e Wachowicz (2001).
- ² MARCHI JR., 2002, p. 85.
- ³ BOBBIO, 2003, p. 56.
- ⁴ BOBBIO, 2003, p. 56.
- ⁵ BOBBIO, 2003.
- ⁶ SPINK, 1993, p. 74.
- ⁷ SPINK, 1993, p. 74.
- ⁸ MEZZADRI, 2000.

Referências

- BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. 10. ed. Brasília: Editora UnB, 1997.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- BOBBIO, Norberto. *Entre duas repúblicas: às origens da democracia italiana*. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- BORGIANI, Elisabete; MONTAÑO, Carlos. *La política social hoy*. São Paulo: Cortez, 1999.
- BONAVIDES, Paulo. *Ciência política*. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

- CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. 3. ed. Campinas: Papirus, 1990.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Edições 70, 1970.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 2.
- FISCHER, Tânia. *Poder local: governo e cidadania*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.
- GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard. *Norbert Elias: a política e a história*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *Nações e nacionalidade desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- JACOBI, Pedro Roberto. *Políticas sociais e ampliação da cidadania*. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2000.
- LUCENA, Ricardo de Figueiredo. *Esporte na cidade: aspectos do espaço civilizador brasileiro*. Campinas: Autores Associados, 2001.
- MAGALHÃES, Marion Brepohl. *Paraná: política e governo*. Curitiba: SEED, 2001.
- MARCELINO, Nelson Carvalho. *Lazer e esporte: políticas públicas*. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2001.
- MARCHI JR., Wanderley. Bourdieu e a teoria do campo esportivo. In: PRONI, Marcelo; LUCENA, Ricardo (Org.). *Esporte: história e sociedade*. Campinas: Autores Associados, 2002.
- MEZZADRI, Fernando Marinho. *A estrutura esportiva no estado do Paraná: da formação dos clubes às atuais políticas governamentais*. 178 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889*. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.
- SPINK, Peter. Descentralização: luto ou luta? In: FISCHER, Tânia. *Poder local, governo e cidadania*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.
- ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso*. Campinas: Edunicamp. 1996.
- WACHOWICZ, Ruy. *História do Paraná*. 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

Patrícia Z. M. de Moraes
Vânia Noronha
Duval Magalhães Fernandes
Maria José G. Salum

A inclusão de jovens em
contexto de
violência nas políticas
públicas de esporte e lazer
Fundamentos para o programa
PRONASCI/PELC

O contexto: jovens e a violência

A Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), de Belo Horizonte, no período de janeiro de 2008 a janeiro de 2009, realizou uma pesquisa¹ na cidade de Ribeirão das Neves-MG com o objetivo de elaborar e aplicar um diagnóstico sociopopulacional e cultural (esporte e lazer), sistematizado de tal forma a construir subsídios para o desenvolvimento de políticas de inclusão pelo esporte e lazer de jovens sujeitos à situação de risco à violência, desenvolvidas pelo Ministério do Esporte e pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer.

Como parte dos resultados dessa pesquisa,² o presente texto apresenta uma proposta de conceitos e fundamentos para o Programa Nacional de Segurança Pública (PRONASCI/PELC),³ traçada com base no diagnóstico realizado em Ribeirão das Neves-MG.

Esse projeto de investigação, utilizando-se de diferentes instrumentos de coleta de dados, como pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, *survey*, grupos focais e entrevista, lançou seu olhar, principalmente, para as juventudes em conflito com a lei, uma vez que essas pessoas, mais que outras, vêm sendo consideradas, por um lado, como

responsáveis pelo aumento da violência, criminalidades e mortes nas cidades, e, por outro, como vítimas do descaso das políticas públicas, por suas carências e necessidades, sejam no âmbito educacional, familiar e, até mesmo, de outras instituições.

A pesquisa junto ao segmento populacional (15 a 24 anos) do PRONASCI foi motivada por uma perspectiva de que o esporte e o lazer podem contribuir para a redução da exclusão social e, consequentemente, também da violência. Desenvolvido pelo Ministério da Justiça, o PRONASCI visa atuar de forma a articular a política de segurança pública com ações sociais no combate às causas da violência, e não apenas às suas consequências.

Um dos problemas atuais que mais tem chamado atenção da sociedade é a violência, cujo termo é utilizado para significar uma grande variedade de situações, o que, por esse motivo, gera muitas controvérsias. De certa forma, a violência se refere a pessoas em condições de pobreza e desigualdade social, a segmentos que se encontram em situações de maior vulnerabilidade e são mais seriamente ameaçados, como o são muitos adolescentes e jovens, tornando-se as principais vítimas e agentes desse problema. Entendemos ser, portanto, a violência um dos maiores desafios a serem enfrentados em regiões periféricas dos grandes centros urbanos, tanto pelo seu impacto negativo em relação à qualidade de vida dos jovens, quanto ao que tange ao desenvolvimento social e econômico dos municípios e regiões onde estes vivem.

Esse é o caso de Ribeirão das Neves, cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), com 56 anos de emancipação, localizada a 23 km da capital, que tem como municípios limítrofes, além de Belo Horizonte, Contagem, Esmeraldas, Pedro Leopoldo e Vespasiano.

Em 2007, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimou a população de Ribeirão das Neves em 329.112 habitantes, colocando essa cidade como a quarta mais importante entre as 28 que compõem a RMBH. Em 1970, a posição ocupada pela cidade era de 17º lugar frente ao conjunto desses municípios. Essa mudança de postos teve como razão o rápido crescimento populacional que, entre 1970 e 1980, chegou à taxa média geométrica anual de 21,36%, a maior

da região. Entre os dois últimos censos, 1991 e 2000, a taxa média anual de crescimento foi de 6,30%, enquanto para o estado de Minas Gerais era de 1,96%, suplantado somente pela taxa observada para Betim e Esmeraldas, este último limítrofe a Ribeirão das Neves.

Historicamente, na sede do município, tinham importância as atividades ligadas ao comércio e serviços, primordialmente voltadas para a Penitenciária Agrícola José Maria Alkimim (inaugurada em 1937). Anos mais tarde, são construídos o Centro de Recuperação Antônio Dutra Ladeira, o Centro de Recuperação Luís Soares Rocha e a Penitenciária José Abranches Gonçalves. Essa situação fez com que a ideia de “cidade presídio” estivesse sempre vinculada ao município.

A existência dessas três penitenciárias é um dos fatores que contribuíram para o crescimento demográfico de Ribeirão das Neves. São enviados a elas condenados de várias cidades do estado e do país e, junto com os sentenciados, vêm suas famílias. Essas pessoas se fixam no município de forma precária, sem local definido para morar, sem trabalho e emprego, agravando ainda mais os problemas sociais do local.

Além desse processo migratório “induzido”, agrega-se a especulação imobiliária, fruto da junção de fatores como a expulsão de moradores do centro dinâmico da RMBH e a leniência do poder público frente aos loteamentos irregulares. Em contraponto à situação da sede municipal, o distrito de Justinópolis, mais próximo de Belo Horizonte, passa, desde os anos de 1960, por um processo de conurbação com a capital mineira.

O processo de exclusão social da população é claro e reflete não só nos indicadores econômicos, mas também nos sociais mais amplos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH apurado para a cidade foi de 0,749, o que coloca Ribeirão das Neves em 15º lugar no quadro desse índice para os municípios da RMBH, em nível próximo ao IDH do Azerbaijão (0,746).

O resultado desse conjunto de fatores não pode ser outro a não ser o agravamento da violência, que mantém uma tendência crescente na cidade, atingindo principalmente os jovens de 15 a 24 anos de idade, vítimas de 61% dos homicídios ocorridos na cidade.⁴ O relatório do

Instituto VER coloca o problema da violência e da criminalidade no município como uma questão emergente a ser enfrentada pelo poder público local. A criminalidade não pode mais ser deixada somente a cargo das administrações estaduais, em decorrência do controle que elas exercem sobre as forças armadas, mas também por intervenções locais. O protagonismo do município na resolução dos problemas gerados pela violência é uma realidade a qual não se pode mais omitir.

Analisando o conjunto de dados tratados na pesquisa, destacam-se três focos principais de problemas a serem considerados em relação ao esporte e ao lazer.

De acordo com o *primeiro foco*, as informações mostram questões relacionadas às várias concepções de lazer das pessoas que trabalham com os programas e projetos sociais no município. Ao longo das entrevistas, muitas vezes, a compreensão sobre o que é o lazer é reduzida e se limita ao entendimento de que são as atividades possíveis de serem vivenciadas no tempo livre. Nos depoimentos encontramos elementos paradoxais, porém importantes para o lazer, como: tempo disponível vivido fora das obrigações com o trabalho (fica subentendido que o trabalho é também imprescindível na vida do jovem nevensense); atividades que possibilitam a vivência da ludicidade, do prazer, da liberdade, de se fazer o que gosta, visando ao bem-estar e ao atendimento de uma necessidade fundamental para o equilíbrio na vida humana; direito; com o mesmo sentido de trabalho; prática responsável; espaço para a vivência de diferentes interesses culturais como o esporte e a arte; instrumento de educação.

Ao serem questionados sobre a relação do lazer com a criminalidade e, ainda, se esse fenômeno pode contribuir para afastar os jovens dessa situação, os entrevistados são unânimes em afirmar que sim, “o lazer pode contribuir e muito”. Observa-se, portanto, que o lazer é considerado como recurso para minimizar (e até ocultar) problemas sociais mais abrangentes, como a falta de emprego e de educação. Percebe-se assim uma visão determinista, ou “é isso” ou “é aquilo”, ou o jovem se envolve com o lazer ou se envolverá com “coisas erradas”. A ideia é a de que o lazer é bom e quem não o vive está mais susceptível a “entrar no mundo das drogas e tornar-se mau”.

Esse pensamento se confirma na fala dos entrevistados que, de modo geral, afirmam o mesmo para o esporte: “o esporte é considerado como uma atividade que trabalha a saúde e a disciplina dos jovens e quem se empenha acaba não indo para o outro lado”; “o esporte pode trazer uma abertura para um outro mundo que não seja só esse de vício, de matar, de passar por cima do outro”; “pode tirar o jovem da droga, da criminalidade e da ociosidade”; “trabalha a convivência, o ganhar e perder”. As falas indicam que a construção de quadras poderia contribuir para que a cidade pudesse vencer a batalha da criminalidade. Um dos entrevistados reforça que “mente vazia é oficina do diabo” e diz que o jovem “tá dentro da comunidade dele e não precisa sair de lá para fazer as coisas erradas, se ele não tem outra opção, ele vai pra criminalidade”. Outro relata que “quando o jovem não tem espaço, ele volta para onde ele vive e volta a ficar ocioso, e que jovem ocioso é um jovem em conflito com a lei”. Alguns citam a redução dos índices de criminalidade e homicídios em regiões onde o programa Fica Vivo acontece. Eles alertam, ainda, para o fato de que a criação dos espaços não é suficiente, pois podem ser ocupados por traficantes: “Essa criação deve seguir alguns passos e deve ter manutenção e segurança para os usuários.” Muitos consideram o lazer como participação “enquanto ele tá preocupado com a atividade, ele tá praticando o lazer, ele não tá pensando em tantas coisas ruins”. Nota-se que envolve também o equilíbrio emocional e o sentimento de pertencimento àquela localidade, elevando a autoestima dos moradores: “o jovem passa a perceber que ele produz algo que o afirma enquanto pessoa, que ele é visto por causa disso, que ele se sinta importante, que está sendo valorizado”. Então, nesse sentido, “ele tende a se afastar da marginalidade, a arte, o lazer e o esporte proporcionam isto para ele, eu acredito que é um mecanismo de prevenção muito forte”.

De fato, frequentemente observamos, nas falas das pessoas, especialmente dos gestores públicos, o lazer sendo elevado à condição de redentor dos problemas sociais. Também nas entrevistas realizadas não foi rara a carência de lazer nos centros urbanos ser considerada como a principal razão da marginalidade, do aparecimento de população na rua, do uso crescente de drogas e da violência etc.

O *segundo foco* de preocupação da população pesquisada destacado neste estudo diz respeito à precariedade da infraestrutura urbana de Ribeirão das Neves. Por razões históricas, o processo de ocupação da cidade se deu de maneira extremamente desordenada e sem atender a qualquer tipo de planejamento urbanístico. O que se vê hoje é uma cidade composta por três núcleos urbanos distintos (Central, Justinópolis, Veneza) que, praticamente, não possuem ligação funcional entre si. Ribeirão das Neves já possui várias áreas de moradias suburbanas e vem registrando um movimento contínuo de “favelização” de seus bairros, em decorrência da pouca capacidade de investimento do poder público municipal e da pouca atratividade comercial aos investimentos externos.

Não obstante os espaços públicos serem identificados como as fontes de lazer, esses mesmos espaços não apresentam, na percepção dos entrevistados, condições para o seu pleno exercício. Os obstáculos identificados que os impedem de se tornarem mecanismos de socialização e construção de elementos de cidadania vão da precária infraestrutura às condições mínimas de segurança pública. A leitura sobre a deficiente infraestrutura nasce da comparação com os espaços públicos conhecidos no entorno de Ribeirão das Neves: “gostaria que tivesse uma pracinha igual no [Bairro] Mantiqueira, com som e diversão” ou “poderia ter mais festas na cidade, como tem em Pedro Leopoldo”; “para me divertir vou a Belo Horizonte, tem um parque [municipal] lá, de vez em quando, eles dão negócios de graça, brinquedo de graça lá, num é bom, Zé?” As condições socioeconômicas específicas desses jovens, que ajudam na formação da baixa estima, são reforçadas quando eles percebem que os espaços disponíveis para o lazer são inferiores àqueles utilizados pelos seus vizinhos: “Deixa eu falar com você, não adianta você mandar fazer uma praça e fazer com uns material vagabundo que daqui um mês tá tudo quebrado igual é [como ocorre por aqui], entendeu?”.

As precárias condições dos espaços públicos não ficaram limitadas à sua infraestrutura. A segurança para o uso desses espaços foi evidenciada nos grupos focais realizados. A demanda para o uso seguro dos

espaços públicos, sempre a partir da percepção dos entrevistados, vai da iluminação desses locais até uma imagem depreciativa da polícia local:

Eles falam que quem é de menor a polícia não pode bater não, mas não tem nada disso não, eles levam a gente pro cantinho e casseta nós. Ainda mais o Pica Pau ou se for o Genaro [bairros], os mais desgraçados que têm (...) É de madrugada! Os home pega você na rua, tá só voltando do baile e eles te casseta você de novo, nem quer saber. Polícia enche o saco! Não dá pra fazer nada com polícia na rua, a solução é tirar as polícias da praça pra gente poder sair.

A dimensão da polícia como um incômodo constrangedor e, até mesmo, ameaçador é também corroborada pela ausência de limites da juventude. Nesse aspecto, nota-se a carência de limites da juventude que deveriam definir a natureza do comportamento ainda no núcleo familiar, que, em grande medida, ou não existe, ou é profundamente fragmentado. No entanto, a construção dessa imagem não é produto somente da condição dos jovens entrevistados.

Num *terceiro foco*, aliado a esses desafios, o diagnóstico realizado para a elaboração da Política de Cultura, Esporte e Lazer do Município (2006)⁵ e os dados das Conferências Municipais de Esporte e Lazer (2004 e 2006) e de Cultura (2006) nos possibilitaram identificar outros três problemas que merecem ser considerados.

O primeiro relaciona-se com a crescente densidade demográfica e pobreza da população, que, ao conviver com inúmeros problemas sociais, enfrenta dificuldades de acesso às condições básicas de vida previstas pela Constituição Federal de 1988, dentre elas, o direito à cultura, ao esporte e ao lazer. Em decorrência, o atendimento das demandas da população é dificultado pela insuficiência de recursos financeiros para o investimento necessário na cultura, no esporte e no lazer. Além disso, esse atendimento tem sido dificultado também pelas experiências políticas paternalistas e descontínuas que influenciam na desconfiança e desmobilização da população para as ações nessas áreas.

O segundo refere-se à escassez de oportunidades de práticas de cultura, esporte e lazer por livre opção da população, traduzida tanto na insuficiência de locais públicos adequados para as vivências na cidade, quanto

na insuficiência de conhecimentos (iniciação e aperfeiçoamento) sobre diversificadas modalidades e manifestações que ampliem as oportunidades para toda a população.

O terceiro refere-se à falta de valorização da identidade local e sua diversidade cultural, especialmente considerando que a população de Ribeirão das Neves tem origem em vários outros lugares, constituída, em grande parte, por um processo migratório de famílias de presidiários. A falta de valorização cultural, enfatizada em todas as fontes e os grupos consultados, tem influído na imagem que a população tem de sua cidade, no pouco conhecimento de sua história e referências culturais e, sobretudo, na autoestima da população, especialmente dos jovens de 15 a 24 anos.

Nesse contexto, cresce o reconhecimento do esporte e do lazer como vivências geradoras de nova postura cultural, voltada para o enfrentamento dos fatores causadores e geradores da violência em nosso país. Vários são os projetos sociais de esporte e lazer que propõem intervenções culturais para jovens como alternativas ao mundo do tráfico, da falta de emprego, do uso de bebidas alcoólicas, à falta de perspectivas de vida, à melhora da autoestima, dentre outras. No entanto, várias propostas que se dizem articular com os desejos de mudança que emanam da população, na verdade, buscam a manobra e o controle da prática social. Por isso, devemos estar atentos aos mecanismos presentes na sociedade que possam, ao invés de conduzir a uma nova prática, reproduzir o quadro presente.

Para superar tais situações, precisamos investir na educação pelo e para o esporte e o lazer, buscando entender como e por que, também neles, enfrentamos limitações de toda natureza: conceituais, econômicas, políticas, religiosas, educacionais, étnicas, de alimentação, de meio ambiente e moradia, de segurança, e outras, impostas pelo contexto que tantas vezes suprime, hierarquiza e marginaliza pessoas, sobretudo das classes sociais menos favorecidas.

A conquista da cidadania pelo esporte e lazer, cujas ideias fundamentais são a consciência, a liberdade, a igualdade de direitos e a cultura da paz, requer ações que busquem a reversão de esquemas assistencialistas

e utilitaristas, de exclusão e de tutela, que reduzem o envolvimento dos sujeitos, dificultando a criação de massa crítica para entender a importância desses fenômenos como expressão da alegria pela conquista da liberdade e pela emancipação dos sujeitos. Pelo contrário, essas experiências construídas implicam a vivência lúdica pelo encontro, pertencimento e repetição criativa dos sujeitos históricos que buscam o reconhecimento e posse de si, da relação com o outro no cotidiano vivido.⁶

É por meio da alegria e da liberdade que cresce o entendimento do esporte e do lazer como busca da civilidade e do respeito ao sujeito cidadão, além de sua compreensão como campo de humanização das relações em busca da superação coletiva de limites impostos à população jovem desprovida de bens materiais, de atividade lúdica e de participação.⁷

Orientados por essa lógica, destacamos esse diagnóstico como uma importante metodologia de reconhecimento da realidade das comunidades, que foram estudadas com o objetivo de subsidiar projetos e ações de esporte e lazer com maior impacto na vida social e cultural de pessoas de 15 a 24 anos, mas também como uma estratégia preliminar de conscientização da importância destes para a qualidade de vida e para a inclusão de jovens na convivência comunitária.

Fundamentos conceituais e principiológicos para o PRONASCI/PELC

Como parte dos resultados dessa pesquisa, a seguir, apresentamos uma proposta de alguns fundamentos conceituais e principiológicos para o desenvolvimento do PRONASCI/PELC, traçados com base no diagnóstico realizado. O PRONASCI/PELC tem como centro de sua atuação o jovem (de 15 a 24 anos) que se encontra em situação infracional ou no caminho de situação infracional, destacadamente: adolescentes em conflito com a lei, oriundos do serviço militar obrigatório,

presos, egressos do sistema penitenciário e em situação de descontrole familiar grave.

A partir da análise dos dados da pesquisa, são colocados três desafios a serem considerados como possibilidades metodológicas para uma política de inclusão pelo esporte e lazer: 1) o reconhecimento do esporte e lazer como direito e fator de educação e humanização; 2) a implantação de infraestrutura e segurança dos espaços públicos de lazer existentes no território; 3) a consolidação de rede de convívio social e rede de serviços:

1. O reconhecimento do esporte e do lazer como direito e fator de educação e humanização requer:
 - a necessidade de política pública de esporte e lazer fundamentada nos direitos humanos;
 - um conjunto de estratégias educacionais de combate à violência focalizado nas principais vítimas: os adolescentes e os jovens;
 - a valorização do esporte e da arte como tecnologia educacional que facilita os processos de socialização, mobilização e transformação individual e social;
 - a utilização de uma metodologia que supere a simples ocupação do tempo livre, assegurando o desenvolvimento das diferentes habilidades da pessoa e o desenvolvimento psicossocial.
2. A implantação de infraestrutura e segurança dos espaços públicos de lazer existentes no território implica:
 - um serviço/equipamento social atrativo, criativo, dinâmico e diversificado, capaz de oferecer oportunidades de desenvolvimento humano e social;
 - o reconhecimento de que o território é sempre um campo de atuação, de expressão do poder público, privado, governamental ou não governamental e, sobretudo, populacional. De modo simples, podemos dizer que território é o lugar onde construímos a história a partir das nossas ações individuais e coletivas, das relações sociais, dos encontros e acontecimentos solidários. Suas fronteiras são construídas historicamente e podem ser vistas por diferentes escalas: comunidades, bairros, municípios, estados, países e continentes.

3. A consolidação de rede de convívio social e rede de serviços representa:
 - uma retaguarda de proteção especial, capaz de fortalecer os vínculos familiares e comunitários para jovens com história de atos infracionais, vida de rua e outras formas de exclusão;
 - uma estratégia de construção de políticas públicas, a partir da articulação entre poder público e sociedade civil organizada, fortalecendo pequenas organizações, atuando em rede, assegurando a articulação entre as ações estruturais e programas locais, com sustentabilidade e complementaridade dos serviços.

Consideramos o PRONASCI/PELC como um projeto de inclusão e “recoesão” social que contempla em si um conjunto de ações estruturais e locais de esporte e lazer, planejadas e organizadas de forma pedagógica, para atuar no sentido da superação das desigualdades e injustiças sociais, buscando abrir espaços, no território, para realização, participação e integração de pessoas, grupos e comunidades que, por circunstâncias pessoais e sociais, têm a sua dignidade e liberdade ameaçadas.

A partir dos seus conteúdos e elementos, definimos o PRONASCI/PELC como de prevenção, focalizado e comunitário.

Trata-se de programa porque centra esforços na criação de práticas sistemáticas de esporte recreativo e de lazer que favorecem a prevenção do crime através de um conjunto de ações articuladas entre si e com outros programas sociais e estruturais de segurança pública. É focalizado porque é implementado em áreas eleitas a partir de indicadores como número de homicídios, perfil dos homicídios e características socioeconômicas das áreas. O programa é comunitário porque as ações não apenas estão voltadas para o público-alvo, mas sim para a comunidade onde vivem. Mas, fundamentalmente, porque as ações são planejadas e realizadas com a comunidade, que tem um papel importante na elaboração de um plano local de segurança pública, na execução direta de algumas ações, no monitoramento do programa e no controle social informal.

O programa articula diferentes atores locais, entre os quais busca estabelecer parcerias para pôr em prática ações de prevenção à criminalidade, implantadas em diferentes cenários da comunidade e por diferentes atores, destacando-se as escolas, a polícia, as associações comunitárias e outros espaços de comunidade.

De forma mais específica, apontamos alguns objetivos para o PRONASCI/PELC:

- Atender o público jovem para investir na cidadania, na inclusão social, no protagonismo e no desenvolvimento de habilidades pessoais, sociais e técnicas, por meio de ações como oficinas temáticas e eventos de esporte, lazer e arte, além da iniciação ao mundo do trabalho.
- Promover a articulação da comunidade, com a finalidade de potencializar a rede de defesa e atenção aos jovens no território.
- Formar educadores, jovens, entidades parceiras, lideranças comunitárias e equipe gestora do programa para o trabalho de garantia dos direitos dos jovens infratores, visando à qualificação de pessoas em temas que se configuram como importantes valores da experiência socioeducativa democrática, crítica e transformadora no contexto de uma pedagogia inclusiva.
- Pesquisar sobre importantes aspectos do território e do público-alvo do PRONASCI/PELC, medir e discutir coletivamente os caminhos do programa, bem como seus resultados e impactos, realizando o monitoramento e a avaliação do processo e do resultado.
- Coletivizar as informações e os dados referentes ao projeto e aos direitos dos jovens por meio de canais e instrumentos de comunicação participativos.
- Desenvolver atividades de esporte e lazer, buscando garantir o fomento e a difusão da cultura local, o respeito à diversidade, a auto-organização comunitária, o trabalho coletivo, a intersetorialidade e a intergeracionalidade.

Por fim, sugerimos um debate ampliado dos seguintes princípios básicos que, a nosso ver, devem subsidiar programas educativos de esporte e lazer de inclusão cultural e social de jovens em conflito com a lei. São estes:

- Jovens são sujeitos de direitos. Ser cidadão significa ter acesso a direitos sociais, políticos e civis em sua plenitude; significa ter direito à voz, à participação, à circulação livre na sua comunidade, à educação, aos espaços de esporte, lazer e outras práticas culturais; a vivenciar sua sexualidade; a ser atendido nos serviços de saúde; a se preparar para o mundo do trabalho sem ser explorado e submetido a situações de opressão.
- Diversidade cultural como reconhecimento das diferenças e valorização da identidade local. Valorizar as diferenças é fortalecer nossas identidades e a do outro, é respeitar seu ponto de vista, com possibilidade de discordância, mas nunca de intolerância.
- Inclusão social pelo esporte, lazer e construção de uma cultura da paz. Cultura da paz não significa cultura da passividade ou da ausência de conflitos. O PRONASCI/PELC pode promover a desconstrução dessa cultura da violência e da intolerância e colaborar para a criação de uma cultura da paz. Como fazer isso nas nossas atividades de esporte e de lazer? Pela dinâmica criativa, o esporte e a arte empolgam e criam uma ambiência propícia para a construção de uma cultura da paz, baseada nos princípios fundamentais do jogo lúdico: a igualdade de escolha, a liberdade da criação e justiça, solidariedade, diálogo, cooperação, pluralismo e diversidade cultural.
- A produção de conhecimentos na prática cotidiana. Quando os educadores refletem sobre suas práticas, quando organizam, avaliam e sistematizam suas atividades, também estão construindo, junto com os jovens e a comunidade, práticas, valores, crenças, saberes que se comunicam e se transformam através das relações participativas estabelecidas no processo educativo.
- Ação educativa lúdica para a autonomia. O PRONASCI/PELC adota a educação para a autonomia. É a perspectiva pedagógica que visa à superação das diversas formas de anulação dos sujeitos e de suas culturas por meio do desenvolvimento da consciência política, da sensibilidade e da força interna do conjunto das pessoas. O

espaço de educação para autonomia deve ser acolhedor e lúdico. A ludicidade deve ser um conceito presente em todo processo educativo no PRONASCI/PELC. Mas é preciso entender que o lúdico não é só diversão. É, sobretudo, vivenciar as atividades com alegria e liberdade, criando e recriando múltiplas ideias e modos de realizar as ações, fazendo tudo com responsabilidade e compartilhando a alegria do vivido com os parceiros.

- Arte como estratégia de expressão e realização no lazer. A arte é um importante conteúdo, talvez a principal e mais visível forma de expressão, comunicação e realização de cultura. Trata-se de uma experiência de produção, fruição e conhecimento cultural quando manifesta um modo de ver o mundo inserido num contexto histórico. Completa e compõe a pessoa ao colocá-la em contato com a própria subjetividade. Expressa sensações, identidades e memórias. Revela como compreendemos e lidamos com a realidade, ampliando a nossa capacidade de intervenção sobre ela.
- Trabalho como formação para a inclusão produtiva. A educação para o trabalho no PRONASCI/PELC implica oportunidades de vivências como práticas educativas que permitam ao jovem conhecer suas potencialidades/capacidades, com vistas a promover a garantia dos direitos na perspectiva da melhoria das suas condições de vida.
- Trabalho em rede: articulação de serviços como estratégia para garantia da atenção integral. Os atores da rede devem comungar um objetivo comum e construir ações coletivas para garantir inclusão integral de jovens e suas famílias. O PRONASCI/PELC se concretiza como espaço que busca a descentralização dos serviços e se coloca como uma estratégia de articulação de serviços para esse atendimento.
- Participação e conflito como essências da vida democrática. O significado da palavra participação é tomar parte, fazer parte e ter parte em algum empreendimento. Portanto, é preciso que todos os parceiros, os formalizados, os não formalizados, a comunidade e seus jovens, tomem parte, façam parte, tenham parte nas ações do programa.
- Quando há participação no planejamento, na discussão coletiva dos problemas e nas descobertas e propostas de solução temos a “cogestão”. No PRONASCI/PELC, nas diversas ações realizadas,

deve-se buscar estabelecer esse tipo de relação. O Grupo Gestor, composto por representantes dos jovens, da comunidade, das entidades parceiras, dos equipamentos governamentais e não governamentais locais, torna-se um coletivo de discussão da realidade dos jovens da comunidade e também de construção para a busca de soluções conjuntas dos seus problemas.

- Família e escola como participantes na experiência educativa. As famílias e as escolas, além das demais instituições localizadas na comunidade, são parceiras e formam uma rede na construção de espaços e práticas educativas que visam à inclusão social dos jovens.
- A educação das pessoas acontece em várias situações, relações e espaços sociais em momentos e contextos históricos culturais. O cotidiano da rua, do esporte, do lazer, do trabalho e das instituições socioeducativas como a família, a escola, os projetos sociais e as igrejas, dentre outros, também compõem esse campo educativo. No PRONASCI/PELC, a família e a escola têm uma importância especial. Nessa perspectiva, o programa pode propor ações conjuntas com escolas e famílias, buscando o fortalecimento das instituições educativas da comunidade, investindo na formação de seus educadores e familiares, incentivando sua participação em eventos, oficinas culturais e esportivas, grupos de discussão etc.
- Educador como participante do aprendizado. No PRONASCI/PELC, educador não deve ser aquele que apenas cumpre as tarefas que lhe são determinadas. Nem tampouco aquele que serve apenas ao interesse de seu grupo ou de si mesmo. O educador, ao contrário disso, é aquele que atribui à educação o caráter político, social e cultural de que ela se reveste. Os educadores são sujeitos socioculturais em ação que ocupam um papel importante na sociedade. No programa todos os profissionais são educadores, independentemente da função que desempenham: coordenador, técnico, administrador, estagiário, prestador de serviços gerais, oficinheiro, formador ou consultor. Temos, então, um grupo heterogêneo que, através da ação formadora, se identifica. Com a equipe interdisciplinar (professor de Educação Física e de lazer, assistente social, psicólogo, pedagogos, arte educador) e com o encontro dos diversos campos do conhecimento, enriquece nossa atuação junto ao projeto, torna-a mais desafiadora.

- Redes sociais: resgate dos vínculos sociais e da estima pessoal. Alguns indivíduos conseguem passar por situações constrangedoras sem sofrer demasiadamente, outros já se abatem e levam mais tempo para retomarem suas vidas, porém alguns entram em quadro de profundo sofrimento e podem recolher-se na solidão.

Parece que a ideia de que, atualmente, se pertence a um mundo globalizado retirou das pessoas um pouco do sentido de pertencimento a uma nação e a um local de origem. Optar por um mundo regido pelo imediatismo – segundo as normas de um mercado global – é uma postura arriscada. Diante disso, as pessoas têm encontrado algumas dificuldades em buscar apoio e construir elos com outras pessoas, grupos, movimentos e instituições para tentarem organizar novas propostas de vida.

Apesar da solidão, do sofrimento, da precariedade ou da insegurança que enfrentam no seu cotidiano, podemos perceber nas falas dos jovens, sobretudo daqueles que estão com medida socioeducativa, o desejo de compartilhar ideias, invenções, propostas ou alegrias. No entanto, não conseguem encontrar espaços de expressão e de comunicação.

Essa situação de individualismo tem atingido, de uma maneira ou de outra, a todos nós, independentemente da classe social a que pertencemos. Obviamente, as pessoas que se encontram em situação infracional ou no caminho de situação infracional estão mais expostas às situações de precariedade social que são muito mais graves.

Nesse sentido, Castells⁸ nos alerta que, quando um indivíduo rompe com sua comunidade de origem e se sente desgarrado, a ponto de se sentir estranho ou ser estranhado pelos outros que o rodeiam, num lugar que antes lhe era familiar, ele vive um processo que esse pesquisador nomeia de “desafiliado”. Nessas condições, sua noção de vínculo torna-se profundamente comprometida, corroborando a noção de “descoesão” social e territorial, aumentando os índices nas estatísticas de crimes e homicídios.

Situações extremas como essas necessitam ser revistas e repensadas para que possam criar novas formas de convivência, pois nem ser humano ou nenhuma outra forma de vida existente nesse planeta

nasceram para viver isolados. Alguns estudos demonstram que o ser humano tende a adoecer quando se percebe rejeitado ou quando sua rede de relações foi reduzida ou rompida nos campos da amizade, da vizinhança, do estudo, do lazer.

As oficinas do PRONASCI/PELC podem promover situações de acolhimento, descontraídas e solidárias, que facilitem o vínculo entre as pessoas e levem-nas a encontrar suporte afetivo e material. Com isso, elas tendem a enfrentar seus problemas e sofrimentos com maior habilidade, criação e segurança, pois se percebem incluídas e reconhecidas no grupo em que vivem.

Esses processos nem sempre se dão de forma muito tranquila e simples. Há momentos de tensão, de conflitos e de discórdias, porém isso não impossibilita que se possam construir consensos e acordos, retirados a partir de diálogos estabelecidos na comunidade em que se trabalha.

Notas

- ¹ Pesquisa nomeada como “Metodologia para Inclusão dos Jovens de Ribeirão das Neves-MG pelo Esporte e Lazer”. Além dos autores, a equipe da pesquisa contou com a participação dos professores Almir de Oliveira Junior e Gilmar Rocha; dos alunos bolsistas Alessandro dos Santos Costa, Anderson Batista Coelho, Andréia Antônia de Jesus, Ângela Luzia dos Santos Otoni, Fabio Barbosa Moraes, Fernando Henrique Vago, Thiago Leite da Silva e Rodrigo Mendes Maciel; das alunas voluntárias Kyra Martins Vargas e Nathália Silva Barbosa; e do apoio administrativo de Maria Aparecida Venâncio.
- ² Ver: NORONHA *et al.*, 2009.
- ³ Programa de esporte e lazer voltado para jovens em conflito com a lei, em parceria entre o Ministério do Esporte e Ministério da Justiça (Governo Federal).
- ⁴ Diagnóstico de Ribeirão das Neves. Instituto VER. Belo Horizonte, 2007. E-mail: ver@institutover.com.br
- ⁵ Política de Cultura, Esporte e Lazer de Ribeirão das Neves. Prefeitura de Ribeirão das Neves. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. DOC, 2006. Elaboração: Leila Pinto.
- ⁶ ZINGONI, 2003.
- ⁷ PINTO, 2004.
- ⁸ CASTELLS, 1998.

Referências

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Trad. Roneide Venancio Mayer. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. v. 1.

NORONHA, Vânia et al. *Metodologia para inclusão dos jovens de Ribeirão das Neves, MG pelo esporte e lazer*: relatório de cumprimento do objeto. Brasília: Ministério do Esporte, 2009. Mimeografado.

PINTO, Leila M. S. de Magalhães. *Sentidos e significados de tempo de lazer na atualidade: estudo com jovens belo-horizontinos*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

ZINGONI, Patrícia. Descentralização e participação em gestões municipais de esporte e lazer. In: WERNECK, Christianne; ISAYAMA, Hélder (Org.). *Lazer, recreação e educação física*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Celi Neuza Z. Taffarel
Cláudio de Lira S. Júnior

Políticas de esporte e lazer para o campo e a cidade

Os mutirões e os círculos
populares da Bahia

Introdução

O presente texto expõe os elementos básicos da teoria do conhecimento e da teoria pedagógica com as quais trabalhamos nos mutirões e círculos de esporte e lazer na cidade e no campo com o objetivo de contribuir com a construção de políticas públicas de esporte e lazer que se contraponham às políticas neoliberais de perfil assistencialista, focais e compensatórias, comandadas pelo Estado burguês.

Trabalhamos em áreas de reforma agrária e nos espaços públicos – escolas, centros esportivos e outros –, onde se faz necessário radicalizar a crítica geral à sociedade capitalista, a crítica à práxis da humanidade, a partir da crítica à prática social presente nesses espaços e tempos pedagógicos. Isso é possível com base no trabalho pedagógico, suas singularidades e particularidades, na escola e nos movimentos sociais de luta da classe trabalhadora, porque reside aí a possibilidade da identificação inequívoca das fontes geradoras dos problemas a serem pesquisados. Em nosso caso, tratamos dos problemas relacionados à cultura corporal – esporte, jogo, dança, capoeira, entre outros – em espaços públicos como a escola e os movimentos de luta social do campo.

Optamos pela abordagem materialista histórica dialética porque ela implica articular o método de análise da realidade e o sistema de categorias explicativas do modo de produção capitalista e sua superação, com indicações tático-estratégicas que, além de tudo, não se dissociam da orientação político-partidária. Onde poderia ser gestada uma teoria revolucionária, senão na luta a ser travada para atingir as transformações sociais almeçadas?

Desenvolvimento

Não podemos deixar de ressaltar que é em áreas de reforma agrária e em espaços públicos urbanos, nas escolas públicas, em particular, e também no âmbito do esporte e das políticas culturais esportivas que se articulam essas lutas. Nesses espaços é que há condições objetivas para o estabelecimento de mutirões e de círculos populares de esporte, lazer e cultura e de formação de militantes culturais.

A ideia dos mutirões e círculos nos advém justamente da luta histórica da classe trabalhadora. Os termos aqui utilizados, como “círculos”, “militantes” e “mutirões”, proveem de duas fontes.

A primeira fonte está relacionada à tradição política socialista, na qual se destaca a questão da organização revolucionária que eleva a consciência da classe, identifica o sujeito com sua organização e estabelece táticas para a concretização do estratégico, a construção do projeto histórico comunista na prática concreta no modo de produção e no modo de vida.¹ Essa formação nos círculos inicia na escola, com a auto-organização das crianças.² Os círculos têm como objetivo a organização do trabalho e a realização de tarefas. Reúnem as crianças com base em seus interesses científicos e práticos, para satisfazê-las e conduzi-las a apreciar suas tarefas. A tarefa geral do círculo é conhecer e agir no mundo em seus mais variados aspectos. O trabalho do círculo é o mais variado possível: observações, palestras, seminários, organização de experiências, festivais, entre outros.³

A segunda fonte diz respeito às experiências oriundas dos trabalhos gerais e específicos pedagógicos de setores populares e de movimentos de luta social da classe trabalhadora. Assim como “círculo” nos remete a uma figura geométrica, cuja origem remonta às leis da matemática e significa o conjunto de pontos internos de uma circunferência, nos remete também à organização, representando um grau de maturidade do movimento e dos sujeitos que o compõem.

A palavra “militante” nos remete à práxis social, ao engajamento do sujeito a uma organização em que não se separa teoria e prática, não se separam as premissas teóricas e as programáticas.

A palavra “mutirão”, por sua vez, nos remete às suas origens no idioma indígena tupi, que significa “trabalho que é feito junto”. Significa a junção de duas ideias: a noção de *tiron*, que significa junto, e *pó*, que é mão. *Potiron* é a noção de mãos juntas em tupi, de onde advém a palavra “mutirão” e a ideia de trabalho feito junto.

As experiências práticas advêm, por um lado, de projetos desenvolvidos em espaços públicos, como as escolas de educação básica e do ensino superior, e ainda dos movimentos sociais de luta da classe trabalhadora, como o são as experiências dos mutirões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e as experiências das organizações políticas revolucionárias, como as organizações bolchevistas e seus métodos de organização.⁴

Assim, os círculos populares de esporte e lazer se configuram como um espaço cujo objetivo está para além de possibilitar o esporte e o lazer apenas como atividades despretensiosas e descomprometidas. Trata-se de criar as condições para que ocorram manifestações de esporte e lazer cujas práticas sejam prazerosas, mas com formação político-pedagógica fundamentada na crítica e na transformação da realidade. Isso significa assumir, no desenvolvimento dos trabalhos, as tarefas imediatas, mediatas e históricas na luta de classes e sua expressão no trabalho pedagógico. Além disso, significa que as questões políticas não podem ser separadas das organizativas e que as premissas teóricas não podem ser separadas das programáticas.

Delimitamos como problemáticos o conhecimento do mundo, a pesquisa da realidade e, como categorias teóricas, as contradições, as contingências e as possibilidades do trabalho pedagógico, a saber: conteúdo-método; objetivos-avaliação; tempo-espço; relações educadores-educandos; escola-comunidade; movimentos sociais de luta da classe trabalhadora-Estado, trabalho pedagógico que ocorre tanto na sala de aula e na escola quanto na comunidade e nos movimentos sociais de luta da classe trabalhadora.

Perguntamos: como se desenvolvem o esporte e o lazer na cidade e no campo, em escolas públicas e em áreas de reforma agrária? Quais as contradições aí presentes e quais as possibilidades de desenvolvimento do esporte e do lazer no campo e na cidade a partir da referência do projeto histórico socialista? Como pode ser desenvolvido o trabalho pedagógico para a instalação de círculos de esporte e lazer, na perspectiva da autodeterminação, autorrealização e auto-organização dos sujeitos⁵ nas escolas e nos movimentos sociais de luta da classe trabalhadora no campo? Quais as possibilidades de planejamento, implementação e avaliação de ações no esporte e no lazer nas escolas públicas e em áreas de reforma agrária que decorrem da autodeterminação e auto-organização dos participantes e quais os resultados do trabalho seguindo a metodologia crítico-superadora na realização de mutirões e círculos?

A unidade observacional é a organização do trabalho pedagógico e a realização de tarefas auto-organizadas. O objetivo é formular, a partir do trabalho pedagógico em espaços públicos na cidade e no campo, proposições explicativas para o trabalho pedagógico, a gestão e a política pública de educação, esporte e lazer em áreas de reforma agrária e nas escolas públicas.

As hipóteses centrais são as seguintes: a) os elementos moduladores de alterações no trabalho pedagógico, que expressa em si o que está posto no mais geral em termos de trabalho alienado, residem na forma/ conteúdo, na unidade teórico-metodológica, no trabalho como princípio educativo e na auto-organização dos sujeitos; b) as condições objetivas

para desenvolver o trabalho na área de esporte e lazer no campo e na cidade apontam para a necessidade de formação de militantes culturais que assumam a responsabilidade social de criar, com a população envolvida, tempo-espço, objetivos-avaliação, organização do trabalho pedagógico-conteúdos culturais a serem desenvolvidos na perspectiva da formação emancipatória⁶ e da superação do atual modo de organizar a vida em que prevalece a subsunção do trabalho ao capital e à alienação; c) para a formação de militantes culturais que desenvolvam o esporte e o lazer no campo e na cidade, a prática social é o ponto de partida para a construção de círculos de esporte e de lazer, de forma a sustentar a construção da cultura corporal e esportiva com autodeterminação e auto-organização dos participantes, o que implicará problematizar, instrumentalizar, planejar-implementar-avaliar, criar e retornar constantemente à prática com um grau mais elevado de elaboração teórica sobre o problema do desenvolvimento do esporte e do lazer no campo e na cidade.

A população participante do projeto são crianças, jovens e adultos pertencentes às escolas públicas das redes municipal, estadual e federal de ensino e dos movimentos sociais de luta da classe trabalhadora do campo e da cidade.

O registro dos dados se dá através de relatórios densos, elaboração de dossiês, registros fotográficos e filmagens que constituem banco de dados sobre o trabalho pedagógico.

As sistematizações e análises são realizadas considerando a problemática, os objetivos e hipóteses da pesquisa, as fontes e a natureza dos dados. A exposição dos resultados se dá levando-se em conta as leis gerais do desenvolvimento do pensamento dialético que estabelece nexos e relações entre o particular, o singular e o geral.

Sobre o método didático para o ensino e o método de pesquisa

Na organização do trabalho pedagógico, decidimos juntos sobre as condições necessárias para a realização do processo de trabalho pedagógico, ou seja, sobre os objetivos, a proposição de conteúdos e a utilização de métodos, formas de planejamento e critérios de avaliação, as relações entre os militantes culturais e os educadores, entre as instituições envolvidas e a gestão do processo pedagógico do projeto de integração universidade-sociedade. Decidimos juntos sobre nossos interesses, nossa organização e nossas tarefas.

A finalidade da organização do trabalho pedagógico autodeterminado e auto-organizado, a partir da realidade local, será a formação de militantes culturais através da produção de conhecimentos sobre esporte e lazer, uma vez que conhecer a realidade social é um pressuposto fundamental para transformá-la, já que não se pode transformar aquilo que não se conhece. A partir do conhecimento coletivo da realidade local e das propostas de políticas culturais envolvidas, agimos em conjunto para enfrentar os problemas do desenvolvimento do esporte e do lazer do campo e da cidade.

Reafirmamos aqui o método didático, que é o da prática social⁷ e que tem cinco momentos, a saber: a prática social, a problematização, a instrumentalização, a catarse e o retorno à prática social. A prática social é sempre o ponto de partida e o ponto de chegada. É o alvo da problematização, que é o segundo momento do método, no qual os problemas da realidade são evidenciados e as questões que precisam de solução são consideradas em relação à prática social, sendo identificados os conhecimentos que serão necessários para resolvê-los. A apropriação de instrumentos, teóricos e práticos, necessários à solução dos problemas que têm referência na prática social faz parte do terceiro momento do método, o da instrumentalização. Nesse momento, os conhecimentos produzidos e preservados historicamente são objeto de apropriação, seja pela transmissão direta, seja pela indicação de meios

de investigação, cotejando-se o conhecimento do cotidiano com conhecimentos científicos. Trata-se da aquisição de ferramentas culturais necessárias à transformação social, no sentido da emancipação humana. A expressão elaborada da nova forma de entendimento da prática social que ascendeu a partir da problematização e da instrumentalização é realizada como catarse, sendo este o quarto passo do método. É o momento da criatividade, em que se efetiva a incorporação dos instrumentos culturais em elementos ativos de transformação social. É quando a prática social é vista em um novo patamar, mais elevado, mais elaborado. É a apropriação individual e coletiva do conhecimento elaborado para planejar a prática social. O retorno do pensamento à prática social é o quinto momento. Ou seja, é a construção do conhecimento sintetizado sobre a realidade, reduzindo-se a precariedade da parcela de síntese existente anteriormente, transformando-a em algo mais rico e orgânico. A prática social é transformada num espaço pedagógico pautado pelo diálogo entre os participantes e, sobretudo, entre os níveis e tipos de pensamentos. Esse diálogo, que acontece em tempo integral, deve contribuir para que o pensamento persiga o seguinte caminho, segundo Davidov:⁸ primeiro, perceber e denotar; segundo, intuir e conotar; terceiro, raciocinar e criticar; e quarto, sentir e criar. A prática social referida no primeiro e no último momento do método didático passa por uma alteração qualitativa. Essa é a intenção política: alterar significativamente o trabalho pedagógico baseado na subsunção do trabalho ao capital, para o trabalho pedagógico livremente associado, na perspectiva da educação emancipatória, para desenvolver a política cultural de esporte e lazer no campo e na cidade.

Partimos de uma explicação científica sobre o que é fundante para nos tornarmos seres humanos.⁹ Assim como o ato fundante do ser social é o trabalho, no capitalismo esse ato toma outra conotação: é o trabalho assalariado. Portanto, assim como o ato fundante da emancipação política é a compra e a venda de força de trabalho, o ato originário da emancipação humana deve ser, necessariamente, o trabalho associado. Esse ato pode ser definido, segundo Tonet,¹⁰ inicialmente como uma forma de relações que os homens estabelecem entre si na produção

econômica, em que as forças individuais são postas em comum e permanecem sempre sob o controle comum. Como consequência, os homens detêm o controle consciente da integralidade do processo de trabalho. É isso que torna o trabalho uma atividade efetivamente livre.

Ainda de acordo com Tonet,¹¹ esse ato de trabalho, associado, exige, para sua efetivação, duas condições. Primeira: um grande desenvolvimento das forças que possam produzir bens suficientes para atender às necessidades de todos. Segunda: a diminuição do tempo de trabalho, de modo que os homens possam dedicar-se a atividades mais propriamente humanas. É a única forma que pode permitir a construção de uma autêntica comunidade humana, ou seja, de uma comunidade em que todos os indivíduos possam ter acesso amplo a todas as objetivações – materiais e espirituais – que constituem o patrimônio da humanidade; em que poderão desenvolver amplamente as suas potencialidades; em que se encontrarão em situação de solidariedade efetiva uns com os outros, e não de oposição e concorrência. Nesse momento, os homens terão chegado ao patamar mais elevado de sua entificação. E, ao contrário da emancipação política, esse é um patamar que abre um processo infinitamente aperfeiçoável para a humanidade. Só então se poderá dizer que os homens são efetivamente livres. Significa dizer que não serão nem completa nem inteiramente livres, mas que serão o mais autodeterminados possível enquanto homens. No entanto, é importante ressaltar: a emancipação humana não é algo inevitável. É somente uma possibilidade. Se se realizará ou não dependerá da luta dos próprios homens.

Portanto, ao desenvolver o trabalho pedagógico com base na pesquisa como instrumento de trabalho com grupos, instituições, coletividades de pequeno ou médio porte, o fazemos buscando considerar a possibilidade histórica do trabalho de produtores livremente associados. E esse trabalho inicia-se na educação infantil, na autodeterminação de crianças e jovens para organizarem seu trabalho, satisfazerem suas necessidades e cumprirem suas tarefas.

A investigação dá ênfase à análise das diferentes formas de ação que se manifestam num conjunto de relações sociais estruturalmente

determinadas. São técnicas de pesquisa que compõem o método: a observação, a sistematização, a avaliação, a elaboração teórica. Para tanto, são necessários instrumentos de pensamento e instrumentos de pesquisa. Por isso delimitamos problemas, hipóteses de trabalho, variáveis, unidades observacionais e realizamos registros, organizando fontes, analisando dados e teorizando sobre esporte e lazer na cidade e no campo. A pesquisa permite descrever situações concretas e orientar intervenções ou ações em função da resolução de problemas detectados nas coletividades consideradas. A pesquisa se dá com a participação de vários sujeitos sociais – universidade, Ministério do Esporte, escolas, associações, cooperativas, movimentos sociais de luta da classe trabalhadora, entre outros –, com níveis de participação e tipos de envolvimento diversos.

É no contexto da pesquisa que fazemos a análise da realidade observada e propomos, conjuntamente, as ações pedagógicas. A pesquisa implica a participação das pessoas envolvidas nos problemas investigados, o que é absolutamente necessário. Esse tipo de pesquisa é uma estratégia metodológica da pesquisa social na qual: há uma ampla interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada, especificamente dos agentes/militantes culturais, e dessa interação resulta a ordem de prioridade dos problemas e das soluções a serem encaminhadas; o objeto de investigação é constituído pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nessa situação, especificamente na área do esporte e do lazer no campo e na cidade; tem como objetivo resolver ou esclarecer os problemas da situação observada; há um acompanhamento das ações e decisões e não se limita a uma forma de ação: pretende-se aumentar o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados.

As ações estão relacionadas com o trabalho pedagógico em contextos como a escola, bem como outros contextos onde ocorrem as manifestações de esporte e lazer, a produção do conhecimento sobre o tema esporte e lazer, as políticas públicas e a formação de professores/agentes/militantes culturais. São considerados os seguintes objetivos: levantamento de soluções e propostas de ação imediatas e elaboração

do conhecimento a partir das situações investigadas sobre autodeterminação e auto-organização do esporte e lazer considerando a realização de mutirões e círculos populares de esporte e lazer.

Para a observação do que ocorre nas situações concretas investigadas são delimitadas as situações referentes ao processo em três momentos, a saber: inicial, durante e final. São agregados à pesquisa procedimentos e técnicas de pesquisa social tendo em vista a participação e a ação de todos os envolvidos, baseada no estabelecimento de uma estrutura coletiva, participativa e ativa, trabalhando na produção e apropriação do conhecimento científico sobre o esporte e o lazer no campo e na cidade.

Todas as formas de registros – verbais, escritas, fotográficas, filmagens, depoimentos, entre outras – são utilizadas para coleta e organização de dados. As fontes de dados são, portanto, as situações concretas do modo de vida¹² tanto na cidade, quanto no campo, em áreas de reforma agrária. São utilizados questionários, entrevistas, registros descritivos densos convertidos em relatórios, análise documental, entre outras técnicas de pesquisa. Recorremos, portanto, a métodos e técnicas variadas para lidar com dimensões coletivas e interativas da investigação, bem como técnicas de registro, processamento e exposição dos resultados.

Na análise dos dados, a pesquisa em desenvolvimento intensifica o uso de uma estrutura de raciocínio que contém momentos de inferências não limitados às estatísticas e de argumentação ou “diálogo” entre os vários participantes. Muito do material da pesquisa é essencialmente feito de documentos e registros dos fatos concretos, o que requer da investigação muita compreensão de processos de sistematização de dados e análise da lógica dos processos em desenvolvimento. O trabalho apresenta também muitas situações e aspectos argumentativos, como, por exemplo, na colocação dos problemas do esporte e lazer no campo e na cidade, nas “explicações” ou “soluções” apresentadas pelos educadores/pesquisadores, militantes/participantes, nas deliberações em relação aos meios de ação a serem implementados, nas avaliações dos resultados e da ação desencadeada, no trabalho pedagógico

como um todo, sujeito a autodeterminação dos indivíduos e grupos sociais, ou seja, da capacidade de organização e realização das tarefas autodeterminadas.

Os textos que estamos divulgando descrevem resultados desse trabalho investigativo, que busca consolidar uma base de pesquisa e de formação de quadros no Nordeste do Brasil.

Os resultados desses investimentos podem ser mensurados tanto na produção científica produzida e divulgada, quanto nos bolsistas formados (graduação e pós-graduação), na população atendida, nos mutirões realizados, nos círculos instalados, nas contribuições para a construção de políticas públicas, assim como na continuidade de projetos que asseguram formulações e proposições superadoras para as políticas públicas na área do esporte e lazer. São exemplos dessas proposições as contribuições para a educação física escolar, as contribuições para a formação de militantes culturais, o acesso, constituição e balanço da produção do conhecimento, a construção de bancos de dados, assim como as contribuições para a educação do, no e para o campo.

A proposta inicial do trabalho levou o título de “Mutirões e círculos de esporte e lazer na cidade e no campo”, com o desdobramento e enfoque posterior na “Formação continuada de militantes culturais de esporte e lazer no campo e na cidade”, com a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão para consolidar a produção de conhecimentos científicos e a formação qualificada de professores, militantes culturais, educadores populares para atuarem na área de educação, esporte e lazer na perspectiva do projeto histórico comunista.

A ementa dos trabalhos pedagógicos consistiu em estudar o trabalho pedagógico e as teorias sobre desenvolvimento humano, cultura corporal, esporte e lazer enquanto políticas culturais, na perspectiva de propor ações crítico-superadoras para a política de esporte e lazer no campo e na cidade.

Os objetivos traçados foram planejar, implementar e avaliar iniciativas na área de esporte e lazer nas escolas e nos movimentos de luta social da classe trabalhadora que levem em consideração os princípios de formação humana omnilateral, o projeto histórico para além

do capital, o trabalho como princípio educativo, os fundamentos do esporte e do lazer educativo, solidário, cooperativo, autodeterminado, criativo, crítico para todos, tanto no campo quanto na cidade.

Com relação aos locais e ao universo de intervenção, trata-se de ações articuladas com os projetos desenvolvidos pelo Grupo LEPEL/FACED/UFBA que envolvem graduação, pós-graduação, escolas públicas e movimentos sociais de luta da classe trabalhadora, considerando o estado da Bahia e em especial o recôncavo baiano. As ações são desenvolvidas nos seguintes espaços sociais do estado da Bahia: as escolas públicas da Rede Estadual de Ensino do Estado da Bahia (RPE-BA), os acampamentos e assentamentos dos movimentos sociais de luta da classe trabalhadora (Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD – e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST) e o Centro de Educação Física e Esporte da UFBA (CEFE-UFBA).

A implantação do projeto compreende diferentes fases. A primeira fase ocorreu nos seis primeiros meses, com mutirões de planejamento, estudos temáticos e orientações para criar bases teóricas sólidas e bancos de dados sobre o trabalho a ser desenvolvido. A segunda abarca um período em que são empregados esforços na implementação das ações e na avaliação do que foi realizado. A terceira fase é de avaliação final e elaboração de relatórios e demais produções científicas amplamente difundidas.

A ação se desenvolve com a seguinte sistemática: a) preparação teórica preliminar sobre os projetos piloto e a teoria do conhecimento subjacente; b) idas a campo, implementação de projetos; c) desenvolvimento de reuniões, planejamento, realização de oficinas para a instrumentalização; d) desenvolvimento das ações previstas e registros densos; e) estudos teóricos sobre a questão agrária e o imperialismo, a organização e a problemática significativa de educação, esporte e lazer na escola ou nos movimentos de luta social no campo; f) retorno à prática social em outro patamar de ação e teorização.

Descrevemos a seguir a estrutura mais geral do trabalho, que articula tanto os projetos do campo quanto os da cidade, em formato de

uma pesquisa matricial. Denominamos de pesquisa matricial porque os problemas de investigação são organizados em matriz, as respostas são buscadas em conjunto e a unidade teórico-metodológica é construída coletivamente na organização do trabalho pedagógico, em definições assumidas pelos envolvidos.

1. Tema da pesquisa matricial: formação de militantes culturais e os mutirões e círculos de esporte e lazer na cidade e no campo.
2. Questões da pesquisa:
 - Questão geral: como está sendo organizado o trabalho pedagógico nos projetos desenvolvidos na cidade – escolas públicas – e no campo – áreas de reforma agrária, considerando a sua fundamentação, seu aporte teórico-metodológico, seus objetivos e avaliação e o trato com o conhecimento: realidade, contradições e possibilidades?
 - Questões desdobradas:
 - i. Que concepções de formação humana, modo de produção, educação, esporte e lazer estão presentes nas propostas dos projetos específicos?
 - ii. Que processos de organização do trabalho pedagógico estão sendo desenvolvidos pelos sujeitos envolvidos nos projetos específicos?
 - iii. Que concepção e que prática de formação de educadores e de militantes culturais se produzem desde os projetos específicos?
 - iv. Qual crítica (no sentido marxista desse termo)¹³ da realidade os projetos específicos desenvolvem?
 - v. Como estão sendo organizados os currículos e os programas dos projetos específicos?

- vi. Como se caracteriza o trabalho pedagógico considerando os pares dialéticos, objetivo-avaliação, conteúdo-método, tempo-espaço?
- vii. Que categorias emergem da descrição do trabalho pedagógico de cada experiência?
- Questão específica do Polo UFBA Rede CEDES:

A UFBA, especificamente, está avaliando a construção de políticas públicas de esporte e lazer a partir da autodeterminação e auto-organização do trabalho dos envolvidos no processo, através da constituição de mutirões e círculos de esporte e lazer: possibilidades de mediações do conhecimento científico com base em novas relações de produção da vida. Investiga-se a relação trabalho-educação, em especial o trabalho na escola e nos movimentos de luta social do campo.

3. Objetivo:

- Construir, a partir da avaliação das experiências, uma explicação científica sobre a formação de militantes culturais para o campo e a cidade, em especial sobre as questões do trabalho pedagógico e do currículo e programas na escola e nos movimentos de luta social do campo, que contemple os mais ricos elementos superadores do modelo atual de formação, de escola, de esporte e de lazer na perspectiva da emancipação humana, da formação omnilateral, tendo como horizonte histórico o projeto socialista.

4. Metodologia da pesquisa:

4.1 Primeira fase – descritivo-conceitual-avaliativa: cada projeto elabora seu relatório técnico (documentado) da experiência.

- Focos:
 - i. Descrição detalhada do projeto e do planejamento político-pedagógico: concepções envolvidas e trabalho pedagógico.
 - ii. Descrição detalhada da implementação ou da prática do trabalho pedagógico escolhida ou priorizada.

iii. Avaliação da experiência realizada (envolvendo os diferentes sujeitos).

iv. Avaliação dos projetos específicos e suas peculiaridades.

- Relatórios parciais (recorte de tempo ou focalização de estratégias ou fases de desenvolvimento dos projetos) sobre cada experiência (pela instituição ou pelas instituições responsáveis).
- Relatório final.

4.2 Segunda fase – analítico-propositiva: análise dos relatórios produzidos em cada projeto a partir de alguns indicadores, como, por exemplo, os próprios objetivos dos projetos, suas características e as categorias construídas desde a leitura do conjunto dos materiais. A ideia é constituir uma equipe específica de cada projeto na cidade e no campo para realizarem:

- Análises parciais (recortes da experiência), considerando as especificidades dos projetos.
- Análise geral das experiências e proposições para sua continuidade.

5. Atividades em conjunto durante cada fase:

- Construir planejamentos articulados.
- Construir roteiro básico comum para os relatórios.
- Realizar seminários interativos e precisar foco dos seminários.
- Consultoria para instrumentalização e análise dos relatórios parciais e avaliação da experiência.
- Seminários interativos finais para novos compromissos considerando a crítica superadora.

6. Cronograma dos relatórios de acordo com a implementação das experiências e com o grau de desenvolvimento de cada projeto:

- Descritivos – durante o processo.
- Analíticos – ao final do processo.

7. As linhas de atuação de cada um dos projetos são:

- Projeto 1 – Projeto no Campo – Áreas de Reforma Agrária ACC – Ações interdisciplinares em áreas de reforma agrária; licenciatura em Educação do Campo.
- Projeto 2 – Projeto na Escola Pública – Ginástica Alegria na Escola.
- Projeto 3 – Projeto na Universidade – Centro de Referência da Cultura Corporal (CEFE-UFBA).

Cada projeto se organizará em quatro linhas, a saber:

- Linha A – Registro e análise do processo de construção acadêmica, administrativa e financeira do projeto no contexto das relações institucionais (núcleos de pesquisa, professores, movimentos sociais, reitoria, pró-reitorias, fundações, SECAD-MEC, Ministério do Esporte, Instâncias Colegiadas, prefeituras, organizações não governamentais). Registro e análise das práticas dos dirigentes, docentes, bolsistas e técnicos-administrativos da universidade (unidade, reitoria, pró-reitoria, instâncias colegiadas, fundações, SECAD-MEC, movimentos sociais, organizações governamentais e não governamentais).
- Linha B – Registro e análise do processo de construção e implementação do programa e do currículo.
- Linha C – Registro e análise do trabalho pedagógico articulando os espaços e tempos do trabalho pedagógico, a saber, nos tempos e espaços na universidade (Tempo Escola) e nos locais de trabalho e moradia (Tempo Comunidade).
- Linha D – Levantamento e análise da produção científica: possibilidades de mediações do conhecimento científico a partir de novas relações de produção da vida.

Cada linha terá os Indicadores:

- Linha A – Perfil de entrada, intermediário e de saída dos participantes levando em consideração o modo de vida e as formações econômicas em que estão inseridos. Perfil de entrada, intermediário e no término dos gestores, administrados, equipe e demais participantes da implementação dos projetos. Experiências anteriores dos docentes e da instituição; impactos na graduação, pós-graduação e

extensão; impactos nos movimentos sociais e nas demais instâncias da universidade.

- Linha B – Perfil inicial, intermediário e final do Projeto Político Pedagógico. Processo de implementação, execução e avaliação do PPP e do currículo. Gestão administrativa, financeira e acadêmica dos projetos.
- Linha C – Organização do trabalho pedagógico. Os objetivos e avaliação, os conteúdos e métodos. As mediações tecnológicas, os equipamentos, aparelhos, materiais didáticos. Os tempos e espaços. As relações interpessoais e interinstitucionais (convênios, cooperações, prefeituras, ministérios etc.).
- Linha D – Perfil da produção do conhecimento no início, intermediário e final do projeto. A produção científica: possibilidades de mediações do conhecimento científico a partir de novas relações de produção da vida.

Conclusão

O grande desafio da educação no Brasil contemporâneo consiste em: primeiro, atuar na formação de jovens com o intuito de desenvolverem uma consciência crítica e revolucionária capaz de decifrar as políticas públicas de caráter populista, tecnicista, assistencialista e reacionária e que sejam capazes de decodificar as leis econômicas que dão sustentabilidade à economia política de cunho neoliberal e, sobretudo, de identificar o caráter demagógico da fraseologia social-democrata. Segundo, atuar na formação de quadros intelectuais, militantes agentes da transformação social e da educação formal na contramão do processo político de exclusão do acesso à cultura em geral e submissão dos trabalhadores aos capitalistas. A educação deve ser transformada em trincheira popular, coadjuvando o processo revolucionário possível e indispensável à emancipação intelectual e à libertação econômica do proletariado.

Para Mészáros,¹⁴ o desafio é internalizar uma outra subjetividade humana em outras relações objetivas de produção da vida, o que significa *autorrealização* dos indivíduos como “indivíduos socialmente ricos”,

humanamente *opostos* ao indivíduo que está a serviço da perpetuação, consciente ou não, da ordem social alienante e definitivamente incontrolável do capital. Tratar o *conhecimento* como elemento necessário para transformar em realidade o ideal da emancipação humana, *oposto* à adoção, pelos indivíduos, de modos de comportamento que apenas favorecem a concretização dos objetivos reificados do capital. *Mudança* verdadeiramente radical *oposta* a reformas – reparos institucionais formais, passo a passo, em círculo vicioso institucionalmente articulado e protegido da lógica do capital. Concepção em que nenhuma *atividade humana* da qual se possa excluir qualquer intervenção intelectual – o *homo faber* não pode ser separado do *homo sapiens*, *contrária* à abordagem elitista – educação como atividade intelectual, como forma de preservar os “padrões civilizados”. *Universalização* da educação e do trabalho como atividade humana autorrealizada *oposta* à negação dos requisitos mínimos para a satisfação humana. *Sustentabilidade*, que significa o controle consciente do processo de reprodução metabólica social por parte de produtores livremente associados, *em contraste com* a insustentável e estruturalmente estabelecida característica de adversários e a destrutibilidade fundamental da ordem estabelecida do capital. *Autogestão*, em que a intervenção da educação ocorrerá a partir do estabelecimento de prioridades e das reais necessidades mediante plena e livre deliberação dos indivíduos envolvidos.

Diante desses dois pontos, assumimos que os pilares centrais da educação, considerando a histórica luta da classe trabalhadora, em especial a luta da via campesina nas Américas, devem ser: uma consistente base teórica alicerçada na referência marxista; o desenvolvimento da consciência de classe forjada nos enfrentamentos, nos confrontos e conflitos;¹⁵ uma consistente formação política na perspectiva da não dissociação entre premissas teóricas e programáticas;¹⁶ e a organização revolucionária a ser cultivada desde a educação infantil, segundo o que propõe Pistrak.¹⁷

Portanto, estamos dando ênfase à elaboração teórica a partir dos projetos específicos na cidade e no campo, por entender que a teoria se desenvolve como categorias da prática, e que o trabalho pedagógico é o modulador das transformações das políticas públicas.

Notas

- ¹ TROTSKY, [s. d.].
- ² PISTRÁK, 2002.
- ³ PISTRÁK, 2002.
- ⁴ LUKÁCS, [s. d.].
- ⁵ PISTRÁK, 2000.
- ⁶ Pela necessidade premente de deixar explícito o conceito de “emancipação humana”, reafirmamos que ela nos diz da luta de cada indivíduo, das classes sociais e da humanidade para superação da sociedade de classes para a sociedade sem classes: a sociedade comunista.
- ⁷ SAVIANI, 2003.
- ⁸ DAVYDOV, 1982.
- ⁹ ENGELS, 1990.
- ¹⁰ TONET, 2005.
- ¹¹ TONET, 2005.
- ¹² TROTSKY, [s. d.].
- ¹³ Ver, especialmente, Enguita e Freitas sobre a crítica como princípio metodológico em Marx.
- ¹⁴ MÉSZÁROS, 2007.
- ¹⁵ LÊNIN, 2007.
- ¹⁶ TROTSKY, [s. d.].
- ¹⁷ PISTRÁK, 2000.

Referências

- ADAM, Y. *et al.* *Desporto e desenvolvimento humano*. Portugal: Seara Nova, 1977.
- ALMEIDA, Roseane Soares. *A ginástica na escola e na formação de professores*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- BOGO, Ademar (Org.). *Teoria da organização política*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

- BRASIL. *Programa esporte educacional: princípios e objetivos*. Brasília: Ministério Extraordinário dos Esportes; Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, 1995.
- BRASIL. Ministério do Esporte. Rede CEDES. Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/projeto_social/pelc.jsp>. Acesso em: 6 jul. 2008.
- CALDART, Roseli. *Educação em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CALDART, Roseli. *Pedagogia do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- CHEPTULIN, Alexandre. *A dialética materialista histórica: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- SOARES, C. L. et al. *Metodologia do ensino da Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.
- DAVYDOV, V. V. *Tipos de generalización en la enseñanza*. La Habana: Pueblo y Educación, 1982.
- ENGELS, Frederic. *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. 4. ed. São Paulo: Global, 1990.
- ESCOBAR, Micheli Ortega. *Transformação da didática: construção da teoria pedagógica como categoria da prática pedagógica*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Projeto histórico, ciência pedagógica e “didática”. *Educação e Sociedade*, São Paulo, n. 27, p. 122-140, 1987.
- FREITAS, Luiz Carlos de. *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática*. Campinas: Papirus, 1995.
- LÊNIN, V. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Brasília: Nova Palavra, 2007.
- LUKÁCS, Georg. *Teoria do partido revolucionário*. São Paulo: Brasil Debates, [s. d.].
- MANACORDA, Mario A. *História da educação: da antiguidade aos nossos dias*. Campinas: Cortez – Autores Associados, 1989.
- MARX, K. et al. *O programa da revolução*. Brasília: Nova Palavra, 2008.
- MÉSZÁROS, I. et al. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. Princípios da educação no MST. *Cadernos de Educação*, São Paulo, ANCA, n. 8, 1996.
- PISTRAK, M. M. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- PISTRAK, M. M. *A comuna escolar*. Trad. Luiz Carlos de Freitas, 2002. Mimeografado.

- SANTOS JÚNIOR, Cláudio de Lira. *A formação de professores em educação física: a mediação dos parâmetros teórico-metodológicos*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- SHARDAKOV, M. N. *Desarrollo del pensamiento en el escolar*. Habana: Editorial de Libros para la Educación, 1978.
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 36. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.
- SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.
- SIQUEIRA, Juliano. Fundamentos para uma política cultural. *Princípios*, n. 25, p. 61-65, maio-jul. 1992.
- SNYDERS, Georges. *A alegria na escola*. São Paulo: Manole, 1988.
- STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. v. I-V.
- TONET, Ivo. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí: Unijuí, 2005.
- TROTSKY, Leon. *A questão do programa*. São Paulo: Kairós, 1979.
- TROTSKY, Leon. *A revolução permanente*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- TROTSKY, Leon. *Questões do modo de vida*. Fortaleza: LBI, [s. d.].

Beleni Saléte Grandó

Práticas corporais indígenas nas políticas públicas de esporte e lazer

*“O conhecimento para intervir
parece que não está escrito.”*

Com a expressão acima, trazemos para este texto preocupações apontadas por colegas da Educação Física que estiveram ou estão envolvidos com projetos, eventos esportivos ou intervenções e pesquisas em aldeias indígenas, a fim de contribuir para a construção de uma política de esporte e lazer para os povos indígenas, considerando a história e a diversidade étnica e cultural existente no Brasil. Na tentativa de cooperar com a inserção de pesquisadores, professores e gestores na elaboração e execução de políticas públicas para os povos indígenas, buscarei responder algumas das inquietações pertinentes nessa relação com o outro, indígena, tendo por referência a experiência com a formação de professores indígenas (em Mato Grosso, desde 1994), com a pesquisa sobre práticas corporais bororo,¹ com duas edições dos Jogos dos Povos Indígenas (2005, em Fortaleza-CE, e 2007, em Recife e Olinda-PE), e com o projeto de pesquisa em desenvolvimento, no qual buscamos compreender como se estabelecem as relações entre as práticas corporais tradicionais e os eventos esportivos para essa população.²

Ao iniciarmos um trabalho com indígenas, muitas inquietações surgem, principalmente se iremos visitar uma aldeia. Entre as inquietações, nos perguntamos onde buscar os saberes necessários para chegar até lá e iniciar uma mediação de pesquisa ou de intervenção com o esporte e lazer, já que a literatura disponível é, em grande maioria, escrita por antropólogos, e nossas primeiras interpretações são de que estamos a ler uma história antiga sobre um povo muito distante da nossa realidade. Essa impressão já nos remete à visão de que a cultura indígena é estática e, ao chegarmos à aldeia, esperamos encontrar lá os rituais e o povo diferente que encontramos na literatura.

Assim, nos indagamos sobre quais são os saberes que nos auxiliam a entrar em relação com um grupo étnico específico de forma diferente da qual se estabeleceu historicamente entre o não indígena e o indígena. A partir dessas questões, pontuamos alguns elementos que julgamos necessários considerar para propor uma política de esporte e lazer aos povos indígenas no Brasil.

Inicialmente precisamos rever a nossa própria cultura e a história das relações entre não índio e os diversos povos indígenas para nos reconhecermos nesse processo, desmistificar nossas “verdades” e conhecer nossos preconceitos, para então reconhecer o outro como diferente e igual. Isto é, partimos do pressuposto de que cada pessoa, cada grupo étnico tem uma maneira própria de falar e comunicar, de sentir, de fazer, de pensar e de estar no mundo, e é essa diferença que nos torna iguais, seres humanos, cuja dependência da cultura é vital.

A fim de compreender o que levamos em nós na relação com o outro, indígena, devemos questionar as “verdades” presentes no cotidiano da sociedade brasileira e reconhecer o preconceito enraizado na nossa maneira de falar, de sentir, de fazer, de pensar e de estabelecer relações com grupos étnicos diferentes do nosso. Para isso, é pertinente começarmos desfazer “verdades” consolidadas no imaginário da maioria dos brasileiros não indígenas, para depois apropriarmos-nos de alguns saberes sobre as práticas corporais tradicionais indígenas, sobre os jogos e o esporte por eles incorporados.

A partir do conhecimento sobre como o espaço de cada etnia e aldeia indígena foi socialmente constituído, compreendendo as relações de conflitos entre diferentes formas de se relacionar com o espaço e o tempo indígena e o espaço e tempo da sociedade capitalista atual, buscamos na cultura de cada grupo étnico³ saber quais são as práticas corporais que fazem parte do cotidiano da comunidade e quais as que ocorrem em momentos específicos, como festas e rituais, e que contribuem para a identificação do grupo entre si e em relação ao outro.

Segundo a Constituição Federal de 1988, parágrafo 1º de seu artigo 231:

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.⁴

No entanto, temos na realidade brasileira aldeias e territórios indígenas que não atendem a este texto, pois resultam de históricas disputas e processos de integração (submissão cultural), podendo uma mesma terra reunir uma ou mais etnias, que estão ou não demarcadas e asseguradas legalmente, que têm ou não conflito com invasores e exploradores de suas riquezas naturais, numa complexidade que não nos permite generalizar qualquer oferta de esporte e lazer.

O uso do espaço e do tempo de cada comunidade indígena varia em relação ao período de contato com os colonizadores (que invadem os territórios tradicionais com o propósito de “desenvolvimento”), ao tempo em que residem no território atual e à forma como dele se apropriam. Ou seja, precisamos compreender a história do grupo no local onde vive e a história de sua origem para compreender como vivem hoje, quais as práticas corporais que são tradicionais ou adaptadas e quais as que mais identificam o grupo indígena: pode ser numa aldeia de uma etnia, próximo à cidade, ou dentro da cidade, como a aldeia Guarani, em São Paulo; pode ser numa aldeia que reúne diferentes etnias, como a aldeia Umutina, em Mato Grosso; pode ser numa aldeia grande, média ou pequena; pode ser que um povo tenha uma

única aldeia ou várias aldeias; aldeias distantes do convívio com o não indígena ou aldeias em permanente contato; aldeias isoladas tanto de outros indígenas quanto de não indígenas, entre outras possibilidades. Somente a contextualização histórica e cultural de cada grupo étnico pode nos ajudar a compreender, sem preconceito, as formas de organização social, o conteúdo tradicional de suas práticas corporais e as demandas que fazem por políticas de esporte e lazer.

A redução de espaço onde vivem é um determinante econômico e sociocultural em todas as situações, pois, se há uma permanente invasão e redução de terras/territórios, reduz-se imediatamente a possibilidade de sobrevivência da comunidade, aumentam as dificuldades de conseguir o alimento e os materiais necessários às práticas ritualísticas e corporais, influenciando diretamente nas formas de ensinar e apropriar-se dos saberes tradicionais, que são aprendidos na relação direta entre os mais velhos e os mais jovens, mediada pelas práticas corporais cotidianamente e nos momentos ritualizados.

Podemos com isso pensar na diferença entre um grupo étnico que tem na sua terra a palha (que é retirada de diferentes palmeiras, conforme a etnia e o uso, se para vestes, se para fazer a casa, se para fazer a esteira etc.), o urucum (arbusto de onde se tira a tinta vermelha para pintura corporal e outros artefatos), o jenipapo (árvore fruteira de valor alimentar e terapêutico, de onde se tira tinta preta, embora não seja essa a única fonte de tinta preta para pintura corporal) e os mais diversos vegetais utilizados para ornamentação de colares, alimentação, remédios e confecção de objetos e utensílios domésticos e de trabalho, além dos artesanatos, fonte de recursos econômicos que suprem, principalmente, a falta de alimento.

Segundo a Constituição Federal,

são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.⁵

As contradições vividas pelos indígenas nos remetem à necessidade de se conhecer a história e o contexto da construção socioeconômica cultural da terra indígena e das relações com a sociedade não indígena com a qual se estabelecem divisas territoriais. É fundamental para se compreender as possibilidades ou não de cada comunidade organizar seu tempo livre e de alimentação para repor os gastos energéticos, consumidos nas atividades físicas.

Com isso, podemos concluir que, sem termos conhecimento do cotidiano vivido na aldeia, não há como afirmar que o lazer e o esporte são práticas cotidianas que contribuem para a melhoria da qualidade de vida de um grupo étnico. Por exemplo, deve-se considerar os problemas de saúde que resultam do fato de uma aldeia ou território fazer divisas com uma fazenda de soja, pois periodicamente há pulverização de agrotóxico, geralmente realizada por avião, que atinge diretamente as comunidades indígenas. Além do veneno respirado, esse chega a atingir outros órgãos vitais pela alimentação, pois atinge os rios e os animais, fonte de alimentação. Por exemplo, a ema é uma ave do cerrado e fonte de alimentação indígena, e o peixe, alimento fundamental para vários povos, é contaminado tanto por agrotóxicos quanto por mercúrio,⁶ ambos marcam a presença do não índio.

Essas relações são, portanto, parte de uma realidade totalmente desconhecida pela maioria dos brasileiros, inclusive dos que residem nas cidades próximas dos territórios atingidos, pois não se questionam as “verdades consolidadas” de um índio genérico, homem “primitivo” por não ser “civilizado”. Ou, como afirma Chaui,⁷ os índios são considerados pelo não índio irresponsáveis, preguiçosos e perigosos, devendo ser exterminados ou civilizados.

Essa imagem povoa o imaginário da população brasileira sobre as 215 etnias indígenas do país, ora altamente preconceituosa, ora romantizada; no entanto, tal imagem configura uma visão genérica de índio. Essa visão de um índio genérico permeia as relações de “contato”, que o identificam como uma pessoa fora do tempo:

Por má consciência e boas intenções, imperou durante muito tempo a noção de que os índios foram apenas vítimas do sistema mundial,

vítimas de uma política e de práticas que lhes eram externas e que os destruíram. Essa visão, além de seu fundamento moral, tinha outro, teórico: é que a história, movida pela metrópole, pelo capital, só teria nexos em seu epicentro. A periferia do capital era também o lixo da história. O resultado paradoxal dessa postura politicamente correta foi somar à eliminação física e étnica dos índios sua eliminação como sujeitos históricos.⁸

Faz-se necessário superar a etapa da ignorância e da visão preconceituosa para atuar com populações indígenas, estejam elas em diferentes situações de tempo e espaço, na relação com o não índio (isto é, tomar a atitude de questionar as “verdades” consolidadas na história oficial e “heroica” do não índio), para superar o preconceito étnico-racial predominante no imaginário social do ser índio. Para isso, busca-se compreendê-lo a partir do contexto das relações sociais históricas que são bem diferentes para cada grupo étnico.

Em sua obra *O processo ritual*, Turner⁹ demonstra o quanto pode ser rico e complexo o simbolismo dos ritos tribais e demonstra que não se pode falar de uma estrutura de mentalidade diferente da nossa, mas de estruturas cognoscitivas idênticas que articulam experiências culturais muito diversas. Cada grupo étnico, segundo sua compreensão, por meio de suas experiências coletivas, mobiliza valores e estabelece relações com diferentes dados da realidade vivida, constituindo sua cultura específica e sua forma própria de compreender a realidade e estabelecer relações com o mundo visível e invisível, humano, místico ou natural.

Ao se questionar as “verdades” do imaginário preconceituoso, passamos a perceber que a cultura do outro é tão importante quanto a nossa, percebemos que o outro, embora tenha uma outra compreensão das coisas e da organização social, é tão bom ou tão ou mais eficiente quanto nossa forma de viver em sociedade.

Nossa cultura preconceituosa, autoritária e etnocêntrica sobre os povos indígenas costuma ser mais cruel em relação às culturas indígenas do que a qualquer outra cultura. Atualmente evidenciamos isso quando percebemos na mídia, nas novelas, nas vestimentas usadas nas ruas, a valorização que o brasileiro tem pelo povo indígena e suas mais

diversas manifestações culturais, por mais diferente e diverso que este seja; no entanto, não temos o mesmo respeito e valorização à diversidade e às diferenças dos povos indígenas do Brasil. Seria uma tendência de perceber um povo como “civilizado” e o outro, parte de nós, como “não civilizado”? O que fazer? Tentar transformá-lo em “civilizado”, como tentaram os missionários e governos de ontem e ainda tentam alguns hoje?

(...) Se o termo genocídio remete à ideia de “raça” e ao desejo de extermínio de uma minoria racial, o termo etnocídio acena não para a destruição física dos homens (nesse caso permaneceríamos na situação genocidiana), mas para a destruição de sua cultura. O etnocídio é, portanto, a destruição sistemática de modos de vida e de pensamento de pessoas diferentes daquelas que conduzem a empresa de destruição. (...) Em um e outro caso trata-se de morte, mas de uma morte diferente. A supressão física imediata não é a opressão cultural cujos efeitos são retardados, segundo a capacidade de resistência da minoria oprimida.¹⁰

Buscar responder a essas questões é um primeiro passo para nos aproximarmos da realidade sociocultural na qual estamos inseridos, antes de nos deslocarmos para uma aldeia, carregando conosco o pré-conceito dos padrões urbanos para a organização da casa, dos recursos e bens de consumo, da alimentação e da higiene. Ficamos chocados quando nos deparamos com uma esteira (mas aceitamos com facilidade dormir no chão sem colchão quando um fisioterapeuta recomenda, tendo por referência as práticas orientais) ou uma rede para dormir, com a falta de luz elétrica, com a falta de talheres, pratos ou alimentos comuns na mesa dos brasileiros.

Mas, afinal, quando saímos de uma grande cidade para uma bem menor, muitas vezes próximas, não há diferenças em todos esses “padrões modernos”? E se viajamos do Norte para o Sul do país? Da cidade grande para o sítio do interior? Daí a necessidade de nos contextualizar antes de visitar um povo, de sairmos da ignorância, para superarmos o preconceito e aprendermos com o outro, para com ele partilhar o que temos de melhor, a alegria do encontro e da descoberta.

As práticas corporais tradicionais: fragmentos de uma realidade diversificada

As práticas corporais indígenas, que tradicionalmente são praticadas de forma diferente em cada etnia, têm características lúdicas, porém essas práticas não necessariamente são “não sérias” ou realizadas durante os momentos de lazer. Na maioria das vezes, elas são permeadas por mitos e valores culturais muito particulares do grupo étnico e aliam o mundo material ao mundo imaterial, podendo ser o elo de contato com o sobrenatural (podendo ser de forma mística, ligado à natureza), visando agradecer e reivindicar chuva, alimentos, saúde, condição física e sucesso na guerra, ou para a procriação e manutenção das gerações futuras, entre outros.

No entanto, isso não significa que as crianças não possam imitar os rituais e realizar com outros sentidos e materiais as práticas corporais ritualizadas. O processo de aprendizado, vivido de forma lúdica, também faz parte do mundo adulto, porém cada prática corporal passa por uma “autorização” cultural para se inserir de forma particular em cada contexto, dentro ou fora da aldeia, como ocorre com danças, corridas e lutas tradicionais demonstradas como práticas corporais tradicionais durante a nona edição dos Jogos dos Povos Indígenas, em 2007.

Para compreendermos a complexidade das práticas corporais e o cuidado que os não indígenas devem ter ao se apropriarem dessas práticas para promover o lazer e o esporte dos indígenas, pontuo a seguir algumas referências sobre o sentido destas para a constituição das identidades coletivas de cada grupo e etnia.

Muitos rituais tradicionais vivenciados transformam (“fabricam”) o corpo dos membros de uma sociedade e garantem a passagem de uma fase de desenvolvimento a outra, por exemplo, o período em que os jovens (ser jovem não necessariamente corresponde à faixa etária da nossa cultura) são educados e transformados corporalmente em adultos, como ocorre em alguns rituais de reclusão, prontos para assumir as

funções sociais na comunidade (como casar, ter filhos, garantir alimento para a família ou se inserir em rituais místicos específicos, entre outros).

Referindo-se ao bebê alto-xinguano, Viertler¹¹ afirma que, para que este possa se desenvolver de modo harmônico e humanizar-se, desde cedo seus pais deverão dedicar-lhe muita atenção quanto às dietas necessárias (alimentares, sexuais etc.) “e aos seus interesses sociais mais prementes, como receber o nome e cuidados corporais e psicológicos imprescindíveis para um bom crescimento”.¹²

Quando jovem, continuará dependendo desses cuidados corporais, responsáveis pelo hálito e cheiros do corpo (com a higiene, a alimentação, os cabelos e a pele), e psicológicos, constantes de parentes próximos, cujos objetivos pretendem estimular a força e a resistência físicas e o controle das emoções. Na sociedade alto-xinguana, algumas técnicas corporais fazem parte desses cuidados, como a “escarificação, técnica de arranhar ou sarjar a pele para causar sangrias, além dos treinos em lutas corporais e em habilidades na manufatura”.¹³

Viveiros de Castro,¹⁴ referindo-se à lógica sobre o corpo e a identidade para os Yawalapití, na “fabricação do corpo” durante a reclusão, afirma que tudo o que “se passa por dentro do corpo é de interesse da sociedade, que não se limita a inscrever à superfície do corpo suas marcas gráficas”. Essa relação dialética ocorre entre o espaço público, da sociedade (o centro da aldeia, o cerimonial, em que a “exibição do corpo, seu uso como tela”, expõe as “marcas de status – sexo, idade, papel cerimonial” – e tem relação com o confronto público com outras aldeias), e o espaço privado, do indivíduo (do “gabinete” em que o recluso é submetido à “fabricação do corpo”, para, a partir daí, adquirir o que lhe é específico, seu corpo, o que o identifica como único).¹⁵

A partir dessas referências, compreendemos por práticas corporais as práticas sociais manifestas no e pelo corpo, como expressão das técnicas desenvolvidas por um determinado grupo social em relação a sua história, seu meio natural e social, sua cultura. Essas práticas corporais expressam sentidos e significados presentes no cotidiano de um grupo social e resultam de inúmeras “técnicas corporais”,¹⁶ desenvolvidas individual ou coletivamente na preparação e representação simbólica que identifica esse mesmo grupo.

Feita a dança das flautas na frente dos visitantes, encerra-se o rito de reintegração das jovens na vida social e os cabelos são cortados, o que significa passar para uma nova posição, mulheres prontas para o casamento e para a procriação. (...) os rapazes usam adornos e brincos, sendo estes últimos insígnias da masculinidade do homem alto-xinguano (...) treinados pelos pais, entram na disputa por prestígio social. Apresentam-se com o corpo e os cabelos pintados, pois acreditam que o urucum, o jenipapo, o carvão e a tabatinga sejam bons remédios para conferir-lhes agilidade e força durante as lutas corporais.¹⁷

As disputas tanto nas lutas quanto nas danças não são competições no sentido esportivo, mas têm um sentido mais amplo, de reconhecimento e representação social, portanto, quando um jovem faz uma prática corporal, não a faz sozinho, pois seu desempenho expressa o conjunto de pessoas que o preparou para o ritual que garantirá sua ascensão social e o futuro da própria comunidade. Assim, percebemos nas práticas corporais tradicionais uma ação coletiva, não por termos nas disputas um grupo, mas pelo sentido coletivo que cada representação individual tem.

Nas danças tradicionais, os corpos expressam nos ornamentos e pinturas insígnias da pessoa, seu papel social no grupo, seu grau de parentesco em relação aos demais parceiros que participam da dança, mas também uma postura, um gesto, podendo expressar movimentos e ritmos construídos nas práticas sociais cotidianas do cuidado do corpo, da forma de andar, sentar, dormir, alimentar-se etc. Assim, a dança em si não é uma expressão de movimentos ali apresentados de forma sistematizada, mas a manifestação de uma visão simbólica do mundo em todas as suas dimensões (espiritual, natural e social), cuja lógica de pensamento nela se expressa com o ritmo que marca uma forma de conceber o tempo e o espaço, e uma forma de estabelecer relações com seu mundo e com o mundo do outro que nela é convidado a participar. Seja esse outro um integrante do próprio grupo (em suas diferentes dimensões, humana, espiritual, natural), um convidado ou um rival.

Segundo Turner,¹⁸ não há povos mais simples, mas com tecnologias mais simples do que as nossas atuais. Para ele, “a vida *imaginativa* e

emocional do homem é sempre, e em qualquer parte do mundo, rica e complexa”.

Ao nos remetermos à dança tradicional, embora não haja uma única dança indígena nem uma única dança que represente uma etnia, compreendemos que estas compõem o acervo cultural que identifica grupos de idade, de gênero e podem também representar a própria etnia, num contexto diferenciado da aldeia e do ritual. Para isso, geralmente são transformadas em sentidos e significados pelos sujeitos que dançam, quando autorizadas pelas autoridades da cultura. É o que ocorre, por exemplo, quando uma dança tradicional é apresentada a outro grupo étnico, indígena ou não indígena, em contextos públicos e contextos comemorativos.

Essa mesma compreensão de prática corporal está presente nos jogos integrados de outras culturas diferentes de que o grupo se apropria e pratica em diferentes contextos. Um jogo de futebol bororo, por exemplo, não é simplesmente um jogo de futebol que possa ser identificado em qualquer outro grupo, principalmente se este for realizado entre os próprios bororo como uma prática lúdica e educativa entre mais jovens e mais velhos, no cotidiano da aldeia. No entanto, esse futebol bororo não terá o mesmo sentido nem será jogado da mesma forma, quando realizado num campeonato que envolve outros grupos étnicos ou não indígenas, pois varia de acordo com o contexto e o sentido que esse jogo adquire na relação com o outro; isto é, o futebol bororo é uma prática social que expressa técnicas corporais específicas ao mesmo tempo que seus sentidos e significados não são identificáveis em outro “futebol”.

Essa compreensão se dá também ao observarmos uma brincadeira entre as crianças bororo, como o jogo rouba-bandeira. Percebemos que as crianças não repetem formas de jogar de outras crianças (não bororo), pois o espaço, o tempo e as técnicas corporais, que no jogo se expressam, são construídas na própria cultura bororo, no seu tempo e no seu espaço histórico e social específico.

As práticas corporais nos jogos dos povos indígenas

Diante do exposto, trazemos alguns apontamentos que os indígenas participantes do IX Jogos dos Povos Indígenas (IX JPI) nos ensinam e que contribuem para pensarmos as políticas públicas para o esporte e o lazer dessa população no Brasil.

Esse evento de cunho nacional foi realizado sob a responsabilidade do Ministério do Esporte, do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do governo do estado de Pernambuco. Contou com as parcerias dos ministérios da Cultura, de Educação e de Justiça e com o apoio das prefeituras de Recife e de Olinda e de empresas privadas. Nesse evento ocorreu também o Fórum Social Indígena, no qual se discutiram questões econômicas, culturais, legais (questão da demarcação e conflitos de terras) e sobre as competições que envolvem as práticas corporais. Houve também a Feira de Artesanato, que foi um espaço de intercâmbio interétnico e intercultural, visitada por não indígenas de todas as idades.

O esporte aparece, neste âmbito, como um instrumento que tem como pressuposto a interação entre distintas etnias; entretanto, outras manifestações culturais se fazem presentes nesse evento, como os jogos e brincadeiras tradicionais, os ritos, as danças, as pinturas e os adornos corporais.¹⁹

Por ser uma prática corporal que, principalmente no período da Copa do Mundo, mobiliza os brasileiros em torno de um sentimento de nacionalidade, inclusive os mais diversos grupos indígenas, o futebol vem sendo uma prática cada vez mais presente no cotidiano das aldeias. No entanto, como expressam as entrevistas dos participantes do IX JPI, em 2007, as formas que esta prática assume no cotidiano da aldeia dependem do contexto sócio-histórico de cada grupo étnico. Como esporte “nacional”, o futebol tem sido apropriado pelos diversos grupos étnicos, que adaptam suas técnicas e, durante um jogo “oficial” (de campeonato), assumem posturas de atletas, sem deixar de expressar nas

relações entre eles características que os identificam como grupo específico.

O futebol, ao ser apropriado como prática social em momentos esportivos e de lazer, deve ser problematizado. Como vimos discutindo, compreendemos que o futebol é uma prática corporal que expressa, na competição e nas próprias técnicas corporais, a cultura capitalista ocidental, cujos valores são opostos às práticas corporais indígenas, pois, como esporte, o futebol prima pelo rendimento individual atingido pela performance técnica, pelo resultado do jogo, pela vitória. E, nesse sentido, para que ele seja usado em projetos de esporte e lazer, deve ser problematizado e resignificado no contexto, especialmente considerando a diversidade étnica e cultural, expressas nos corpos dos “jogadores”. Quem joga, como, com quem, ou contra quem? Com quais objetivos?

No IX JPI, o futebol trouxe muitos elementos de conflito, de expressão identitária e de comportamentos que expressam a diversidade dos povos que dele participaram. Almeida²⁰ observou que no torneio de futebol realizado nesse evento, durante o primeiro jogo entre Xikrin e Karajá, havia um ritual muito semelhante ao do futebol profissional: os movimentos de “aquecimento e alongamentos”, as falações que antecederam o jogo, o envolvimento do público e da mídia para melhor ângulo do jogo, os uniformes padrões, a movimentação em jogo com tática definida e os juízes não índios. Esse comportamento similar ao esporte não índio, observado pelo autor no início do jogo, permaneceu durante o evento, mas mesmo assim ele percebeu que havia especificidades culturais de cada uma das etnias que os diferenciavam no jogo.

A competição durante os Jogos é evidenciada em outras provas, em que há disputa entre as etnias/equipes participantes, como no cabo de força (jogo popularmente conhecido como cabo de guerra), cuja vitória é da equipe mais forte. Ser o “grande campeão” representa a cultura masculina do guerreiro, presente em muitos grupos étnicos:

Para entendermos o sentido de campeão, de vencedor para os indígenas, vamos fazer um paralelo com o sentido de *agon* na Grécia Antiga.

(...) significa assembleia, reunião, combate com características competitivas. (...) Eles não se opunham a um rival propriamente dito, mas à força física, à velocidade (...), o importante era o espírito competitivo, e não necessariamente o resultado em si. O espírito de guerreiro, de autossuperação, está presente nos indígenas durante as provas, nos rituais de passagem, nos embates, nas lutas etc. E o objetivo não é “vencer a qualquer custo”, mas algo mais próximo do sentido do *agon*. As experiências são incorporadas positivamente pelo grupo e pela pessoa.²¹

Entre os entrevistados nos Jogos, havia também a preocupação do grupo com a preparação de seus “atletas”, os jovens que disputariam os “jogos tradicionais” (assim definidos pelos organizadores): natação, arco e flecha, lança, corrida, canoagem. Conforme relato do cacique Assurini, os atletas foram escolhidos por eles, depois de dois meses de treinamento para participar dos Jogos.

Com isso, podemos pontuar uma preocupação com os Jogos que interfere na rotina de trabalho e de lazer nas aldeias, uma vez que a padronização, ou a esportivização de práticas tradicionais, pode transformar as práticas corporais tradicionais em práticas comuns a todos os indígenas, muito semelhantes às dos não indígenas. Essa transformação, que para alguns pode parecer “natural”, altera os comportamentos alimentares dos adolescentes e jovens (considerando o gasto energético, não mais poderão se limitar aos hábitos alimentares de seus pais e avós), além de retirá-los da rotina de trabalho, uma vez que geralmente os jovens também são alunos nas escolas indígenas e passam muito tempo separados da rotina da família. Ou seja, são retirados das aprendizagens que os preparam com a transmissão de práticas corporais para as funções sociais na comunidade, principalmente porque passarão a assumir a função de cuidados com as novas gerações.

Os participantes dos Jogos de 2007, oriundos de oito estados do país, referem-se ao esporte como prática corporal rotineira, mas demonstram que há muita diversidade na forma como esse esporte ocupa o tempo de trabalho e de lazer em cada aldeia. Para alguns, a participação no evento determina uma melhor preparação para o esporte, inclusive retirando os jovens dos vícios do branco (álcool é o mais destruidor

deles), outros providenciaram um professor de Educação Física para o treinamento da equipe, a fim de representarem melhor seu povo no evento. Outros ainda relataram a preocupação com a preparação técnica e tática e de condicionamento físico, a fim de que seus “atletas” possam se sair melhor no jogo. Um Pataxó informou que na aldeia desenvolvem um projeto de esporte para realizar campeonatos, com apoio do Ministério do Esporte. Um Xikrin reclamou do fato de estarem acostumados às chuteiras e o evento ter oferecido o futebol na areia,²² dificultando a vitória do grupo no jogo.

Com isso, identificamos nas entrevistas que o esporte, futebol e voleibol, é prática corporal recorrente nas aldeias e está presente nos jogos interétnicos, como no IX JPI. Na fala de um representante Xokleng, as práticas corporais tradicionais frequentes no cotidiano da aldeia são “o futebol e o voleibol”.

Como pontuamos, há uma contradição presente na competição e, em especial, no futebol. Tanto pode ser uma prática corporal apropriada e transformada por diferentes grupos indígenas a partir dos próprios valores do grupo e, inclusive, contribuir para a integração e os processos de educação entre os mais velhos e os mais novos, quanto pode ser uma prática corporal que os integra aos não indígenas, nos campeonatos dos quais participam na região e município com o qual dividem territórios.

A educação que observamos durante o futebol bororo também aparece nos relatos de outras etnias, especialmente quando, para participarem dos JPI, os mais jovens passam a assumir responsabilidades coletivas, como se dedicar para melhor representar seu grupo étnico. Com isso, recebem retornos sociais da própria aldeia, pois são reconhecidos e valorizados tanto por seu povo quanto pela sociedade com a qual, no jogo, estabelecem relações.

Algumas sugestões foram feitas pelos indígenas no sentido de valorizarem a identidades coletivas, como não participarem das mesmas práticas dos outros, “cada um tem a sua, é só para brincar, senão perde a identidade, como os enfeites”. Referindo-se aos jovens, houve uma afirmação de que “alguns levam enfeites dos outros para a aldeia, começam a querer imitar o outro, precisam de melhor orientação”.

As práticas corporais indígenas de um grupo que ainda mantém as relações com o ambiente com autonomia são integradoras e servem tanto para divertir quanto para educar na cultura, isto é, são permeadas por valores culturais e místicos que congregam em si o mundo material e imaterial. Esses bens circulam nos encontros interétnicos e são objeto de trocas e barganhas e também de lutas, como ocorre nas disputas da melhor representação étnica. Essas relações agregam valor aos elementos constitutivos de cada cultura.

Nos relatos dos entrevistados, muitos reconhecem que a participação nos Jogos dos Povos Indígenas tem contribuído também para que os jovens se interessem pelas práticas corporais, mudando o comportamento em relação a sua própria cultura e deixando de recorrer aos não índios, pois buscam os mais velhos para aprender a língua, os cantos, as danças. Além disso, alguns assumem para si a responsabilidade de recuperar na memória dos mais velhos práticas já não mais realizadas, reconstituindo-as com novos significados, agora, para que possam ser reconhecidos como “verdadeiros” pelos “parentes” (forma como se referem a outro grupo étnico).

A relevância do registro desses bens culturais é enorme e percebemos que já vem sendo objeto de atenção dos próprios indígenas, principalmente dos mais jovens, que estavam registrando os JPI com fotografias, gravadores e filmadoras. Como nos informou um amigo bororo, serve para retornar à aldeia e mostrar como foram e o que aconteceu no evento no qual estavam representando seu povo.

Registraram em audiovisual as práticas corporais tradicionais que ocorreram: as competições de arco e flecha e lança, as apresentações de danças de várias etnias (Kuikuro, Karajá, Terena e outros), lutas (Bakairi, Kuikuro, Karajá) e jogos de corrida de toras (Xavante e Gavião), entre outras atividades que envolviam indígenas e não indígenas, que vibravam com alegria e admiração a cada dia de evento.

No local onde ficaram alojados (o Ginásio de Esportes Geraldão, em Recife), longe do espaço da arena (local onde reuniam os não indígenas para assistir às atividades culturais e práticas corporais tradicionais), muitas situações conflitivas aconteceram, as quais demonstravam as

diferentes formas de se relacionar, de olhar o outro, mas principalmente possibilitavam identificações a partir da diversidade étnica e cultural. Enquanto estavam no tempo livre entre as atividades do evento, por iniciativa dos jovens, criaram atividades de lazer abertas a todos que ali estavam: apresentaram vídeos elaborados nas aldeias, realizaram danças que contagiavam e alegravam a todos, indígenas ou não, associando o lazer ao intercâmbio intercultural, ou melhor, promovendo a educação intercultural, mediatizada pelas práticas corporais tradicionais e pelo uso de novas tecnologias de domínio dos indígenas.

O encontro com os “parentes” foi uma comemoração vivenciada com muita alegria. Foi unânime a afirmação dos entrevistados de que nesse grande evento renovam suas identidades, sentem-se valorizados em suas diferenças e têm a oportunidade de ser reconhecidos pelo outro, ao mesmo tempo que conhecem novos “parentes”. Podem mostrar aos não índios que não são iguais, que merecem respeito e podem ensinar muito sobre suas histórias e culturas, contribuindo para as mudanças na cultura preconceituosa e etnocêntrica presentes nas relações sociais cotidianas em todas as cidades do Brasil.

Assim, pensar uma política pública de esporte e lazer para os povos indígenas depende de conhecimento, especialmente de saberes que possam assegurar, na execução das práticas corporais, os direitos que os indígenas têm como cidadão brasileiro, ou seja, a garantia à diversidade, às suas formas próprias de pensar, de fazer, de ser índio, ou seja, de ser Bororo, Bakairi, Xavante, Tapirapé ou Pataxó. Depende também de se ter uma cultura própria e única, diferente de todas as demais maneiras de ser índio.

Notas

¹ GRANDO, 2004.

² GRANDO, 2007.

³ Uma etnia pode estar organizada em um único território ou em vários, em uma ou várias aldeias, podendo com o passar do tempo, sofrer mudanças culturais que os diferenciam em cada grupo/

aldeia, em virtude da fragmentação do povo provocada pelo processo de colonização que ainda está em plena atividade, principalmente na Amazônia legal. Essas mudanças resultam geralmente de situações de conflito vivenciadas em relação a terra, a problemas religiosos (envolvendo missões), divisa de território e fuga para longe do não índio, e promovem diferenças culturais que marcam suas práticas cotidianas e também seus rituais tradicionais, uma vez que a cultura é dinâmica e, por ser viva, está em transformação permanente no espaço (local de origem e moradia) e no tempo (história da etnia e específica do grupo).

⁴ BRASIL, 1988.

⁵ BRASIL, 1988, caput do artigo 231.

⁶ Sobre a influência do mercúrio na saúde indígena, ver Gonçalves *et al.*, 1993.

⁷ CHAUI, 1996.

⁸ CUNHA, 1992, p. 17-18.

⁹ TURNER, 1974.

¹⁰ CLASTRES, 1982, p. 53-54.

¹¹ VIERTLER, 2000.

¹² VIERTLER, 2000, p. 64.

¹³ VIETLER, 2000, p. 64.

¹⁴ VIVEIROS DE CASTRO, 1987.

¹⁵ VIVEIROS DE CASTRO, 1987, p. 38-39.

¹⁶ MAUSS, 1974.

¹⁷ VIERTLER, 2000, p. 166-167.

¹⁸ TURNER, 1974, p. 15.

¹⁹ ALMEIDA, 2008, p. 1-2.

²⁰ ALMEIDA, 2008.

²¹ ROCHA FERREIRA; VINHA, 2007, p. 28.

²² Os organizadores Terena decidiram fazer o futebol na areia para diminuir o nível de competição e de contusões/machucados. De fato, houve essa redução, mas não foi evitada, sendo o futebol muito discutido no evento, tendo como proposta a realização desse esporte em evento separado dos Jogos dos Povos Indígenas, já que este tem como objetivo a integração entre os povos e a valorização dos indígenas, dando visibilidade à diversidade cultural para os não indígenas.

Referências

ALMEIDA, Arthur José Medeiros de. *O processo de esportivização e os Jogos dos Povos Indígenas*. In: CONGRESSO CENTRO-OESTE DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2. Trabalho apresentado como comunicação oral. Cuiabá, set. 2008.

BRASIL. Governo Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Governo Federal, 1988.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência: ensaios de antropologia política*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

GONÇALVES, A. *et al.* Garimpo, mercúrio, saúde e atividade física em aldeias kayapó: peculiaridades observadas entre gestantes. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Maringá, v. 15, n. 1, p. 36, set. 1993.

GRANDO, Beleni Saléte. *A produção do conhecimento sobre as práticas corporais indígenas e sua relação com os jogos dos povos indígenas do Brasil*. Projeto de Pesquisa aprovado pelo Ministério do Esporte, 2007-2009. Cáceres: COEDUC/UNEMAT, 2007.

GRANDO, Beleni Saléte. *Corpo e educação: as relações interculturais nas práticas corporais Bororo em Meruri-MT*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia* (com uma introdução à obra de Marcel Mauss, de Claude Lévi-Strauss). Trad. Lamberto Puccinelli. São Paulo: EPU, 1974. v. II

ROCHA FERREIRA, Maria Beatriz; VINHA, Marina. Olimpíadas na Floresta. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 1º jan. 2007 Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/impresao.php?id=734&pagina=2>>. Acesso em: 15 jan. 2010. (p. 28).

TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Trad. Nancy Campi de Castro. Petrópolis: Vozes, 1974.

VIERTLER, Renate B. A beleza do corpo entre os índios brasileiros. In: QUEIROZ, R. da Silva (Org.). *O corpo do brasileiro: estudos de estética e beleza*. São Paulo: SENAC, 2000.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. A fabricação do corpo na sociedade xinguana. In: OLIVEIRA FILHO, J. P. de (Org.). *Sociedades indígenas & indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; Marco Zero, 1987.

Silvana Vilodre Goellner
Sebastião Josué Votre
Ludmila Mourão
Márcia Luiza M. Figueira

Política de esporte e lazer de inclusão social

Analisando as categorias de
gênero, raça/etnia,
idade e pessoas com deficiência

Introdução

O cotidiano dos projetos sobre esporte e lazer revela grupos de participantes que se identificam com as atividades que lá se desenvolvem e, assim, se tornam assíduos às atividades, trazem amigos e parentes para participar. Por outro lado, há pessoas avessas a atividades em grupo, conforme há também os pequenos grupos, que não gostam de conviver com grandes grupos. Normalmente, essas pessoas e esses grupos têm alguma característica que os deixa desconfortáveis. Por vezes se sentem discriminados, porque estão fora do padrão corporal, por causa da cor da pele, dos cabelos, por sua preferência sexual, classe social, capacidade física e por muitas outras razões que os excluem do fluxo principal. Quando alguém os convence a participar de projetos sociais, chegam tarde, saem cedo e, não raro, abandonam as atividades após pouco tempo. Essas são algumas das razões pelas quais pessoas e grupos não se identificam com determinado projeto social.

Considerando essa realidade, desenvolvemos uma pesquisa com vistas a investigar a adesão de pessoas ao projeto Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)¹ em alguns núcleos das cidades do Rio de Janeiro e de Porto Alegre. A partir de um levantamento sociodiagnóstico com foco nas variáveis gênero, etnia, geração e capacidade física,

colhemos subsídios empíricos cuja sistematização possibilitou a elaboração de um material pedagógico direcionado às pessoas envolvidas com os projetos sociais.² Intitulado “Gênero e Raça: Inclusão no Esporte e Lazer”, o manual apresenta alguns conceitos, procedimentos, atitudes, referências e dicas que consideramos importantes para democratizar o acesso de todos às atividades de esporte e lazer, bem como subsídios teóricos para construir uma intervenção responsável, que esteja atenta a diferentes formas de discriminação social de modo a evitá-la ou, pelo menos, atenuá-la.³

As pessoas que frequentam as atividades do PELC são, prioritariamente, oriundas de classes desfavorecidas e, portanto, desprovidas do usufruto de muitos direitos sociais, inclusive, o acesso ao esporte e ao lazer. A própria localização dos núcleos aponta para tal questão, visto que, em sua grande maioria, situam-se junto a comunidades periféricas das duas cidades cuja comunidade apresenta índices altos de vulnerabilidade social.⁴ Dessa forma, os resultados do estudo poderão ser úteis no aprimoramento das políticas públicas voltadas para a inclusão desses segmentos marginalizados.

Levantamento sociodiagnóstico: primeiras impressões

A etnografia das comunidades, que visitamos e com que convivemos durante três meses, revelou diferentes grupos: pessoas que participavam do projeto, pessoas que poderiam participar, pessoas que já tinham participado e saíram por um motivo qualquer e, por fim, pessoas que saíram ou deixaram de entrar por razões associadas a discriminação e preconceito. Os membros desse grupo não compareciam por considerar que algumas atividades eram típicas de outros segmentos, a exemplo de homens que não frequentavam aulas de dança por considerarem isso uma atividade feminina; jovens que não realizavam aulas de ginástica por acharem que é coisa de idosos; pessoas que se evadiam das atividades por sofrerem algum tipo de preconceito, a exemplo do rapaz

que fazia aulas de dança, mas abandonou, pois era ridicularizado por amigos que não participavam.

Os instrumentos adotados para coleta de dados, enquadrados na observação sistemática, foram a entrevista de elite e a entrevista com grupo focal. Os detalhes do cotidiano, referentes a tratamento das diferenças, eram anotados no diário de campo. Nossa previsão inicial era trabalhar com entrevistas individuais, para as quais elaboramos um roteiro semiestruturado de tópicos. Entretanto, logo constatamos que tal procedimento era pouco rentável, dadas a timidez e a vergonha de algumas pessoas e, por vezes, a resistência em conceder entrevistas individuais. Com vistas a superar esse impasse, passamos a conversar com os presentes no final das atividades de que participávamos, atentos aos itens do roteiro. Com relação à pesquisa realizada em Porto Alegre, foi utilizado, ainda, um instrumento elaborado e aplicado pela Coordenação Geral do PELC da Secretaria Municipal de Esporte para diagnosticar as expectativas dos sujeitos a serem contemplados com a implementação do programa.

Durante a entrevista em grupo, conduzíamos a conversa para que os participantes falassem sobre os quatro focos da pesquisa, gênero, idade, raça/etnia e pessoas com deficiência, fazendo perguntas relacionadas a esses temas, tais como: vocês sabem por que há grande quantidade de mulheres nesta atividade? Se houvesse um idoso, você jogaria com ele? Por que suas filhas não vêm? Por que seu marido não vem? Vocês gostam de jogar com elas/eles? Vocês têm algum colega deficiente no projeto? Quais são os tipos de discriminação mais encontrados no projeto? Durante a conversa sempre estávamos com o diário de campo aberto, anotando comportamentos e falas que nos pareciam importantes.

Após identificarmos, junto aos monitores, as pessoas que frequentavam o projeto há mais tempo e que manifestavam espírito de liderança, as entrevistávamos como informantes de elite, aprofundando os quatro tópicos. Ao percebermos que uma pessoa estava com vergonha de falar na frente dos outros, perguntávamos se ela queria falar conosco numa conversa mais reservada.

A razão para o uso dessa metodologia fundamenta-se na constatação de que a discussão dos argumentos e posicionamentos dos sujeitos individuais, articulada com o depoimento do sujeito coletivo na entrevista em grupo, provoca densidade semântica nas ideias em que há consenso, que se tornam mais robustas. Por outro lado, as ideias com discordância se tornam mais nítidas nos pontos de discórdia.

As atividades oferecidas variam de acordo com as disponibilidades de ambientes e professores e em sintonia com os desejos e projetos pessoais dos membros das comunidades. Algumas atividades predominam na maioria dos núcleos, a exemplo da ginástica, do vôlei e do futebol. Há atividades que são privativas de alguns poucos núcleos ou só se desenvolvem em um ou dois, a exemplo de alongamento, artesanato, dança do ventre, tênis de mesa, pebolim e musculação. No geral, há carência de atividades de lazer, a exemplo de jogos de cartas e sinuca, embora, na maioria dos núcleos, tenhamos verificado homens jogando sinuca, nos bares próximos, ou envolvidos com jogos de cartas, a exemplo de canastra e pife.

Feita a análise dos dados através do diálogo entre as informações oriundas das diferentes fontes, constatamos que, no geral, não houve diferenças significativas entre os resultados provenientes dos núcleos das duas cidades investigadas. Em ambas, não encontramos registros discriminatórios muito fortes relacionados à raça e a pessoas com deficiência. Para gênero e idade foram constatados casos mais relevantes, o que nos levou a considerá-los como categorias privilegiadas. Para efeitos didáticos apresentaremos, de modo sucinto, algumas das constatações advindas do trabalho de campo.

a) A categoria *idade* evidenciou problemas singulares. No correr das visitas, presenciávamos várias situações preconceituosas e discriminatórias em relação à idade e identificamos vários motivos pelos quais as pessoas dizem que não fazem atividades em conjunto com membros de faixas etárias diferentes. Muitos dos argumentos utilizados faziam referência à vergonha e a objetivos distintos por parte dos membros de outros segmentos etários.

Como a maioria dos participantes se compõe de jovens, a discriminação maior se dirige aos idosos. Entretanto, no grupo dos mais velhos, verifica-se preconceito contra os mais jovens. As pessoas mais velhas, no geral, preferem atividades que requerem movimentos corporais com pouca intensidade, como cartas e sinuca; devido à perda da sua autonomia funcional, preferem também atividades como alongamento e ginástica localizada, que não exijam deslocamento, como andar e correr. Já os jovens preferem atividades mais dinâmicas, com deslocamento rápido, a exemplo dos esportes coletivos.

Diante dessa dualidade de interesses e da dificuldade relatada pelos(as) professores(as) de integrar os segmentos, em que sobressaem a vergonha e o nível diferenciado de aptidão física, formulamos algumas propostas de integração desses segmentos, respeitando os interesses e diferenças dos mesmos, sem eliminar a competição. A lista inclui jogos cooperativos, jogos relacionados ao lazer, como cartas, sinuca, dominó, e jogos esportivos adaptados às características de cada segmento.

A inclusão de atividades que não supõem a competição poderia ser uma opção para eliminar os níveis diferenciados de aptidão física, mas outra alternativa que integraria o idoso com o jovem seria os jogos de tabuleiro, em que a competição estaria presente. Para atividades competitivas e mais movimentadas, a opção seria incluir os jogos esportivos adaptados.

b) A categoria *gênero* mostrou distribuição bipolar em relação às diferentes modalidades de atividades. Os homens raramente comparecem em atividades nas quais predominam as mulheres, assim como mulheres não frequentam atividades em que predominam os homens, seja quais forem elas.

Atividades culturalmente consideradas masculinas ou femininas são uma barreira para os(as) professores(as). Futebol é um caso típico. No geral, os meninos não gostam de jogar com garotas “pernas de pau”, e, quando as meninas jogam, são atividades entre meninas. Geralmente elas ocupam quadras secundárias e improvisadas ou em horários de pouco uso (como não é escola, as ofertas podem ser pensadas para oportunizar a satisfação e o prazer dos diferentes grupos). No futebol,

em todos os núcleos visitados, a predominância é de meninos/homens, e a eles são conferidos os melhores horários. Respeitar os interesses dos participantes implica reconhecer que, em muitos casos, meninos e meninas preferem jogar separados. Nesse caso, a alternativa de criar turmas separadas poderia ser uma boa opção, com melhores condições para a prática do esporte (material, quadra, assistência etc.). Do mesmo modo, percebemos que a adesão a atividades como dança e ginástica pouco inclui meninos/homens.

Essa diferenciação de apropriação dos espaços e atividades se relaciona, ainda, com a concepção de que homens e mulheres gostam de praticar como lazer. Ao analisarmos o questionário elaborado e aplicado pela Coordenação Geral do PELC de Porto Alegre,⁵ verificamos que a preferência das mulheres esteve marcada pela realização de atividades no espaço doméstico, como, por exemplo, limpar a casa, assistir TV, cuidar dos(as) filhos(as) e ficar deitada. Vale a pena reproduzir algumas de suas respostas quando questionadas sobre o que compreendem ser o lazer: “lazer é ter um monte de descanso”; “lazer é a casa onde mora”; “lazer é ficar tranquila fazendo o que eu gosto, sem me preocupar com horários”; “lazer é não fazer nada”; “lazer é poder fazer coisas que eu gosto” e “lazer é descanso para a memória”.

Para os homens, lazer é sinônimo de diversão e de fazer algo que está fora da rotina. Nenhum homem mencionou como lazer atividades familiares, mas sim beber com os amigos, assistir/ouvir futebol, entre outras, inferindo ser algo que está vinculado à ação. Nas palavras deles: “lazer é tranquilidade de viver e um espaço saudável”; “lazer é divertir-se, realizando algum esporte”; “lazer é se divertir e melhorar a sua saúde”; “lazer é um meio de diversão a todos, especialmente uma caminhada”.

Enfim, as informações advindas das diferentes fontes de pesquisa indicam que o lazer, como qualquer outra prática humana, é um espaço generificado e generificador.

c) A categoria *raça/etnia* mostrou-se particularmente difícil de ser analisada. Se por *etnia* entendermos pertencimento a grupos culturais, geográficos, confessionais, há discriminação generalizada, o que

podemos ilustrar por algumas igrejas, em que se localizam os núcleos que permitem atividades físicas, mas proibem festas, o que se constitui em problema nada trivial, levando-se em conta que cada núcleo realiza mensalmente uma atividade de conagraçamento. Em outros casos, após serem finalizadas as aulas de ginástica, os professores reúnem a turma em círculo e fazem uma oração, o que é edificante, mas destoa da orientação da pluralidade religiosa do país.

Em relação ao racismo, percebemos que esse tipo de discriminação acontece de forma silenciosa. O preconceito racial se constrói pela convivência com os discursos brancos, sobre brancos, com pequeníssima presença de negros e índios, que, não raras vezes, são alvo de rejeição, piedade, compaixão, medo e discriminação. Entendemos que racismo é um comportamento adquirido, que se torna naturalizado pela frequência de suas manifestações, de forma que, embora indesejável, acaba tornando-se justificável para os que o praticam.

Nos núcleos investigados, percebemos que os discursos racistas são considerados normais, são tratados com naturalidade, os participantes repetem e criam expressões de chacota, sem perceber que ali se explicita um gesto ou uma atitude racista. Por essa razão, percebemos que o racismo é velado, o que não significa ser inexistente. Portanto, há uma longa caminhada para desnudar o discurso racista.

d) A categoria *peessoas com deficiência* foi incorporada a nossa investigação por constarmos um número insignificante de participantes com essas características nas atividades desenvolvidas tanto no Rio de Janeiro quanto em Porto Alegre. Após analisarmos o contexto, concluímos que o PELC não está atento nem preparado para incluir os membros desse segmento, pois carece de infraestrutura adequada dos núcleos e arredores, a exemplo de rampas, o que impossibilita a ida das pessoas deficientes. Faltam também professores preparados para atender esse tipo de público. A discriminação contra as características físicas desviantes do padrão corporal considerado “ideal” contribui para a ausência das pessoas com deficiência nas atividades oferecidas.

Possibilidades de intervenção

Diante do exposto, podemos nos perguntar: o que podemos fazer para modificar esse contexto de discriminação?

Muitas das questões aqui apontadas são difíceis de serem trabalhadas junto aos grupos que participam das atividades e aos(as) monitores(as), coordenadores(as), professores(as). É exatamente por isso que acreditamos ser necessário conhecer mais sobre essas questões, de forma a termos subsídios para problematizá-las, debatê-las, questioná-las, revelar seu caráter injusto e perverso. Negar o problema só contribui para que a discriminação seja reforçada cada vez mais e, desse modo, seja vista como natural ou normal.

Considerando a pesquisa realizada, entendemos que um projeto que busca a inclusão social deve, necessariamente, priorizar essas questões, de forma a minimizar as discriminações, os preconceitos, as desigualdades que acontecem nas suas atividades diárias. Acreditamos que, para alterar esse contexto de injustiça social, faz-se imprescindível agirmos em prol de mudanças. Eis algumas sugestões possíveis de serem colocadas em prática de imediato:

- Criar um bom ambiente entre os participantes da atividade proposta e garantir que cada pessoa possa se expressar livremente e que seja escutado(a) e respeitado(a) em suas opiniões.
- Incentivar a prática de atividades esportivas para todos(as), independentemente de gênero, orientação sexual, raça/etnia ou idade, e promover atividades nas quais os diversificados segmentos participem conjuntamente.
- Recusar e denunciar a naturalização que se faz acerca dos gêneros, bem como as noções tradicionais de que determinados esportes são para os meninos e outros para as meninas.
- Recusar e desestabilizar a naturalização que se faz acerca de raça, bem como a crença de que atividades esportivas mais complexas devem ser desenvolvidas por brancos, enquanto as que são mais simples e brutas devem ser realizadas por negros ou índios.

- Oferecer atividades em turnos diferenciados, visando adequar-se aos interesses e disponibilidades de horário e às condições de trabalho dos participantes.
- Prestar atenção para o uso de palavras e expressões que denotam sexismo, racismo e ageísmo e combater esse uso, sem cessar. Isso porque, muitas vezes, essas palavras e expressões estão tão arraigadas na cultura, sob a forma de patrimônio coletivo, que sequer percebemos seus significados. Por exemplo: “aquilo é um programa de índio” (quando se faz referência a algo negativo, sem graça); “João parece uma menina jogando handebol” (referência à pouca habilidade de um menino para o esporte – indica que as mulheres são pouco habilidosas para os esportes); “A Maria é mesmo um Ronaldinho de saias” (referência à menina que joga muito bem o futebol – indica que os homens são os referentes do esporte e as mulheres, quando se mostram boas atletas, se parecem com eles); “a situação lá no projeto tá preta” (uso negativo de termos que se referem à cor preta, extensível ao negro); “o Brasil foi bem representado pelos atletas que participaram dos Jogos Pan-Americanos” (evitar a supressão do feminino, pois foram atletas homens e mulheres que participaram; sugere-se usar pelos/as); “jovens guiando jovens são como cegos guiando cegos” (expressão que generaliza uma possível irresponsabilidade dos jovens), entre outras.
- Procurar identificar situações em que acontecem discriminações e buscar interferir de forma a minimizá-las e evitá-las.
- Não se eximir do papel de educador(a), pois nossa intervenção faz diferença!

Conclusão

Durante nossas observações, percebemos que é necessário orientar os(as) coordenadores(as) quando da abertura de novos núcleos, para que os erros e equívocos encontrados nos núcleos que estudamos, relacionados a preconceito e discriminação, não se repitam, contribuindo assim para que os novos núcleos possam atrair e fidelizar mais participantes. Entre as deficiências encontradas, podemos citar falta de

divulgação, pois muitas pessoas alegaram desconhecer o projeto e suas atividades, além de julgar que as atividades eram destinadas apenas às crianças; falta de eventos para comunidade e não somente para os participantes; infraestrutura precária, pois vários relatos comprovam que participantes se evadem devido à falta de material e infraestrutura local (quadras sem tabela de basquete, sem marcação, com grades danificadas oferecendo risco aos alunos, descobertas, impossibilitando atividades em dias de chuva, sem traves ou com traves sem redes e falta de fornecimento de água para os participantes); falta de instrumentos que promovam a permanência dos participantes, como avaliação e confraternização entre núcleos; deficiência na qualificação continuada de alguns professores, visto que alguns deles utilizam apenas um método de trabalho; falta de controle de presença dos participantes, dificultando o resgate dos que se evadem.

Temos evidência de que, para atrair e integrar os participantes das minorias, os(as) educadores(as) devem elaborar atividades inclusivas, adequando essas atividades aos interesses e necessidades dos grupos minoritários, bem como adotar uma postura de orientação aberta, na qual os(as) participantes interagem com os(as) monitores(as) na elaboração das aulas a serem desenvolvidas.

Por fim, entendemos que o sucesso de um projeto social não depende apenas de quem o elabora e dos órgãos institucionais que o financiam. Depende, sobretudo, da capacidade das pessoas que o integram: coordenadores(as), executores(as), monitores(as), estagiários(as), professores(as), alunos(as), agentes e líderes comunitários(as), entre outros(as).

Para fazermos uma intervenção de qualidade no que diz respeito à democratização ao acesso às práticas esportivas e de lazer, bem como à educação dos sujeitos envolvidos nessas atividades, precisamos problematizar os discursos e questionar as práticas que circulam no seu entorno, muitas das quais, historicamente, têm reforçado atitudes discriminatórias.

Quando usamos o termo “problematizar”, queremos dizer que é necessário colocar em suspeição algumas *verdades* com as quais nos

deparamos cotidianamente, pois, provavelmente, elas não são assim tão *verdadeiras*. Precisamos questionar, por exemplo, a ideia de que a menina que gosta de jogar futebol ou de lutar tem tendência a ser homossexual, ou ainda que os negros são menos inteligentes que os brancos e, por isso, tendem a fazer sucesso em carreiras que não precisam de muito estudo, tais como futebol, atletismo e música, como cantor de *funk* e pagode.

Essas ideias que circulam no nível do senso comum podem não ser conscientes e tendem a ser tomadas como naturais. Entretanto, não são ingênuas nem mesmo desprovidas de um forte caráter discriminatório e preconceituoso. Evidenciam, de certo modo, o tratamento diferenciado que nossa sociedade atribui aos diferentes grupos sociais que a compõem. Parte dessas ideias, que são produzidas e cultivadas pelas elites dos grupos dominantes, se apresenta como parte da cultura nacional, como algo que não cabe discutir. Por isso, precisam ser analisadas, questionadas e ainda problematizadas, e isso é tarefa que cabe a todos(as) nós, pois fazem parte da dimensão política da vida na qual estamos todos(as) imbricados(as).

Notas

- ¹ Implementado e gerenciado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL) do Ministério do Esporte, o projeto foi elaborado com o objetivo de suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendessem às crescentes necessidades e demandas da população pela oferta de atividades direcionadas para o esporte recreativo e o lazer. Sua formulação buscava atingir dois objetivos principais: democratizar o acesso às práticas esportivas e de lazer e universalizar o direito social ao esporte e ao lazer. Além da prática de atividades físicas e esportivas, visava proporcionar outras atividades que envolvessem todas as faixas etárias da comunidade na qual seria desenvolvida. A razão para tal empreendimento “traz na sua essência o estímulo à convivência social, à formação de gestores e lideranças comunitárias, o fomento à pesquisa e à socialização do conhecimento, contribuindo pra que o esporte e o lazer sejam assumidos como políticas públicas e de direitos de todos” (BONALUME *et al.*, 2008, p. 63).
- ² Na realização da pesquisa empírica, contamos com a colaboração de alunos da graduação e pós-graduação. Em Porto Alegre: Caroline Canabarro de Oliveira, Carolina Derós, Johanna Coelho von Muhlen. Na cidade do Rio de Janeiro: Renata Monteiro, Felipe Barros, Ana Paula Teixeira, João Gabriel Mello, Rodrigo G. Ribeiro e Luis Felipe Figueiredo.

- ³ GOELLNER *et al.*, 2009.
- ⁴ Na cidade do Rio de Janeiro foram investigados os núcleos de Rocha Miranda, Vila Aliança, Vila Kennedy, Jabour, Senador Camará, Vidigal, Horto, Penha, Bangu, Cidade Nova, Mincira e Jardim América. Na cidade de Porto Alegre, os núcleos do Loteamento Pampa, Humaitá, Vila Cruzeiro, Vila Safira e Vila Bom Jesus.
- ⁵ O questionário foi aplicado a 140 mulheres e 109 homens, todos participantes de atividades vinculadas ao PELC.

Referências

- ALVES, A. P.; VOTRE, S. Mulheres na dança do movimento hip-hop: a construção do sujeito reflexivo a partir de uma nova pedagogia de gênero. (No prelo; a sair em Dossiê de Gênero e Atividade Físico-Desportiva, revista *Gênero*, UFF).
- BONALUME, C. R. et al. O Programa Esporte e Lazer da Cidade. In: PINTO, L. M. S. de M. et al. (Org.). *Brincar, jogar e viver: lazer e intersectorialidade com o PELC*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. v. 1, n. 1. p. 61-67.
- CAVALCANTI, F. L.; CAVALCANTI, M. C. Discurso do sujeito coletivo, complexidade e auto-organização. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, art. 0166, 2007.
- CRUZ, I.; GOMES, P. B. *Mais esporte: despertar para a igualdade na escola*. Porto: Associação Portuguesa Mulher e Desporto, 2006.
- FERREIRA, M. P. A.; MARCELINO, N. C. *Brincar, jogar, viver: programa de esporte e lazer da cidade*. Brasília: Ministério do Esporte, 2007. v. 1.
- GOELLNER, S. et al. *Estudo sociodiagnóstico sobre etnia e gênero em programas de esporte e lazer: subsídios para elaboração de políticas públicas inclusivas*. Brasília: Ministério do Esporte, 2007.
- GOELLNER, S. et al. *Gênero e raça: inclusão no esporte e lazer*. Brasília: Ministério do Esporte, 2009.
- GUIMARÃES, A. *Preconceito racial: modos, temas e tempos*. São Paulo: Cortez, 2008.
- IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- KAMEL, A. *Não somos preconceituosos: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- OLIVEIRA, F.; VOTRE, S.; VILLARD, R. *Agressão na escola fundamental: representações e práticas de alunos e professores*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2007.

RIBEIRO, P. R. C. (Org.). *Corpos, gêneros e sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar*. Rio Grande: Editora FURG, 2007. (Caderno Pedagógico, Anos Iniciais)

RIBEIRO, P. R. C.; QUADRADO, R. (Org.). *Corpos, gêneros e sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar*. Rio Grande: Editora FURG, 2007. (Caderno Pedagógico, Anos Finais)

SOUZA, A. *Análise do discurso de adolescentes moradores de rua de Belo Horizonte sobre imagem corporal e relações de poder*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2008.

STIGGER, M. P.; GONZÁLEZ, F. J.; SILVEIRA, R. *Esporte na cidade: estudos etnográficos sobre sociabilidades esportivas em espaços urbanos*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

STOER, S. R.; MAGALHÃES, A. M.; RODRIGUES, D. *Os lugares da exclusão: um dispositivo de diferenciação pedagógica*. São Paulo: Cortez, 2004.

Hélder Ferreira Isayama
Rita Márcia de Oliveira
Amanda Carolina C. Silveira
Luciana Cirino L. R. Costa
Tarcila Bretas Lopes
Fabiano Antonio S. Peres
Gustavo Henrique M. Santana
Paulo de Tarso M. de Freitas

Lazer, políticas públicas e formação profissional

Análise da política de formação profissional de secretarias de Esporte de municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Introdução

Baseados na ideia de que as relações e as escolhas políticas são alicerçadas pela representação de interesses múltiplos e que isso afeta diretamente os cidadãos envolvidos, entender o contexto da formação do profissional que participa de maneira atuante nesse processo se faz necessário. A representação, pelo Estado, do lazer e do esporte – direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988 – pode interferir de maneira significativa na vivência de todos os cidadãos.

Em consonância com esse contexto, a existência de profissionais com qualificação é um fator importante para disponibilização de políticas públicas que envolvam o direito ao esporte e lazer.

Na atualidade, os processos de formação profissional no campo do esporte e lazer vêm ganhando espaço nos meios acadêmicos, bem como no âmbito das políticas públicas vigentes. Entendemos que a formação de profissionais pode se constituir como eixo privilegiado de intervenção com vistas a contribuir nos processos sociais, políticos, históricos e culturais que integram as práticas de esporte e lazer vivenciadas em nossa realidade atual. Nesse sentido, não basta conceber os profissionais como meros reprodutores de técnicas e práticas, mas sim como

agentes de mudança capazes de transformar e fomentar reflexões sobre aspectos diversos de nossa vida cotidiana.

Diante desse quadro, surge o reconhecimento da necessidade, por parte dos órgãos públicos, da atuação de profissionais com qualificação que possam contribuir para o acesso dos sujeitos a uma educação para o lazer. Portanto, entendemos como fundamental a formação de profissionais para atuar como dinamizador das vivências oferecidas nas propostas de lazer pelo setor público. É preciso qualificar as políticas de formação profissional que privilegiem um profissional com uma visão crítica sobre o esporte e o lazer, bem como capaz de relacionar sua atuação com essas dimensões culturais, orientando-se dentro das características, finalidade e sentidos da ação pública.

Ao pensar a formação de profissionais para atuar no campo das políticas públicas de esporte e lazer, pontuamos que ela é compreendida como a preparação de profissionais reflexivos,¹ que tomem consciência das limitações sociais, culturais e ideológicas da própria profissão.

Dessa forma, as questões centrais deste estudo são: os municípios têm desenvolvido políticas de formação profissional no campo do esporte e lazer junto a seus profissionais? Quais as características das ações de formação que acontecem (se acontecem)? Que visão de esporte e de lazer essas ações disseminam? Quais os objetivos dessas propostas? Qual o conteúdo trabalhado? Qual a importância dessas políticas para o corpo técnico envolvido com as propostas de esporte e lazer?

Diante dessas questões, o objetivo deste estudo foi identificar, descrever e analisar a política de formação profissional desenvolvida pelas secretarias municipais de Esporte de municípios da Grande BH, tendo como referências o conteúdo desenvolvido, a compreensão sobre o esporte e o lazer e a importância atribuída a essas ações por esses órgãos de governo. Optamos por adotar o mesmo recorte utilizado na pesquisa de Linhares *et al.*² São 13 municípios que compõem a Grande BH, que por sua vez é parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte: Belo Horizonte, Betim, Contagem, Confins, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, São José da Lapa e Vespasiano.

É importante ressaltar que entendemos o lazer como um campo multidisciplinar e, portanto, que possibilita a participação e a ação de diferentes profissionais. Dessa forma, as ações de lazer, incluindo a política de formação, não acontecem somente em secretarias e órgãos vinculados à área do esporte. No entanto, essa é a opção de recorte dos pesquisadores ligados a essa proposta de estudo, já que em sua maioria são vinculados ao campo da educação física. Além disso, a intenção é mostrar um retrato da formação no contexto das secretarias ligadas ao campo do esporte.

Procedimentos metodológicos

O estudo combinou a pesquisa bibliográfica com a de campo. Como técnica para pesquisa bibliográfica, foi utilizada a revisão de literatura,³ a fim de discutir os seguintes termos-chave: lazer, esporte, formação profissional e políticas públicas, a partir da leitura de livros, artigos científicos, monografias, teses e dissertações, selecionados no sistema de bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Após a revisão de literatura, estabelecemos o primeiro contato com a Secretaria de Esporte, ou órgão equivalente, dos 13 municípios envolvidos no estudo e conseguimos o agendamento de entrevistas com os gestores de 12 municípios. O único que não integrou a pesquisa justificou a não participação pelo envolvimento com a campanha eleitoral efervescente na época das entrevistas.

Escolhemos a entrevista semiestruturada porque, de acordo com Triviños,⁴ é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, posteriormente, oferecem amplo campo de interrogativas, junto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que recebem as respostas do informante.

Para a compreensão dos dados provenientes das entrevistas, utilizamos a técnica de análise de conteúdo proposta por Triviños.⁵ De

acordo com esse autor, é constituída por um conjunto de técnicas que privilegia a descrição do conteúdo das mensagens, permitindo a obtenção de indicadores qualitativos e quantitativos que possibilitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção de tais mensagens.

Assim, determinamos as seguintes categorias de análise: política de formação profissional, características das ações de formação, entendimento de esporte e lazer nas ações, objetivos das propostas, importância para o corpo técnico.

Resultados e discussões

Embora não apresentada como uma pergunta direta, a composição do corpo técnico foi, ao longo das entrevistas, mencionada por todos os gestores. Em números estimados, quatro municípios contam com mais de 50 pessoas atuando nas secretarias de Esporte e Lazer, seis municípios apresentam números entre 10 e 50 funcionários, e apenas um município conta com menos de 10 profissionais.

Em relação à formação acadêmica, parte dos profissionais é graduada em Educação Física, entretanto encontramos uma cidade que não dispõe de profissionais formados e outras duas não mencionaram, durante as entrevistas, a formação dos funcionários. Observamos que a formação acadêmica em Educação Física nem sempre é tida como essencial para o bom desempenho das funções. Encontramos recorrentemente ex-atletas de futebol exercendo esse trabalho como se sua experiência os legitimasse a atuar no setor. Cabe ressaltar também que, embora exerçam as mesmas funções de um profissional formado, acabam por receber uma remuneração bem menor do que o primeiro:

A grande maioria deles não são formados em Educação Física, a grande maioria. Mas são pessoas ótimas, do ponto de vista de atividades esportivas, com a comunidade. Então nós qualificamos essas pessoas cada vez mais. (Gestor/a G)

Eles recebem aí, vamos supor, um salário e meio, mais a cesta básica e tudo. Se colocar a obrigatoriedade de colocar um profissional de Educação Física, você vai achar um professor de Educação Física para trabalhar por um salário mínimo e meio oito horas por dia? Você não vai achar. (Gestor/a L)

Quanto ao vínculo com o município, em apenas um deles existem profissionais concursados. Nos demais, os profissionais são contratados e, em alguns, os professores da rede municipal de ensino são desviados de função, ficando vinculados à Secretaria de Esporte.

Durante as entrevistas, cinco gestores destacaram o fato de o corpo técnico de sua secretaria ser deficiente em algum aspecto. Enfatizaram, geralmente, o número insuficiente de pessoas e a necessária formação para a atuação:

Agora, eu não tenho equipe, não é, gente? Eles não estão preparados para fazer esse trabalho formativo, entendeu? Não estão preparados aqui para formar a comunidade e muito menos as outras secretarias. Então, muitas vezes, eu sou mal compreendido(a) mesmo. (Gestor/a F)

Outra questão destacada foi o orçamento/financiamento que, apesar de não estar no roteiro da entrevista, foi abordada por 10 gestores, indicando constituir um ponto importante a ser analisado no contexto das secretarias de Esporte. A falta de recurso é um apontamento recorrente nas falas dos gestores, que a indicam como um limite para que a secretaria invista mais na área do lazer. Eles também afirmam que essa falta de recursos atinge a área do esporte no Brasil por inteiro, até mesmo o Ministério do Esporte:

Aqui antes 70% do bolo era dado pros amigos do secretário, pros amigos indicados pelo prefeito, inclusive, e a gente agora aqui faz o exercício do bolo. É pegar o bolo e dividir de forma equacionada para que ele chegue a toda modalidade que pratica esporte e lazer nessa cidade. Mesmo tendo consciência que essa fatiazinha do bolo precisa crescer, porque ela não atende ainda à necessidade objetiva dos agrupamentos de pessoas que praticam esporte e lazer nessa cidade. (Gestor/a J)

Nós temos o exemplo de Itabira, Santa Luzia, que têm aí um recurso anual de quatro milhões para investir no esporte. Enquanto têm

municípios, igual o nosso, que a gente tem população até acima e você tem menos de 500 mil para investir, mas não é porque o prefeito não investe, é porque a cidade realmente não tem condições. (Gestor/a I)

Alguns gestores afirmaram que a Secretaria de Esporte do seu município sobrevive praticamente de projetos e programas financiados pelos Governos Federal e Estadual, destacando a parceria com o Ministério do Esporte através do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC):

Porque aquela verba de serviço continuado praticamente aqui na prefeitura a gente não tem, só para pagamento de pessoal. Então, todas as nossas ações sobrevivem de recursos externos, é muito pouco o recurso que é destinado para a Secretaria de Esporte, é a menor fatia do bolo orçamentário, isso que eu conheço do Brasil inteiro, vocês sabem disso, que circulam por aí é menos de zero, zero vírgula tal, zero vírgula tal, não é? (Gestor/a F)

Talvez entre mais alguma coisa em função do convênio que a gente tem com o Ministério, que é recurso que vem de fora. Então, hoje representa aí quase a metade do nosso orçamento, esse recurso que vem do Ministério. (Gestor/a C)

No que se refere ao *olhar do gestor em relação às ações de formação*, ficou evidenciado o entendimento de que as ações de formação são importantes. Esse ponto foi citado nas 11 entrevistas realizadas:

Olha, sem a formação você não dá conta de nada. Tanto que eu me vejo aqui muito mais como professora do que como uma executora de uma política pública. Eu atuo direto na formação. Até na maneira como eles me fazem uma minuta de um ofício. Eu volto com a pessoa e falo: "Olha, você usou o conceito aqui...", por exemplo: "Vai proporcionar entretenimento." Eu falo: "O que você entende por entretenimento? Entretenimento tem uma visão assim, assim, assado... Vamos evitar usar esse termo por causa disso, disso, disso... Vai lá e refaz." (Gestor/a F)

Porque eu concordo plenamente, sempre falo isso onde eu trabalhei, em qualquer lugar, que é fundamentalmente importante que os profissionais estejam se formando. (Gestor/a J)

Godoy,⁶ ao apresentar a experiência de gestão da Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo de Piracicaba, nos anos de 1989 a 1992, demonstra ser importante haver uma “política de recursos humanos” para sustentar a qualidade das ações e a motivação dos funcionários da secretaria. Para ele, a questão da formação dos funcionários foi apresentada como ponto fundamental para a realização de ações transformadoras e de qualidade. Desse modo, podemos identificar que a preocupação do(a) Gestor(a) C em organizar a “política de equipes” constitui-se como um ponto a ser considerado na organização de sua secretaria.

Entretanto, alguns dos gestores apontaram a existência de barreiras que dificultam a realização das ações de formação, sendo uma delas o fato de ainda não ter um corpo técnico constituído.

Segundo o(a) Gestor(a) L, outra dificuldade existente no que se refere à formação de seus monitores – que são ex-atletas – é a elaboração de possibilidades mais acessíveis de formação para seus monitores. Ele considera que o trabalho com esse público é uma forma de combater o desemprego e que deve ser feito com investimento na formação deles em cursos. Citou, como exemplo de barreiras, as dificuldades que enfrentou para conseguir o apoio da Secretaria de Educação, que não tinha verba. E também as tentativas de realização do curso do CREF, em que tentava diminuir o custo desse curso, mas que não conseguiu:

E tentamos também, já tentamos dois anos seguidos aqui – eu até joguei fora ontem, que eu estava arrumando aqui – era deles fazerem aquele curso que faz para poder tirar o CREF e... Mas, primeiro, é muito caro. Mas eu achava que a secretaria, junto com a educação, a gente pediu até o secretário de educação para dar uma força, mas a gente não conseguiu a verba para isso não. Não consegui. E o próprio CREF, o conselho, ele dificulta tudo, dificulta, ele põe obstáculo em tudo. Você liga para lá para questão de inscrição, ver se pode dar um desconto, ver se pode... Nada, eles não abrem mão de nada. (Gestor/a L)

Encontramos, também, em algumas falas o indicativo da realização de ações de formação em parceria com algumas entidades. Tal fato nos permite identificar que há por parte de alguns gestores a compreensão de que a formação pode acontecer de modo amplo, incluindo a participação de diferentes agentes de formação. O(a) Gestor(a) G indicou a existência de parceria com uma instituição de ensino e de alguns cursos com a presença de professores de universidades, citando ainda parceria com o conselho profissional:

Claro que é importante. Tanto que é importante que nós também fazemos. Nós temos uma parceria com a Faculdade Promove. A Faculdade Promove... os alunos que estão formando em Administração com ênfase em Esportes, eles fazem conclusão do curso estudando o projeto “Atleta do Amanhã”, tá. E já foram realizados alguns seminários com eles, eles discutem com os pais dos meninos. Então tem toda essa situação. Nós fazemos os cursos com professores da Universidade Federal. (Gestor/a G)

Um aspecto evidenciado por dois gestores(as) tem relação com o período de realização das ações de formação. O(a) Gestor(a) J indica que deveria ter um cronograma permanente de formação, ao menos uma vez ao mês. E o(a) Gestor(a) G demonstra também a questão da periodicidade das formações, apresentando ainda a compreensão da necessidade de um olhar direcionado para a “comunidade”, como consta a seguir:

Mas o que tem de mais importante nisso é que tem que ter essa qualificação do profissional. Mas esse profissional também tem que estar muito voltado com a comunidade. Porque senão ele não consegue trazer as crianças, trazer os jovens para desenvolverem as atividades, entendeu? Então nós damos esse treinamento sim. De 30 em 30 dias nós temos reuniões com todos os monitores, nós falamos o que tem desenvolvido e o que precisa ser desenvolvido, toda a planilha do plano de aula é feita junto com eles, [não identificado] dentro da proposta da atividade. Então nós tentamos, ao máximo, qualificá-los, dar a eles instrumento pra trabalhar. (Gestor/a G)

Além da importância em se considerar o público atendido nas ações da secretaria e a frequência da formação, o(a) Gestor(a) E assinalou

ainda a necessidade de se pensar a formação de modo mais ampliado, considerando diferentes aspectos da atuação profissional na área:

Eu acho que em toda área a qualificação também é constante, o programa deve ser constante, porque o desafio, ele é constante, as pessoas mudam também, até a forma de atuar com as pessoas está sempre mudando, se você não está sempre se preparando para... Como se diz... Para as novidades que vão surgindo, né? Nós, professores de Educação Física, muitas vezes a gente forma para lidar só com as pessoas dita correta, certinha, depois nós temos um lá com portador de necessidades especiais, tem um lá com problema de uma doença, uma depressão precisando do seu auxílio e, muitas vezes, você não está preparado para aquilo. Então um professor hoje, além dele conhecer essas matérias básicas, tradicionais, ele tem que conhecer além, ele tem que procurar conhecer outras áreas também para poder lidar com o ser humano, para poder até encaminhar, não é que ele vai ser um psicólogo, vai ser um médico, vai ser um ortopedista, ele precisa saber que a pessoa está pisando torto, que a pessoa está falando demais, que a pessoa... sentir que ali você tem um aluno que está precisando de um retorno. (Gestor/a E)

Outro aspecto evidenciado teve relação com um possível perfil das pessoas que realizam as ações de formação, como demonstra a fala do(a) Gestor(a) H: “Eu acho que tem que ter pessoas capacitadas na área, né? Para estar ajudando a desenvolver, porque nada acontece por acaso, então, se tem uma formação, com certeza vai contribuir muito para alavancar esse esporte.” (Gestor/a H)

De acordo com a fala dos entrevistados, no que se refere às ações de qualificação e formação dos profissionais realizadas durante o período das gestões analisadas, podemos concluir que grande parte dessas ações destinou-se aos professores que desempenham a função de coordenação dos programas desenvolvidos pelos respectivos órgãos municipais. Geralmente, essas ações foram iniciativas da esfera federal – Ministério do Esporte – e também da esfera estadual – Secretaria de Esporte. Os órgãos municipais, responsáveis pelas políticas de esporte e lazer, mantêm convênio com essas esferas governamentais para o desenvolvimento de alguns de seus programas. Outras ações de formação, como encontros para estudos, por exemplo, também foram

citadas. Tais ações também são vinculadas a um programa desenvolvido em parceria com o Governo Federal – Programa Segundo Tempo. A fala dos gestores(as) C e J confirma essa informação:

Nós estamos aplicando a capacitação dada pelo Ministério do Esporte, nós participamos todos aqui. E estamos cada vez mais aprimorando o nosso conhecimento. Focar a parte do educador, no que diz respeito à iniciação esportiva, no que diz respeito à área de esporte de alto rendimento. Saber um pouco aonde que ele tem que posicionar, né? A iniciação esportiva acho que tem que englobar uma gama, uma demanda muito forte de socialização, de políticas que você realmente possa exercitar lá na ponta, objetivando esses pontos. (Gestor/a C)

Não, o Segundo Tempo. O Segundo Tempo tem um processo de formação aqui permanente. Todas as... quase todas as sextas-feiras. De 15 em 15 dias. Quinzenalmente o pessoal se reúne realmente para debater, para discutir, para, inclusive, às vezes com textos. (Gestor/a J)

Existe alguma expectativa, por parte dos gestores, de que os professores sejam responsáveis pela capacitação permanente dos estagiários e monitores atuantes nos programas. A fala do Gestor(a) C, transcrita a seguir, confirma esse fato:

Esses profissionais chegaram, interferi com o Ministério, nós fizemos um curso de capacitação muito importante nessa área de inclusão social, e as atividades possíveis de desenvolver nesses equipamentos, durante três dias, horário integral, e agora cabe a nós, aos nossos pés, essa atividade continuada, mês a mês, estar reciclando com esses profissionais nesse trabalho *in loco*, que é um trabalho diferente, que muitas vezes o conteúdo da Escola de Educação Física não contempla um pouco essas dificuldades de se trabalhar nessas áreas.

O relato acima remete a uma preocupação explicitada no pensamento de André⁷ sobre o papel da universidade na formação continuada dos profissionais. Para ele, a universidade pode não dar conta de atender a toda a demanda existente nessa área. Dessa forma, investir na capacitação de grupos que seriam responsáveis pela capacitação de grupos maiores torna-se altamente relevante.

Também foi citada a realização de reuniões semanais de forma sistemática e de reuniões mensais esporádicas. O objetivo dessas reuniões era possibilitar a troca de experiências e também aprofundar questões conceituais de esporte e lazer:

Então, nós damos esse treinamento sim. De 30 em 30 dias, nós temos reuniões com todos os monitores, nós falamos o que tem desenvolvido e o que precisa ser desenvolvido, toda a planilha do plano de aula é feita junto com eles, dentro da proposta da atividade. Então, nós tentamos, no máximo, qualificá-los, dar a eles instrumento pra trabalhar. (Gestor/a G)

...uma iniciativa minha espontânea, toda segunda-feira eu dou texto... De acordo com a necessidade. Então, por exemplo: às vezes eu estou aqui em uma reunião, eu vejo que há uma contradição em termos de conceito de lazer, por exemplo. Isso atrapalha na hora de você executar uma prática. (Gestor/a F)

Para a coordenação e organização dos trabalhos dessas reuniões, procurava-se envolver profissionais de áreas distintas da área do esporte e lazer. Assim, outros profissionais também participavam como palestrantes convidados na programação dessas reuniões. Frequentemente, tanto os coordenadores quanto os palestrantes eram profissionais pertencentes ao próprio quadro de pessoal das prefeituras. Outros eram pessoas com as quais o gestor mantinha relações pessoais: “Consegui também pontualmente trazer uma menina da educação com uma carga-horária estendida para que ela cuidasse só da formação dos monitores, dessas pessoas que são contratadas para atuar nos programas.” (Gestor/a F)

Não foi possível perceber se a participação de outros profissionais nas reuniões sistematizadas era devido à valorização de um trabalho multidisciplinar ou se essa participação era possível somente porque os profissionais dispunham de tempo em sua carga horária de trabalho para se envolverem nas reuniões. De qualquer forma, a realização de reuniões e encontros com o objetivo de trocar experiências e aprofundar questões conceituais demonstra certa preocupação em realizar ações que possibilitem refletir a prática desenvolvida. Esse aspecto é

fundamental para pensarmos o processo de reflexão na ação, conforme descrito por Schön.⁸

Também foi possível constatar pela fala dos sujeitos a não realização de ações voltadas para a formação profissional pelos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento do lazer e esporte de alguns municípios. A recente criação desses órgãos foi a justificativa utilizada para essa ausência de ações.

De maneira geral, a análise das falas dos informantes permite constatar que a maioria das ações realizadas reflete o que Candau⁹ denomina como *perspectiva clássica de formação profissional*. Nessa perspectiva, a ênfase dos projetos de formação realizados é centrada na “reciclagem”, ou seja, os profissionais atualizam sua formação inicial fazendo cursos em diversos níveis. Por outro lado, foi possível também perceber a existência de entendimentos que concebem a formação como um processo contínuo e de uma valorização do conhecimento adquirido com a experiência e prática profissional.

Importante ressaltar que um processo de formação adota vários modelos, orientações e paradigmas. Além dos modelos tratados neste estudo, existem outras concepções que concebem a prática profissional comprometida com um modelo de sociedade mais justa e igualitária. Isso requer um esforço maior do profissional no sentido de articular conhecimentos teóricos com problemas reais da sua prática e entender como esses se encontram entrelaçados com as incertezas, a complexidade e os conflitos presentes na atual dinâmica social, política e cultural. Dessa forma, no que concerne à ação pública, um processo de formação deve melhor qualificar as ações desenvolvidas. Espera-se assim que os anseios e necessidades da população atendida pelas iniciativas públicas de esporte e lazer sejam satisfeitas.

Outro ponto que merece destaque é a vontade individual do profissional na busca pela formação. A maior parte dos gestores afirma que incentiva a participação em cursos, desde que o profissional apresente o desejo ou perfil adequado. A seguir, alguns trechos da fala dos gestores que comprovam essas afirmações:

Mas tiveram alguns profissionais que vieram até a mim e me pediram. O máximo que nós podemos contribuir foi eu ter isentado eles. Me parece, tem um ano e meio que eu estou aqui, eu devo ter feito isso umas três ou quatro vezes para profissionais diferenciados. (Gestor/a E)

Nunca aconteceu não, mas se acontecer, e eu acho até interessante, acharia muito interessante isso da própria pessoa chegar e falar assim: “Pô, tem um curso lá e tal, dá para ir?” Ou ele querendo ir com custo dele mesmo e tal, para a gente de repente passar isso para os outros todos, e a secretaria bancar esse curso. (Gestor/a L)

De forma geral, quando existem ações de formação nas secretarias, podemos destacar que a participação dos profissionais é obrigatória, já que ela acontece dentro da carga horária de trabalho. Vários depoimentos reforçam esse pensamento:

Sim, segunda-feira de manhã é reservado para isso, segunda-feira de manhã é reservado. Quando eu não posso eu dispenso, ou eles continuam reunidos para resolver problemas lá do dia a dia, burocráticos, administrativos... Os monitores, toda segunda-feira, eles recebem para isso. Eles têm vinte horas, quatro horas é para a formação. (Gestor/a F)

Obrigatória. Ela é obrigatória. Ela vale como dia letivo. (Gestor/a G)

Já em relação aos incentivos advindos das próprias secretarias para a participação de seus profissionais nos processos de formação, é notória a importância dada pelos gestores, mas existe carência de mecanismos específicos/legais para sua viabilização.

Em alguns casos podemos perceber a existência de políticas que dão suporte ao profissional efetivo que busca uma formação diferenciada, caso dos processos de licenças remuneradas para cursos de pós-graduação *stricto sensu* e ajuda de custo para apresentação de trabalhos em eventos científicos:

É, mas nós liberamos também para a participação em seminários, congressos de terceira idade. Hoje nós trabalhamos com públicos-alvos, na verdade (...) Então quando um, um, há alguma coisa de importante na área da terceira idade, é nosso interesse, nós convidamos esse profissional para estar participando e o facilitamos, com compras de passagens, com inscrição nos seminários, em congressos, não só na

área da pós-graduação e mestrado, mas o que ele demanda, na área dele, e é importante pra nós, atingir dentro desse nosso objetivo, com nosso trabalho, nós facilitamos pra esse nosso profissional, concursado da casa, ter acesso a isso. (Gestor/a C)

Mas é importante destacar que em algumas falas os gestores se mostraram favoráveis a incentivos diferenciados para profissionais efetivos e para os contratados, já que o tipo de vínculo empregatício com a instituição é diferente. Segue um depoimento que comprova essa relação:

Mas eu acho que a prefeitura tem que tentar, mais para o futuro, ter condição de até ajudar financeiramente, né? Não só. Nesse caso o que eu pude fazer foi isso... e liberar. Apesar, também, de que é um interesse do próprio profissional também, ainda mais que o profissional, que ele aqui é contratado, ele está se qualificando para a carreira dele. Pode ser que você investe nele daqui a pouco ele não está aqui mais. Agora, já o efetivo, principalmente para os efetivos, eu acho que a prefeitura tem que ter uma verba destinada para eles se prepararem mesmo. Independente de ser efetivo ou não ela deve ajudar no que puder. Mas em termos financeiros, eu acho que tem que ajudar pelo número de efetivos. Agora, os contratados, igual no caso que já me pediu, eu liberei nesse sentido de não contar dias, liberar os dias. (Gestor/a E)

Em um caso específico, identificamos um mecanismo legal (lei municipal) que determina que a prefeitura pode investir em capacitações para seus funcionários, mas não em processos de formação, apesar de a fala do entrevistado não deixar clara a diferença entre esses dois termos. Para além, não existe na secretaria uma verba destinada especificamente para essa finalidade:

Olha, existem cursos, diversos cursos, que às vezes, parcerias com o governo, ou de entidades privadas, que às vezes fornecem curso de capacitação para os profissionais. Nós, inclusive, estamos trabalhando para que... já tem alguns que fazem quando aparece um convite de curso de capacitação, a prefeitura já consegue mandar esses profissionais para que sejam capacitados. Mas a gente precisa realmente de uma política mais direcionada para isso, porque às vezes o profissional não tem condição de arcar com as despesas do curso de capacitação. Normalmente são cursos pequenos de três dias, cinco dias, e às vezes

em outro município, não é (na grande) (na cidade) na capital de Belo Horizonte, que tem despesa, porque normalmente cobram as inscrições e tudo. Então a prefeitura, ela pode arcar com a despesa de capacitação, não de formação, isso é legislação municipal. Então se a gente tiver um programa de capacitação que o município envolva mais diretamente, aí seria mais importante, que os profissionais capacitados com certeza eles exercem melhor as funções que são delegadas. (Gestor/a I)

Considerações finais

As principais conclusões encontradas com o estudo foram:

1. Os órgãos (secretarias de Esporte) estudados não têm uma política de formação estruturada para os profissionais que atuam com esporte e lazer, já que as ações são realizadas de maneira isolada e fragmentada.
2. Em geral, as ações de formação desenvolvidas pelas secretarias estudadas têm como característica o desenvolvimento de questões técnicas e instrumentais.
3. Os profissionais de Educação Física que atuam nas secretarias de Esporte têm uma formação que privilegia referenciais ligados à aptidão física e ao rendimento esportivo. Nem sempre entendem o esporte e o lazer como direitos sociais, fundamentais à cidadania e à melhoria da qualidade de vida dos sujeitos.
4. Há falta de investimentos para a realização de ações de esporte e lazer e, conseqüentemente, para as ações de formação no campo. Nesse sentido, a formação é apresentada como algo secundário nos órgãos estudados.
5. Algumas secretarias apoiam a formação do seu corpo técnico financiando a participação e/ou liberando dos períodos de trabalhos para a participação que é demandada pelo próprio profissional.
6. O desenvolvimento de ações de formação propostas pelo Ministério do Esporte, nos programas que desenvolve em parceria com os municípios, tem sido fundamental para qualificar os profissionais de esporte e lazer que neles atuam. Em alguns municípios, essas ações

são as únicas possibilidades de formação que atuam para além da dimensão técnica e instrumental.

Notas

- ¹ SCHÖN, 2000.
- ² LINHALES *et al.*, 2008.
- ³ SEVERINO, 1991.
- ⁴ TRIVIÑOS, 1987.
- ⁵ TRIVIÑOS, 1987.
- ⁶ GODOY, 1995, p. 98.
- ⁷ ANDRÉ, 1996.
- ⁸ SCHÖN, 2000.
- ⁹ CANDAU, 1996.

Referências

- ANDRÉ, Marli Elisa D. Afonso de. O papel da pesquisa na formação do professor. In: REALI, Aline Maria de Medeiros R.; MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti (Org.). *Formação de professores: tendências atuais*. São Carlos: EDUFSCAR, 1996.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Formação continuada de professores: tendências atuais. In: REALI, Aline Maria de Medeiros R.; MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti (Org.). *Formação de professores: tendências atuais*. São Carlos: EDUFSCAR, 1996.
- GODOY, João Francisco Rodrigues de. A experiência da Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo da Prefeitura do Município de Piracicaba (1989-1992). In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Lazer: formação e atuação profissional*. Campinas: Papyrus, 1995.
- LINHALES, Meily A. *et al.* Esporte e lazer na Grande BH: por onde caminham as gestões públicas? In: ISAYAMA, Hélder F.; LINHALES, Meily A. (Org.) *Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e lazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SCHÖN, Donald. A. *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do trabalho científico*. 17. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

Nelson Carvalho Marcellino
André Henrique C. Capi
Débora A. Machado da Silva

Lazer no município:
formação
e desenvolvimento de
quadros

Os casos de Campinas e
Piracicaba-SP¹

Introdução

Atualmente, os processos de formação de profissionais para atuação na área do lazer vêm ganhando cada vez mais espaço no Brasil, em decorrência da demanda verificada no mercado, em franca expansão. Em sua grande maioria, eles procuram “preparar” o chamado especialista tradicional, a partir de uma visão abstrata de lazer. Na vinculação com o esporte, percebe-se ora a ênfase numa vertente ligada à educação física escolar, ora ao chamado treinamento esportivo.

No entanto, é preciso que se tome cuidado ao vincular formação e desenvolvimento de pessoal, com políticas públicas na área de lazer e esporte. Para uma política pública na área – alicerçada em valores de participação popular e de contribuição, no plano cultural, para o exercício da cidadania –, como é o caso do que é preconizado pelo Sistema Nacional de Esporte e Lazer,² é fundamental o processo de formação e desenvolvimento de quadros para atuação, na perspectiva de reversão de expectativas da própria população, qualificando a demanda por serviços públicos – inexistente para determinadas parcelas da população, ou viciada pelos valores da indústria cultural, em amplos setores.

Assim, é preciso enfatizar:

1. que estamos tratando de políticas setoriais. E, nesse sentido, não se pode perder de vista o contexto mais amplo no qual elas se inserem. Dessa forma, é impossível considerá-las de forma isolada, sem atentar para os programas de governo em geral e para as políticas sociais, de modo particular;
2. que estamos tratando apenas de um dos componentes das políticas públicas na área: a formação e o desenvolvimento de quadros para atuação. Isso porque falar numa política de lazer significa falar não só de uma política de atividades, que na maioria das vezes acabam por se constituir em eventos isolados, e não em política de animação como processo; significa falar em redução de jornada de trabalho, sem redução de salários, e, portanto, numa política de reordenação do tempo, numa política de transporte urbano etc.; significa também falar numa política de reordenação do solo urbano, incluindo aí os espaços e os equipamentos de lazer, o que inclui a moradia e seu entorno; e, finalmente, numa política de formação de quadros, profissionais e voluntários para trabalharem de forma eficiente e atualizada. Resumindo: o lazer tem sua especificidade, inclusive como política pública, mas não pode ser tratado de forma isolada de outras questões sociais.³

Aqui, estamos enfocando esse último aspecto, mas é fundamental que não se perca de vista o contexto social mais amplo e a amplitude das políticas públicas no setor.⁴

Este estudo tem como objetivos:

- verificar qual a importância que a política de formação e desenvolvimento de quadros tem como eixo da política de esporte e lazer de dois municípios do estado de São Paulo;
- verificar quais são os componentes da política de formação e desenvolvimento de quadros desses municípios;
- estudar possíveis alternativas para melhor adequar essas políticas dentro da política geral de esporte e lazer desses municípios.

As cidades de Campinas e Piracicaba foram definidas por critérios de representatividade, as mais importantes no raio de atuação da

Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), configurando-se como polos regionais e acessibilidade.

O estudo combinou a pesquisa bibliográfica e a de campo.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir de levantamento efetuado junto aos sistemas de bibliotecas da UNIMEP e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e de ferramentas específicas da internet, notadamente o Google Acadêmico, a partir das palavras-chave: administração pública, lazer, esportes, cultura, educação física e formação e atuação profissional.

A pesquisa de campo foi levada a efeito por intermédio de estudo comparativo. A principal técnica de coleta de dados foi a observação participante,⁵ que pressupõe observação direta e convívio com o grupo observado, levada a efeito nos principais equipamentos de lazer e esporte das duas cidades, escolhidos por critérios de representatividade (frequência, tamanho, localização) e acessibilidade, com utilização de diário de campo e com “categorias” fixadas a partir da pesquisa bibliográfica.

A partir dessas informações, sentimos a necessidade de aplicarmos formulários aos profissionais atuantes diretamente junto à população – animadores socioculturais – e dirigentes, além de questionário aos usuários, escolhidos ao acaso.

O emprego dessa diversidade de técnicas de coleta de dados dentro da pesquisa teve como objetivo reunir o maior número de informações possíveis a partir do objeto de estudo e permitir fixar o número de sujeitos com base na saturação de dados.⁶

Formação e desenvolvimento de pessoal para políticas públicas de lazer

Para que possamos entender a formação profissional em lazer no Brasil, atualmente, e a animação cultural como estratégia de ação possível na área, é preciso que recuperemos o processo do ponto de

vista histórico. Segundo Mello,⁷ as preocupações com o lazer, no Brasil, surgem no final do século XIX, estando presentes no discurso de médicos e sanitaristas, responsáveis pelas novas reformas típicas da organização urbano-industrial. Já os estudos sistematizados aparecem por volta dos anos de 1920 e de 1930, ainda pautados pela defesa de lazeres saudáveis, buscando difundir os valores morais e higienistas presentes na época.

O lazer surge, portanto, como fruto da revolução industrial, fundamentado numa ideia de homem diferente daquela existente na sociedade rural, um homem que passa a ser movido por normas e valores veiculados pelos meios de comunicação de massa e pelos pares. Nesse sentido, a influência de outros países passa a ser mais uma variável a ser considerada, afinal, nesses o processo urbano-industrial já se consolidava, enquanto no Brasil ele ainda se estruturava. Alguns teóricos da sociologia do lazer, dentre eles Joffre Dumazedier (grande influenciador do debate sobre o lazer no Brasil), chegaram mesmo a prever a instauração de uma “civilização do lazer”, fato que mesmo com o desenvolvimento tecnológico não tem se mostrado possível.

A instituição pioneira no debate sobre o lazer no Brasil foi, sem dúvida, o Serviço Social do Comércio (SESC), que nas décadas de 1960 e 1970 começa a criar mecanismos de difusão da área. O lazer passa a ser o campo prioritário de ação da instituição e aos poucos essa área se consolida, devido à abertura e intercâmbio com a França, através do sociólogo Joffre Dumazedier, e da sistematização do conhecimento (Centro de Estudos do Lazer), levando em conta novas concepções e técnicas de investigação sobre o tema. Entretanto, é fundamental salientar que “o SESC, ao longo de sua história, sempre se destacou por uma ação social, de cunho assistencialista, seja no nível da saúde, como nos primeiros anos de sua existência, seja no nível da educação ou do lazer dos trabalhadores comerciários”.⁸

Nesse sentido, a instituição pretendia assumir um papel complementar ao do Estado, buscando integrar-se ao poder público e, através de suas propostas, incutir no “tempo livre” dos trabalhadores os valores necessários ao aumento da produtividade e ao cultivo de uma sociedade

organizada, na qual os conflitos dão lugar ao espírito comunitário que se pretendia criar.⁹

Portanto, quando falamos de lazer no Brasil, devemos observar que as primeiras iniciativas de sistematização do conhecimento dessa área não surgem das necessidades comunitárias ou associativas, mas de uma instituição que em seu cerne pregava o bem-estar e a paz social. Nesse sentido, à ideia de conflito se perde ou se torna perigosa e, assim, a discussão acaba sendo conduzida por um outro viés, o do lazer como panaceia para resolução dos problemas sociais, para alcançar a ordem e o progresso imponentemente apresentados em nossa flâmula.

Também não podemos ser simplistas e desconsiderar as ações que, nessa época, ultrapassavam o mero assistencialismo, ou mesmo não validar a iniciativa do SESC em sistematizar o conhecimento e propor ações no campo do lazer, nem os desdobramentos que esses estudos tiveram depois nas universidades brasileiras. Mas é imprescindível analisarmos como os “sujeitos” se apropriam dos diferentes objetos culturais.

Nesse sentido, é possível afirmar que o lazer na realidade brasileira é, ainda hoje, frequentemente restrito a ideia de atividade e às possibilidades práticas proporcionadas por ela.

Como no Brasil a difusão da área ocorreu com o diálogo do SESC e Estado, desde o início foi necessário pensar a formação dos profissionais dessa área que começava a se constituir. Dar condições para que a população faça uso “adequado” de seu “tempo livre”, falar do prazer de dispor o corpo de outra forma, de cuidar dele, contê-lo, exercitá-lo, torneá-lo e adestrá-lo, na busca de um corpo veloz, produtivo, saudável, que combate o ócio, a doença, a moleza. Tal discurso logo encontrou ressonância com os ideais defendidos pela educação física da época, o que culminou com o oferecimento de disciplinas de recreação nos cursos de nível superior da área. O profissional de educação física foi considerado o mais apto a atuar no campo do lazer.

As disciplinas vinculadas ao lazer foram aos poucos se proliferando nos cursos de Educação Física. Nelas predominava, em sua maioria, a

difusão do lazer restrito a brincadeiras, jogos e outras alternativas de caráter ocupacional, ou seja, numa perspectiva reducionista.

Atualmente, quando falamos da formação dos profissionais do lazer, podemos distinguir seis categorias possíveis: cursos livres de curta duração, formação de nível superior específica, inserção de habilitações em cursos de nível superior, pós-graduação *strictu sensu* diversificada com linhas de pesquisa específicas, pós-graduação *lato sensu* e MBA.

Até mesmo em universidades consideradas de ponta o perfil buscado, não no discurso, mas na ação pedagógica, nos remete a um tipo de profissional que se justifica por sua personalidade, e não necessariamente por sua competência.¹⁰ É o que Mills¹¹ chama de dupla alienação ou autoalienação, ou seja, o trabalhador não vende simplesmente sua força de trabalho, mas também sua personalidade. No lazer isso pode extrapolar, e, em alguns casos, o trabalhador deixa de ser profissional para se tornar uma “personalidade profissionalizada”.¹²

Isayama¹³ afirma que na área de educação física

ainda prevalece um entendimento de que o profissional que atua com lazer deve levar as pessoas a esquecer seus problemas cotidianos (...) neste contexto, sua atuação se restringe à organização de jogos e brincadeiras que incentivem o agrupamento das pessoas, ou na animação de festas e bailes.

Esse diagnóstico reforça a visão predominante do lazer como mera ocupação, estimulado pelo consumo alienado de bens culturais. O direcionamento excessivo das atividades acaba deixando em segundo plano o papel pedagógico da animação, “contribuindo para reforçar os valores da ideologia dominante, encorajando práticas tradicionais que não possibilitam um envolvimento crítico, criativo e consciente dos participantes”.¹⁴

Apesar das diversas formações disponíveis, Marcellino,¹⁵ ao analisar a política de formação e desenvolvimento de quadros, aponta a frequente queixa dos responsáveis pelos executivos, nos vários âmbitos, de pessoal qualificado e competente para desempenhar funções na área.

Em se tratando da atuação profissional em lazer, é preciso que não se isole a atuação do profissional mais ligado ao atendimento direto à população, daquilo que, inspirado em Dumazedier,¹⁶ pode ser chamado de estrutura de animação, composta por:

1. animadores socioculturais dirigentes, de competência geral mais apurada;
2. animadores socioculturais profissionais de competência específica, sem deixar de lado, no entanto, a competência geral e funcionando, no caso de políticas públicas, como educadores, e não como “mercadores”, como é quase regra nos amplos setores da indústria cultural;
3. animadores socioculturais voluntários, necessários para a vinculação com a cultura local – anseios, aspirações, gostos etc. – da população que se pretende atingir;
4. quadros profissionais de apoio – pessoal de atividade meio, administrativos e operacionais, que precisam estar conscientes da área onde trabalham e do serviço final prestado. Todos os componentes da estrutura se inter-relacionam: observam, pesquisam, planejam, gerenciam, atendem e dividem conhecimento em todas essas áreas, mas têm responsabilidades específicas em termos de ação.

No caso dos profissionais, os processos de recrutamento, seleção e desenvolvimento devem estar atrelados à área de atuação (lazer e esporte, em sentidos abrangentes), mas é fundamental a ênfase no significado do serviço público, nos valores que orientam a política geral de governo, nos que dão base de sustentação à política setorial da área e na necessidade de articulação com as demais políticas setoriais. Para isso, é imprescindível uma fase de sensibilização dos profissionais chamados “de carreira” e dos novos que se engajarem no processo.

É fundamental, também, pela própria abrangência do lazer, que se trabalhe com equipes multiprofissionais, em busca da interdisciplinaridade, ou, naquelas administrações em que a questão do lazer estiver afeta a vários órgãos (departamentos ou secretarias), que se busque a integração de ações, procurando superar os “feudos” e mostrando que o trabalho integrado é um elemento facilitador da ação, e não de duplicação de esforço profissional.

O animador sociocultural tem diferentes formações, e isso é extremamente necessário pela própria abrangência da área cultural. São professores de Educação Física, arte-educadores, profissionais de turismo, de hotelaria etc., que:

1. dominam um conteúdo cultural;
2. têm vontade de dividir esse domínio com outras pessoas, devendo, para isso:
 - possuir uma sólida cultura geral que lhes dê possibilidade de perceber a interseção/ligação do seu conteúdo de domínio com os demais;
 - exercer cotidianamente a reflexão e a valoração, próprias da ação do educador e que os diferenciará dos “mercadores” da grande maioria da indústria cultural;
 - ter o compromisso político com a mudança da situação em que nos encontramos, atuando nessa perspectiva.¹⁷

Na busca da ligação entre a ação técnica e a base da população, minimizando os riscos de atuação dos “especialistas”, é necessário o trabalho voluntário. Vários autores¹⁸ anunciam que se faz necessária a presença do voluntariado em qualquer setor em que o lazer é desenvolvido.

Seja entre profissionais ou entre voluntários, enfatizamos que a ação a ser buscada é a do educador, e não a do “mercador”. E essa tarefa deve incluir:

1. processos de recrutamento e seleção em consonância com os valores que regem as políticas públicas;
2. fases de sensibilização aos valores norteadores da política;
3. cursos de formação e desenvolvimento (que incluam teoria do lazer e do esporte, significado e valores de políticas públicas em geral e na área, técnicas e processos de formação de multiplicadores, planejamento e repertório de projetos e atividades);
4. reuniões técnico-pedagógicas periódicas;

5. intercâmbios (estágios, participação em congressos, grupos de discussão, organizações profissionais e científicas etc.).¹⁹

Portanto, há muito a ser feito na área de formação e desenvolvimento de quadros para que a situação seja alterada, e ela é um dos principais elementos de uma política pública de esportes e lazer e do Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

É dessa perspectiva até aqui colocada que vemos a formação e o desenvolvimento de quadros dentro do Sistema Nacional de Esporte e Lazer: da perspectiva da animação sociocultural, a partir da estrutura de animação já especificada anteriormente.

O profissional que atua no campo do lazer pode desempenhar uma diversidade de funções. A administração, a organização, a coordenação, o planejamento e a execução de vivências são algumas das possibilidades. Isayama²⁰ indica que os “conhecimentos específicos sobre o lazer ou relacionados a ele, tais como a recreação, o lúdico, o prazer etc.” são elementos fundamentais na intervenção desses profissionais.

Ainda nessa perspectiva, devemos proporcionar ao profissional uma visão mais ampliada do seu contexto sociocultural, contribuindo para que os indivíduos envolvidos nas atividades tenham mais criticidade quanto à ordem vigente, superando assim a “perspectiva tradicional de lazer”, que se caracteriza por contribuir e reforçar os valores da ideologia dominante, levando os profissionais a desenvolverem práticas tradicionais que não possibilitam envolvimento crítico, criativos e conscientes dos participantes.²¹

A superação dos problemas apresentados na atuação dos profissionais especialistas terá uma intervenção mais consistente quando sua ação ocorrer em equipes multi, pluri ou interdisciplinares. Nesse sentido, Marcellino fala-nos que para superarmos tais problemas é fundamental a formação de um novo especialista que vá além do “especialista tradicional”,²² capaz de perceber também a noção de totalidade e integrar equipes multidisciplinares, em busca de trabalhos interdisciplinares.

A capacitação adequada do profissional atuante no campo do lazer possibilita que sua atuação seja ativa na elaboração das programações,

tornando-o um componente fundamental para a equipe de planejamento participativo. Dependendo do nível da sua capacitação e de seu conhecimento profissional, suas ações acabam extrapolando sua área de intervenção e passam a atingir os demais aspectos que envolvem o lazer.²³

No caso de Campinas, a secretaria à qual o lazer está ligado é denominada de Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer (SMCEL); já no caso de Piracicaba, é denominada Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras (SELAM). A própria denominação já demonstra diferenciações no âmbito de atenção de cada uma delas. A secretaria de Campinas tem em seu conjunto não apenas o esporte e lazer, mas todo o aspecto da cultura, algo que em Piracicaba encontra-se em uma secretaria específica, a Secretaria de Ação Cultural. É de se notar que, para o município de Piracicaba, as “atividades motoras” estejam em destaque na nomenclatura da secretaria, embora nos poucos documentos disponibilizados para esta pesquisa não se deixe claro a motivação para tal.

Formação e desenvolvimento de pessoal nos dois municípios estudados

Para que pudéssemos compreender como se dá a formação e o desenvolvimento do pessoal que atua na área nos dois municípios objetos de análise, qual sua formação e como tudo isso reflete na sua atuação profissional, empreendemos uma pesquisa de campo, ouvindo os profissionais de atendimento direto à população e dirigentes. Verificamos ainda se e como a formação e o desenvolvimento ocorrem em ação e os incentivos para a sua viabilização. E, finalmente, buscamos verificar se a população sente os esforços empreendidos na formação e no desenvolvimento de pessoal, na ação desses profissionais no cotidiano, nos espaços e equipamentos de lazer das duas cidades.

Na pesquisa de campo foi utilizado o mesmo conjunto de técnicas de coleta de dados, nas duas cidades, sendo que o número de informantes foi fixado por saturação de dados, conforme explicitado na introdução.

A principal técnica de coleta de dados foi a observação participante, e é importante destacar, de início, que não pode ser constatada, nas duas cidades investigadas, uma política de animação em rede ou uma estrutura de animação. A maioria dos equipamentos visitados não conta com profissionais da área atuando regularmente em atividades abertas à população. Alguns dos equipamentos só contam com profissionais na realização de eventos. Quando os profissionais existem, não se constata a formação de equipes multidisciplinares, mas sim a atuação preponderante, quase que exclusiva, do professor de Educação Física. As atividades que se destacam são as “escolinhas” ou atividades-aula. Muitos equipamentos precisam de manutenção e reforma, em virtude de desgastes e de depredações, estas últimas talvez em decorrência da ausência da própria estrutura de animação.

Nem todas as ações setoriais da área de cultura e lazer, dos órgãos governamentais brasileiros, são orientadas por políticas públicas elaboradas e explicitadas. Apesar de na Constituição de 1988 o lazer constar do título II, capítulo II, artigo 6º como um dos direitos sociais,²⁴ somente no atual governo, em seus dois mandatos, com a criação dos ministérios do Esporte e da Cultura, é que foram iniciados processos de discussão mais sistemáticos e abrangentes sobre as políticas públicas nos dois setores, diretamente ligados aos órgãos governamentais federais, do plano cultural, mais afetos ao lazer.

Como parte desse processo, já foram realizadas a I Conferência Nacional da Cultura,²⁵ e a I e II Conferências Nacionais do Esporte,²⁶ instrumentos que reuniram governo e sociedade civil, em busca de subsídios para elaboração de políticas públicas setoriais que deram início à implantação do Sistema Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Portanto, são ainda incipientes as discussões no âmbito federal e necessitam de tempo de maturação para que os sistemas passem a ter consistência e se configurem como tal em estados e municípios.

Em todos esses documentos, a figura que dá vida às políticas é chamada de “agente”, mesmo que a animação²⁷ apareça como uma das suas atribuições, em algumas ocasiões.

Não há clareza, ainda, de qual deve ser o papel de cada um dos âmbitos governamentais na formulação, execução e avaliação das políticas públicas, exatamente pela não solidificação dos Sistemas Nacionais de Cultura e de Esporte e Lazer. Em alguns casos, a animação sociocultural é colocada em prática nos três âmbitos, no atendimento direto à população. Algumas poucas propostas de estados, no entanto, se diferenciam das dos municípios, pela criação de instrumentos que enfatizam exatamente a relação estado-municípios, muito mais do que o atendimento direto à população.²⁸

É nos municípios, através da ação das prefeituras, que a ação governamental se faz sentir, mais de perto, com relação à animação sociocultural, ainda que não necessariamente com essa nomenclatura.

As políticas dos órgãos governamentais têm demonstrado a viabilidade e a fecundidade da animação sociocultural²⁹ como estratégia de atuação, no âmbito da esfera municipal, em muitas localidades do país. No entanto, o grande problema que se coloca é a falta de continuidade das ações com a mudança das administrações, uma vez que as políticas são de governo e não de Estado.

Além de dar vida aos programas e projetos, o pessoal que compõe os quadros que desenvolvem a animação sociocultural representou também, em alguns municípios, a possibilidade de garantia de continuidade das políticas, para além dos mandatos dos governos.

Nesses casos, não se isolou o profissional mais ligado ao atendimento direto à população, do que, como já foi explicado anteriormente, pode ser chamado de estrutura de animação.³⁰

Fica evidente, na pesquisa bibliográfica que realizamos, a importância da preocupação com a formação e o desenvolvimento de pessoal, dentro de uma política de esporte e lazer, e, mesmo que não com essa denominação, que ela seja desenvolvida da perspectiva da animação sociocultural. Essa importância deriva de uma falta de conhecimento

específico na formação, reversão de expectativas no quadro de situação e da necessidade constante de atualização.

A pesquisa bibliográfica mostra ainda a importância de se trabalhar o lazer como tema transversal e de uma perspectiva multiprofissional, em busca da interdisciplinaridade. Sendo assim, a formação e o desenvolvimento de quadros também devem estar pautados por esses pontos.

Ao fazermos a verificação desses mesmos itens, na pesquisa de campo não foi constatada uma preocupação específica com esse eixo, mas percebe-se que o profissional da área atua muito mais da perspectiva da promoção de ações de difusão cultural, e não da participação e criação culturais. As atividades cotidianas constituem-se de atividades-aula, na sua grande maioria, e a ação em eventos, de certa forma, não propicia a vivência de processo.

Outros itens da pesquisa de campo merecem destaque:

1. o alto índice de ausência de cursos/treinamentos iniciais;
2. o elevado número de anos de experiência na área e na instituição;
3. o elevado número de vínculos institucionais sólidos;
4. a disparidade de incentivo para continuidade de formação em Campinas e Piracicaba;
5. o alto grau de escolaridade dos profissionais.

O item 1 pode ser considerado muito negativo, uma vez que se pode depreender que não foi feita institucionalmente a sensibilização para o significado do trabalho de políticas públicas na área, e quais as políticas específicas orientadoras do trabalho. Já o item 2 demanda necessidade de uma política de desenvolvimento de pessoal, corroborada pelo item 3, que demonstra a viabilidade de investimento, uma vez que se trata de “pessoal de carreira”. O item 4 destaca-se como um tema a ser repensado pelas prefeituras. Já o item 5 demonstra o alto nível de escolaridade dos profissionais, embora quase que exclusivo do campo da educação física, não havendo troca de teorias e técnicas.

Deve-se destacar também a não participação de voluntários (Campinas) e a pouca participação (Piracicaba), embora a consideração

positiva desse trabalho, com a devida capacitação, tenha sido indicada em ambas as cidades, entre os profissionais, em alta frequência.

Chama a atenção, ainda, na pesquisa de campo, a forma tradicional de planejamento desenvolvida nas duas cidades e as possibilidades de participação também “tradicionais” da população nesse processo.

A maioria dos usuários das duas cidades considera insuficiente o número de profissionais disponíveis para atuação no equipamento que frequenta, e um número significativo de usuários nem os vê. Isso corrobora com os dados de nossos diários de campo, já colocados anteriormente: que não pode ser constatada, nas duas cidades investigadas, uma política de animação em rede ou uma estrutura de animação; que a maioria dos equipamentos visitados não conta com profissionais da área atuando regularmente em atividades abertas à população; que alguns dos equipamentos só contam com profissionais na realização de eventos; que quando os profissionais existem não se constata a formação de equipes multidisciplinares, mas sim a atuação preponderante, quase que exclusiva, do professor de Educação Física; que as atividades que se destacam são as “escolinhas” ou atividades-aula.

A atuação de voluntários em espaços e equipamentos de esporte e lazer da cidade é vista de forma positiva pelos usuários das duas cidades, desde que devidamente capacitados.

Ao propormos o estudo de possíveis alternativas para melhor adequar a política de formação e desenvolvimento de quadros dentro da política geral de esporte e lazer desses municípios, recomendamos um estudo, por parte dos setores competentes das administrações envolvidas, para a análise dos seguintes pontos:

1. a atuação, ainda que não com essa denominação, a partir da perspectiva da animação sociocultural, buscando não só a difusão, mas também a participação e criação culturais, diferenciando sua estratégia, em termos de processo, da indústria cultural, ampliando conteúdos e estratégias;
2. o fortalecimento de uma estrutura de animação, tal como colocada anteriormente, incluindo a participação de voluntários;

3. a gestão participativa em rede;
4. o trabalho multiprofissional em busca da interdisciplinaridade;
5. os cursos/treinamentos iniciais como forma de sensibilização e especificação, mais necessários ainda agora, a partir da institucionalização das políticas de esporte, no nível federal e de esporte e lazer, nos níveis municipais, com a criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer;
6. o aperfeiçoamento e a modernização dos instrumentos de planejamento;
7. cursos/treinamentos de desenvolvimento (atualização) específicos setorizados para gestores, planejadores (animadores de competência geral, animadores de competência específica), que atuam diretamente junto à população como intermediários entre ela e a cultura como patrimônio da comunidade e a produção cultural; e voluntários (se formos utilizar os termos da estrutura da animação referida anteriormente).

Notas

¹ Pesquisas financiadas pela Rede CEDES do Ministério do Esporte.

² Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/propostas_aprovadas.jsp>. Acesso em: 10 maio 2007.

³ MARCELLINO, 2001.

⁴ A partir de agora, quando nos referirmos a políticas públicas de lazer, estaremos considerando também as de esporte, considerado como um dos seus conteúdos, ainda que sua esfera possa ser mais abrangente, envolvendo o trabalho esportivo, no caso do esporte de alto rendimento, ou de representação. No entanto, no âmbito da Rede CEDES, o esporte considerado é o recreativo. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/cedes/default.jsp>. Acesso em: 10 jun. 2007.

⁵ BRUYNE *et al.*, 1977.

⁶ MAGNANI, 1984.

⁷ MELLO, 2005.

⁸ SANT'ANNA, 1994, p. 48.

⁹ SANT'ANNA, 1994.

¹⁰ MARCELLINO, 2001.

- ¹¹ MILLS, 1969, p. 243.
- ¹² MARCELLINO, 2001.
- ¹³ ISAYAMA, 2003, p. 64.
- ¹⁴ ISAYAMA, 2003, p. 69.
- ¹⁵ MARCELLINO, 2001.
- ¹⁶ DUMAZEDIER, [s. d.].
- ¹⁷ MARCELLINO, 2001.
- ¹⁸ PINTO, 2003; RODRIGUES, 2003; RIBAS, 2003; PAIVA, 2003.
- ¹⁹ MARCELLINO, 2001.
- ²⁰ ISAYAMA, 2003, p. 62.
- ²¹ ISAYAMA, 2003.
- ²² MARCELLINO, 2002b.
- ²³ MARCELLINO, 2001.
- ²⁴ BRASIL, 1988.
- ²⁵ Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/foruns_de_cultura/conferencia_nacional_de_cultura/index.php?p=12913&more=1&c=1&pb=1>. Acesso em: 10 jun. 2007.
- ²⁶ Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/default.jsp>>. Acesso em: 10 jun. 2007.
- ²⁷ Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/propostas_aprovadas.jsp>. Acesso em: 10 jun. 2007.
- ²⁸ TERRA, 2001.
- ²⁹ Alguns exemplos podem ser citados, como as administrações populares e democráticas de São José dos Campos-SP, Diadema-SP, Santo André-SP, Porto Alegre-RS, Caxias do Sul-RS, Belém-PA e atualmente Recife-PE.
- ³⁰ MARCELLINO, 1996, 2001.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.htm>. Acesso em: 10 jun. 2007.

BRUYNE, P. et al. *Dinâmica de pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

- CAMARGO, L. O. *O que é lazer*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- DUMAZEDIER, J. *Questionamento teórico do lazer*. Porto Alegre: CELAR, [s. d.].
- DUMAZEDIER, J. *Planejamento de lazer no Brasil: a teoria sociológica da decisão*. São Paulo: SESC, 1980.
- FREIRE, J. B. Questões psicológicas do esporte. In: MOREIRA, W. W.; SIMÕES, R. (Org.). *Esporte como fator de qualidade de vida*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2002.
- GOMES, C. L. Lazer: concepções. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 119-125.
- ISAYAMA, H. F. *Recreação e lazer como integrantes dos currículos de graduação em Educação Física*. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, UNICAMP, Campinas, 2002.
- ISAYAMA, H. F. O profissional da educação física como intelectual: atuação no âmbito do lazer. In: MARCELLINO, N. C. *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte: para atuação em políticas públicas*. Campinas: Papirus, 2003.
- MAGNANI, J. G. C. *Festa no pedaço*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MAIA, L. F. S. A formação de técnico em lazer e suas possibilidades de atuação e intervenção em políticas públicas. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas: Papirus, 2003.
- MARCELLINO, N. C. *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- MARCELLINO, N. C. Lazer e qualidade de vida. In: MOREIRA, W. W. (Org.). *Qualidade de vida: complexidade e educação*. Campinas: Papirus, 1999.
- MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e esporte: políticas públicas*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.
- MARCELLINO, N. C. *Lazer e educação*. 9. ed. Campinas: Papirus, 2002a.
- MARCELLINO, N. C. Eu/Corpo: o que gosto, o que posso, o que faço. In: MOREIRA, W. W.; SIMÕES, R. *O esporte como fator de qualidade de vida*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2002b.
- MARCELLINO, N. C. *Estudos do lazer: uma introdução*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002c.
- MARCELLINO, N. C. *Pedagogia da animação*. 7. ed. Campinas: Papirus, 2005.
- MELLO, Victor A. de. *A animação cultural no Brasil: um panorama*. Disponível em: <<http://www.lazer.cefd.ufjf.br/producoes>>. Acesso em: 22 out. 2005.

MILLS, C. W. *A nova classe média white collar*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. *Resoluções da II Conferência Nacional do Esporte*. Brasília. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/propostas_aprovadas.jsp>. Acesso em: 10 maio 2007.

PAIVA, J. L. Por um voluntariado local. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas: Papyrus, 2003.

PINTO, L. M. S. de M. O trabalho voluntário para esporte e lazer em políticas públicas: problemas e desafios enfrentados. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas: Papyrus, 2003.

REQUIXA, Renato. *O lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

RIBAS, N. R. S. Tecendo o lazer no estado de Mato Grosso do Sul: da capacitação de recursos humanos ao trabalho voluntário. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas: Papyrus, 2003.

RODRIGUES, R. P. Lideranças comunitárias que atuam no desenvolvimento de esporte e de lazer: voluntários de Porto Alegre. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas: Papyrus, 2003.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. *O prazer justificado: história e lazer* (São Paulo, 1969/1979). São Paulo: Marco Zero, 1994.

STIGGER, M. P. Políticas sociais em lazer, esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente à pergunta: "são as políticas públicas para educação física, esportes e lazer, efetivamente políticas sociais?" *Motrivivência*, Florianópolis, UFSC, ano X (11), p. 83-96, set. 1998.

STIGGER, M. P. Políticas públicas em esportes e lazer: considerações sobre o papel do profissional educador. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas: Papyrus, 2003.

STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. Lazer, mercado de trabalho e atuação profissional. In: WERNECK, C. L. G.; STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. *Lazer e mercado*. Campinas: Papyrus, 2001.

STOPPA, E. A. *Acampamento de férias*. Campinas: Papyrus, 1999.

TERRA, Rodrigo. Esporte e lazer: uma experiência no estado do Pantanal. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) *Lazer e esporte: políticas públicas*. Campinas: Autores Associados, 2001.

Victor Andrade de Melo

Lazer, esporte e cultura urbana

Influência francesa nas políticas públicas no Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX

Introdução

No século XIX, o rápido crescimento de algumas cidades, em função de desdobramentos da revolução industrial, as transformou em ambientes confusos, caóticos e até mesmo insalubres. Tendo em conta a necessidade de aperfeiçoar e manter a máquina do capitalismo em funcionamento, muitas foram as iniciativas de reordenação do ambiente urbano. A capital francesa viveu intensamente e é luminar desse processo.

O conjunto de intervenções urbanas pelas quais passou Paris, comumente chamado de “haussmanização” (por ter sido conduzido pelo barão Georges Eugene Haussman, prefeito da cidade no governo de Napoleão III), é de grande interesse para nós brasileiros: algo similar aconteceu no Rio de Janeiro, conduzido por Francisco Pereira Passos.¹

Passos era membro de uma tradicional família ligada à economia agrícola. Ao contrário dos outros jovens de sua convivência, que normalmente preferiam cursar Direito, optou pela Engenharia. Atuou como adido brasileiro na França, entre os anos de 1857 e 1860, e acompanhou de perto todo o processo de mudança entabulado em Paris. Ao

retornar ao país, se empenhou em contribuir para a modernização da sociedade brasileira.

Desencantado com a possibilidade de implementar seus projetos, Passos se afastou durante algum tempo do centro dos acontecimentos políticos, somente retornando como prefeito plenipotenciário do Rio de Janeiro (na época Distrito Federal) a convite de Rodrigues Alves.² Foi um dos grandes responsáveis pelo grande processo de reforma, saneamento e urbanização pelo qual passou a cidade no início do século XX, seguindo o modelo francês que tinha acompanhado.

O que Napoleão III e o barão Haussman desejavam na França, depois das turbulências de 1830 e 1848, era a articulação entre o controle e o estímulo à produção espetacular, de forma a submeter as diferenças de classe, estimulando o individualismo; uma clara articulação entre política e estética. As intervenções também eram de natureza simbólica, isto é, de construção de representações adequadas à consolidação do novo modelo econômico.

Não surpreende que no Rio de Janeiro, na virada do século, nos projetos de Passos, seguindo a influência francesa, tenham sido estratégicas as construções de grandes e largas avenidas, que ligariam o Porto do Rio de Janeiro (também reconstruído) aos centros comerciais, simultaneamente celebrando a chegada do “moderno”, do “progresso”. Articulava-se funcionalidade com manipulação de novos símbolos, algo perceptível inclusive na arquitetura adotada: o ecletismo,³ estilo “oficial” na França.

No Rio de Janeiro, percebe-se que processo similar de busca do espaço público como locus de vivência social e de valorização das atividades de lazer começara a ocorrer desde meados do século XIX, claramente se configurando na transição dos séculos XIX e XX, obviamente com peculiaridades nacionais. Podemos observar na cidade a melhor estruturação de um mercado de diversões, que incluía espetáculos musicais e teatrais, os primeiros momentos de nosso cinema e o crescimento da popularidade das práticas esportivas, em que se destaca o remo. Ele é fundamentalmente um esporte conduzido e apreciado pelas camadas médias em formação (profissionais liberais, gente do comércio,

primeiros industriais). Sua identidade se constrói em oposição ao turfe, muito relacionado à aristocracia de origem rural.

O remo já existia na cidade do Rio de Janeiro desde a década de 1870, mas o seu desenvolvimento se dava a passos lentos. As resistências estavam relacionadas: a) à estética corporal dos remadores, fortes e com a musculatura desenvolvida, pouco usual em uma época na qual se valorizavam os tipos físicos magros e fracos; b) à “pouca quantidade” de roupa utilizada, o que carrega críticas relacionadas ao pudor da prática; c) à compreensão de que se tratava de uma atividade física intensa, quando os exercícios eram ainda considerados prejudiciais à saúde e/ou de menor valor perante as atividades intelectuais.

Contudo, na transição dos séculos XIX e XX, o desenvolvimento tecnológico pronunciado, a urbanização crescente, o surgimento de uma burguesia nacional e um novo ordenamento político acabaram semeando as condições para o forjar de novos parâmetros culturais relacionados à construção de um “projeto de modernidade”. Nesse contexto, notadamente a partir de 1895, o remo ganha popularidade e passa cada vez mais a ser aceito pela população, bem como encarado como uma atividade adequada aos “novos tempos”.

Nas instituições ligadas ao remo, percebem-se impactos dessas mudanças. Começa-se a combater o caráter de jogo de azar (com a exclusão das apostas nas regatas) e a se afirmar a característica de “prática saudável”, tanto física quanto moral. O amadorismo passa a ser uma palavra de ordem. Para garantir essas compreensões, os clubes, notadamente a partir da criação da União de Regatas Fluminense (em 1897), aumentam o controle e entabulam iniciativas de o tornar reconhecido na cidade, inclusive pelas autoridades governamentais.

O objetivo deste artigo é discutir o envolvimento de autoridades governamentais, especialmente de Pereira Passos, com o desenvolvimento do remo, no contexto de mudanças socioculturais da cidade do Rio de Janeiro da transição dos séculos XIX e XX. Perceber-se-á que: a) a influência francesa foi notável; b) se esse contato não pode ser considerado *stricto sensu*, uma política pública de esporte, certamente em *lato sensu*, nos apresenta férteis elementos para pensar os pioneiros

encontros entre organizações esportivas e governamentais, bem como primeiros momentos de preocupação política com a prática.

O remo no contexto sociocultural do Rio de Janeiro da virada do século⁴

No Rio de Janeiro da transição dos séculos XIX e XX, podemos identificar uma rápida mudança nos comportamentos da população, capitaneada, entre outras coisas, pelo notável desenvolvimento tecnológico:

De fato, a revolução técnico-científica instituiu um encadeamento entre as novas tecnologias e, por conta da escalada produtiva, enormes movimentações populacionais, especialmente voltadas para a concentração nas áreas urbanas que polarizam o processo.⁵

É nesse contexto que devemos compreender o desenvolvimento do remo. Se a anterior popularização do turfe⁶ já significara um avanço na estrutura social, o esporte náutico incorpora perfeitamente a modernidade da virada do século, estando mais próximo das novas dimensões valorizadas por uma camada/cultura burguesa em formação.

O remo é o esporte do “exercício physico”, termo-chave usado pelos que defendiam e propagavam os benefícios da prática. É o esporte da saúde, do desafio, contra o outro e contra o mar, que educa o músculo e a moral. É a prática adequada a uma juventude ativa, forte e com “liberdade de espírito” suficiente para conduzir a nação ao progresso necessário:

Essa geração, que está se educando no mar, face a face com o perigo, criando a energia muscular e energia moral, já é mais bella, mais forte, mais nobre do que a minha. Os adolescentes de hoje já não são como os de hontem, magros e tristes, macambuzios e hystericos, criados entre o rigor do carrancismo paterno e a brutalidade dos mestres boçaes, entre sustos e palmadas, sem exercicio physico e sem liberdade de espirito (...) os meninos de hoje já são bravos como homens.⁷

Não se tratava mais de colocar cavalos para correr, mas sim de participar mais ativamente, demonstrando no próprio corpo, saudável e forte, os sinais de um novo país: quem vence a competição não é mais um animal que tem um homem como coadjuvante, mas um atleta que conduz o mais rápido possível, a partir de seu próprio esforço, um barco.

Sempre que se falava dos remadores, destacavam-se suas formas físicas, sua vigorosidade, sua “saúde”:

Lá estava o Sardinha, satisfeito, recordando-se ainda de sua victoria na Cecy; o Carlos de Castro, com os braços abertos por causa do muque (...); o Guimarães, do Natação, n'uma exhibição impressionadora de peito largo e braços grossos, e outros tantos outros rapazes sadios e vigorosos.⁸

Olavo Bilac⁹ apresenta bem o novo espetáculo. Ao narrar uma regata, valoriza as imagens de uma nova estética corporal: “As archibancadas estavam cheias, as carruagens custavam a mover-se, e o povo applaudia, com entusiasmo e alegria, a robustez e a mascula belleza dos bravos rapazes que conduziram (...) as suas esbeltas balleiras.” Depois, para marcar a diferença do remo, não mais uma atividade despreziosa e de aposta, mas um projeto intencional de regeneração critica a antiga compreensão:

Houve tempo em que o sport, no Rio de Janeiro, era apenas a capa em cujas dobras se mascarava o jogo. Não se comprehendia um sport, uma escola prática de força, de agilidade, de dextreza, de saúde, sem o condicionamento da poule.

Por fim, conclui:

O que era mania de poucos mudou-se na religião de muitos. Hoje, os clubs de regata são oito ou dez; e os rowers não são apenas estrangeiros: são brasileiros também, são quasi todos os rapazes do commercio e das escolas, e contam-se por milhares e milhares.

O esporte adquirira novos sentidos e significados, e o remo era expressão desse novo momento, como percebe João do Rio:

Rapazes discutiam “muque” em toda parte. Pela cidade, jovens, outrora raquíticos e balofos, ostentavam largos peitorais e a cinta fina e a

perna nervosa e a musculatura herculeana dos braços. Era o delírio do rowing, era a paixão dos esportes. Os dias de regatas tornavam-se acontecimentos urbanos.

O ano de 1903 parece ter sido de grande importância para o esporte: a) a Federação Brasileira de Sociedades de Remo, que deu continuidade e aperfeiçoou a atuação da União de Regatas Fluminense, se tornou mais organizada, sendo inclusive reconhecida pela Federação Internacional (com sede em Paris) como representante do Brasil; b) começaram a ser desenvolvidas iniciativas de preservação da memória da prática; c) são identificáveis ações de divulgação, como colunas em jornais e revistas,¹⁰ e criação de periódicos específicos;¹¹ d) percebe-se um acirramento da utilização do remo como forma de propaganda, o que causava muitas polêmicas, afinal os clubes constantemente reforçavam sua opção pelo amadorismo; e e) identifica-se o início de uma relação mais próxima com as estruturas governamentais, assunto específico deste artigo.

Na verdade, o sempre atento Olavo Bilac¹² já vinha cobrando tal relacionamento:

O que não se compreende é que até hoje o governo se não tenha decidido apoiar com um auxílio oficial de qualquer natureza os que através de tantas contrariedades e tantos tropeços, têm conseguido introduzir nos nossos hábitos esse esporte salvador. Dia virá em que se ha de reconhecer a grandeza dos serviços que os clubes de regata estão prestando ao Brasil.

Pereira Passos e o remo: primórdios de uma política pública de esportes no Brasil

Não é difícil entender que a Federação Brasileira de Sociedades de Remo sempre estivesse manifestando seu apreço e buscando o apoio dos representantes do governo. Para os clubes, seria uma solução para que não precisassem recorrer tanto ao patrocínio, além do prestígio que significava a presença de dirigentes nas competições. Na mesma

medida, podemos compreender as iniciativas governamentais de incentivo: significavam estimular uma prática adequada ao projeto de modernidade que estava sendo implementado.

Embora diferentes formas de apoio ocasional já existissem desde o final do século XIX, é mesmo nos primeiros anos do século XX que tal relação se torna mais clara e efetiva. Vejamos o que era anunciado em *A Canoagem* de agosto de 1903:

A 25 de agosto de 1901 era a regata do campeonato honrada com a presença do presidente da república Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles que ofereceu medalhas de ouro ao club vencedor e de prata á guarnição. Foi este o início do apoio ao sport-nautico por parte dos poderes publicos.¹³

Ainda em 1901, os vereadores Honório Gurgel e Pereira Braga propuseram ao Conselho Municipal a concessão de uma subvenção anual ao remo, em nome dos serviços prestados com a implantação de um “sport útil e benéfico, fonte de uma mocidade sadia e forte”. Não sendo aprovada a proposta, no mesmo ano o deputado fluminense Barros Franco Júnior apresenta projeto semelhante no Congresso Federal, também sem êxito.

É mesmo por atuação de Pereira Passos, em 1905, que o Conselho Municipal concedeu à Federação Brasileira um auxílio, sob o argumento de que seria utilizado para organização de um campeonato escolar anual. Com essa proposta, Passos atingia dois alvos com um só tiro. Tinha o argumento necessário para conceder uma subvenção que há algum tempo vinha sendo gestada e divulgava o esporte entre a juventude.

Passos já vinha estabelecendo relações com os clubes de turfe: não só era associado ao Jockey Club, como recebera, em 1880, o título de sócio honorário. Um contato mais próximo com o remo ocorreu exatamente em 1903, quando manifestou publicamente seu entusiasmo ao comparecer a uma competição organizada pelo Clube de Regatas Guanabara. Ficavam lançadas as bases do relacionamento entre os dirigentes da Federação Brasileira e o prefeito.

Em uma cidade em pleno processo de reforma e saneamento, como vimos, de clara inspiração francesa, incluir-se-iam a construção de instalações para o remo nos projetos de intervenção urbana. Se a construção da Avenida Beira-Mar era uma de suas prioridades, nada como celebrar tal via simbólica com um divertimento moderno. Isso pode ser plenamente compreendido, já que o projeto de Alves e Passos tinha duas dimensões claras:

Eles almejavam atingir a civilização por meio de mudanças concretas, de acordo com os modernos padrões europeus (ou seja, franceses). No entanto, enquanto tomavam essas medidas práticas, também compartilhavam com outros membros das elites (...) a paixão pelas mudanças simbólicas.¹⁴

Logo Passos estava interferindo na alfândega, de forma a tornar mais acessíveis as taxas de importação de embarcações, algo importante para que as agremiações trouxessem da Europa barcos mais velozes, que propiciariam um espetáculo mais emocionante.

O prefeito foi comunicar seu entusiasmo com o remo e seus possíveis auxílios diretamente em uma reunião da diretoria da Federação, o que animou bastante os representantes dos clubes. Afirmara-se em *A Canoagem* de julho de 1903:

Sabemos que o Dr. Pereira Passos resolveu dar, para um pareo de barcos de construção nacional, um prêmio cujo valor não será inferior a três contos de reis (...) Pessoa bem informada assegura-nos que serão feitas à custa da Municipalidade as archibancadas da regata do Campeonato, e que o Dr. Prefeito tem quasi prompto o decreto regulando a concessão de um prêmio annual de 5.000\$00 para um typo nacional.¹⁵

Passos e Alves, sempre atentos à necessidade de apoiar o desenvolvimento esportivo, também estabeleceram contatos com as instituições de outros esportes. Sua presença e seu apoio eram constantemente solicitados (e por vezes atendidos) pelos clubes de ciclismo, atletismo e turfe. Mas com o remo a relação era mais direta e mais constante, indubitavelmente pelo significado que tinha para o projeto de modernidade.

Após um período inicial de contatos, de boatos e de alguma apreensão, finalmente os dirigentes viram os intuitos e as promessas oficialmente reconhecidas por carta enviada à Federação e publicada em *A Canoagem* de julho de 1903:

Sr. Presidente da Federação Brasileira das Sociedades de Remo

O sr. Prefeito do Districto Federal resolveu nesta data conceder um premio que consistirá em um objecto artístico, ao vencedor do pareo que, sob a denominação de – Pareo Municipal – essa Federação crear para a Regata que pretende realizar em 9 de agosto próximo futuro e bem assim autorizar a construção do arcabouço da archibancada que na Praia de Botafogo deverá servir na mesma ocasião. O que tenho a satisfação de levar a vosso conhecimento por ordem do mesmo sr. Prefeito. Saudações. A. Freire do Amaral.¹⁶

A concessão do troféu e a construção das arquibancadas, o prestígio capitaneado com esse apoio, bem como o vislumbrar da continuidade de auxílios levaram a Federação a conceder a Passos o título de presidente honorário, como era informado em *A Canoagem* de agosto de 1903: “mostrando o incentivo que o ato do Dr. Prefeito trouxe ao sport nautico e os serviços relevantes prestados por sua Excelência desobrigando a Federação da enorme despeza”.¹⁷

Esperava-se um grande evento por ocasião da regata do dia 9 de agosto, quando disputar-se-ia o 6º Campeonato do Rio de Janeiro (prêmio oferecido por Rodrigues Alves) e o Grande Prêmio Municipal (oferecido por Passos). A regata foi anunciada de diversas formas, além dos jornais e revistas. Por exemplo, Passos solicitara que os clubes fizessem uma demonstração de remo nos lagos dos jardins da Praça da República.

Tal regata chegou a rivalizar com as corridas de cavalos, anteriormente mais populares. O jornalista de *A Canoagem* de agosto de 1903 comentava, ao divulgar as provas marcadas pelo Jockey Club no mesmo dia do evento náutico: “A concorrência não deve ser grande, porque grande numero de turfistas amam o rowing, e amanhã deve ser realzada a regata do campeonato.”¹⁸

As regatas realmente não decepcionaram as expectativas e foram uma grande festa, um sucesso. As arquibancadas tinham capacidade para receber até 600 pessoas, sem dúvida das camadas mais influentes da sociedade. Essas eram minoria em relação aos milhares que ocuparam as praias: “Ao longo da extensa praia era difícil o trânsito, tal a quantidade de povo que se movia em direção ao cais para melhor apreciar as lutas que se travavam.”¹⁹

Os clubes Natação e Regatas e Gragoatá ainda ofereceram aos seus sócios a possibilidade de assistirem às competições de embarcações estacionadas na Baía de Guanabara. Nessas barcas, bem como em todo o público, pode-se observar uma grande presença de mulheres:

Desde 10 horas que começaram a chegar os convidados e entre elles aquellas caravanas de peregrinas jovens, trajando vestes alegres, quaes sorrisos infantis das alvoradas de agosto (...) Era enorme o número de senhoritas, de toilettes claras e elegantes (...).²⁰

Ao ressaltar a presença de mulheres e ainda citar na matéria nominalmente todas as presentes, o jornalista reforça que deveria ser estimulada a presença feminina nas regatas, já que se tratava de uma “prática saudável”. Entretanto, sua participação era basicamente aceita como torcedora e não como atleta, atividade eminentemente masculina.

Mais do que a população em geral, das mais diferentes camadas sociais, cabe ressaltar que compareceram, além de Passos e Alves, muitos representantes da classe política: todos os ministros, deputados, senadores, entre outros. Para os dirigentes do remo, tais presenças foram de grande importância, por marcar definitivamente uma nova dimensão do esporte na cidade e apontar a perspectiva de incentivos financeiros futuros:

É realmente animador para o Sport Nautico ver o apoio que lhe dão as mais altas dignidades da República, comparecendo sem excepção de uma só, para assistir a principal das provas instituídas até agora, e a rara sympathia com que é olhado pelos poderes municipaes.²¹

Pelas atas das reuniões da Federação pode-se perceber o quanto investiram no sucesso dessa regata, pois acreditavam que poderiam

alavancar a respeitabilidade do esporte, por parte da população e das autoridades governamentais. Seria uma oportunidade ímpar de provar o “valor do remo”. O relatório de gastos demonstra que o custo do evento foi elevado, sendo justificado pela necessidade de “pompa” para garantir o sucesso da empreitada. Aparentemente eles conseguiram alcançar seus intuitos.

Rodrigues Alves e Pereira Passos ainda foram à festa organizada pelo Clube Boqueirão do Passeio, para comemorar a vitória no campeonato. Tal atividade foi marcada por discursos de agradecimento e solicitação de continuidade dos apoios, por parte dos clubes, bem como parabenizações e promessas de incentivo, por parte das autoridades do governo. Com o tempo, tornou-se comum a presença de Passos em muitos clubes, a título de visita de cortesia e/ou para receber homenagens diversas. Novos apoios estavam por vir.

O Pavilhão de Regatas

Em 1905, Passos mandou construir barracões que funcionaram como garagens de barcos para os clubes Botafogo e Guanabara,²² bem como melhorou as condições dos locais onde a população se banhava com frequência: a praia de Santa Luzia e a praia do Boqueirão. Tal intervenção, como as outras promovidas pelo prefeito, não se deu sem polêmica. Os banhos de mar já eram bem populares e muitas foram as preocupações com as restrições ocasionadas pelas obras:²³

Tudo isso aconselha, o sr. Prefeito a pensar seriamente no gravíssimo dano que a população vai sofrer com a quasi supressão do banho de mar. Deve haver meio de harmonizar o embellezamento projectado com essa outra conveniência pública, tão fundamentalmente, tão cara à saúde dos habitantes da cidade.²⁴

Na verdade, esses locais foram destruídos para dar passagem à Avenida Central e à Avenida Beira-Mar, tendo sido necessário inclusive derrubar a sede de três clubes de remo (o Boqueirão do Passeio, o

Vasco da Gama e o Internacional) que lá se localizavam (na Travessa Maia, que ligava as ruas do Passeio e Santa Luzia). As autoridades governamentais afirmaram que não deixariam os clubes desalojados; contudo, concretamente isso lhes causou problemas. Isso foi notável, por exemplo, no caso do Vasco da Gama:

Com o desaparecimento da praia não só o nosso como os clubes vizinhos sofreram bastante. A mudança acarretou prejuízos à tesouraria. Abandonaram o clube grande número de associados para quem a sorridente poesia do Boqueirão tornou-se local preferido de alegre passatempo, não levando mesmo em conta aqueles para quem os banhos de mar eram uma necessidade e um prazer.²⁵

O desalojamento dos clubes chamou a atenção dos jornais e muitos cronistas criticaram o descaso do governo, solicitando solução rápida. Embora Rodrigues Alves e J. J. Seabra (ministro da Viação) concedessem aos clubes um terreno para a construção de uma nova sede em outra parte da orla do Boqueirão e da praia de Santa Luzia, somente em 1907 a Fazenda Nacional efetivamente concretizou a cessão, ainda assim com a condição de os clubes construírem suas novas instalações no prazo máximo de dois anos.²⁶

Vejamos, portanto: mesmo que Passos dedicasse atenção ao remo, claramente tal valor era concedido porque se enquadrava em seu projeto de modernização. Explicitamente se estabelecia uma relação de uso da imagem esportiva. Tendo em vista a utilização da representação dos clubes esportivos e de atletas, Passos constantemente os convidou para celebrar e marcar a inauguração de suas obras. As reivindicações dos clubes eram atendidas se estivessem enquadradas nesse perfil de relacionamento e não se constituíssem obstáculos para projetos maiores.

Foi também em 1905 que Passos concedeu aos clubes de remo uma de suas solicitações mais antigas: a construção de um espaço permanente para a realização das competições, o Pavilhão de Regatas. Construído no contexto de reformas da Avenida Beira-Mar, na altura das ruas D. Carlota e São Clemente, foi inaugurado no dia 24 de setembro, com a presença do prefeito e de Rodrigues Alves.

Mais do que servir somente às regatas, o Pavilhão rapidamente transformou-se em um centro de divertimentos para as elites. Possuindo coretos para duas bandas de música, área central para autoridades, duas arquibancadas no térreo, espaço para o *buffet*, além de situado em um local com bela e aprazível vista, já em 1906 estava dotado de luz elétrica (o que permitia que funcionasse até a madrugada) e inaugurara um bar com orquestra, uma casa de chá, além de oferecer excursões de barco pela Baía de Guanabara:

Naquelle bello recanto da cidade está desde hontem installado com todo conforto e apurado gosto um pavillon-bar de onde se desfruta a par de um panorama lindissimo, tudo o que de moderno se pode exigir em estabelecimentos deste gênero, havendo grande profusão de bebidas e gelados (...). No pavimento superior do pavilhão, artisticamente mobiliado, estão installados aquelles serviços e no superior vae ser, de amanhã em diante, introduzido o de tea room.²⁷

A despeito da bela construção, o Pavilhão não gozou de unanimidade. Por exemplo, quando Olavo Bilac, como já vimos, grande entusiasta do remo, publicou uma poesia exaltando o Pavilhão, Carlos Laet criticamente pediu a ele que também escrevesse sobre as dificuldades pelas quais passava a cidade: “daqui lhe pedimos, ao estimado poeta, que também nas suas horas vagas componha algumas elegias, deplorando as torturas a que vivemos sujeitos pelas demolições inflectidamente feitas”.²⁸

Conclusão

A partir de 1903, estabelecem-se claramente relações mais próximas entre as instituições de remo e as estruturas governamentais, em que se destaca o contato com Pereira Passos, que teve importante papel no contexto das reformas da cidade do Rio de Janeiro (capital da República) e na construção de um projeto de modernidade nacional.

Para Sevcenko,²⁹ Pereira Passos “estabeleceu o nexó entre a regeneração, a modernidade e os esportes”. Ele indubitavelmente percebeu

que o esporte poderia ser uma importante estratégia de controle e, fundamentalmente, de construção simbólica. A partir de sua ação, foram estabelecidos o que podemos denominar de primórdios (ou antecedentes) das políticas públicas de esporte no Brasil, obviamente algo sensivelmente diferente do que temos nos dias de hoje.

É compreensível, logo, porque, quando Passos deixou a prefeitura, em 1906, cercado por ainda mais polêmicas, principalmente por deixar a cidade endividada e não conseguir implementar todas as mudanças que pretendia, os clubes de remo estiveram entre os que maior número de demonstrações de apreço deram ao ex-prefeito. Segundo as palavras de Mendonça, naquele momento Passos era “o nome mais cultuado no sport náutico brasileiro. Essa distinção se revela pela *summula* de seus serviços ao rowing brasileiro no quadriennio de sua administração prefetural”.³⁰

A questão é discutir a natureza desses “serviços prestados”. O seu envolvimento com o esporte deu-se mais no sentido de concessão de um apoio ocasional e provisório, a partir do interesse na utilização da imagem esportiva para os projetos políticos a serem encaminhados, relacionados com o projeto de modernidade, notadamente ligados a dimensões interessantes às elites econômicas, do que de sua compreensão de que se tratava de um direito social. Tanto assim que não pensava duas vezes quando tinha que interferir na lógica de funcionamento dos clubes e competições, desrespeitando as agremiações caso ferissem seus intuítos.

Observa-se uma perigosa simbiose entre clubes e governo, uma explícita troca de favores que não se pode confundir com uma atuação que se possa esperar de uma organização governamental comprometida com o conjunto geral da população. Na verdade, suas ações não contemplavam a cidade como um todo, concretamente nunca consultada e pouco beneficiada com os subsídios financeiros concedidos aos clubes.

Vale agora refletirmos sobre o que dessas dimensões ainda persiste nas hodiernas políticas públicas de esporte, seja nos governos de tendência política de esquerda ou de direita, para termos uma clara

ideia dos desafios a encarar no sentido de construir uma proposta de intervenção que possa ser diferenciada, atender irrestritamente à população, não perpetuar determinados privilégios e garantir a prática esportiva (e de lazer) não como uma concessão, mas como um direito social tão importante quanto qualquer outro.

Notas

- ¹ Sua gestão como prefeito (1903-1906) foi marcada pelo prestígio conferido aos setores da elite urbana e pelo poder que concedeu aos engenheiros e médicos para promoverem as mudanças que desejava.
- ² Alves dá prosseguimento ao processo que fora iniciado por Prudente de Moraes e Campos Sales. Era um representante das forças latifundiárias paulistas, mas foi um dos que percebeu que a cidade do Rio de Janeiro precisava se modernizar para atender aos interesses econômicos das elites econômicas, tanto rurais quanto urbanas.
- ³ Não surpreende que alguns engenheiros europeus tenham sido influentes no Rio de Janeiro, como Adolfo Morales, e que algumas construções cariocas sejam praticamente cópias de similares parisienses, caso do Teatro Municipal. Para mais informações, ver estudo de Needell (1993).
- ⁴ Para mais informações sobre o remo no Rio de Janeiro, ver estudo de Melo (2001).
- ⁵ SEVCENKO, 1998, p. 521.
- ⁶ Para mais informações sobre o turfe no Rio de Janeiro, ver estudo de Melo (2001).
- ⁷ BILAC, 1903, p. 5.
- ⁸ A CANOAGEM, jul. 1903, p. 5.
- ⁹ BILAC, 1903, p. 5.
- ¹⁰ A primeira coluna específica sobre o esporte náutico surgira em 1895, no jornal *O Paiz*. Em 1903, começaram a ser publicadas colunas na importante *Revista da Semana*, entre outras.
- ¹¹ O primeiro periódico específico, o *Remo*, de vida breve, fora lançado em 1900. O importante e mais duradouro, *A Canoagem*, foi publicado a partir de 1903.
- ¹² BILAC, 1903, p. 5.
- ¹³ A CANOAGEM, ago. 1903, p. 5.
- ¹⁴ NEEDELL, 1993, p. 65.
- ¹⁵ A CANOAGEM, jul. 1903, p. 5.
- ¹⁶ A CANOAGEM, jul. 1903, p. 5.

- ¹⁷ A CANOAGEM, ago. 1903, p. 1.
- ¹⁸ A CANOAGEM, ago. 1903, p. 6.
- ¹⁹ A CANOAGEM, set. 1903, p. 2.
- ²⁰ A CANOAGEM, set. 1903, p. 6.
- ²¹ A CANOAGEM, set. 1903, p. 1.
- ²² Tal obra foi inaugurada em 1905, como parte da comemoração do aniversário do prefeito, ainda que somente totalmente concluída em 1906.
- ²³ Em 1906, Passos também lança um regulamento municipal sobre o funcionamento das praias, estabelecendo horário para os banhos e determinando os modelos de casas de banho, inclusive com a exigência de uma sala para socorrer afogados.
- ²⁴ JORNAL DO COMÉRCIO, 1905, p. 6.
- ²⁵ FERREIRA, 1975, p. 88.
- ²⁶ Mesmo com outras modificações posteriores, ainda existem hoje, em local próximo, sedes de alguns clubes, como a do Boqueirão do Passeio e do Vasco da Gama.
- ²⁷ JORNAL DO COMÉRCIO, 1906, p. 8.
- ²⁸ *Apud* BRENNA, 1985, p. 483.
- ²⁹ SEVCENKO, 1998, p. 570.
- ³⁰ MENDONÇA, 1909, p. 21.

Referências

- A CANOAGEM. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, jul. 1903.
- A CANOAGEM. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, jul. 1903.
- A CANOAGEM. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, ago. 1903.
- A CANOAGEM. Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, ago. 1903.
- A CANOAGEM. Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, ago. 1903.
- A CANOAGEM. Rio de Janeiro, ano 1, n. 10, set. 1903.
- BILAC, Olavo. *A cidade. A Canoagem*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 1903.
- BRENNA, Giovanna Rosso Del (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985.
- FERREIRA, Dias. Relatório anual da presidência. In: ROCHA, José da Silva. *Club de Regatas Vasco da Gama: histórico*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1975.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 16 abr. 1905.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 6 maio 1906.

MENDONÇA, Alberto B. *História do sport náutico no Brasil*. Rio de Janeiro: Federação Brasileira de Sociedades de Remo, 1909.

MELO, Victor Andrade de. *Cidade sportiva*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3.

Sobre os autores

Hélder Ferreira Isayama (Org.) – Mestre e doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Coordenador do Programa de Mestrado em Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenador geral do projeto de Formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), em parceria com a Secretaria Nacional do Desenvolvimento do Esporte e Lazer do Ministério do Esporte (SNDEL-ME). Líder do grupo de Oricolé (Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional no Lazer da UFMG) e membro do Grupo de Pesquisa em Lazer da Universidade Metodista de Piracicaba (GPL-UNIMEP).

Leila Mirtes S. de M. Pinto (Org.) – Mestre em Educação Física pela UNICAMP e doutora em Educação pela UFMG. Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, da SNDEL-ME. Professora aposentada pela UFMG, atualmente integra o quadro docente da PUC Minas.

Ricardo Ricci Uvinha (Org.) – Mestre pela UNICAMP e doutor e livre-docente pela Universidade de São Paulo (USP). Professor e coordenador do curso Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP). Líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer da Universidade de São Paulo (GIEL-USP) e membro do GPL-UNIMEP.

Edmur Antonio Stoppa (Org.) – Doutor em Educação Física, na área dos Estudos do Lazer, pela UNICAMP. Professor do curso Lazer e Turismo da EACH-USP. Membro do GPL-UNIMEP e do GIEL-USP.

Amanda Carolina C. Silveira – Mestre em Lazer pela UFMG. Integrante do Grupo de Estudos sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer da UFMG (POLIS-CELAR). Participa da Equipe Gestora do Projeto de Formação do PELC, em parceria com a SNDEL-ME. Supervisora técnica de núcleo do programa BH Cidadania da Secretaria Municipal Adjunta de Esportes da Prefeitura de Belo Horizonte.

André Henrique C. Capi – Mestre em Educação Física pela UNIMEP. Professor universitário e formador do PELC, da SNDEL-ME. Professor de Educação Física da rede municipal de ensino de Araraquara.

André Thibault – Ph.D. em Administração Pública. Professor da Universidade de Québec, em Trois-Rivieres (Canadá), desde 1973, onde ocupou os cargos de reitor e de vice-presidente por 12 anos. Atualmente, é diretor do Québec Observatory on Leisure and the journal Leisure & Society e participa do Comitê Executivo da Organização Mundial do Lazer. Representante da UNESCO.

Beleni Saléte Grando – Doutora em Educação e pós-doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da UFMT nos cursos de Pedagogia e Educação Física e do Mestrado em Educação. Coordena o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD/CAPES) em Educação, em parceria com a UFSC (2008-2011), e o grupo de pesquisa do CNPq Corpo, Educação e Cultura, vinculado ao COEDUC. Integra a Rede CEDES do Ministério do Esporte. Coordenadora de GTTs, do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), 2009-2011.

Carla Andréa Ribeiro – Mestre em Ciência da Informação pela UFMG. Consultora e analista de políticas públicas.

Celi Neuza Z. Taffarel – Doutora em Educação pela UNICAMP e pós-doutora pela Universitat Oldenburg. Pesquisadora nível 1 do CNPq e diretora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), gestão 2008-2011. Professora titular da UFBA.

Cláudio de Lira S. Júnior – Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e doutor em Educação pela UFBA. Professor da UFBA. Coordenador do colegiado do curso de Educação Física e do curso de Especialização em Metodologia do Ensino e da Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer da Faculdade de Educação da UFBA (FACED-UFBA).

Daniel M. D. Teixeira – Mestre em Educação pela PUC Minas. Docente pelo Departamento de Educação Física da PUC Minas.

Débora A. Machado da Silva – Mestre em Educação Física e doutoranda em Educação pela UNIMEP. Desenvolve consultoria e assessoria a projetos voltados à infância e suas relações com o lazer e a educação. Docente na Faculdade de Americana e coordenadora do Grupo de Estudos PRÁXIS – Educação Física e Lazer.

Derek Casey – Graduado pela Glasgow University, Grã-Bretanha. Ph.D. em Ciência (Hon) pela University of Southampton. Integra a Royal Society for the Arts e o Instituto de Gestão do Esporte e Recreação. Integrou a diretoria da Organização Mundial do Lazer.

Duval Magalhães Fernandes – Doutor em Demografia pela UFMG e pós-doutor pelo Instituto Universitário de Investigación Ortega Y Gasset. Professor da PUC Minas e professor visitante da Universidade Peruana Cayetano Heredia.

Fabiano Antonio S. Peres – Graduado em Educação Física e especialista em Lazer pela UFMG. Analista de políticas públicas da

Secretaria Municipal Adjunta de Esportes da Prefeitura de Belo Horizonte. Membro do POLIS-CELAR e do grupo de estudos Oricolé da UFMG.

Fernando Augusto Starepravo – Mestre e doutorando em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor da Faculdade Guairacá (Guarapuava-PR). Membro do Comitê Científico do GTT de Políticas Públicas do CBCE e consultor/colaborador do Ministério do Esporte no programa Segundo Tempo.

Fernando Marinho Mezzadri – Mestre em Educação pela UFPR e doutor em Educação Física pela UNICAMP. Professor da UFPR. Vice-diretor do Setor de Ciências Biológicas da UFPR e coordenador da Rede CEDES/UFPR. Diretor de administração e finanças da Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales del Deporte (ALESDE).

Gustavo Henrique M. Santana – Graduado em Educação Física pela UFMG.

Isabel Cristina Martines – Mestre em Educação Física pela UFPR. Professora da UFPR, Setor Litoral.

Luciana Cirino L. R. Costa – Mestre em Lazer pela UFMG. Professora de Educação Física pela prefeitura municipal de Belo Horizonte. Analista de políticas públicas da Secretaria Municipal Adjunta de Esportes da Prefeitura de Belo Horizonte.

Ludmila Mourão – Doutora em Educação Física e Cultura pela Universidade Gama Filho (UGF). Professora do programa de pós-graduação *stricto sensu* em Educação Física da UGF (PPGEF). Pesquisadora da História das Mulheres no Esporte. Coordenadora do Grupo de Estudos Educação Física, Saúde e Sociedade (GEFS).

Márcia Luiza M. Figueira – Doutora em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Professora da rede municipal de ensino de Porto Alegre. Pesquisadora da Rede CEDES do Ministério do Esporte e membro do Grupo de Estudos sobre Corpo e Cultura (GRECCO).

Maria José G. Salum – Mestre em Psicologia pela UFMG e doutora em Psicanálise pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora da PUC Minas. Membro do Conselho Técnico do Instituto da Criança e do Adolescente (ICA) da Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas.

Maria Leonor B. C. Ramos – Especialista em Treinamento Desportivo e mestre em Educação. Chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer do Ministério do Esporte.

Nelson Carvalho Marcellino – Doutor em Educação pela UNICAMP e livre-docente em Estudos do Lazer pela UNICAMP. Professor aposentado da UNICAMP. Professor da UNIMEP nos cursos de mestrado em Educação Física e doutorado em Educação. Líder do Grupo de Pesquisas em Lazer (GPL) e membro do Oricolé (Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer) da UFMG. Membro do núcleo da Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer, do Ministério do Esporte), no IEP-UNIMEP.

Patrícia Z. M. de Moraes – Graduada em Psicologia pela PUC Minas e em Educação Física pela UFMG e mestre em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos. Coordenadora geral de tecnologia, cooperação e intercâmbio do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte (DCTEC) da SNDEL-ME.

Paulo de Tarso M. de Freitas – Graduado em Educação Física pela UFMG.

Rejane Penna Rodrigues – Graduada em Educação Física pela Escola Superior de Educação Física de Cachoeira do Sul e mestranda em Educação Física pela UNIMEP. Secretária Municipal de Esportes, Recreação e Lazer de Porto Alegre por três gestões (1993-2004). Secretária da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, do Ministério do Esporte, desde maio de 2006.

Rita Márcia de Oliveira – Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro. Analista de políticas públicas da prefeitura municipal de Belo Horizonte.

Rosângela Martins de Araújo – Graduada em Educação Física pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC) e Especialista pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP) e pelo SENAC São Paulo. Atualmente, é coordenadora nacional de Esporte e Lazer da Associação de Pais, Amigos, Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB). Socioproprietária da Lazer, Educação, Gestão Social e Saúde (LEGS).

Sebastião Josué Votre – Doutor em Letras pela PUCRJ e livre-docente em Linguística pela UFRJ e pós-doutor em Sociologia do Esporte na Universidade de Strath Clyde, Escócia. Professor titular aposentado da UFRJ. Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor titular da UGF. Pesquisador do CNPq, da Rede CEDES do Ministério do Esporte e da Fundação de Amparo do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Silvana Vilodre Goellner – Doutora em Educação pela UNICAMP. Professora da Escola de Educação Física da UFRGS, onde atua na graduação e pós-graduação. Coordenadora do Centro de Memória do Esporte da mesma instituição. Pesquisadora do CNPq e da Rede CEDES do Ministério do Esporte. Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Corpo e Cultura (GRECCO).

Silvio Ricardo da Silva – Mestre em Ciência do Movimento Humano pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e doutor em Educação Física pela UNICAMP. Professor da UFMG. Subcoordenador do Programa de Mestrado em Lazer da UFMG. Tutor do PET Educação Física e Lazer e coordenador do Grupo de Estudos Sobre Futebol e Torcidas (GEFuT).

Tarcila Bretas Lopes – Mestre em Lazer pela UFMG. Analista de políticas públicas da prefeitura municipal de Belo Horizonte, Secretária Municipal Adjunta de Esportes. Docente do ensino superior no Instituto Metodista Izabela Hendrix.

Vânia Noronha – Mestre em Educação pela UFMG e doutora em Educação pela USP. Professora do curso de Educação Física da PUC Minas.

Victor Andrade de Melo – Pós-doutor em Teoria Crítica da Cultura e em História Social pela UFRJ. Professor da UFRJ, onde atua nos programas de pós-graduação em História Comparada (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais) e em Educação Física (Escola de Educação Física e Desportos). Professor do programa de pós-graduação em Lazer da UFMG. É bolsista de Produtividade de Pesquisa 1D/CNPq (2010-2014). Coordenador do Sport (Laboratório de História do Esporte e do Lazer) e do grupo de pesquisa Anima (Lazer, Animação Cultural e Estudos Culturais).

Sport and leisure policy management

Experiences, innovations,
potentialities, and challenges

| Foreword

This publication, from the Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, of the Ministério do Esporte¹ (SNDELM-E), takes on a very special meaning to us. It reinforces the profound relationship between the Brazilian Federal Government with specific actions that have historically contributed to the consolidation and development of leisure programs in the country, highlighting the 20th Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL)² (the major specific event of the area), and the research of the Rede CEDES, which composes the Programa de Esporte e Lazer da Cidade³ (PELC), from this Secretariat.

This book represents, above all, an additional opportunity for the exchange of ideas and experiences that make us rethink important aspects of leisure in Brazil, challenging us in many ways.

First, it makes us reflect on relationships and paradoxes experienced in the Brazilian context and which, on one hand, show leisure as a modern phenomenon stemming from the urbanization of the great centers, and, on the other, deal with diversity, with demands from rural, indigenous, *quilombolas*,⁴ riverside, and other populations that live in different realities from the metropolises. More than this, this book arises out of the recent inclusion of leisure in Brazilian public policies, as a focus of study and specific action.

Leisure was proclaimed as a right entitled by all the population only in the decade of 1980, when the country was going through the reestablishment of democracy in a process marked by ample participation of society, and which culminated in the new Federal constitution in 1988. The popular involvement and the organizations and civil society grew in the following decade, expanding their claims, although many of their echoes concerning sport and leisure are treated in different ways in the book I hereby introduce.

In 2003, the popular democratic government created a specific ministry for the area of sport, and, to compose this organ, a secretariat to take care of leisure; these facts marked, in a definitive way, a new period in Brazilian sectoral public policies.

I am aware that, historically, there have been some actions in this field, developed both by scholars and public managers, and by the System "S", especially the Serviço Social da Indústria (SESI) and The Serviço Social do Comércio (SESC).⁵ The difference is that today we live at a time that favors systemic and synergic organization among the various agents and institutions that deal with leisure.

In some measure, this movement is reflected in the present production, which is revealed by the texts published here, showing both studies made and discussions held with partners from various sectors during the 20th ENAREL, held in the city of São Paulo in 2008, and the research that revealed significant changes in the management of leisure public policies in Brazil. The new social agents of these policies are indigenous populations, rural and urban populations, children, the young, adults and the elderly, the physically challenged, young people living within contexts of criminality, among others. These are innovations in public management reflected in: (1) the continuous dialogue between managers from diverse social sectors and the population; (2) the experiences of participatory evaluation of governmental actions; (3) the discussion on funding for public policies; (4) the promotion of programs of social and human development; (5) the valorization of cultural diversity; and (6) the modernization of management which is always founded on ethical principles. These are practices that expand the knowledge necessary to democratize the population's access to leisure, considering fundamental principles such as sustainability, intersectorality, the overcoming of inequalities, and interdisciplinarity.

In the present context, it is necessary to potentialize opportunities and minimize risks, stimulating the public will of managers, the full participation of citizens, and the network action in order to reach the set goals. In this respect, the discussions put forward here call attention to the importance of setting up a National System of Sport and

Leisure, according to the demand from the National Conferences of 2004 and 2006, and to the challenge of preparing human resources to work in this new scenario, a task entrusted not only to the Institutions of Superior Education, but also to the government.

As the educational processes are fundamental to the formulation of leisure public policies in Brazil, we hope that this book can contribute both to the qualification of programs and projects, and to the training of managers and other leadership groups that face the present and future challenges of leisure public policies, aware of their role as citizens and of the possibility of benefitting the communities they serve, aiming at building a better life.

We are referring to a process that has been developed in a collective way, aiming at integrating Brazil with other countries. Such a process joins research, managers, partners in various social programs, and agents with different specializations who, during their work and exchange of experiences, have contributed to the scientific and technological knowledge that has qualified the establishment and development of public policies entrusted to SNDEL-ME.

The texts presented here do not reflect all of the experiences that this Secretariat has accumulated so far. However, it shows a portion of what we have produced collectively and, because of this, we hope this book can be not only a source of information, but also a departure point for other dialogues, investigations, and actions that constantly challenge our managerial practices in leisure.

We would like to note that other records and political actions associated with sport and leisure by SNDEL-ME can be accessed on the Ministry of Sports website (www.esporte.gov.br), and the reader is invited to participate with us in this effort for debate, action, and new investigations.

Enjoy your reading!

Translation: Geraldo Cáffaro

Rejane Penna Rodrigues

National Secretary of the Development of Sports and Leisure

Ministry of Sports

Notes

- ¹ Translator's note: The National Secretariat of Sports and Leisure Development of the Ministry of Sports. Hereafter, first mention of names of government offices, organizations or programs followed by their corresponding abbreviations in Portuguese will be translated in footnotes.
- ² 20th National Meeting of Recreation and Leisure.
- ³ Sport and Leisure in the City Program.
- ⁴ Afro-descendant populations.
- ⁵ Social Service of Industry, and Social Service of Commerce, respectively.

| Introduction

This book has gathered essays related to the theme of leisure policy management, and which derive from the different reflections and experiences developed in the Brazilian and international reality.

Due to the increasing importance of the theme, which demands renewed discussions to socialize successful experiences and indicate new challenges that must be the object of reflections and new experiments in the different areas related to management, not to mention the small existing production on leisure public management, the publication of this book is justified as a way to fill the gap identified in the area.

The objective of this book is to offer elements to think about the quality of leisure management with regard to the optimization of different resources (physical, material, human and financial) available to the managers of action policies in the area. Such policies must be understood as a process of development and implementation of action programs in order to contribute to the establishing of public guidelines, with the effective participation of people from different segments of civil society, according to the wishes and needs of the public concerned.

Thus, in leisure management in our society, increasing emphasis is being given to the cultural participation of the different actors (managers and target public) as a vehicle to experiment with new values that, in an educational way, may guarantee the possibility of questioning the exclusive society in which we live, in a search for solutions to the problems faced in daily life.

Efficient and efficacious actions based on effective cultural participation as an instrument for achieving autonomy and citizenship may

be understood as possibilities to protest and react against public policies managed and developed in a highly conservative and exclusive way, as the ones that still exist within the reality in which the Brazilian population lives.

The purpose of this book is to provide discussions about experiences, challenges, potentialities, and innovations in the management of sport and leisure public policies. Such discussions aim at qualifying managers and professionals that work in the area of public policies of sport and leisure. Furthermore, the proposal intends to contribute to reflection on the National System of Sports and Leisure (2009), a challenge from the 3rd National Conference of Sports (2009), which implies [in light of the principles, guidelines and objectives of the National Policy of Sports (2005)] establishing intrinsic relationships, organizations, funding, management, social control, training, and human resources on behalf of activities to be developed and services provided by the entities that will compose the system.

To address this topic, we have invited researchers from Brazil and other countries to contribute to the discussion on the management of leisure, seen as a social right. In this respect, this book is composed of 13 texts, with different approaches: policy management, policy assessment, professional training, social groups, and municipal experiences.

The first paper, developed by a group of researchers under the coordination of Leila Mirtes S. de M. Pinto, is the result of the Forum of Leisure Managers, held in the 20th National Meeting of Recreation and Leisure (ENAREL), in São Paulo. The discussion followed from three questions: what limitations have we had as to the population's access to opportunities of leisure in our social environment? What significant opportunities for overcoming these limitations can we observe in relation to the management of leisure in our reality? What could we change in this history so that the limitations identified could be overcome? The debates introduce the idea that the university, the State, and social organizations that promote leisure should be alert to their functions and roles, assessing their practices in the sense of

comprehending their contribution to the policies of public interest, as well as to the sectoral policies of leisure.

Edmur Antonio Stoppa and Ricardo Ricci Uvinha aim to discuss the question of sport and leisure policy management in light of the production linked to the 20th ENAREL. The authors affirm that the central theme of the event, leisure management, allowed the participants to investigate the necessary competencies and to envision a kind of multiprofessional work. Furthermore, they highlight the necessity of developing new processes of planning, organization, execution, and assessment of sport and leisure policies, in their different aspects, be they related to human resources, spaces and equipment, a policy of sociocultural animation, and the different barriers to leisure found in our daily lives.

André Thibault, one of the participants in the 20th ENAREL and a researcher of international renown in the field of leisure, discusses, in the third essay, leisure management as an evolving process that has to be in tune with the evolution of the needs of citizens and their organizations, expanding the meanings of leisure and the globalization of culture and new free time habits. For the author, the management of leisure and of political decisions must be ecological and take the cultural, economic or social environment into account.

In the fourth text, we have the contribution of Derek Casey, who critically discussed the development of leisure policies and practices by analyzing the approaches of different countries around the world. Furthermore, he assessed the importance of leisure in the world, considering its position in the social, cultural, and economic development of communities and countries. According to the author, leisure and tourism have the potential to alter the very nature of countries, and also have, when duly managed, the ability to alter the economic foundations of countries.

A group of researchers from PUC Minas present important reflections about the first stage of their research, which proposes to assess and qualify sport and leisure programs run by the Ministry of Sports. As they did not intend to design evaluative elements of the program

results, the group of researchers identified important elements for the analysis of the ambience for research and the challenges mentioned.

In the sixth article, Fernando Marinho Mezzadri, Isabel Cristina Martines and Fernando Augusto Starepravo present the results of the diagnosis of sport and leisure public policies in the state of Paraná. The five points highlighted in the discussion were: 1) the bureaucratic definitions of the role of sports and leisure in the development of society; 2) the disproportionate quantity of professionals and trainees in the state and municipal structures of sports and leisure; 3) the lack of a definition of government, management, and funding plan; the relationship between the social control and the absence of municipal councils and public auditions, affecting the participation of the population; 5) the projects underway in the cities are basically geared to sport practices with the intention of forming or upgrading athletes.

Patrícia Z. M. de Moraes, Vânia Noronha, Duval Magalhães Fernandes, and Maria José G. Salum present the results of research that aimed to design and apply a socio-populational and cultural (sport and leisure) diagnosis of the city of Riberião das Neves-MG. The research sought to collect data for the development of sport and leisure policies for the inclusion of young people subject to risk and violence.

The text "Indigenous corporeal practices in sport and leisure public policies", by Beleni Saléte Grando, aims to contribute to a sport and leisure policy for the indigenous peoples, considering the history, ethnic and cultural diversity existing in Brazil. The author believes that we must reflect on a policy that involves the knowledge of skills that can ensure, in the performance of corporeal practices, the rights that indigenous peoples have as Brazilian citizens, that is, the right to diversity, to their own forms of thinking, acting and being indigenous.

Silvana Vilodre Goellner, Sebastião Josué Votre, Ludmila Mourão and Márcia Luiza M. Figueira present the result of research developed at Rede Cedes that aimed at investigating the adherence of people to the project Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) in some centers in the cities of Rio de Janeiro and Porto Alegre. The research focused on variables such as gender, ethnic group, generation,

and physical capacity, and helped design pedagogical material for use in social projects. The study shows the need to guide coordinators in these projects so that the mistakes and misconceptions found regarding prejudice and discrimination will not be repeated, thus allowing the proposals to attract and maintain more participants.

The research conducted by the group Polis-CELAR and coordinated by Hélder Ferreira Isayama sought to understand whether there are policies for sport and leisure professional training in the sport secretariats in the municipalities of the Metropolitan Region of Belo Horizonte, and also to identify the nature of these actions. The authors concluded that the organs (Secretariats of Sports) studied do not have a structured policy of training for the professionals who work in sports and leisure, and actions are carried out in an isolated and fragmented manner. Overall, training carried out by the secretariats studied have as their characteristic the development of technical and instrumental questions.

The training of staff to work on sport and leisure public policies is also addressed by Nelson Carvalho Marcellino, André Henrique C. Capi, and Débora A. Machado da Silva. The authors studied the importance of a training policy and its components, and gave alternatives to contribute to the qualification of the professionals inside the municipalities studied. The article recommends a study of the competent sectors of the administrations, aiming at the following goals: work on the area of cultural divulgation, the need to strengthen such a structure, participatory management, the search for interdisciplinarity, introductory courses, the enhancement of the planning instruments, among other aspects.

Finally, Victor Andrade de Melo offers a discussion of the involvement of governmental authorities, especially of Pereira Passos, with the development of the field, in the context of socio-cultural changes in the city of Rio de Janeiro at the turn of the 19th to the 20th century. In this respect, the author points out the great influence from France and the importance of these pioneering encounters between sport and

governmental organizations, demonstrating a political concern with the reality.

To sum up, we would like to express our gratitude to the researchers/ authors of the essays, who accepted the invitation to participate in the project from the beginning. We wish you all a good reading experience, that it may foster debates and add to knowledge related to the management of sport and leisure public policies.

Translation: Geraldo Cáffaro

Hélder Ferreira Isayama

Leila Mirtes S. de M. Pinto

Ricardo Ricci Uvinha

Edmur Antonio Stoppa

Leila Mirtes S. de M. Pinto
Maria Leonor B. C. Ramos
Rejane Penna Rodrigues
Ricardo Ricci Uvinha
Rosângela Martins de Araújo
Silvio Ricardo da Silva

Challenges to leisure policy management in Brazil

During the 20th Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL),¹ which occurred in São Paulo in November 2008, a Forum of Leisure Managers was promoted, assembling around 100 participants. The departure point of the ideas developed therein was the acknowledgment of leisure as a right, which the entitlement of all the population, by the Brazilian Federal Constitution (1988), a new fact in our political experience that brought about changes in the State, in its management model, and in its relationship with the whole society. Leisure is no longer a benefit conceded only to workers, as had been the case since 1943, with the Consolidação das Leis do Trabalho (CLT),² it is now treated in political measures necessary to the improvement of the quality of life of all Brazilians.

This achievement was reflected in the inclusion of leisure in laws and policies that acknowledge and protect that right, challenging relationships shared between leisure and other social policies in the country, such as sport, health care, education, the elderly, children and the physically challenged, among others. This challenge has been faced by several governmental organs, entities, and social sectors, although over the last 20 years the guaranteed right to leisure has not translated into effective action.

But what limitations have we faced as to the population's access to leisure opportunities in our social environment? What significant opportunities for overcoming such limitations can we observe with regard to leisure management in our reality? What could we change in this history so that the identified limitations are overcome?

These questions have mobilized ample debate among the participants of the Forum of Leisure Managers, challenging all of them to analyze their experiences as managers, agents (cultural facilitators, community leaders, monitors, educators, recreationists, among others), leisure scholars or the public benefited by leisure public policies. From the collective discussion held, the participants pointed out as "main factors limiting the access to leisure opportunities" the following points:

1. *Ignorance as to:*

- The right to leisure (little knowledge of the laws. Another aggravating factor in this matter is that the other social rights (safety, education, and health care) are not seen as paramount by the population either. All the rights provided in the Constitution should be guaranteed and claimed, without considering leisure secondary or inferior;
- Understanding what leisure is, its importance, benefits, and limits (a misconceived idea that leisure is only what involves money and arrangement; the comprehension of leisure as a minority's privilege and in a market oriented dimension);
- The population's preferences, the identity of the local leisure, studies of the region's leisure;
- Complementarity between sport and leisure;
- Knowledge about the leisure subject and the cultural diversity of leisure in the country.

2. *Limitations related to leisure spaces and equipment, considering:*

- Insufficient or precarious leisure infrastructure (spaces and equipment);
- Concentration of equipment in some neighborhoods;

- Leisure projects conceived without considering the public's interests and needs;
- Few resources for construction and maintenance of physical spaces;
- Shortage of free spaces reserved for leisure or free access to existing equipment;
- Lack of stimulus to the approval of public spaces for leisure;
- Spaces and equipment restricted to sports;
- Inadequate public transportation for access to the existing equipment;
- Lack of safety in the available spaces;
- Overcrowding of spaces;
- Lack of attachment of the population in relation to the existing spaces;
- Lack of programs geared to the various segments of the population in public spaces.

3. *Cultural limitations, considering:*

- Lack of regular leisure activity habits by the population;
- Lack of "time" for leisure due to the large amount of personal obligations;
- Lack of willingness to seek the new in leisure;
- Little organization of society to participate;
- Discrimination, marginalization, fear and experience of prejudice in leisure; time cannot be wasted, because it's money; leisure is only a children's thing; guilt about the enjoyment of "free" hours ("vagrancy") and others.

4. *Limitations related to leisure management, considering:*

- Leisure offers divorced from the public's needs;
- Discontinuity of programs due to changes in power and/or isolated actions of governments;

- Lack of a conception of leisure (not obstinacy) by public managers and population, contributing to the discontinuity of ideas, programs, and politics;
- Organization and execution of leisure actions: limited schedules and few activities for some of the population (adults, elderly, physically challenged and others); lack of specialized staff to manage and coordinate programs; lack of leisure specialists to manage innovative politics in municipalities; lack of municipal actions geared to needy communities; a lot of the existing actions with a limited vision of leisure; lack of partnership between universities and municipalities; lack of financial resources for several activities; a lot of overpriced activities;
- Lack of intersectoral work among municipal secretariats;
- Centralization of actions;
- Absence of direct communication with the population by managers;
- Existence of poorly designed, unimplemented, or inadequate policies;
- Lack of priority definition considering the different needs in leisure;
- Lack of a democratic vehicle through which the population can be heard or consulted about their needs with regard to leisure, and not simply be passive consumers;
- Lack of the technical support of consultants to qualify community projects;
- Shortage and demotivation of professionals;
- Submission to local politics based on patronage and welfarism in terms of leisure;
- The main limitation is, in our opinion, the fact that Brazil is a poor country, where education, safety, health care, and food are lacking and where leisure is always left behind in the government's priorities, with little public investment in leisure;
- Lack of prioritization of leisure as a need and not as something contingent.

5. *Limitations related to training, considering:*

- Lack of education for leisure consciousness;
- Lack of educational policies for and on behalf of leisure in our municipality (inside and outside schools);
- Incipient training in initial courses and continued training of leisure agents and managers;
- Unpreparedness and ignorance of local managers as to leisure management;
- The public managers' lack of specific cultural and academic training in the area of leisure.
- Lack of qualified and specialized labor to work with leisure in cities;
- Difficulty in forming study groups with professionals in the area;
- Lack of leisure activities that allow the questioning of reality, the development of values, and the appropriation of cultural goods, and not only activities for enjoyment;
- Lack of autonomy in the leisure of a lot of citizens;
- Lack of incentive for research about leisure in our city, or stimulus to research in the leisure locales with the approval of the population: we need to treat the citizen as a subject in our actions;
- Lack of interdisciplinarity in studies of leisure;
- Lack of social mobilization *versus* the population's inertia, due to "social blindness";
- Lack of actions that encourage claims by the citizens as to their rights.

Questioned about what "significant opportunities for overcoming these limitations could be observed in this reality and what could be changed for that to happen", the forum participants answered:

1. *As to information:*

- Start changes from individuals' perception of what the leisure phenomenon and its importance may be, which requires

educational transformation through critical sense and through the awareness-raising of politicians and governors.

- Disseminate and democratize information about leisure: there are opportunities and good proposals, but not enough knowledge, information, and dissemination.
 - Facilitate information, expanding the possibilities of leisure and activity choices.
 - Find different ways of enlightening the citizens as to their right to leisure, starting the communication from the groups closer to them (work, family, school, and friends);
 - Diffuse leisure policies (guidelines, legislation, programs, equipment);
 - Seek the support of city halls and schools in disseminating what leisure is;
 - Develop all means of communication to better inform the population about leisure;
 - Guarantee access to municipal guidelines and guide plans;
 - Diffuse successful experiences of public leisure policies (at federal, state and municipal levels);
 - Carry out campaigns about the benefits of leisure and available practices;
 - Inform the community about the access to leisure;
 - Attract media support, disseminating where and how communities appropriate spaces and create new leisure cultures;
 - Improve the dissemination of free leisure activities and the existence of available equipment;
 - Disseminate the guideline changes in sport and leisure national policy.
2. *As to spaces and leisure equipment:*
- Valorize public space, so often affected by the privatization of environments;
 - Make existing facilities work;

- Expand opportunities of urban areas reserved for leisure (parks and cultural centers, for example), catering to all the regions in the city;
- Make better use of urban spaces and leisure equipment in city planning, aiming at the recognition of the local population;
- Build parks, squares and other facilities with the aid of professional staff qualified in leisure planning;
- Diversify the offering activities, catering to the different groups of users;
- Give priority to improving the access of certain social groups, such as the physically challenged;
- Make public transportation more efficient and free of charge for the population on weekends, and on strategic sites which that serve the regions that most depend on the public authorities;
- Democratizing, through the municipality secretariats, tourist destinations and buses could be a good opportunity to stimulate citizens to learn about the spaces of their cities and get to know their daily life, promoting a feeling of belonging;
- Find means of maintaining the existing leisure spaces with the help of the communities.

3. *As to cultural changes:*

- The changes in this process are slow and gradual, as they are conceptual and cultural. They entail the promotion of leisure culture and the challenging of social conventions;
- The changes in family and social behavior in leisure are important;
- Churches have worked to overcome prejudice in relation to leisure and recreation;
- A lot of people still hold prejudices in relation to leisure, as something associated with unproductive people (who may even be labeled "bums"). Changes entail education for a new vision of leisure and work policies that promote changes as early as childhood;
- We should not impose leisure; it must be an achievement and product of those who experience it;

- We should provoke changes in the functioning of the *status quo* for the qualification of human resources that can strengthen action in municipalities and in private initiative;
- Valorize organization in the elderly and autonomy in their decisions; many of them, despite their low self-esteem, start smiling and enjoying life again in collective leisure;
- We still haven't envisioned solutions to overcoming these problems, and society pays a high price for this situation, as we are dealing with an increasing number of stressed, depressed, moody and sick "people", who cannot find a way to relieve their tensions.

4. *As to leisure management, changes require:*

- Universalizing leisure as a goal, and promoting advances in municipal legislation (Statutory Framework of Cities);
- Defining legislations/rules/opportunities so that public and private, commercial and real state undertakings can be responsible for building and maintaining leisure areas in nearby places with free access to everyone;
- Establishing proportionality, according to the demographic rate, of equipment, material and human resources for the development of programs, projects, and offerings;
- Changing the functionalist and welfarist character of leisure public policies that still prevails in society;
- Organizing the repertoire of leisure projects, especially made in/with the community itself, increasing the gamut of opportunities;
- Making the action of municipal councils valid, stimulating the population's participation in the forums of neighborhood and city associations, organizing consultative and deliberative councils for the sector;
- Public managers specialized in the area, and united to work together in leisure management;
- Intersectorality and networking in leisure policies (among neighboring municipalities, communities, academics, and public managers from the private and third sectors);

- More public funding for maintaining projects, programs and leisure offerings; gradual reduction of federal help in the maintenance of local programs; greater incentive to private companies' participation in promoting public events;
- Creative and feasible proposals in municipal and state budgets;
- Investment in the quality of services provided and in the qualification of education for leisure, as a new guideline in the Ministry of Education;
- Greater political and financial articulation between the National Secretariat of Leisure and municipalities;
- Increasing incentives (tax incentives or others) to companies to make them contribute with sponsorship to cultural, sport and leisure activities;
- Partnerships with the third sector (which is not restricted to NGOs) to enable wider access to leisure;
- More dialogue with communities about leisure planning. People in general make an effort to take full advantage of their free time. They pay for private clubs, take their children to the park, etc. Or they rest in front of the TV. Often, leisure spaces, equipment, and facilities in general are built. Understanding the limitations imposed by the lack of knowledge of public and private leisure managers about what our population (myself included) really desires, yearns for or needs in order to use their free time. How to plan, build and provide actions and leisure spaces without knowing or researching what my public's focus is? Idle spaces may decay; equipment without proper guidance may not be useful if it is not interesting to people. We have no time to lose! Not to mention our leisure time!;
- Greater popular participation in decisions, respect for each community's vocation, planning with them, leisure proposals; valorization of the local culture in leisure policies;
- Closer dialogue of the State with society and the private sector; if policies do not work effectively, one of the reasons is because we do not demand it, or maybe we do not even know whether it is possible or how to do it;
- The community itself needs to appropriate the meaning of the practices and utilize specific and non-specific leisure spaces.

Furthermore, the movements propose a new economy in which relationships develop in a local and community context, such as the Solidary Popular Economy, which prioritizes the life quality of co-operative workers, estimating available time and encouraging conviviality;

- Collective action and participatory planning are opportunities for success, implying sensibilization, engagement, and incorporation of activity by the subjects involved;
- Empowering leisure resources in the proceedings of leisure policies;
- Creation of resident associations to organize leisure in communities, guiding active leisure in an organized and participatory way;
- Develop actions that allow you to improve your employability and, consequently, insertion in a higher paid job market;
- There are public and private programs that cater to peculiarities and provide good opportunities to the community, such as the Escola da Família, and the program Atleta do Futuro (SESI);³
- Promote state sports and leisure policies, ensuring the continuity of programs;
- Develop programs for specific publics (elderly, children, etc.);
- Transparency in public policies of all sectors.

5. *As to training:*

- Train multidisciplinary staff for leisure management; physical education professionals, tourism professionals, architects, engineers, sociologists, lawyers, education professionals, etc.;
- Require specialized training in leisure management; invest in the continued training of professionals working in the area;
- Graduate leisure public managers so that they can fight against bureaucracy and interests extraneous to leisure policies, overcoming corporatist, moralistic, and alienating actions;
- Education is the only means of effective change on all levels: school, family and community. This is a question of social capital;

- Valorize the transversal action of leisure in social policies and, especially, in formal education as a vehicle for transformation and promotion of human beings. Articulate leisure public policies with educational public policies;
- Integrate schools with communities through leisure practices;
- Include the topic “leisure as a factor in the quality of life” as a required theoretical-practical subject in the education of children, the youths, and adults;
- Educate for a new daily organization of time, which will consider time for leisure;
- Promote education for and on behalf of leisure as proposed by Marcellino (1987);
- Partnerships involving public policies and universities for production and socialization of knowledge and leisure practices;
- More incentive to scientific research on leisure. Promote the approximation of research to real life, as there is still a huge gap between them. At universities, greater importance for the topic of leisure;
- Seek support from the academic community via study groups and research into leisure for the elaboration of projects and research on several levels, involving the community as a whole;
- Maintain opportunities, like the ENAREL, to promote interaction among people from the community and their experiences. Organize meetings, seminars, forums, consultations about expectations after broad and permanent information.

Analyzing this debate, we understand that, among the priorities in public policies, leisure lies near the margins, occupying a secondary place. Leisure is not a priority, either in the private or in the public sphere, occupying a marginal place in individual and political decisions.

On the list of reasons that justify the low participation rate of citizens in leisure activities are some personal and social limitations, as presented here. As examples of personal limitations in the access to leisure were the lack of security, money, transportation, time, and the manifestations of prejudice in free time activities.

As limitations to citizens' access to leisure, the lack of organization of the social groups to participate in the local political decisions, besides the lack of policies that guarantee the right to quality leisure were the most prominent.

Another great limitation to the access of leisure is the budget available for management in this area, aggravated by the lack or inadequacy of infrastructure. The sufficient provision of adequate spaces and equipment for leisure must be guaranteed by public authorities.

The lack of security in the areas of leisure and their surroundings, the failure to provide (1) alternative schedules for the participation of all age groups, (2) diversified activities and (3) specialized staff to organize the spaces show a limited vision of the local manager in relation to the leisure possibilities of the population.

In these cases, it is evident that the practice of leisure by the population, in general, is dependent on personal purchasing power, as the "best schedules" are expensive and not everyone can afford them. Furthermore, it is not unusual to find an inversion in the making of equipment, in which the projects are conceived from the building itself, and are not accompanied by maintenance planning and a publicity proposal, associated with the local residents' and users' demands.

Also, the knowledge of the right to leisure is limited to a portion of the population, which results in general disrespect for the other's rights. The present society requires the compliance with protocols and obligations that go beyond explicit rules, inducing people to follow a productive behavioral pattern, in which "time is money", so that those who are not useful and productive feel guilty when "using" spare time to take care of their interests. The lack of information about the right to and importance of leisure provokes prejudice in relation to the utilization (or waste) of the time and "spare hours".

Some of the other limiting factors in the access to leisure are: the managers' lack of preparation, their lack of specific training in the area and their ignorance of the public's needs in relation to leisure offerings and spaces within their responsibility. Furthermore, the lack of qualified staff

for the execution and development of leisure action is also a fact considered in the public sphere, in which political difficulties may result in the management of a reduced staff who are not always qualified for the area.

The managers of the leisure area admit their own difficulties in relation to knowledge about concepts and scope of leisure, and its benefits, as well as its foundations and diverse cultural manifestations. Such knowledge should be shared and discussed with the population from basic education on.

But, considering the role attributed to the managers, mastering the knowledge of concepts related to the area of leisure is not enough. They need to be associated with the reality and the generation of opportunities for the appropriation of cultural goods, for the experimentation with the leisure offerings available, and for the selection of activities according to individuals' own choices.

We must highlight the importance of valorizing the different cultures of populations from distinct communities. In this respect, we must also acknowledge the great importance of movements that mobilize cultural changes that valorize free time, and that show the utilization and appropriation of leisure equipment by the local communities involved.

For the area manager, leisure needs to be considered as a social phenomenon that involves more than the practice of activities in people's free time. The implementation of leisure policies must be preceded by an analysis of the possibilities of implementation of programs and projects in each region, and by investment in its articulation with the communities, stimulating the organization and participation of various groups.

The leisure manager is in charge of specific responsibilities related to the management of important and complex documents in the consolidation of a participatory and efficacious management. In practice, he must stimulate actions that valorize the participation of all population in using all the leisure spaces and equipment together with the attitudes of ludic cooperation and participation.

In case of lack or shortage of resources for the management of public leisure policies, the manager's initiative is important in establishing partnerships and seeking for projects that raise financial or human resources to work in these spaces.

We have to consider the discontinuity of public programs when changes in power and/or the formation of political alliances occur. Because of this, a public policy will be more efficacious when it is sustainable, regardless of the continuity of specific governments.

Lastly, we emphasize that the modern manager must operate in networks, with widespread connections of broad scope, to keep up with the pace of the changes in all sectors and to form an administration in the leisure area that include the population's demands in their administrative possibilities.

In addition, we highlight two points that arose in the debate held at the Forum of Leisure Managers and that also challenge leisure management in the Brazilian reality. The first is the coexistence in our society of the comprehension of leisure, on one hand, as merchandise and, on the other, as a social right that implies inclusive policies as a reaction to the logic of the age's consumerist discourse, and the valorization of leisure as a field of human and cultural creation experienced at a given time and social space available to the various recreation practices designed according to the free choice of individuals.⁴

The second point indicates, on one hand, serious problems of income distribution, insecurity, inequalities in the access to the knowledge produced and to the cultural heritage of Brazil and humanity; on the other, the perpetuation of paternalist and welfarist policy practices with bureaucratic management. At the same time, we live with a lot of changes and significant political innovations, such as, for instance, participatory policies, as discussed in the study by Marcellino.⁵

More than that, we live with a great heterogeneity: we are a people with broad cultural diversity, sensibilities, stories and traditions. A people open to joyfulness, encounters and solidarity.

In this complex context, an important step towards the qualification of our leisure policy management is, then, the increasing knowledge of our people's wishes, needs, and potentialities in the face of the demands and profound transformations that have occurred in the various fields of economic, political, cultural, and social organization.

Such knowledge challenges us to think of leisure in close relationship with human life as a whole and with the educational action for the individuals' autonomy in leisure: educational actions that form leadership working at various levels which will be challenged to participate in changes in the local political culture and to reread/review practices in this reality.

This is, in fact, a beautiful and dignified but large ambition, since in the face of the challenge posed, it is not possible to reread/review with a narrow or authoritarian vision. On the contrary, we are being challenged as participants in an ethical social pact with a responsibility that requires the rebuilding of sensibilities, the valorization of cultural practices, and the rebirth of possibilities so that "together we can be ourselves". The convergence of efforts, the strategic alliances, and the intersectoral action networks are essential to potentialize significant results in the sense of this established pact.

Therefore, in the field of leisure this alliance is essential, as the resulting actions can not only potentialize its achievement as a right, but can also contribute effectively to the achievement of other rights, such as health care, culture, environmental preservation, tourism, coexistence with security and education, among others.

Analyzing the role of the university in the face of the challenges (which were significantly expressed in the speeches of the forum participants) posed to the leisure public policies in Brazil, we point out that college education has, over time, changed for the better and for the worse. But, according to Morais,⁶ the image that society has of this institution as a place of intellectual and professional qualification, as well as of sophisticated cultivation of fundamental structures of knowledge in the 20th century, engaged in so-called cutting-edge research, remains unaltered.

Tracing back the history of the university, it is clear that we are going to see its emergence with pivotal ends in the production and dissemination of knowledge, and also in the training of professionals for the labor market.

As for the professional training in leisure in Brazil, it is important that we take into consideration the context of the latter part of the 20th century, when the discourse of physicians and sanitary engineers, responsible for the new reforms typical of the urban-industrial organization, was

in evidence.⁷ Thus, systematized studies appeared between the years 1920s and 1930s, predicated on the defense of healthy leisure practices, and aiming at diffusing the moral and hygienic values prescribed at that time.

Reflecting upon the present day, Marcellino *et al.*⁸ claim that the training processes of professionals for work in the leisure area have gained more space in Brazil as a result of the demand in a fast-growing market. Nevertheless, the authors call attention to the kind of training that has prevailed, which caters to the demands of a regulating market that sells leisure as “merchandise”.

Regarding the production of knowledge in the leisure area in Brazil, it can be argued that, over the last decades this production indicates significant advances, predominantly in the public universities, with significant experiments by the corporate entities SESC (Serviço Social do Comércio) e SESI (Serviço Social da Indústria).⁹ In addition, we have managed to minimize the prejudice existing in the academic environment, through the promotion of regular scientific events, graduate programs, and, consequently, the graduation of specialists, masters, and doctors in the field of leisure. Nevertheless, the university still needs to build a bridge that can make this relationship with society even closer.

More specifically, with respect to the relationship with the leisure field, the university must valorize actions in its extension, socializing and diffusing its knowledge, interacting directly with teaching and research and contributing to the graduation of future professors, professionals, and managers.

The university can also act as a center of cultural training, to the extent it opens its doors to the community to which it belongs, transforming itself into a leisure facility. It will likewise perform this role as a center of cultural training when it stimulates education for and on behalf of leisure through the formation of study groups and the promotion of events.

Expanding the discussion of the role of events in the training of agents, especially leisure managers, we affirm that today it is possible to identify, in the field of leisure, foreign scientific societies with considerable influence on thematic research, recognized for their events, research groups,

staff, and publications. As examples, we have the American Association for Leisure and Recreation (AALR), in the United States; the Canadian Association for Leisure Studies (CALS), in Canada; the Leisure Studies Association (LSA), in the UK; the Australian and New Zealand Association for Leisure Studies, in Australia and New Zealand; the Asian Pacific Centre for the Study of Leisure (APCSL), in China; the Fundación Colombiana de Tiempo Libre y Recreación (FUNLIBRE), in Colombia; and the Foro Permanente de Tiempo Libre y Recreación (FPTL), in Uruguay.

We find, therefore, in each of the aforementioned associations, a considerable effort devoted to thematic research groups, which build networks in their home countries/regions on behalf of the academic study of leisure.

Regionalisms apart, worldwide understanding is dedicated to the role of the World Leisure Organization (WLO). Established in 1952, initially as International Recreation Association, the organization had its name altered to World Leisure and Recreation Association in 1967 and adopted the simplified term World Leisure in 1999. In 2007, the organization went on to be called World Leisure Organization.¹⁰

This is a non-governmental association with the status of a consultative organ of the United Nations (UNO). Its responsibility is as one of the academic bodies in the world that assembles thematic research from various nationalities and, given its scope, is recognized as relevant worldwide in scientific research on leisure.

Among the priorities of the WLO are the commitment to the benefits of leisure, the promotion of policies and specific legislations, the strengthening of leaderships in this field of knowledge, and the expansion of international cooperation. The organization is geared to the development and dissemination of research on leisure, as well as to the provision of support to young researches, the training of thematic study groups, and consultancy and training. Its role has been to promote and to support leisure studies for the public and private sectors, in association with the actions from the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) and from The United Nations Children's Fund (UNICEF).¹¹

In this context, leisure is restored as a fundamental human right (according to article 24 in the UNO Declaration of the Human Rights, dating back to 1948), and this social sphere appears as an important tool in the search for satisfaction and expression, both at individual and collective levels. Its benefits include well-being, cultural affirmation, environmental preservation and conservation, sustainable economic development, among other relevant elements.¹²

The 20th ENAREL, during which we had the experience related in this article, provided an important opportunity of articulation with the scientific societies previously mentioned. By including renowned researchers in its panel linked to WLO, FUNLIBRE and EPTL, the event allowed, in this accredited national meeting, that the Brazilian academic community to come into contact with the proposals at international level and seek possible interfaces with our production.

To conclude this discussion, we stress that, beyond the scientific-academic perspective, the presence of these international interlocutors at the 20th ENAREL allowed for a unique assembly of participants from the professional sector linked to the public, private, and third sectors, expanding the gamut of possibilities for thematic management and recognizing the importance of a more global comprehension of the leisure phenomenon.

Analyzing the discussion held at the Forum of Leisure Managers and involved with the activities developed throughout the 20th ENAREL, we understand that the various sectors of society there assembled in which leisure develops reflect the importance *of the perspectives of partnership* and exchange, outlining a scenario of solidification of the area and different forms of approach. By advancing such partnerships, the leisure studies and actions enjoy representativeness and accreditation from all sectors that may design more ample leisure policies.

In this respect, the development of the theme “Leisure Management: Competencies and Multiprofessional Performance” in the 20th ENAREL enabled professionals and entities from various areas of knowledge and from all Brazilian regions to:

1. Expand their partnership relationships;
2. Approximate their actions and interventions to the academic community;
3. Discuss the improvement of leisure management tools;
4. Identify new practices and new fields of work related to leisure;
5. Promote partnerships and integrate similar actions;
6. Discuss new and different lines of research.

Besides the exchange of publicity techniques, and the development of practices and themes, the 20th ENAREL strengthened the dialogue between the university and the entities in the pursuit of common goals, especially as to the orientation of professional training, ensuring that academic ideas reverberate in the field of practice, mainly in the relationship between competencies and attributions. Thus, entities and institutions should keep an open and permanent channel of communication so that the professionals, as beneficiaries of the process, can acquire training. On the other hand, universities would guarantee the development of competencies necessary to professional life.

In addition to such conclusions, the participants noted, during the scientific and technical practices experimented with at the event, the importance of the presence of various sectors, such as administration, health care, social sciences, education, arts, and others in the responsibility for building leisure management. The sectors concerned are challenged to formulate proposals in which the cultural interests are integrated; the regionalisms are taken into consideration; and creative and critical thinking articulate with other dimensions of human life, such as work, family, health care, religion, politics, etc.

With the participation of around 900 people from all regions of Brazil, the 20th ENAREL was an important space for the diffusion of leisure in the country, since, in this special edition organized by SESI São Paulo, it was particularly important for the professional who worked at the planning, organization and operation of the event. By choosing themes and designing administrative, technical-pedagogical and operational actions,

the various social actors came into contact with necessary ideas for leisure management, such as the necessity to train multiprofessional staff, from the legal instruments for hiring proceedings and fundraising, to the coordinated action of the diverse segments and sectors of the entity.

Finally, the contributions of the 20th ENAREL build an innovative vision of leisure policies predicated especially on leisure management in the diverse sectors of society, and from the development of several competencies and different specializations in an articulated, integrated, and complementary action, so that leisure can be consolidated as a benefit for the population's well-being. The diversified participation representing the Brazilian regions demonstrated the strength of the study on leisure and its importance for the whole country.

Analyzing the set of discussion presented here, we stress the emphasis given to the recognition of the right to leisure, treated in all the debates as one of the basic factors in the quality of life, considered in its broader sense. At the same time, the reflections pointed towards the necessity (1) of modernizing the management of leisure policies with the adoption of work technologies that deal, collectively, with the different problems diagnosed in relation to the achievement of access to leisure by all the population, and (2) the expansion of communication and dialogue among the sectors and institutions involved in the political actions developed in this field.

Furthermore, the debates showed that both the university and the State and social organizations that promote leisure should be alert to its functions and roles, assessing its practices in the sense of comprehending its contribution to public interest policies, in general, and to leisure sectorial policies, in particular.

In conclusion, we can affirm that the society based on the law and rules aims at sustainable development, preserving and providing social usefulness of existing resources, mobilizing the participation of the population, and the concretization of intersectoral actions as fundamental strategies for changing attitudes and knowledge.

Notes

- ¹ Recreation and Leisure National Meeting.
- ² Consolidation of the Labor Laws.
- ³ "School of the Family" and "Athlete of the Future".
- ⁴ PINTO *et al.*, 2008; MARCELLINO, 2008.
- ⁵ MARCELLINO, 2008.
- ⁶ MORAIS, 1995.
- ⁷ MELO, 2005.
- ⁸ MARCELLINO *et al.*, 2007.
- ⁹ Social Service of Commerce and Social Service of Industry, respectively.
- ¹⁰ EDGINTON, 2007.
- ¹¹ WLRA, 2006.
- ¹² EDGINTON; UVINHA, 2009.

References

- EDGINTON, C. R. The World Leisure Organization: promoting social, cultural and economic transformation. *Revista Licere*, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, ago. 2007.
- EDGINTON, C. R.; UVINHA, R. R. Lazer: desenvolvimento e pesquisa a partir de uma perspectiva internacional. *Revista Corpoconsciência*, Santo André, v. 12, n. 2, 2009.
- MARCELLINO, N. C. *et al.* *Políticas públicas de lazer – formação e desenvolvimento de pessoas: os casos de Campinas e Piracicaba-SP*. Curitiba: OPUS, 2007.
- MARCELLINO, N. C. (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Alínea, 2008.
- MELO, Victor A. de. *A animação cultural no Brasil: um panorama* (2005). Disponível em: <<http://grupoanima.org/producoes/>>. Acesso em: 15 maio 2009.
- MORAIS, R. *A universidade desafiada*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- PINTO, L. M. *et al.* (Org.). *Brincar, jogar, viver: lazer e intersectorialidade com o PELC*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.
- WLRA – World Leisure and Recreation Association, World Leisure Secretariat. Cedar Falls, USA, University of Northern Iowa, 2006. (Suplemento).

Edmur Antonio Stoppa

Ricardo Ricci Uvinha

Sport and leisure policy management

Reflections on the production of
the 20th ENAREL

Introduction

One of the main events of national scope in the field of leisure in Brazil, The Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL),¹ emerged in 1989, from joint efforts of a group of professors from different universities in the country. These researchers were mainly interested in reflecting and discussing the leisure theme at a historical moment when the issue started gaining importance in big cities, together with the production of knowledge and the insertion of professionals into the different areas linked to leisure.

According to Pereira and Grau,² the public institutions may be divided into state (linked to the state and municipal governments) and non-state (linked to the third sector). Organized by public, private or corporate institutions (as in the case of the institutions linked to the System "S"), the ENAREL, over its 20 years, has consolidated its position on the national scene and has produced considerable research related to the area. Through the participation of various national and international researchers, the event has contributed, via the papers presented in it, to a reflection on different topics linked to leisure.

Such an organization is also the product of the collective work carried out by the organizers of previous editions. These people are

usually invited to compose some of the committees of the following edition, which guarantees a turnover in the organization of the event, preventing the existence of a “ruling” company or group in defining actions.

In relation to the 20th edition of the ENAREL, held in the month of November 2008 in the city of São Paulo, the theme developed was “Leisure Management: Competencies and Multiprofessional Action”. The event was organized by the Division of Sport and Leisure from the Serviço Social da Indústria³ (SESI São Paulo) and counted on the support of relevant institutions, such as the Escola de Artes, Ciências e Humanidades of the University of São Paulo⁴ (EACH-USP). Its goal was to reflect upon the diversity and complexity of leisure management, from the perspective of the different professionals who work in the sector in its multiple relations (both with skills/capacities, and with the experiments conducted), as a way to expand the studies in the area of leisure management. Additionally, the event sought new methodological discussions, stimulating the scientific production related to the topic.

Planned according to the different modalities of discussions, including debate panels, scientific papers (oral communications and posters), institutional meetings (researchers, professors and recreationists), and workshops on different topics, the ENAREL had, in its 20th edition, 303 presentations with 13 in the category of conference and debate panels, 95 oral communications, and 195 posters.

After bibliographical research based on a selection criterion that privileged the central theme developed in the event (leisure management), we selected 13 texts linked to conferences and panels, and 18 corresponding to oral communications. In this phase, we opted for not analyzing the posters sent to ENAREL, since they consisted mostly of summaries of the work. Afterwards, the data were presented with a qualitative-quantitative approach.

20th ENAREL: conferences and debate panels

Concerning the category conferences and debate panels, a qualitative analysis of the 13 presentations will be carried out as follows. It must be stated that in all of them we intended to approach the central topic of the event in its multiple interfaces, even considering the distinct academic and professional backgrounds of their authors.

The opening conference was delivered by Ph.D. Professor André Thibault, from the Département d'Études in Loisir, Culture et Tourisme (Université du Québec à Trois-Rivières, Canada). The author maintained that leisure management must be founded on multidisciplinary knowledge, involving people, policies, and organizations, following a pluralistic conception of leisure, and a balance between local and global culture. He celebrated the mission of leisure public management to promote social participation in tandem with the discourse of a better quality of life via the social sphere. We understand that the presence of a foreign researcher at the opening of a national event represented a relevant opportunity to associate the Brazilian production in the area of leisure management with what is currently produced internationally, not least because Thibault had been the president of the organizing committee at the World Congress of Leisure in Québec in 2008.

The second day of conferences began with the speech by Ph.D. Professor Luiz Octávio de Lima Camargo, faculty member at EACH-USP and SENAC São Paulo. Having as a theme "Leisure Management and its Implications in Modern Society", Camargo expounded on the commonplace duality underlying the concepts of leisure and management, which results, among other things, in a fundamentally empirical approach by leisure administrators, founded on a short-term trial-and-error activity. He proposes that we reflect on the pitfalls existing between leisure and management; namely, the vision of leisure as a business disseminated in contemporary society, and noteworthy perspectives deriving from the ludic aspect in the professional environment.

Next, three debate panels were presented simultaneously. In one of them the speaker was Ph.D. Professor Simone Rechia, faculty member at the Universidade Federal do Paraná (UFPR). The theme developed was “Leisure Management in Distinct Realities and Populational Segments”, in which the author analyzed the triad leisure-space-city. She argued, among other points, that despite the neglect that is normally seen in the public space – concerning elements like security, accessibility and democratization – the action that should guide the management of public spaces should be the variability of models, equipment and social projects. Considering that these elements vary from city to city or from environment to environment in the same city, this would enable a kind of management founded on innovative and unique action.

With the theme “Leisure Management and the Interface with Social Policies”, the Secretária Nacional do Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL-ME),⁵ Rejane Penna Rodrigues, underlined the importance of understanding the management of social policies. To this effect, she undertook a historical contextualization of the role of the State in social policies and its imperious relationship with leisure management, predicated on intersectoral governmental action. She drew a series of conclusions in relation to this scenario, one of which being the need to contextualize leisure management and its interfaces with the other social policies, if its affirmation as public policy is to be achieved.

The third presentation in the debate panel was by the Ph.D. Professor Sônia Cristina Ferreira Maia, from the Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN).⁶ The theme under discussion was “Leisure Management: Historical and Social Aspects”, in which the speaker called for a resignification of leisure management in Brazil. This would be possible through a reevaluation of the formative role of the leisure professional, founded on broad educational training that take into consideration working with the cultural development of people, groups, communities and institutions.

The third day of the event had as a speaker the Scot Derek Casey, chairman of World Leisure Organization (UNWLO), who developed

the theme “Leisure Management; Institutions, Spaces and Equipment from a Global Perspective”. The conference was based on global tendencies in leisure management, like the remarkable development of the tourist activity, or the important reference to sport and recreation in the development of community leisure, or even the legacy left by mega events, and, more precisely, the increasing exchange of leisure management involving the public and private sectors, as well as the third sector. Thus, he provided an overview of the contribution of leisure to the social, cultural, and economic development in distinct realities, at local, national, and international levels.

The activities of the day continued with the debate panels, once again held simultaneously. In one of them, Ph.D. Professor Beatriz Helena Gelas Lage, a retired faculty member of USP and currently linked to São Paulo Tourism (SP Turis), expounded on the “Leisure Management in the City of São Paulo”. She underlined current actions by SP Turis in the implementation of leisure and tourism management in the city of São Paulo, listing the main programs underway in the aforementioned institution. She also identified relevant data to elevate São Paulo to the rank of the largest business destination in Latin America, such as the facts that there are six events every six minutes in the aforementioned city, or that 75% of the major fairs of the country are held there, making it the greatest economic center of the continent. In light of this, she defended the need for a serious and well-organized professional management in the area.

On the second panel, Professor Antônio Carlos Bramante addressed the theme “Private Public Management in the Leisure Equipment”, emphasizing that for the first time in his 20 years, ENAREL has brought the question of leisure management as a central theme for analysis. Based on his academic and professional experience as a retired professor from Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), and as a public manager in the field of sport and leisure at municipal level, Professor Bramante highlighted the importance of an administration of leisure provision that undertakes the necessary discussion on founding elements, such as: the role of private and public administrations; the distinct levels of interventions that involve both managers and

sociocultural publicists; the experience of leisure in its varied cultural contents; and the public, semipublic, private, and semiprivate equipment associated with such social dimension.

The theme of the third panel was “Business Management in Leisure for Industry”, by Eduardo Augusto Carreiro from SESI São Paulo. In it, he sought to approximate leisure and industry highlighting, among other issues, that leisure is not present as a component in the strategic planning of companies, as the rationale is centered fundamentally on productivity and profit. In this scenario, he defends that leisure should be relevant for industrial management, allowing the enjoyment of practices that go beyond lucrative sport, and considering this sphere as an element of social engagement, which goes against the merely utilitarian view of leisure (as a supplement to work) commonly held.

The fourth and last day of the event was opened by the conference of the Colombian Carlos Alberto Rico Alvarez, president of the Fundación Colombiana de Tiempo Libre y Recreación (FUNLIBRE), who developed the theme “Leisure Management and the Academic-Scientific Prospects in Latin America”. He argued for the necessary articulation between management and training in leisure in Latin America, investigating cases in other countries in the world, as in Australia and The United States. He defended, among other things, that organizations in the area of provision management should consider the inclusion of leisure professionals in their staff charts, regardless of the sociocultural reality addressed.

The debate panel closing the event included three important academics and managers. In the first debate, the paper was delivered by Ph.D. Professor Giuliano Gomes de Assis Pimentel, faculty member of the Universidade Estadual de Maringá (UEM). The theme dealt with was “The Academic Training of the Leisure Manager”, and the presenter elucidated the present conjuncture as characterized by significant growth both in the provision of commercial entertainment and other forms of paid leisure, and in the specific leisure public policies associated with the State. This backdrop implies the necessity of professional training in leisure, committed to specialized provision

management that stimulates articulation among the dimensions of cultural experience, theoretical density, and instrumental competency.

Simultaneously as a contribution to the debate panel, Ph.D. Professor Gisele Maria Schwartz from the Universidade Estadual Paulista (UNESP) delivered the paper “Research Groups in Leisure Management”. Based on her vast knowledge of research databases from the Brazilian government and of relevant international events – like the Quebec World Congress of Leisure, in 2008 in Canada – Professor Schwartz defended the management of information that allows diffusion and accessibility both in the academic community concerned and in the population as a whole.

Finally, the third paper on the panel was entrusted to Ph.D. Professor Mirian Rejowski, retired faculty member of USP and current president of the Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo⁷ (ANPTUR). The theme addressed the “Scientific Research in Tourism: Implications for Leisure Management”, and the argument defended research as an element that triggers knowledge and management, in turn, as an essential mediator in training human resources and in making strategic decisions at organizations. Thus, by analyzing the historical background of the emergence of tourism in Brazil, on its different levels, she suggested an intimate approximation between scientific research, and leisure and tourism management.

20th ENAREL: thematic papers of leisure policy management

As for the analysis of the papers from the oral presentations, the methodology adopted was qualitative, following the exploratory method carried out in the annals of the aforementioned event. For the exploratory research of different texts, we focused on the following aspects: authors, institutions, predominant key words, type of material, main discussion of the text in relation to sport and leisure management, methodology adopted, and the theoretical corpus on sport and leisure management utilized.

Having carried out the analyses of the 18 oral presentations related to the theme, we will present some quantitative and qualitative results of the analytical categories.

Among the authors, it was possible to observe that 38.8% (seven) of the papers were presented individually, five of which were directly related to research projects under development and two were accounts of experiences on the sport and leisure management theme. The other papers analyzed in this category indicate that 61.2% (11) were delivered collectively, with the presence of 2 to 10 people. On the whole, these communications are mostly linked to group research work and to master's advisory, in which the presence of the advisor is noticeable.

In relation to the different authors' backgrounds, the works show the participation of: 10 undergraduate students (23.8%); 5 specialists or in the process of specialization, representing 11.9% of the total; 22 masters or masters' students, which amounts to 52.4% of the authors; 2 doctors or 4.8%; and 2 professors, amounting to 7.1% of the authors.

As for the academic background of the authors, Physical Education appears with the presence of 31 participants (72.1%); Tourism with 5 authors (11.6%); Education with 4 (9.3%); the area of Pedagogy with two participants (4.7%); and the area of Hotel Management appears with 1 representative (2.3%). This situation confirms the great presence that the area of Physical Education historically occupies in relation to studies on leisure in our country, which has been clearly highlighted in the Directory of Research Groups from the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico⁸ (CNPq).⁹ It is possible to affirm that the collaboration from areas other than Physical Education in the development of studies on leisure has been moderate. This situation has begun to change as the understanding of leisure as a transversal theme increases, including areas where the approach to the leisure management theme has been gradually more present – as is the case of Tourism, Economics, and Administration.

It is also important to highlight that in the analysis of the authors and their backgrounds, we may find the names of the same authors in more than one paper in the categories undergraduates, masters, and

professors. To this we may add the fact that some authors are trained in more than one area, granting that for the sake of analysis we registered the authors separately in each paper according to their highest academic degree.

The analysis of the institutions from which the authors of the different papers come shows the name of five isolated colleges, two university centers, seven public universities, two private universities, five public governmental institutions – such as the ones run by municipalities and states – and one non-governmental public institution. Out of the eighteen selected papers, 12 (66.6%) come from authors linked to public universities. These papers result from projects related to undergraduate programs, research projects, and above all, to *lato sensu* graduate programs, including master's programs in the area of Physical Education, and in greater number in the Multidisciplinary area, besides the areas of Urban and Regional Planning and Education.

Furthermore, we may identify the presence of various authors of these papers in joint venture with authors from other institutions, be they university centers, private universities or governmental institutions. This fact may suggest an expansion in academic relations with public and private entities, bringing about the transference of knowledge from the academic world to the social reality, as well as its application to different environments related to sport and leisure sport management.

In terms of regions, the academic production of the São Paulo ENAREL shows that the Southeast region has the largest number of papers with 12 oral presentations, followed by the North and Northeast regions, with three, and the Mid-West and South, with one each.

As to the kind of material presented in the papers, 14 (77.8%) oral communications were classified as research articles; two (11.1%) as revision articles, (although it is not clear whether they necessarily involved research, bibliographical or not); and two (11.1%) can be classified as experience accounts.

On the recorded data, furthermore we may find that 72.2%, or 13 selected papers, addressed the formulation of policies, and out of this

total, 69.2% are related to the discussion of experiences in the area of sport and leisure management going on in this country. In addition to these, one paper (5.6%) was classified as an experience account and four papers (22.2%) were registered as conceptual reflections, out of which two seem to have involved bibliographical research, although this is not clear in the development of the text since the methodological discussion does not resemble the form of development of the papers.

With regard to the methodology adopted, it was possible to find that 10 papers (55.6%) specified the kind of research conducted, whereas eight (44.4%) did not present any kind of explanation in that respect.

Out of the total of papers that specify the kind of research conducted, seven (70%) employed a combination of bibliographical, documental, and empirical research (implied field research). The three remaining papers were developed through a combination of bibliographical and empirical, and bibliographical and documental, with the exception of one paper that was developed through bibliographical research only.

The analysis of the data referring to the different possibilities of combination among bibliographical, documental, and empirical research allows us to conclude that the area has made a great effort to better portray the reality found in our society, which has been done through the theoretical corpus. It follows that this corroborates Marcellino's arguments¹⁰ about the false dichotomy between theory and practice. In this respect, the empirical research, carried out from direct sources on a given theme, is supported by the bibliographical research, adding new meanings to the reality analyzed, which contributes to bring about new actions.

By contrast, the low rate of bibliographical research may point to a gap in the production of new knowledge related to the area, a situation that may be understood in light of the fact that leisure is still a relatively new field of inquiry. According to Marcellino,¹¹ the study of leisure has become more and more specialized both in terms of age group and in terms of contents. However, he calls attention to the need to systematize the different interdisciplinary experiences so that these questions can promote the debate and development of the area in light

of the different theories related to leisure (understood in a broad way), and, most importantly, to sport and leisure management.

In relation to the other papers, the analysis of the data showed that, out of the eight papers that had not provided a description of the type of research conducted, two (25%) employed a combination of bibliographical, documental, and empirical research; three (37.5%), a combination of bibliographical and empirical research; one (12.5%), a combination of bibliographical and documental research that derived its analysis from texts by other authors; and two (25%) could be classified as bibliographical research, although it is not clear in the texts whether they necessarily did research.

As for the reasoning trajectory,¹² the data show that 15 papers (83.3%) did not make any reference to such a question, which happens in only 16.67%, that is, three papers. In relation to these, the trajectory described is historical dialectical materialism; and out of the 15 papers that did not touch upon this question, five can be classified in the same category, which can be explained by the great influence from indirect and direct approaches to leisure¹³ by classical authors linked to the Sociology of Leisure or even to the Sociology of Labor. As for the other papers, neither the reading nor the analyses of the bibliographical corpora adopted in the texts allowed us identify the reasoning trajectory (discursive process, phenomenology, positivism, culturalist, behavioral or hypothetical-deductive) adopted in the papers.

A similar situation could be observed in relation to the method, understood as "broad reasoning procedures",¹⁴ or as the observation method, which constitute the means of approaching the "real".¹⁵ Out of the 18 papers selected, only six (33.3%) specified their method of investigation, and the case study¹⁶ was the method adopted in the six texts.

In relation to the other papers, five of them (27.8%) did not specify any question whatsoever related to method, making it impossible to identify through reading or the data shown whether they were case studies, comparative studies, experiments or semi-experiments,¹⁷

whereas other three papers (16.7%) were identified as case studies and other four (22.2%) developed as comparative studies.

Another category analyzed in relation to the methodology has to do with the techniques of data collection, understood as "more specific procedures that instrumentalize methods through the employment of adequate tools".¹⁸ In this part, we analyzed what instruments were used in the development of the empirical research to collect data and to define the sample of subjects.

In this part of the analysis we concluded that the methodological procedures adopted in the selected papers were the most common ones found in qualitative research (and the ones normally employed in the social sciences). In this respect, 13 texts (72.2%) specified what techniques to be employed in their research, whereas only five (27.8%) did not specify such procedures. Among the different possibilities of employment of techniques to obtain data, the interview was the most common, having appeared in 10 different papers. Among them we may see the use of the semi-structured type¹⁹ in three papers, the focused type²⁰ in two texts, and the open and structured ones in one paper each.

Other techniques employed were simple observation in two papers, participatory observation in four other, and forms and questionnaires in two papers. In this part of the methodology, the authors are more explicit in relation to the techniques employed, and many of them employed a combination of different procedures as a way to complement the information related to the research and the subjects investigated.

With regard to the definition of the subjects and spaces to be analyzed through the different techniques mentioned above, the great majority of the selected papers, that is, 16 (88.9%) did not specify whether the analysis would be based on probability or not, although it can be seen in several texts that the definition of the samples would be based on probability, a situation found explicitly only in two papers (11.1%). In this respect, once again we call attention to the fact that the failure to clarify the question may affect the development of the

work, invalidating the sample, and rendering the results of the works questionable.

As to the theoretical corpus adopted in the thematic reflection on sport and leisure management in the selected papers, the production in the area, despite having increased considerably in the last 5 years (after the launching of new books, articles in specialized magazines, and articles in events such as the 20th ENAREL), is still rather meager, mainly considering management specificity.

In the selected texts, there were various forms of contributions from specific publications linked to the management of areas such as Tourism, Administration, Education, Public Policies, Architecture, Social Sciences, Hotel Services, among others. If, on one hand, the situation evokes the need to promote ideas and actions related to the management theme from a multidisciplinary perspective, aiming at interdisciplinarity,²¹ on the other, we understand that such a situation may be revealing of the low rate of production specifically related to sport and leisure management.

As the aforementioned author argues, institutions with accreditation in studies on leisure must “stimulate research in the area, in which almost everything is waiting to be done”,²² favoring the production of new knowledge related to this specific field that can be utilized as reference in new research, in articulation with the other areas related to leisure.

Overall, the main discussion in relation to the management of sport and leisure policies carried out by the 18 texts analyzed has to do with the need to develop new processes of planning, organization, execution, and evaluation of sport and leisure policies, in their different elements, whether related to human resources, to spaces and equipment, to a policy of socio-cultural animation or to the different barriers to leisure found in our daily lives.

To the authors of the texts, this situation must begin with the understanding of leisure in its direct relations with education, favoring the formation of new values, and more critical and engaged individuals

in our society, which demands policies and managers committed to the development of such questions.

Final considerations

The ENAREL has reached its 20th edition as an accredited event that traditionally assembles specialized researchers. Throughout this trajectory, one may identify a scenario in which a remarkable academic production is presented in the form of diverse oral presentations and scientific papers. This production is as relevant as was the unique opportunity for assembling teachers, students, managers, publicists, and other agents related to the field of leisure and recreation in the country.

Ten years had passed before the meeting returned to the city of São Paulo, where, in 1998, it was held simultaneously with the 5th World Leisure Congress and the II Encontro Latinoamericano de Tiempo Libre y Recreación. On the occasion, important documents were written, such as the “Declaração de São Paulo: Lazer numa Sociedade Globalizada”,²³ endorsed by the World Leisure Organization.

In its 20th edition, the ENAREL was organized by SESI São Paulo, in partnership with several supporters, such as universities, class associations, sectoral chambers, and government secretariats. The general theme, centered on leisure management, allowed the investigation of necessary competencies and envisioned a multiprofessional type of action.

The hectic timetable in the four days of the event included conferences, debate panels, oral presentations and posters, diverse workshops, institutional teachers', researchers' and publicists' meetings, book launching ceremonies, and the Forum of Leisure Managers. Among the speakers, mediators, and members of the Scientific Committee, were renowned Brazilian and foreign academics, coming from different academic backgrounds, in a national event on leisure, but which

was open to “dialogue” with the production seen internationally, both in Latin American and in other parts of the world.

Translation: Geraldo Cáffaro

Notes

- ¹ Recreation and Leisure National Meeting.
- ² PEREIRA; GRAU, 1998.
- ³ Social Service of Industry.
- ⁴ School of Arts, Sciences, and Humanities of the University of São Paulo.
- ⁵ National Secretary of Sport and Leisure Development.
- ⁶ Federal Center of Technological Education of Rio Grande do Norte.
- ⁷ National Association of Research and Post-Graduation in Tourism.
- ⁸ National Council of Scientific and Technological Development.
- ⁹ BRASIL, 2009.
- ¹⁰ MARCELLINO, 1995.
- ¹¹ MARCELLINO, 2000.
- ¹² BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977.
- ¹³ MARCELLINO, 2000.
- ¹⁴ SEVERINO, 2000, p. 162.
- ¹⁵ BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977.
- ¹⁶ YIN, 2005; BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977.
- ¹⁷ RUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977.
- ¹⁸ SEVERINO, 2000, p. 162.
- ¹⁹ TRIVINOS, 1987; THIOLENT, 1987.
- ²⁰ THIOLENT, 1987.
- ²¹ MARCELLINO, 2001.
- ²² MARCELLINO, 2001, p. 26.
- ²³ The Declaration of São Paulo: Leisure in a Globalized society.

References

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Directorio dos Grupos de Pesquisa no Brasil*. Brasília: MCT, 2009. Disponível em: <www.dgp.cnpq.br>. Acesso em: 20 maio 2009.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

MARCELLINO, N. C. A dicotomia teoria/prática na Educação Física. *Revista Motrivivência*, Santa Catarina, ano VII, n. 8, p. 73-78, dez. 1995.

MARCELLINO, N. C. *Estudos do lazer: uma introdução*. 2. ed. Campinas: Papirus, 2000.

MARCELLINO, N. C. Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e esporte: políticas públicas*. Campinas: Autores Associados, 2001.

PEREIRA, L. C. B.; GRAU, N. C. *O público não estatal na reforma do estado*. Caracas: Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo/Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

THIOLLENT, M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987.

TRIVINOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, R. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

André Thibault

Leisure public and civic system policy-making in Quebec

A chaotic and partnership process¹

The ENAREL XX Encontro Nacional de Recreação e Lazer held in Sao Paulo made clear that, in a changing world, leisure management and policy-making are like sailing, in that one has to count on external and internal environments to progress and avoid or correct weaknesses. In a word, leisure management must be strategic on a day to day basis.

Furthermore, when public and civil leisure are at stake, one must ask what benefit leisure is aiming at to justify spending taxes and public funds. Usually leisure managers and policy-makers set the conditions for a satisfactory leisure experience available to the public and provide the sought-after benefits of leisure to the community.

In a democratic society, it has been proven that leisure acts like a public place where people meet, volunteer, act together, create social rights, and develop civil society. This is one of the most important benefits of leisure. In Quebec, Canada, October 6-10, 2008, during the 10th World Leisure Congress, delegates from over 62 countries gathered to discuss leisure as a determining factor in the sustainable development of communities.

Delegates have examined the status of leisure in communities all over the world and questioned its relation to the affirmation of identity and growth with respect to solidarity, social relations, and diversity

within a community. They discussed leisure as a public space as well as a place for individual involvement, public awareness of collective issues, and the rationale for civil society. Finally, they examined leisure's role as an influencing factor in the well-being of individuals and communities.

At the end of this Congress, delegates adopted the following propositions:

- Leisure contributes to the quality of life and well-being of individuals and their communities.
- Leisure contributes to the social capital development of communities
- Leisure is a place for learning, an expression of public participation, and the heart of democratic life.
- Leisure plays an essential role in community development: it affects the quality of life and well-being of individuals, contributes to the development of social ties and social capital, and represents a place for expression and learning in democratic life.

From that standpoint, the leisure-policy-making process is a participative one based on a partnership between State, civil society, and its citizens.

Nowadays, managing a leisure, sport and art organization or facility is an evolving process which has to be in tune with changing needs of citizens and their organizations, expanding meanings of leisure and globalization of culture and new free time behaviors. In short, leisure management and policy-making must be ecological and must take into account the environment whether it is cultural, economical or social.

Leisure organizations have to improve their flexibility, enhance their capacity to adapt their services and products in order to respond to their social, economical, political environment and to citizens. They have also to constantly improve and adapt their human resource capacities and competencies. Finally, they must be able to make tough strategic decisions. Otherwise, obsolescence and bankruptcy is inevitable.

From that point of view, policy-making and the adjustment process must be built within public and civil leisure organizations in such a way

that they remain relevant and in tune with the values and social capital of society and communities

In this paper, I wish to show how the public and civil leisure in Quebec develops its policies in such a way that it respects the very nature of leisure in a democratic society. I would also like to show the limits and challenges that affect this organization.

Quebec at a glimpse

Quebec is one of Canada's ten provinces. Its current population (2008) is 7.7 million, nearly one-quarter of the Canadian total. The population density is 4.5 per square kilometer, but nearly 80% of the people of Quebec live in a corridor running along the St. Lawrence River.

Quebecers inhabit a territory three times the size of France, but occupy an ever-smaller portion of it, and yet they increasingly use their leisure time to explore this land. They are city dwellers living in what resembles urban villages – Montreal was once described as a city of 43 villages – where they like to gather, play, and celebrate together, organizing their leisure activities through a multitude of organizations. Over time, these urban villagers have come in contact with Quebecers from neighboring villages, developing affinities and creating new groups less closely tied to a specific territory. They have also manifested their growing independence by expressing a sense of ownership of their municipalities and provincial government, calling upon them to support their initiatives and, in doing so, creating a form of partnership-based leisure governance.

Contemporary Quebec is changing. Its population is diversifying. It is aging. Its young people, who are in a minority, are trying as best they can to make a place for themselves. Historically derived from European immigration, Quebec's population may seem relatively homogenous overall, but the Montreal metropolitan area stands apart.

The majority of Quebecers – 83% – speak French at home, while 10% speak English, and 6% another language. Over 40% of the population is bilingual in French and English, a rate that reaches 57% in Montréal. A significant portion of Quebecers (22%) also speak a third language. Quebec's population continues to diversify under the influence of other cultures that are transforming and broadening leisure practices and needs, and creating a need for new efforts to ensure that people live together harmoniously despite differences that can upset established ways.

The pace of life is accelerating, and everyone talks about how little time they have. Families are constantly on the run as children are shuttled between the homes of divorced parents and school or daycare. To save time, residents, that is to say the parishioners of old, are increasingly urged to view themselves as consumers and clients. The Quebec of today has an impact on the very foundations of the Quebec leisure organization model, which in turn grows stronger and more fragile. One thing is certain: the model is in flux.

Public and civic leisure: between home and industry

In the area of free time and leisure, public and civic leisure is not alone. It is one of three players on the field, along with commercial and domestic leisure. Each of them pursues its own objectives and provides goods and services to the population, sometimes in competition, but always in a manner that complements the other two.

Without the cultural, entertainment, and tourism industries, large segments of Quebec's domestic and export economy would be weakened. These industries occupy a growing economic space estimated to account for over 12% of Quebec's GDP. Household leisure spending in Quebec is nearly CAD\$ 10 billion² – over 12% of Quebecers' current expenditures – an increase of 13% between 2001 and 2005.³

Between the world of commercial leisure and cocooning, a variety of public institutions and civil society organizations in Quebec work together in the community and the public sphere to provide Quebecers with access to leisure opportunities. This world is nourished and developed by public officials and thousands of associations and volunteers. It is peopled by over 15,000 citizen associations, no less than 40% of Quebec's government ministries, 500,000 volunteers, and several thousand permanent staff (professionals and technicians), most of whom work at recreation departments in municipalities of 5,000 people or more, or at the many organizations and regional and provincial associations partially funded by the government and the municipalities. These groups operate as a loose-knit network to provide Quebec's eight million people with leisure facilities, instruction, supervision, information, programs, and experiences. The Quebec system is built on a partnership between civil society, the government, and the commercial sector.

Annual spending on public and civic leisure is estimated at least CAD\$ 6 billion: CAD\$ 1 billion from the municipalities, CAD\$ 1 billion in volunteer time, CAD\$ 1 billion from the Quebec government, and at least CAD\$ 3 billion from the many associations and their members, not to mention the resulting spinoffs for the provincial economy in general.

Dollars aside, the leisure sector testifies to a society determined to affirm its leadership and work democratically to build better quality of life. Its agents are the people who cultivate Quebec's human and social capital. Together, they share the same mission: "To make the conditions for a satisfactory leisure experience available to the public and provide the sought-after benefits of leisure to the community."

In concrete terms, they work in partnership to

provide a range of quality cultural, social, sporting, physical, natural, urban, and play and rest-oriented experiences that are varied, accessible, and safe, as well as equitably distributed across the province and adapted to citizens' needs and characteristics.⁴

This leisure sector is a response to social and individual aspirations. Socially, it influences health, quality of life, the community's social capital, and the social integration of individuals and groups. It contributes to individual, community, and economic development.

Present-day society expects leisure to contribute to the development of health, quality of life, a sense of belonging, and public socialization and participation, as well as to facilitate the social integration of the disadvantaged.⁵

Public leisure facilitates the education and integration of the largest possible number of citizens, including the disadvantaged, through social participation. It has values that are distinct from commercial and private leisure and is organized along the principles of a democratic society. It can be supplemented and enriched through partnerships with commercial interests that incorporate the values of public leisure.

Is there a Quebec model? How are policies made?

In the strict sense of the term, there is no formal, comprehensive Quebec leisure system with its own hierarchy or codes and regulations. The deployment and development of public and civic leisure structures in Quebec is not dictated by central planning, or by government policy or legislation. As in the Anglo-Saxon tradition, it is the result of initiatives by individuals, communities, institutions, ministries, and leaders, and has been shaped by the needs and behavior of Quebecers through time, space, and changing social, economic, and political circumstances.

In this light, the word "model" refers not so much to a structure, but rather to a representation of a group of government agents and representatives of civil society who, historically, have woven a diverse tapestry of connections to meet the needs of the population. One thing they share is the absence of a profit motive. Together, they have gradually developed local, regional, and provincial contact points where they can meet, consult, and help each other while maintaining their

independence, initiative, and competitiveness. These contact points may be public organizations like municipalities, which are the first level of government that produces policy, usually after consultation with civil bodies, such as regional sport and recreation units, community centers, local recreation committees, and sports clubs. In this sense, then, there is a Quebec model that can be defined as a way of governing, organizing, and doing things to assemble the elements required for leisure activities. The model is dynamic, democratic, "passion-driven," and fragile. Is it exclusive to Quebec? Undoubtedly it is not, but it has features that make it a unique, functioning whole, if for no other reason than it reflects the land and people of Quebec.

The Quebec model obeys dynamic system theory, since it evolves in response to past and present determinants. From what it was at the outset, the Quebec leisure system has changed as it reacts and adjusts to present-day circumstances through the independent actions of its component parts. Quebec is a plural entity in terms of territory, the cultures that comprise it, and its population, which is both rich and poor, and both well educated and undereducated (with a 30% drop-out rate). The leisure activities and needs of Quebecers are also plural, as are the agents of the leisure system and the multiple relationships between them. In this light, the Quebec model would appear more diffuse, in keeping with chaos theory.

Speaking of leisure practices, Michel Bellefleur,⁶ in his book *L'évolution du loisir au Québec*, shows that

their development was neither linear nor planned. On the contrary, it was more often disorganized, uncertain, haphazard, chaotic, agenda-driven and subject to social inequality. In this sense, leisure was a microcosm for the challenges facing society in general.

The Quebec model is democratic, mobilizing groups from all sectors of society and encouraging numerous actors to exercise their power of action and initiative. Not only is it democratic, it also operates *as part of a democracy* where it must carve out its own space among multiple interests and vectors of power. Local associations and municipalities are, for example, constantly renegotiating the way they share power.

Driven by passion, the Quebec model relies on the commitment of individuals to their leisure interests, their community, and their children. It depends extensively on the zeal of leaders and citizens who volunteer their time and energy to organize leisure activities.

The Quebec model is also fragile, as it faces changes affecting its foundations and various aspects of its normal approach. Clientelism, clientification, and the dominance of individual leisure undermine the volunteer sector. Notions of community life and a shared responsibility for the common good are confronted by mercantilism and individualism. Volunteering has always been taken for granted in the past, but today's volunteer sector is in need of attention. In addition, over the years we have developed services and products based on a multitude of activities. Today we need to preserve and develop a more holistic, population-based system in order to respond to public expectations, particularly with respect to seniors and families. We need to evolve from an activity-oriented approach to leisure to an experience-oriented approach. Yet even as these changes become necessary, the human, material, and financial resources available to implement them are stagnant at best, and decreasing or at risk, at worst.

The accelerated development of the commercial sector has in some respects forced the public and civic leisure sector to define and affirm its specificity. In the early years, public and civic leisure largely compensated for the absence of private and commercial leisure opportunities (many older Quebecers can still remember seeing their first movie at the local parish hall!). Today, however, the sector must explain and justify its need for public funds, especially in an era when the welfare state is shrinking. In this light, modern-day public leisure tends to play up its social, cultural, and economic usefulness and, from a public officials' perspective, to be considered as a means of achieving social, cultural, and economic goals in areas ranging from health to social cohesion. This explains why notions like quality of life, health, and living environment are often cited to justify public spending on leisure.

The present-day Quebec model arose in a civil society historically dominated by the church – both Catholic and Protestant – at the parish

and diocese level. During the 1960s, playground programs, recreation centers, diocesan leisure federations, and sports organizations (mainly in ice hockey and baseball) that had come under lay control asked municipalities and the provincial government to step in and invest in leisure in the place of the church. Today, civil society continues to play a predominant role in developing and sustaining the Quebec model. It often steps into the breach left by public institutions as they withdraw under the impetus of administrative reforms or questions about the role of the state, at least as the sole authority in charge. Today, the government acts “with” instead of “for.” In some spheres, the trend is even toward getting someone else to do the job entirely.

Alongside the social change and government reforms sweeping Quebec, the leisure field was the subject of several consultations, held at approximately ten-year intervals. These consultations were very successful and allowed the field to evolve at the same pace as society. Most notable were the Lévis consultation in 1967, the *White Paper on Leisure Activities* in 1978, the Quebec Leisure Conference in 1986-1987, and the consultation on partnership renewal in 1995-1996.

In short, the Quebec leisure model has developed against the backdrop of a changing Quebec. To understand it, we must not only describe it, but also understand the environment and the changes that stand as challenges today. To explain it, we must constantly look to Quebecers' leisure-time practices and the people and institutions that help make these practices possible.

Public participation and civil society

Quebec, like the rest of Canada, boasts an active civil society and government that generally encourage public participation. In leisure, a field that impacts all Quebecers in their daily lives and local communities, public participation and civil society are paramount.

What do public participation and civil society entail? How do these characteristics of Quebec society help define the meaning and use of leisure and influence the policy-making process?

At the neighborhood level and in government forums, public and social participation is the most radical expression of democratic culture, incarnating "We, the people" and the power communities have over their own fate. It manifests itself through free expression and deliberation, hallmarks of our public decision-making process. However, its place, processes, and power are subject to constant negotiation and change.

As a complement and sometimes an alternative to representative democracy, public participation is the action of citizens and groups involved in the collective decisions made by government, public institutions, and civil society organizations. It is the process of voluntary interaction between an organization, which grants a certain level of power to the persons it deals with, and these same persons, who in return accept a certain degree of involvement on behalf of the organization.⁷ It is important to distinguish public participation from electoral participation and independent citizen action. In the field of leisure, all three forms exist, especially at the local level: municipal *elections* often focus on leisure issues; *public consultations* often deal with policy issues and major infrastructure projects; and, finally, *partner dialogs* ensure that civil society has a voice.

The rate of public participation is an indicator of community health. Societies stay healthy and continue to develop by keeping their values alive, values that serve as a kind of distinctive filter through which they receive and integrate outside information and influences, characterize their contributions to the outside world, and develop a quality living environment. Promoting societal dynamism and raising the level of interaction between the members of a society are the most effective ways to identify and put into practice the values that give it meaning. Etzioni⁸ and Putnam⁹ use the term *social capital* to describe the aspects of our collective existence that make us more productive: a high level of *participation, confidence, and reciprocity*. Societies that

function better stand out because they have more social capital. For example, accounts by local leaders and public utilities officials clearly showed that communities with higher levels of social capital met the challenges of the 1998 Quebec ice storm more successfully than other communities that had a victim mentality. According to the then mayor of Marieville, the town suffered less from the intense cold during the extended power outage because it was able to mobilize various groups, especially those active in recreation, to implement mitigating measures. A neighboring town that behaved more as a victim suffered more. A high level of social capital is a source of resilience and development. It is how public and civic leisure achieves its full potential as a contributor to community development.

The construction of social capital informs our understanding of civil society, the public sphere that Habermas¹⁰ has described as the domain of human social interaction where, among other things, public opinion is forged. Citizens behave as a public when they deal with questions of general interest without being subject to any form of coercion. Within the broader public space, civil society emerges as a space between individual private space and the domain of the state. It is through the associative sphere that citizens enter the public sphere by joining forces with others, whether to form a softball league or protect their environment. The associative universe is peopled by numerous nonprofit and volunteer organizations that vary widely in their activities and organizational features. Their common purpose is to serve as instruments for collective action and participation in community life.

In its most simple conception, civil society is a network of independent associations created by citizens who are conscious of their rights and responsibilities and who come together to deal with collective problems, share common interests, and/or promote shared aspirations. It is understandable that civil society forms a natural locus for recreational development. Indeed, recreational stakeholders have a strong presence in civil society in Quebec and the rest of Canada, as the following data show.

According to the 2004 National Survey of Nonprofit and Voluntary Organizations,¹¹ Quebec is home to 46,326 organizations – 617 per 100,000 people – whereas Ontario has 45,360, or 369 organizations per 100,000. The ratio for Canada as a whole is 508 per 100,000. Quebec ranks first in Canada for the total number of organizations, and sixth in terms of the per capita ratio. Among the Quebec organizations, 33.4% are active in sports, recreation, and culture. This percentage is only 25% in the neighboring province of Ontario, and 29.4% for Canada as whole.

In 2004 Quebec organizations generated some CAD\$ 25 billion in funds, 60% of which came from the government. Sports, recreation, and culture organizations are estimated to independently generate at least CAD\$ 3 million in non-government funds.

Yet the future of these organizations is by no means guaranteed. The most commonly mentioned problems are volunteer recruitment and retention. According to the results of the National Survey of Giving, Volunteering and Participating (NSGVP),¹² volunteering is on the decline in Canada. The number of volunteers decreased between 1997 and 2000, and there are indications that volunteers are starting to feel overwhelmed. Furthermore, trends in volunteering suggest that the challenges facing nonprofit and volunteer organizations will continue to grow.

The other problem comes from the relationship between civil society and the government. In Quebec, civil society is still establishing its independence in several respects, even as its role increases. Only recently freed from church control, it has barely begun to affirm its autonomy, even as government offloading has left it to shoulder numerous responsibilities. In response, civil society has turned to the government for help. Since the Quiet Revolution, numerous associations have applied for and obtained government funding, and have developed in large measure within the frameworks defined by the government.

Today “clientification” is the main threat to public participation and the survival of the Quebec leisure model. Public debate often turns into a free-for-all of individual opinion, leaving government to act as

arbitrator. It is no surprise that decision makers refuse to consult the population out of fear that they will be unable to respond to public expectations, for they view the population as a series of clients. The “Not in my backyard,” “Me, my child”, and “I pay taxes” syndromes are a growing part of public discourse in Quebec. In the leisure sector, the rise of individual recreational activities gradually transforms individuals into clients. The mediating role of the group is reduced because communications target people directly.

Even public service has adopted the client-centered approach. For volunteers who get involved more out of interest in human contact than in providing a service, what becomes of their role in light of this transformation? Certain studies show that this misunderstanding with respect to the volunteer’s role is the main cause of volunteer fatigue and withdrawal. When you serve a client who expects nothing but service in return, there is no human interaction. Is this not a reworking of the social contract between the volunteer sector and the community, between volunteers and “beneficiaries”?¹³

Even though this phenomenon has much to do with contemporary lifestyle and the way free time is organized for today’s families, it still contributes to volunteer fatigue and, consequently, the weakening of civil society organizations. Indeed, one of the limits to development in the volunteer sector, which is the source of crucial resources for citizen-based associations, is the “user as a client” way people receive goods and services as part of a market relationship.

In short, Quebec has a strong civil society. In the leisure domain, it plays a vital role that is impossible to replace financially as well as a role that speaks to the very essence of civic leisure – that of building social capital. Yet civil society’s contribution to leisure, largely through the work of volunteers, has been undermined by volunteer fatigue and aging, the rise of “clientification,” and the increasing offloading of government responsibilities to the volunteer sector. As in all developed countries, Quebec’s civil society must meet the challenge of maintaining a citizenry actively involved in leisure.

Governance in transition, partnerships redefined

Globalization has put states in competition for the advantages of a globalized economy. The latest agreements under the General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) have more than ever recognized the globalization of the economy and liberalized trade, forcing the abolition of protectionist policies and reductions in corporate subsidies. Globalization has made the welfare state obsolete and established a strict framework for national economies, strengthening the role of administrative tribunals created under free trade agreements at the expense of the liberal state and its role as arbitrator. Moreover, the contemporary state governs in a complex and postmodern society characterized by individualism, the fragmentation of interests and cultures, and the decline of consensus. It is clear that the state no longer has the wherewithal to provide the full range of services to all as satisfactorily as in the past. The welfare state borrowed against the future on the assumption that economic growth would go on forever. This is no longer the case. Driven by the public finance crisis of the 1990s and reinforced by the present crisis, the impetus of technological progress (in information and communications, for example), and examples from the private sector, states are undertaking reforms that affect the leisure sector in the same way as any other public service.

In Quebec, like in most industrialized countries, major public service reforms have been implemented, aimed at the efficient and effective delivery of quality public services. Recent reforms have generally been characterized by decentralization, a client-centered approach, and government withdrawal from direct delivery of services in favor of partnerships with the community and private sector, thereby strengthening the traditional Quebec leisure model.

This is the situation that marks and will continue to mark governance in a leisure sector where civil society has taken on increasing responsibilities even as it struggles to deal with the decreased availability of government resources and the rise of "clientification". Moreover, this model of governance fits well with the more freewheeling nature of the leisure sector and the acknowledged contribution of public and

civic leisure to community social capital. In this light, the citizen has become a user or client, a partner, and sometimes, as a member of the collectivity, a citizen shareholder.

By abandoning the oars for the tiller,¹⁴ the government is sharing the power over which it held a monopoly. It no longer has sole responsibility for public services. Forced to make choices and build a relationship with civil society, the government seeks convergence between its vision of public service and civic values: by consulting citizen shareholders, it calls them to a dialogue.

As partners, citizens and the associations they create are entrusted with responsibility for various public services, with varying levels of independence. Partnership agreements under which the government transfers funds and by the same token accountability obligations throw into question the independent action of civil society. The line between partnership and outsourcing can be hard to trace. Are associations partners or agents?

To clarify this issue, the Government of Quebec and community organizations and associations worked to draft the *Policy on the Recognition and Support of Community Action*.¹⁵ This policy recognizes certain characteristics of the democratically structured organizations that work to improve quality of life in their respective communities. It acknowledges the need to maintain a certain critical distance among these organizations, the government, and the independent action of civil society. Conversely, the government will adjust its funding approach for these organizations by distinguishing between basic mission funding and special project funding. Reporting requirements will also be adjusted accordingly. While endorsing the criteria for transparency and rigor in financial management, the policy affirms that there is a difference between public support for an independent mission recognized as being in the public interest, and imposing reporting requirements for specific ministerial mandates with precise and measurable targets. With the independent mission acknowledged and supported, reporting can focus on the criteria of sound management consistent with public service ethics and the results defined by the organization itself.

These nuances have not necessarily been understood throughout Quebec in government/leisure association dealings. The new “partnership” approach in the 1990s was more a quasi-outsourcing approach, whereby associations signed, and often continue to sign, the same contract after only limited contact with the contracting party. However, there is a movement afoot to address the unease this situation creates and to clarify the relationships in a manner respectful of both parties. On the one hand, local elected officials feel as if they have lost power – some would like to take back these responsibilities at the municipal level, a financial impossibility. On the other, associations deplore the absence of genuine negotiations between partners to reach agreements in which both parties clearly set out their obligations, rather than just the obligations of the NPO. These associations are aware of both their own abilities and the need to specify what government will contribute. There are signs on the horizon of more precise public mandates and of cooperation agreements that will replace service contracts, although the latter option will remain useful in specific cases. Generally, there is a trend toward “working with” rather than having someone else do all the work, and an effort to talk about multipartite cooperation among the partner networks.

This examination of the trends and pitfalls in Quebec governance illustrates the foundations of the Quebec model and the challenges that still threaten to force it to adopt a client approach that significantly reduces its societal and community contribution.

Policy-making: a shared responsibility in the age of the internet

How does one go about illustrating the Quebec model? There are no laws, decrees, or municipal bylaws defining or governing the operating structure of the system delivering leisure goods and services. In Quebec everyone from the government to the average citizen has to chip in to some degree. In the strictest sense, the Quebec model is a

societal undertaking. In a traditional or historic sense, it's like a big collective building bee.

Citizens receive local, regional, and provincial level services and network support that are organized in varying degrees. These networks are made up primarily of democratic civil society organizations and provincial and municipal government ministries and institutions.

The networks communicate and maintain relations among themselves and with their members: client/servers, primary contractors, subcontractors, partners, and competing organizations. Occasionally, these relations involve information sharing, which can lead to citizens, organizations, or the government changing their behavior or policy. This makes the organization of these networks extremely varied and limits the ability to hold them accountable through a hierarchy. Instead, one can talk about organizations in movement, and at all costs avoid attempting to describe them using a flow chart. Describing the Quebec model entails presenting different worlds, identifying their actors, describing where they converge, and qualifying the ties between participants.

The most appropriate way to illustrate this model is to use the Internet as a metaphor, since its acronym is *INTERconnected NETWORKS*. From that point of view, policy-making is a societal process, a democratic achievement that is based on the principle that everyone is in charge of its leisure life and on the fact that leisure brings social, cultural and economical benefits.

Translation: Geraldo Cáffaro

Notes

- ¹ This paper is based on: THIBAUT, 2008.
- ² Statistics Canada, CANSIM, Table (pay use) 203-0001. Updated on August 1, 2007.
- ³ Statistics Canada, Table 203-0001: Survey of Household Spending (SHS), household spending, summary-level categories, by province, territory and selected metropolitan areas, annual (Table), CANSIM (database). Available at: <cansim2.statcan.ca/cgiwin/cnsmcgi.exe?Lang=F&CANSIMfile=CII/CII_1_F.htm&RootDir=CII>. Accessed in: January 9, 2008.
- ⁴ THIBAUT, 2006. The quote is my translation, as are all other quotes from French-language sources cited in the text.
- ⁵ THIBAUT, 2006.
- ⁶ BELLEFLEUR, 1997. This outstanding work analyzes the evolution of leisure in Quebec and is a vital reference for understanding the contemporary model described in this article.
- ⁷ GODBOUT, 1983, p. 35.
- ⁸ ETZIONI, 1968, p. 6.
- ⁹ PUTMAN, 1995.
- ¹⁰ HABERMAS, 1996, p. 231.
- ¹¹ Statistics Canada, 2004, Catalogue no. 61-533-XIE.
- ¹² Statistics Canada, 2006. Caring Canadians, Involved Canadians: Highlights from the 2004 Canada Survey of Giving, Volunteering and Participating, Catalogue no.: 71-542-XIE, p. 10.
- ¹³ THIBAUT; FORTIER; ALBERTUS, 2007, p. 46.
- ¹⁴ OLSON; GAEBLER, 1993.
- ¹⁵ Government of Québec (2001). Community action: a crucial contribution to the exercise of citizenship and the social development of Québec, Ministère de l'Emploi et de la Solidarité sociale.

References

- BELLEFLEUR, M. *L'évolution du loisir au Québec: essai sociohistorique*. Québec City: Presses de l'Université du Québec, 1997.
- ETZIONI, A. *The Active Society*. New York: Free Press, 1968.
- GODBOUT, J. *La participation contre la démocratie*. Montréal: Éditions Saint-Martin, 1983.

HABERMAS, J. *Between Facts and Norms: Contribution to a Discourse Theory of Law and Democracy*. Trad. W. Rehg. Cambridge: MIT Press, 1996.

OLSON, D.; GAEBLER, T. *Reinventing Government: How the Entrepreneurial Spirit is Transforming the Public Sector*. New York: Plume Books, 1993.

PUTNAM, R. *Bowling Alone: America's Declining Social Capital*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995.

THIBAUT, André. Les grands enjeux en loisir et les défis du système québécois. *Observatoire Québécois du Loisir*, v. 4, n. 3, p. 1, 2006.

THIBAUT, André. *Public and Civic Leisure in Québec: Dynamic, Democratic, Passion-Driven and Fragile*. Québec City: Presses de l'Université du Québec, 2008.

THIBAUT, A.; FORTIER, J.; ALBERTUS, P. *Rendre compte du mouvement bénévole au Québec*. Rapport de recherche déposé par le Laboratoire en loisir et vie communautaire au Réseau de L'action Bénévole du Québec (RABQ), 2007.

Derek Casey

Management of leisure

Introduction

Enter the phrase “leisure policies” into any search engine and well over 200,000 references will appear. Some relate to a wide range of academic courses available in Universities throughout the world; some refer to the growing provision of leisure opportunities provided by the commercial sector; still others are summaries, of varying complexity and quality, of the leisure policies of cities, regions and countries. From this array of information, one factor is clear – that the investment of time, money and human resources relating to policies for the provision and development of leisure opportunities is growing at a significant rate.

Enter the phrase “leisure practices” into the same search engine and the results are significantly different. There are fewer references and less evidence on the outcomes arising from the investment of resources in policy formulation complemented by implementation. In short, there is often a tendency for providers to be strong on promoting the theory; less robust in publicising the results of policy implementation through effective practices.

Among other matters, this paper:

- reviews ways in which leisure policies and practices have developed;
- considers differences in approach in countries around the world;
- assesses practical issues relating to the demand and supply of opportunities for the local community and for tourists.

In addition, the relevance of leisure throughout the world is considered; the realism of its position in the social, cultural and economic development of communities and countries is assessed.

The importance of leisure

Common to all the various reports found in the internet, is a repeated focus on defining why leisure is important. It is interesting to speculate when this level of repeated justification (often self-justification) will decline. It is taken as read that there will be investment by local and national governments in such areas as health, education, transport and other public services. Perhaps it is the relative youth of the concept of leisure which requires such continuous justification; perhaps it is the lack of understanding of its role; perhaps it is because it is still seen, erroneously, as peripheral to mainstream social, cultural and economic development. Before considering how to promote leisure into a higher league it might be useful to remind ourselves why it is important and relevant.

At its core, leisure includes recreation, sport, outdoor activities, arts, cultural expression, events and festivals, visitor attractions, fitness, entertainment and tourism. It is strongly connected to other areas such as education, conservation, the media and economic development. Its benefits lie in five main areas:

1. Health benefits
 - Pleasure and enjoyment

- Improved physical and mental health
 - Improved work/life balance
2. Social benefits
 - Development of skills
 - Opportunities for learning
 - Improved self-esteem
 - Creative expression
 3. Community benefits
 - Family and community cohesion
 - Common identity
 - More productive schools and workforces
 - Vehicle for interaction and communication
 4. Environmental benefits
 - Development of a greater understanding of environmental challenges
 - “Green” transport e.g. cycling
 - Improved stewardship for future generations
 5. Economic benefits
 - Employment opportunities
 - Commercial opportunities
 - Physical regeneration
 - Inward investment

Promoting the importance of leisure

This rather sterile list is typical of what might be included in any policy document produced by a municipality in respect of its leisure policy. In the leisure field, we need continuously to improve the way in which we promote the subject matter to policy and decision-makers. It is only by this means that we will see leisure in its various forms become more relevant and increasingly central to planning and provision.

To achieve this, we need more clearly to link the promotion of leisure to defined local and national strategies. Too often leisure managers have claimed too much about the importance of leisure; too often politicians have not understood its role in all the various areas of strategic development for which they have responsibility.

The five areas listed above of where and how leisure is important could easily be translated into the five key areas of development which most countries include in their strategic objectives – countries which are healthier, fairer, greener, stronger and wealthier.

It is the responsibility of leisure managers to try to ensure that the overall national strategy and its composite elements include references to leisure. This maturation of the profession will help identify the role of leisure in its own right and as a contributor (in the same way as education, health, transport) to national priorities – an integrated rather than a peripheral or detached approach:

Leisure	↔	Strategy	↔	Healthier
Leisure	↔	Strategy	↔	Fairer
Leisure	↔	Strategy	↔	Fairer
Leisure	↔	Strategy	↔	Stronger
Leisure	↔	Strategy	↔	Wealthier

The emphasis in this paper is on strategies – both overall national strategies and the contribution leisure can make to them. Otherwise there is a danger that the various contributors to the development of individuals, communities and countries work in isolation with little co-ordinated approach to provision. Taking sport as the example, there

is a clear continuum from the provision for young people to those taking part at the highest levels of performance. The continuum needs different players making different contributions but all integrated through a clear strategic approach.

Sports development continuum

Foundation – the encouragement of “movement or physical literacy among your children” where parents, schools and play organisations make the greatest contribution.

Participation – the encouragement of mass participation by the community where schools, municipalities, clubs, Universities and the private sector make the greatest contribution through the provision of education, facilities, spaces and sports development opportunities.

Performance – the encouragement of improved performance among those with talent where schools, clubs, municipalities, national governing bodies of sport and provincial government make the greatest contribution through the provision of facilities, spaces and specialist coaching.

Excellence – the encouragement of top performers competing at national and international level where the national governing bodies of sport and the national government through facilities, funding and the staging of major events can make the greatest contribution.

The last point – *the staging of major events* – is a clear example of an issue which, divorced from existing national strategies, can have a negative impact on the host city or country. It is clear from several studies that the benefits of staging major events can be grossly exaggerated while their costs are significantly underestimated. This is largely due to the bidding process where the promoters of such events have the responsibility to place the event in the best light at national and international level. Often they have little concern about the long-term effect of the event on the host community as this is not their responsibility.

Once again the importance of placing the bidding for and hosting of major events within the existing strategic context and rather than empty talk of the “legacy” of such major events. It is more important - from the very first thought of bidding for an event - to ask “how does the hosting of this event help to drive forward existing strategies - faster, deeper, further or in a more consolidated and sustainable fashion?”

In short, at all times, we need to demonstrate the relevance of leisure while being realistic about its weight in relation to other claims for public, voluntary and private investment. There are different players, different ingredients. The mixture is held together by a clear and agreed strategy. There is a tendency to forget that the leisure profession is relatively new and only in maturing will its total relevance be seen and accepted in a world where there is increasing competition for resources to invest in individuals, communities and countries

Leisure and the individual: relevance

It is stressed that the provision of leisure opportunities for the individual is a relatively recent phenomenon. In the United Kingdom, for example, the main provision in respect of sport, play and recreation within the community has been a feature only of the last forty years. Prior to that, participation in most leisure activity was a pursuit reserved for the more affluent members of society. There was a provision of swimming pools but they were linked essentially to the health agenda rather than for direct enjoyment. At the end of the 19th century, museums were reserved for scholars who themselves had to apply for access and justify their attendance in relation to their scholarly pursuits. Even as late as the 1960s in the UK and most of Western Europe, there were no Leisure Departments in municipalities; there were no Leisure Study Courses at Universities; mass international travel was largely unknown.

In this context, it was with some foresight that the original members of World Leisure Organization (WLO) established the organization fifty years ago – perhaps with some idea of the likely growth of the sector. However, no matter how much foresight they showed, they could not have expected the scale, scope and rapidity of the growth we have seen in the last four to five decades.

It was with increasing democracy in the 20th century that the greater provision of leisure facilities in terms of sports centres, access to museums, travel and tourism is found in the United Kingdom, in North and South America, in the rest of Western Europe and in many other parts of the world. In a similar vein today, in areas of Europe which were within the former Soviet Union, increased democratisation is now leading to demands for community access and a departure from selective, elite provision. There is every reason to expect that the same trend will be found in other countries developing a more democratic process. It has been interesting to see how the United Nations has identified the role of leisure, in all its forms, to further the democratisation process as stated in its Millennium goals, for example: “Everyone has the right to rest and leisure, including reasonable limitation of working hours and *periodic holidays with pay*.”¹

Over the past few decades the claims about the importance of leisure to the individual and the community have become stronger and more widely focused, for example, in relation to:

- the role of sport in combating anti-social behaviour among young people;
- the contribution of physical activity to the health agenda;
- the contribution of festivals and community events in attracting tourists;
- the role of major events in economic development and job creation;
- community coherence through volunteering;
- encouraging social integration among migrants to communities.

These and many other claims have pushed leisure, in its various forms, into mainstream thinking among some Governments. However much needs to be done to underpin such claims. The hard evidence of a causal link between claim and outcome is often hard to find. In an age when measurement is vital to attract investment, leisure has often been found wanting when justification has been sought.

Leisure and the individual: realism

Despite greater emphasis over recent decades, leisure remains in the shadows as far as most municipalities are concerned. In many parts of the world, municipalities face demands within their communities which always push leisure into second or third place. As demonstrated, the United Nations in its Declaration of Human Rights has stated that individuals have a right to leisure. This is admirable and encouraging. However, for many, it is very much a secondary right behind the more fundamental rights relating to life, liberty, security and the means simply to live from day to day.

In this context we need to be realistic about the role and relevance of leisure in global terms. It is not a substitute for basic provisions; it is not a panacea for all the problems of urban or rural life. But without doubt it makes a significant contribution to and enhances the lives of individuals – to say otherwise would be to discount the millions who take part in leisure pursuits, those who are demanding more leisure time, the complex delivery systems set up to provide opportunities and the global importance which it has attained.

A relative newcomer in global importance – certainly; but one which appears to be developing at a significant rate. Accepting its relevance but being realistic about its overall contribution is the next step in its evolution.

Leisure and the community: relevance

Within communities all over the world, there are excellent examples of the relevance of leisure, in its various forms, to the lives of individual members of those communities – the elderly woman whose main social contact may be through attendance at a local arts class; the young man whose education about working with others has come through a sports discipline; the young girl whose employment arose through voluntary involvement in music; the family cohesion derived from an involvement in outdoor activities.

In promoting leisure to decision-makers it is often these personal experiences which sway decision-makers on levels of investment. However, for many municipalities, the rationale for the investment in leisure is even more about economic development. This is particularly true of cities throughout the world which are in competition with each other in the domestic and international market for inward investment leading to jobs, regeneration and, overall, for increased and sustained growth.

It is increasingly recognised that such inward investment is closely related to the perception of the Cities competing for such investment. This is no more clearly shown through the annual survey of European Cities by Cushman & Wakefield Ltd.² This survey summarises the views of senior managers and board directors of five hundred of Europe's top companies on preferred locations when deciding where to relocate or invest more. The measures on which decisions are made include the provision of leisure outlets, the quality of life in the city and the overall environment in which the business and therefore the workforce will be located. The results in 1990 are compared below to those for the last few years.

<i>City</i>	<i>Rank</i>					
	1990	2001	2002	2003	2004	2006
London	1	1	1	1	1	1
Paris	2	2	2	2	2	2
Frankfurt	3	3	3	3	3	3
Barcelona	11	6	6	6	6	4
Brussels	4	4	4	4	4	5
Amsterdam	5	5	5	5	5	6
Madrid	17	8	7	7	7	7
Prague	23	21	16	17	13	13
Warsaw					20	18
Bucharest						29
Glasgow	10	19	21	21	24	26
Athens	22	29	28	30	30	32

All cities in Europe are facing similar issues relating to the development of the new economies of the former eastern bloc, the transferring of many service jobs to countries such as India, Malaysia and others in Asia and greater competition in global markets. Each one of the cities listed above, and many others throughout Europe and the rest of the world, are aware of the need for continuous investment in their infrastructure if they are to survive the growing and intense competition from within the same country and from international competitors – particularly in 2009 and beyond as the global economic crises bites deeper.

Perception is not fact but it is reality. All cities need to be perceived to be a good place to work, rest and play. This is certainly the case in terms of those consistently at the top of the list – London and Paris. However, of all the cities listed above the most spectacular improvements relate to Barcelona, Madrid, Warsaw, Bucharest and Prague. Of the latter, the renaissance of Prague in the Czech Republic has been built on tourism with an effective marketing of the historic interests

within the city, enhanced transport links – often by low-cost carriers and a recognition of a well-educated and cheaper workforce.

Of the former – Barcelona and Madrid – the authors of the report state:

The rise of the Spanish Cities shows a clear link between a city perceived to be doing the most to improve itself and the perception that the city is a good location for business.³

It will not be missed that Barcelona's rise through the league table coincides with the staging of the Olympics in the city in 1992. Perhaps more than any city before or after, Barcelona capitalised on the Games in undertaking massive regeneration of the city largely on the back of increased leisure activities ranging from sport to museums to art to outdoor recreation and, of course, to tourism.

At the other end of the league, Glasgow in Scotland has fared less well. Glasgow is the City which, it can rightly claim, was at the centre of the world's industrial revolution in the 18th and 19th centuries. With the decline of heavy industries it has had and to some extent still has significant housing, health and economic problems. Throughout the 1980s and 1990s it invested significantly in culture, art and sport but clearly has not been able to arrest its decline in the league table above. Today there is a greater understanding of the need to improve the perception of the City and plans for major sports and arts events along with physical regeneration of the City are part of the mainstream planning policy. Leisure lies at the heart of its key policies. As its economic strategy for 2003-2005 states: "If Glasgow is to continue its economic renaissance it must improve its national and international competitiveness." The City is determined to achieve this and leisure is central to its ambitions. Its recent successful bid to host the Commonwealth Games in 2014 is a further sign of its determination to reposition itself on the world stage.

Finally a significant position relates to Athens at 30th in 2004 – the very year the Summer Olympics were held in the City. Will the staging of the Games affect perception of the City as one in which it is good

to work, rest and play? Perhaps – but equally the perception may be that the City did well to stage an effective Games but overall did not quite demonstrate its ability to capitalise on the promotion of the city over the three week period. Therein may be found the difference in approach of Barcelona and Athens. The staging of the Olympic Games in Barcelona were *part* of a process, part of the national strategy not the process itself. In short, the Games were central to a comprehensive plan for the City but for the period several years before the Games were held and for well after they had moved on. This approach is crucial in terms of policy formulation for leisure and for the implementation of such policies.

Leisure and the community: realism

Leisure provision can make a significant difference to the perception of a City. However we need to be realistic about the scale of provision and the revenue implications involved. In the United Kingdom the introduction of a national lottery meant that for the first time substantial funds were made available for leisure facilities. In the period 1995–2002 a vast range of new sports and arts buildings were constructed and visitor attractions of all types completed. In each case the business case was largely sound but too little attention was given to the cumulative effect – with all of them competing for the same or similar visitor types and numbers. In such circumstances there is a need once again for improved integrated planning at national and local level.

In other types of provision in the community in many countries we have seen the increasing competition between the public sector and commercial providers often in the same markets such as health and fitness and visitor attractions. In Western Europe this has seen the steady demise of the leisure services in many municipalities. Competition from the commercial providers has led to their taking over the operation of previously public facilities; in other areas attendance at commercial outlets has left the public authorities with a more traditional social welfare operation needing increasing subsidy. In the

United Kingdom today less than 30% of municipalities now have a recognisable leisure department – a position increasingly the case in other Western European countries.

In summary, cities have begun to recognise that the provision for leisure is one of a number of key indices which contribute to the attractiveness of the city for local residents and for inward investment. Again leisure does not stand alone in such a process but is one of the driving forces working in partnership with other services.

Leisure and the country: relevance

So far we have considered the relevance and the effects of leisure on the personal aspirations of individual and on the economic strategies of cities and their communities. Collectively they are important at national level and should be included in national strategies for the development of leisure.

Throughout the world the development of leisure policies and practices are at different stages:

- In Western Europe there is a gradual but marked shift from social democratic welfare based policy to entrepreneurial policy approaches.
- In Eastern Europe the former eastern bloc countries are beginning to employ leisure as a tool in their move towards market base economies.
- In China there is a growing middle class beginning to demand access to major leisure outlets with the growth of activities such as yachting and golf mirroring the activities of more affluent western societies.
- In many developing countries there is an emphasis on tourist development with infrastructure developments all geared to meet real or anticipated demand.

It is in this last area – tourism and travel – that leisure policy at a national level is so often geared and the relevant statistics underline why. According to the UN World Tourism Organisation, inbound tourism has seen a dramatic growth over recent years – from 536m “international tourist arrivals” in 1996 to some 925m in 2008. However the fragility of the market is seen in the results for the last few months of 2008 and early 2009 where there has been negative growth in Europe (-3%) and in Asia (-3%) although modest growth has occurred in the North and South America, Africa and the Middle East. As the UN W-TO states:

The economic downturn, combined with current uncertainties, extreme market volatility and a decline in both consumer and business confidence, are expected to continue to take their toll on the demand for tourism – at least in the short to medium term.⁴

For many countries tourism is a significant income generator – even if they are not always aware that it is so. For example, in the United Kingdom there was only a full appreciation of the scale of tourism in Government circles when the outbreak of “foot and mouth” disease among cattle precluded much tourist activity in large areas of the countryside. Yet tourism accounts for 12.2% of Gross Domestic Product in the United Kingdom.

The market is ever-changing and new players are emerging. Most significant of these will, of course, be China. Today the USA is the most visited country. In 2020 it will be China. In the same year Japanese tourists to the USA will outnumber those from Canada and Mexico. In Europe the trend will continue to see more visitors to countries such as Slovenia, Croatia, Hungary and the Baltic States of Estonia, Latvia and Lithuania while in Africa the investment in tourism in countries such as Tunisia and Morocco will pay high dividends in terms of visitor numbers and income.

Leisure and the country: realism

The growth in tourism over recent decades has been a significant and exciting development. However it has been recognised that too often tourism in the past has had a less than positive effect on some countries with over exploitation of resources and local communities. Today, however, there appears to be a more responsible attitude being shown to long-term sustainability.

The most recent example of this lies in the “Blueprint for New Tourism” published at its General Meeting in New Delhi in April 2005 by the World Travel and Tourism Council. Echoing the encouragement of the UN World Tourist Organisation the WTTC (which comes from a more commercial position) has set out a “new strategic framework ensuring that Travel and Tourism works for everyone in the future”.

The Council sees Travel and Tourism “working as a partnership, delivering consistent results based on

- Governments recognising travel and tourism as a top priority.
- Business balancing economics with people, culture and environments.
- A shared pursuit of long-term growth and prosperity”.

The balance suggested by the WTTC is a laudable objective which, with careful and consistent monitoring, could provide the very basis for the sustained growth which they and others in the tourism field seek. With some 10% of global Gross Domestic Product attributable to tourism, a quarter of a billion jobs at stake and growth of some 4.6% per annum it is an objective, which to be met, will need an agreed strategic approach by the public and private sector working in partnership rather than in isolation or in competition.

As the WTTC has stated:

New Tourism requires a much stronger partnership between the private sector and public authorities. It is geared to delivering

commercially successful products – but in a way that ensures benefits for everyone. New Tourism looks beyond short-term considerations. It focuses on benefits not only for people who travel, but also for people in the communities they visit, and for their respective natural, social and cultural environments.⁵

Leisure, and particularly tourism, has the potential to alter the very character of countries. Where it has done so, the country has suffered in the longer-term, as it is the essential character which is the magnet for inward travel. Leisure and especially tourism, properly handled, has the ability to alter the economic base of countries. In countries such as Mauritius in the Indian Ocean an over-reliance on the sugar beet industry has been complimented by a well-managed, high quality, high spending tourist industry. In many other African countries eco-tourism has found the right balance between inward travel and community development.

Responsibilities

To the two words of *relevance* and *realism* there is a need to add a third – that of *responsibility* to develop and deliver effective policies and programmes. In the leisure field there is no one correct method of delivery in that the best system is one which works for each community and country. To this end in setting out the strategic approach four key questions are vital:

- What is the overall objective to be met in respect of the individual, the community, the country – that is, the overall philosophical stance? For some countries it has been community provision at the expense of national and international facilities and events; in others it has been an emphasis on high culture rather than sport; in others it has been the objective to find an internal balance among all types of provision. No one decision is necessarily right; what is important is that a clear philosophical position is taken.

- What are the more detailed functions which are required to meet the objectives – provision of facilities, of programmes, of infrastructure?
- Who is responsible for each of the functions, whether within the public, private, commercial or voluntary sectors? How will co-ordination take place? What forms or structures will be needed?
- Who is responsible for the financial needs to meet the overall objective and over what time period?

We see different approaches work in different countries:

- In France: the controlled central planning approach.
- In Germany: the devolved approach to its various Lander.
- In the UK: an increasingly interventionist approach by Government to previously independent quasi-autonomous public bodies.
- In the USA: a largely market led commercial approach.
- In Australia: a partnership between central and provincial Government.

Whatever the approach, partnership among all providing agencies is crucial in each defined area whether they are schools, voluntary clubs, the municipality, the education sector, commercial providers, provincial or national government.

The agenda is challenging but it is related to a subject area which itself is enormous in scale and scope and potential. Leisure is one of the fastest growing areas of interest on the planet – the problem is how to shape it effectively. But – what a great problem to have!

Translation: Geraldo Cáffaro

Notes

- ¹ UN Universal Declaration of Human Rights, Article 24.
- ² CUSHMAN & WAKEFIELD LTD.
- ³ CUSHMAN & WAKEFIELD LTD.
- ⁴ UNWTO, 2009.
- ⁵ WTTC, 2005.

References

- CASEY, D. G. *et al. Laying the Foundations: A Review of Sport in Schools in Scotland*. [S.l.]: [s. n.], 1988.
- CUSHMAN & WAKEFIELD LTD. Knowledge Center. Survey of European Cities.
- UNITED NATIONS. *The Universal Declaration of Human Rights*, article 24.
- UNWTO – United Nations World Tourism Organisation. World Tourism Barometer. January 2009.
- WTTC – World Travel and Tourism Council. *Blueprint for New Tourism*. Published at its General Meeting in New Delhi by the World Travel and Tourism Council, April 2005.

Carla Andréa Ribeiro
Daniel M. D. Teixeira
Duval Magalhães Fernandes
Patrícia Z. M. de Moraes
Vânia Noronha

Evaluation of the Sports and Leisure in the City Program

Evaluation components built with the agents from the five Brazilian regions

Introduction

The present paper presents some ideas originating from the first phase of the evaluative survey¹ carried out on the Programa Esporte e Lazer da Cidade² (PELC) by the Ministry of Sports (ME).

The research was commissioned by the Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer³ (Rede CEDES) 01/2008/ME/SNDEL/REDE CEDES, for research projects. This evaluative research fit into the seventh theme, which has as an object of study an evaluation of public policies and sports and leisure programs of the Federal Government (Segundo Tempo⁴, Esporte e Lazer da Cidade⁵ e Pintando a Cidadania⁶). The scope of the presented and approved project includes the two main programs from the Ministry of Sports: PELC e Segundo Tempo.

PELC, created in 2003, is managed by the National Secretariat of Sports and Leisure Development from the Ministry of Sports (SNDEL-ME). It aims, in short, to overcome the shortage of public and social policies to meet the increasing needs and demands of the population for recreational sports and leisure, especially from people in

a situation of social and economic vulnerability, subject to the conditions of injustice and social exclusion. In terms of geographic scope, PELC intends to reach all of the federation states and the Federal District, through developed activities in the municipal areas as well as under the state aegis, with the participation of NGOs.

Segundo Tempo, in its turn, is a program envisioned by the Ministry of Education, destined to democratize the access to sports practice through sports and leisure activities held apart from the schools' mandatory schedule. Its aim is to foster social inclusion, physical well-being, health, intellectual and human development, and active citizenship.

Research context

As sports and leisure are recognized as social rights, a duty of the State and civil society, the need for social policies that put it into practice are widely recognized. Social policies are here taken as the set of measures and social interventions which are executed by the State and aim at the improvement of the population's quality of life, mainly of the socially excluded groups.⁷

On the other hand, in times the growth of leisure requests, the demands for the management of efficient and effective projects and programs increase. For this, however, it is necessary to develop planning, monitoring and evaluation, which comprise such processes not only as goal definition tools as well as schedule and cash flow monitoring, aiming at fund-raising and accountability to the funders, but also as excellent improvement tools in the process of decision-making of the project management.⁸

In this sense, attention among the funders has been focused on the efficacy of actions, and not only on the achievement of the efficiency and efficacy of the goals. In other words, it does matter to know if, along with the efficient use of resources, the actions have achieved results and if they have contributed to a positive change in the situation focused on by the project.

Considering public policy managers' needs, evaluative research developed in the academy starts to adopt a framework which allows configuring the evaluation as social research and as a management tool. This convergence has guided the choices in the chosen project design, mainly taking into account, a participative methodology to guarantee knowledge transfer generated by the research.

Research project

The research project aims at contributing to the evaluation and the qualification of the sports and leisure programs maintained by the Ministry of Sports, which is currently performing a study to:

- Develop a monitoring and evaluation system for the *Esporte e Lazer da Cidade* and *Segundo Tempo* programs, taking into account the following approaches: efficiency, quantitative and qualitative efficacy, and effectiveness/impact;
- Implement and test the model through pilot experiments, validating it for replication.

It is also intended to establish a monitoring and evaluation model, which will incorporate processes and results indicators that may be regularly checked (monitoring), and an evaluation method in depth, which may be periodically applied.

Methodology

Sistema de Monitoramento e Avaliação⁹ (M&A) is a set of inter-linked elements which comprise an evaluative model. This represents the need for an *a priori* establishment of what will be evaluated, according to established approaches and through specific indicators and means of verification.

Therefore, in order to produce an evaluative model in any ambit (activity, service, and projects) we must clearly define the expected results (products), the methodology and its constraints, variables, relations

between variables and results, parameters for evaluation as well as for comparisons and indicators. This may be guided by the application of methodological resources from the scientific research in the Social Science field, mainly for the in depth evaluative research, which takes into account various approaches and, practically experimental methods, in the case of impact and effectiveness. Thus, planning methodology resources may be used, as, for instance, the "Logic Marc"¹⁰ and the Strategic and Situational Planning,¹¹ in the cases of the evaluations of a managerial nature.

The clear understanding concepts and the intentionality of M&A use should be carefully observed by those who are responsible for conducting the process. As observed by Armani,¹² a large development of an action or policy is not sufficient for its success. Besides the well claimed action or policy, agile and effective system of management is need to control its implementation. This managerial ability is made easier when the M&A processes are clearly established, the expectations are made explicit, and the significance and meanings attributed to the terms are agreed upon.

The process of M&A production consists of two steps: the first is the delimitation of the objects that will be evaluated and the indication of how they may be verified, the evaluative approaches and their means. This step allows planning in a cumulative way for the development and implementation of the several elements of M&A system. The second step consists of implantation, the implementation and improvement of M&A components. These are the steps for the systems operation and they are sustained by information management and generation of knowledge in system.

In the present research project, a participative methodology was proposed, mainly considering the first step of M&A production.

The participative methodology is the most consistent under the perspective of the construction on evaluative model towards the generation of knowledge, according to Barreira.¹³ It shows the evaluation's constitutive elements that generate knowledge by the emancipation perspective as a principle. In other words: an evaluation that considers

all the agents acting directly or indirectly in the action/policy (including the user), comprehending them as active in the creation and knowledge sharing in the process of doing and reflecting about what is being done.

It is the constant approach that makes evident knowledge as a differentiating element of self-evaluate actions, analysis, interpretation, solution proposals, motivation, engagement, and the agents' commitment. In this sense, knowledge promotes the emancipatory action of these individuals, because it establishes real conditions for acting in a critical and constructive way.

According to Barreira,¹⁴ this methodological approach of the evaluative process features these main guidelines:

1. The active members' broad involvement in all phases of development, implementation, and action/policy execution, considering: the problem formulation, the methodology design, the information gathering, the analysis, the interpretation, the recommendation, and the writing of reports;
2. The participative evaluation has as a central interest the application of its data use to a practical problem's solution inserted in a specific context;
3. Evaluation process co-accountability among specific coordination for M&A, manager and action operators, and a policy or program coordination.

Assumptions for the participative methodology:

1. The organization responsible for the action/policies needs to recognize the evaluation value, committing to it as the process of systematic learning, as a way to its own improvement.
2. The organization responsible for the action/policies needs to give the necessary time and resources to the evaluative process.
3. The action team members need to be motivated to engage in the process of development and improvement.

Considering the participative perspective in of this research, discussion workshops and the validation of products are predicted. In these workshops, the several people involved in the program's operation, management, and monitoring will contribute by bringing the evaluative model closer to its reality.

Research phases for the two programs

1st phase – CONCEPTION: Environment identification and description of the demand

Objective: to characterize the demand in a detailed way.

Expected product: to describe M&A system main components.

2nd phase – DEVELOPMENT: M&A System

Objective: to develop M&A system from the components list described in the designs; to design the information system.

Expected product: M&A system should be already developed in detail; and the information system designed.

3rd phase – IMPLANTATION: M&A system pilot

Objective: to test and validate M&A system in pilot venues.

Expected products: M&A system should be already tested, validated, and made available for replication; the information system should be already designed.

Possible research strategies: the following are considered as possible investigative research strategies:

1. Quantitative:
 - Secondary sources such as IBGE data processing;
 - Profiles elaboration: sports and leisure users and social agents;
 - Sports and leisure users, social agents, entity managers and municipal managers' survey application (opinion/perception).

2. Qualitative:

- In-depth interview;
- Focus group.

4th phase – FINAL DOCUMENTATION

Objective: systematize the acquired knowledge and document it, enabling its reproduction.

Expected product: M&A system and information system sufficiently documented for replication by ME.

Report of PELC's implemented methodological procedures in the conception phase of the M&A system

The M&A system conception phase by PELC used as a research field its five regional meetings – one in each region of Brazil – which took place in the second semester of 2008. Such meetings had as their purpose to form and inform the actors responsible for the management, operation, and social control of PELC centres on the program, relevant themes to the reality of each of the regions and to the M&A model. Therefore, the participant public at the meetings was composed of managers and coordinators of the centres, trainers, and researchers of Rede CEDES, as well as public managers from federal, state, and municipal levels.

At these meetings, the following items were clarified: the research methodology for the elaboration of the PELC M&A system, the importance of the process being participative and appropriate, as well as the Ministry of Sports' commitment to the evaluation conception as a tool for the process' improvement, and not only as a control or punitive tool.

The meeting took place on the following dates:

- Centre-West Region – Brasília – from the 3rd to 5th of September, 2008.

- Northeast Region – Natal – from the 22nd to 24th of October, 2008.
- Southeast Region – Niterói – from the 3rd to 6th of November, 2008.
- Southern Region – Porto Alegre – from the 10th to 21st of November, 2008.
- Northern Region – Belém – from the 8th to 11th of December, 2008.

Some notes for the development of the PELC M&A system from the conception phase analysis

The main product of the PELC M&A system conception phase is the components list, which will be described and identified by indicators and other research strategies in the monitoring and evaluation processes. The main components are noted in Table 1.

Table 1
M&A System of PELC main components

Evaluative approach	M&A system component	Elaborated question
Quantitative efficacy – measured results	User citizen satisfaction Adhesion and evasion measurement Evasion motive	What does the citizen think about the Centre activities? Is the community adhesion to the program satisfactory? Why wouldn't the citizen take part into the Centre activities?
	Objective results and perceived individuals by the citizen and attributed to PELC	What change has been felt by the users? Has a social, cultural and sporting inclusion been taking place by the users? Is the program meeting its objectives and goals? Does the program increase the accessibility to sports and leisure activities? Has learning for the individual's autonomy and critical awareness been taking place? Has PELC included the physically challenged? Are people being able to enjoy their sports and leisure rights? To what extent has PELC succeeded in overcoming historically constructed elements by a control policy on leisure?

Evaluative approach	M&A system component	Elaborated question
Qualitative efficacy – process	User citizen and community participation	<p>What is the users and community involvement level in the actions' development and execution?</p> <p>Is the community adhesion to the program satisfactory?</p> <p>Do the chosen activities take into account the users' cultural diversity and their demands?</p>
	Entrance organization and motivation identification	<p>What are the program's entrance criteria?</p> <p>What leads people to join PELC?</p>
	Family participation	How is the family involved in the Centre activities?
	Conceptual levelling	<p>Is there some understanding by the social agents and users?</p> <p>Is there comprehension of the proposed methodology by the social agents and users?</p> <p>Is the PELC concepts and principles made clear by the agents?</p> <p>Is PELC a program, public or government policy?</p>
	Organization and work process management	<p>Is there pedagogical work organization?</p> <p>Is there experience among the Centres?</p> <p>What is the team integration level with itself and with the users?</p>
	Relationship between the agents formation, the supply quality and the Centres results	<p>To what extend do the agents' training affect the quality of the program's offerings?</p> <p>Does the training fulfil the needs of the social agents?</p> <p>Is the training methodology appropriate to the public?</p> <p>Is the training time enough?</p> <p>Is the training policy adequate?</p>
	Design adequacy and program materiality	<p>Have the PELC principles and guidelines been effected?</p> <p>Is the duration of the agreement enough to fulfil the program's purpose?</p> <p>Is the funding enough?</p> <p>Is the number of participants and scholars appropriate?</p> <p>Are the material quantity, quality and diversification satisfactory?</p> <p>Are the venues used to conduct program activities appropriate?</p>
Effectiveness	Impact	<p>Does the program reach the intended level of autonomy (self-management)?</p> <p>What is PELC's impact on the community and the municipality?</p> <p>Is there users' social, cultural and sporting inclusion?</p> <p>Is there appropriation of cultural assets by the population?</p>

Evaluative approach	M&A system component	Elaborated question
Program management and social control	Social agents fulfillment	What are the social agents level of satisfaction concerning their pay and work conditions?
	Federal entities relationship	How is the relationship between the federal entities in the implementation of PELC? What is the role of each realm?
	Administrative and financial implementation	Is the agreement systematic compatible with the proposed methodology? What are the administrative difficulties faced by the agreement and by the implementation of PELC? Is there program co-financing?
	Social control efficacy	What is the participation and influence of the social control entities? Is there entities' understanding of their role in PELC? Is there support and strategy for the entities to perform their functions?
Social, economical, emographic and cultural aracteristics of PELC's users and of the community affected by the program	Users' profile	Age, education level, health status, access to cultural assets, income, access to public policies and others.
	Object community characteristics of PELC's performance	Mapping of cultural assets, state action identification in the territory, and available infrastructure for the leisure and sports activities, sanitation, housing situation, and others.

From the described components, the indicators and the research strategies will be designed in order to observe, measure, or describe the components.

Theoretical contribution of the first phase and challenges for PELC

From an analytical perspective, the object and design of sports and leisure public politics may fall within the definition of a social project

by Nogueira.¹⁵ He defines a social project as a set of action promises and commitments aimed at an end: more specifically, the predictions of deliberate behaviour. The purpose of a social project is “to have impact on individuals or groups”.¹⁶ There is no standard model for every project, so each one will need different levels of values, attitudes, and behaviour from the implementers as well as the beneficiaries themselves.

Nogueira establishes a typology to classify social projects, taking into account two dimensions: the task programmability and the interaction with the users. The first dimension shows the need or not for project execution variations, routinization possibilities, and activities formalization. The latter refers to the implementer’s need of interaction with the receiver for the legitimacy and functioning of the policy.

The author uses these two variables to present four types of social projects. The first has high programmability and low interaction with the users. This would be a simpler situation and would involve policies which do not need users’ mobilization to be implemented, as, for instance, programs of income transfer, such as the *Bolsa Família* program,¹⁷ sanitation, and others. The target audience is considered homogeneous and receives similar treatment, with standardized benefits. The organizational model is bureaucratic and the policy implementers have a low power of decision, following predefined tasks in a hierarchical structure.¹⁸

The second category has high programmability and intense interaction with the users. This mobility is, according to the author, represented by programs for basic health care, in which the management may be central and programmed, but the implementers have to have decision-making ability in order to serve the population.

A third type suggested by the author refers to the projects which has programmability and low interaction with the users, represented by the emergency, punctual, and circumstantial programs.

The fourth category of policy represents projects that have programmability and high interaction with the users. These modality programs have their “actions designed according to the needs or specific situations of the receptor”.¹⁹ The social projects in this category

depend on the legitimacy of the activities from both operators/managers and users, whose participation is crucial to the actions' functioning. Furthermore, this type of social project involves low formalization and activities routinization, low consolidated technical contexts, high operator's discretion, and decentralization of the actions.

Considering this typology (categorization), it can be claimed that PELC falls within the social program category of low programmability and high interaction with the user. The actions' operators, in spite of following guidelines, are constantly changing their actions and making decisions according to the developed work in the community and with the people.

It is observed, in PELC's work process description, that the action's operators (agents/social educators) need to interpret the social context, the place, and the audience's cultural diversity, subjective aspects which surround the individual's relation to the concerned object, leisure, and thus need to consider the situation specificity to guide their actions, which are governed by the operators' autonomy. Along with this expectation of performance, it is also expected that the program's successful outcome will be its appropriation, in a self-managing perspective, of sports and leisure action in, and by, the community.

The challenges of a program under the categorization given by Nogueira are several, with a distinct dimension. In the case of PELC, some indicators of these challenges can be noted during the data collection process in the conception phase, among which stand out:

1. Social agents'/educators' qualification. The high discretion of the actions' operative agent presupposes that he/she has enough theoretical and methodological contribution to "navigate" the diversity of demands/needs in the social and cultural contexts, in the subjective aspects which mobilize the individual and group interests in the leisure practice. Finally, the qualified professional performance consistent with the program's principles and guidelines, in order to guarantee its identity as national public policy in the local operational context. This challenge refers to the formation and knowledge production by PELC/Rede CEDES.

2. In this sense, the necessity of a qualified professional performance because of the high discretion and PELC's low programmability to ensure actions coherent with the program's principles and guidelines raises a point about the relationship between the social agents' qualification and the effectiveness of those actions, understood as a positive contribution to the problem situation. An initiative, for instance, would be the training of social agents from the same community which allowed the project's continuity after its conclusion, under a self-management perspective. In the qualification process for performing at PELC, the social agents' action is related to the understanding of the reality in which the project is inserted, which requires making decisions along in the course of the actions' achievements.²⁰ Accordingly, the prescriptive and technical approach needs to be joined to the theoretical and methodological basis in the leisure field, which allows these individuals to have a more qualified performance. Another question that arises concerns the knowledge produced during the work, in order to record, analyze, and evaluate the actions for the project's improvement.
3. Heterogeneity in the understanding of the program was observed, which concerns its purpose and methodology in the questionnaire answered by the participants at the registration meeting. This finding reiterates the need for a clear and minimally regulated design for the program. The program design should ensure the main communication values as clearly and objectively as possible. The high level of concept subjectivity, or imprecision, makes it difficult the knowledge transfer and turns the discretionary power of the action operator into a regulatory power of action. This risk descharacterizes the identity of public policy and undermines the legitimacy accorded by the citizen.
4. The program's financing: time, self-management, and autonomy. The challenge is to build a dynamics of financing that takes into account the community organization dynamics, to independently assume the offer of sports and leisure activities. This challenge refers to a non-linear time and process.

5. The self-management being questioned by the user citizen regarding the implementation of guided physical activities in PELC-Vida Saudável.²¹ How to accomplish them without support from a qualified professional?
6. The user citizen, in the focus groups, was not able to identify which public policy sector is responsible for PELC. In attempts to answer, they risked health or state education. It is necessary to add elements which relate PELC to the sports and leisure policy, aiming to strengthen the public policy and program identity.

The accepted challenges signal some necessary reflexions by the managers and operators of PELC concerning the program design and its implementation strategies. At this stage of the research, it was not intentional to produce content that would allow the program results judgment. But it was possible to, on occasion of the evaluation components survey, identify important elements in the environment analysis to perform the research and the mentioned challenges.

It was observed that the environment for the achievement of the next research phase is satisfactory, despite the diversity of interests involved in the program and in the research itself. They are diverse, but all converge towards the importance of PELC to guarantee the right to sports and leisure. This alignment favoured a minimum pact in the application of assessment for the purpose of improving the processes and program adjustments, aiming at its consolidation as public policy.

Translation: Miriam Vieira

Notes

- ¹ Research entitled: "Sports and Leisure in the City and Second Half Programs Evaluation: evaluative method elaboration", under the supervision of PhD professor Eustáquia Salvadora de Souza, PUC Minas, and carried out by part of the research group Centro de Estudos de Educação Física, Esporte e Lazer from PUC Minas. The research is sponsored by the Brazilian Ministry of Sports.
- ² Sports and Leisure in the City Program.
- ³ Recreational Sports and Leisure Development Centre.
- ⁴ Second Half as in a soccer match.
- ⁵ Sports and Leisure in the City
- ⁶ Painting Citizenship
- ⁷ Zingoni and Marcellino apud PINTO, 2007; MARCELLINO, 2008.
- ⁸ Zingoni apud PINTO, 2007.
- ⁹ Monitoring and Evaluation System
- ¹⁰ This is a method for project development, but adaptable to continuing actions. It is designed for assembly the main elements of a project: general and specific objectives, products or immediate results, activities, indicators, means of verification, and premises. The Logic Mark is based on the social research scientific method, structuring the projects on a chain of hypotheses about the cause and effect relations involved in the coping of the concerned problematic, according to Zingoni e Ribeiro (2006).
- ¹¹ Matus (1987) criticizes the traditional model of planning, which is based on the normative view, and proposes a model that starts from the problem explanation and real facts, comprehending them in a context of particular connexions. Thus, he defends the formulation of a model of description and of problem explanation which identifies the complex of relations between the multiple processes, in different plans and spaces, and with the actions of multiple actors and interests.
- ¹² ARMANI, 2002.
- ¹³ BARREIRA, 2000.
- ¹⁴ BARREIRA, 2000.
- ¹⁵ NOGUEIRA, 1998.
- ¹⁶ NOGUEIRA, 1998, p. 7.
- ¹⁷ Note of translation: Bolsa Família is a kind of assistance given to parents that earn less than the minimum wage to make sure their children are attending public school.
- ¹⁸ NOGUEIRA, 1998.
- ¹⁹ NOGUEIRA, 1998, p. 18.

²⁰ NOGUEIRA, 1998.

²¹ Healthy Life.

References

ARMANI, Domingos. *Como elaborar projetos: guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. *Avaliação participativa de programas sociais*. São Paulo: Veras Editora, 2000.

MARCELLINO, N. C. (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Alínea Editora, 2008.

MATUS, Carlos. *Política, planejamento e governo*. Brasília: IPEA, 1997. t. I e II.

MINISTÉRIO DO ESPORTE, PELC. *Material didático*. Brasília: SNDEL/PELC, 2008. Mimeografado.

MOKATE, Karen Marie. *Gerencia social: un enfoque integral para la gestión de políticas y programas*. Nova York: Banco Interamericano de Desarrollo, mar. 2006. Serie de Documentos de Trabajo I-56.

NOGUEIRA, Roberto Martinez. *Los proyectos sociales: de la certeza ominipotente al comportamiento estratégico*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 1998. Serie Políticas Sociales.

PINTO, L. M. (Org.). *Como fazer projetos de lazer: elaboração, execução e avaliação*. Campinas: Papirus, 2007.

ZINGONI, Patrícia; RIBEIRO, Carla Andréa. *Elaboração, monitoramento e avaliação de projeto social de lazer*. Brasília: SESI/DN, 2006.

Fernando Marinho Mezzadri
Isabel Cristina Martines
Fernando Augusto Starepravo

Initial considerations on public policies of sport and leisure in the municipalities of Paraná

Introduction

In this article, we present some of the results obtained from the completion of the project “Diagnóstico das Políticas Públicas para o Esporte e Lazer no Estado do Paraná”,¹ carried out by the Sports and Leisure Public Policy Research Group, from the Sports, Leisure and Society Research Centre (CEPELS), of the Universidade Federal do Paraná.

This research has been done since 2004, with the support of the Ministry of Sport, by Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer).² Broadly speaking, the study conducts a survey and makes an analysis of the sport and leisure public policies implemented in the municipalities of Paraná, aiming to establish a database on the actions of Paraná’s Sport and Leisure municipal secretariats.³ In its first phase, eighteen cities divided into two groups were analysed: the first was composed of Paraná’s coast municipalities (Guaratuba, Pontal do Paraná, Morretes, Antonina, Matinhos and Guaraqueçaba), while the second group consisted of cities with more than 100 thousand inhabitants (Londrina, Foz do Iguaçu, Cascavel,

Maringá, Colombo, São José dos Pinhais, Araucária, Piraquara, Apucarana, Guarapuava, Cambé, and Campina Grande do Sul).

The data were collected by means of semi-structured interviews, done with the sports and leisure municipal secretaries or the like. This interview protocol was composed of three guiding principles: *administrative structure*, comprehending questions concerning the organizational structure and the workforce of secretariats or sport municipal departments; *public management*, which included questions of planning, partnerships, participation, budget and funding for sports and leisure; *projects and events developed in the municipalities*, attempting to understand the objectives of the actions developed, the functions, and the audience in the municipalities.

Concerning the theoretical-methodological grounding, the research used different approaches according to the three central guiding principles. However, searching for references that would allow us to analyse the field in which sports and leisure public policies are formulated and implemented in Paraná and, above all, the structures and responsible agents for the sport and leisure offer, we met some interpretative categories in the approach developed by the French sociologist Pierre Bourdieu (1930-2002), with which we developed our thought on the analysis.

Once we understood that Bourdieu “inscribes his theoretical assumptions in an analysis model that involves social agents, structure and arrangements in a constant interaction process”, as noted by Marchi Jr.,⁴ we could identify the instrumental concepts in the Bourdieusian approach concerning this social space. It seems reasonable to say that the interpretative categories developed by the sociologist make an applicable theoretical framework for analysis of the structure and agents involved with developing and offering public policies on sport.

For the moment, we will try to synthesize from the collected data, some regularities found in different municipalities with regard to sport and leisure public policies, for the purpose of first designating the agents, structures, and practices inherent in the social space within the limits of the bureaucratic field – represented by the state agents – and

the sporting field – which brings with it a series of properties and disputes inherent in sports, its agents, and its institutions.

Initial information towards understanding the field

The collected data during the initial phase of the research allowed us to set out the organizational structure designed for sports and leisure in three basic dimensions. The first structures are formally organized into sport and leisure municipal secretariats, with the bureaucratic levels quite well consolidated in sport and leisure departments, divisions, and coordinations. In this case we find the cities of Foz do Iguaçu, Cascavel, Maringá, São José dos Pinhais, and Araucária, with clearly defined proposals and a high level of bureaucratic complexity.

The second block distributes or shares the sport and leisure structure with other social intervention areas. In cities such as Colombo, Piraquara, Campina Grande do Sul, Guaratuba, Pontal do Paraná, Morretes, Antonina, Matinhos, and Guaraqueçaba, there are no specific Sports and Leisure municipal secretariats. In these locations, the sport and leisure departments are inserted in several municipal secretariats, not following, apparently, any regularity in the organization. These departments, responsible for the sports and leisure public policies, are inserted in municipal organs such as the Secretariat of Education and Sports, Secretariat of Education, Culture and Sports, Secretariat of Culture, Tourism and Sports, Secretariat of Industry, Commerce and Sports, and Secretariat of Culture and Sports. This lack of direction shows a gap between the conceptual definition of this field of and City Hall's administrative structure, since the actions are justified, as a priority, by the leaders' willingness.

In the third block of the bureaucratic structure we find the municipality of Londrina, which organizes its structure from a sport and leisure foundation, set up as an autarchy, holding greater autonomy from the City Hall's central administration.

Besides the formal bureaucratic structures here demonstrated, we understand the importance of checking the extent of these structures; in other words, to observe the possibility of decentralizing actions in the sport and leisure field. Among all the researched municipalities, only Araucária and Maringá have decentralized formal structures. This fact, however, does not effectively guarantee the transfer or delegation of power to decentralized structures for planning, making decisions or managing the central government's public functions. Here we note that, regardless of the city's size or its economic development, the decentralization of actions is not a key-element in the bureaucratic structure.

Another step in the description of field composition occurs when we verify who are and where we can find the agents responsible for the development of sport and leisure public policies at the core of the sport and leisure municipal state structures. For instance, we can mention the case of two cities with a similar population, approximately 100 thousand inhabitants, Araucária and Piraquara, both a part the Metropolitan Area of Curitiba. Despite their similar size, the cities show quite distinct social-economic conditions. Piraquara's Gross Domestic Product (GDP) is one of the lowest in Paraná, while the funds raised by Araucária's City Hall is the second largest in the state, since it is the refining and fuel distribution center of the state. In this context, Piraquara has twenty professionals involved in the Municipal Secretariat of Sports and Culture – only two of them are Physical Education professionals – while Araucária's Sports and Leisure Municipal Secretariat's workforce employs a hundred and twenty people, and seventy of whom are Physical Education professionals. This significant difference certainly deepens inequalities as well as social intervention possibilities.

In this movement, one of the relevant questions in the description of agents who comprise the field is the great number of bursars/interns in the sport and leisure municipal structures. It is possible to note that, apart from the size of the municipality, the number of interns is always superior to the number of hired teachers. This picture is extremely

worrying, since the sport and leisure programs and projects management is in the hands of individuals who are still in training.

Moving forward with the understanding of the field in which sport and leisure policies are formulated and implemented, we offer some possibilities of understanding of the public management of the municipalities, emphasizing planning, partnership, participation, budget and funding for sport and leisure.

Concerning popular participation in public policy discussion and planning, we realized that the majority of the municipalities do not have sport and leisure municipal councils: Londrina is the only city that has a council, but it is specifically administrative and attached to the Foundation of Sports. In some cities, such as Foz do Iguaçu and Maringá, the interviewers justified the lack of a municipal council for sports and leisure by claiming that the “political agents” are contrary to its constitution, since it is an empowering instrument of the population.

The creation of sport and leisure municipal councils may be one of the steps towards direct democracy, which, according to Bobbio,⁵ represents “a real reversal in the development of democratic institutions; such a reversal may be briefly summed up in the following formula: from state democratization to society’s democratization”. This situation contrasts with the current one, considering the delegation of functions and decision making, called representative democracy by Bobbio.⁶

We understand that democracy only becomes stronger with citizens’ participation and their control over political actions. Thus, the incorporation of sports and leisure as a citizen’s right depends on society’s participation in public actions, and one of the ways is the creation of sport and leisure municipal councils.

Concerning popular participation, we found that only the city of Araucária holds specific public hearings for sport and leisure – six hearings a year. In the other researched cities, society does not take part in the government planning. Sometimes it is possible to notice society’s representation in the sport and leisure municipal state structures through neighbourhood associations, as in the cases of Londrina, Foz

do Iguaçú, Cascavel, São José dos Pinhais, Guaratuba, and Maringá. In these municipalities, the representative model is clear, which, according to Bobbio,⁷ takes place through the delegation of power from the citizens to the politician or to the managers of associations.

To sustain the planning of sport and leisure municipal state structure in an efficient and structured way, the presence of a guiding government plan is imperative, necessary to determine and sustain the objectives and goals outlined by the management. Meanwhile, only Londrina, São José dos Pinhais, and Maringá had specific government plans for the sport and leisure field. The other municipalities did not have any management plan that might somehow guide their actions.

The public management of sport and leisure in these municipalities, analysed from the theoretical viewpoint of Spink,⁸ corresponds to traditional management, because

it concerns a management composed in an authoritarian way, in other words, the management took place from the centralization of power governed by bureaucrats, who interpret the social, political, economic and cultural needs of the population. The citizens' representation in the government decision making does not happen directly, because we have to take into account that the society cannot always afford or does not have access to political confrontation in a democratic way with equal opportunities.

We may say therefore that actions occur on demand and from the willingness of the leaders themselves, without predetermined planning and without society's direct participation in the making of public policies.

Traditional management, hegemonic in the sport and leisure municipal state structures, contrasts with the participative management idea, defined by Spink,⁹ as

the ground of management by the public; the citizen's direct and not indirect presence in the public domain as someone "present", and who has rights and duties to the other members of the society. The management is no longer public, but collective; knowledge is a social and not individual asset. The citizen is in the State and this

State as a social construct is intertwined with society and simply loses its symbolic force, thus disappearing.

Another relevant factor to the understanding of sports and leisure management in the municipalities are the established partnerships between sports and leisure municipal structures and institutions such as clubs, schools, neighbourhood associations, private companies, non governmental organizations (NGOs), political parties, and religious groups, among others. There are partnerships in all the analysed cities, which take place in diverse ways: usually the clubs and schools help by making available their venues and physical structures, such as gymnasiums, pools, and so on. In a few cases, companies provide food, prizes, and sporting equipment, in addition to sponsoring municipal teams in partnership with the government.

The sport and leisure activities, such as sporting and recreational events and commemorations, often occur with the exclusive support of public organs. In most analysed cities, we noted that such contributions occur through the provision of sporting and recreational materials, prizes, and venues, as well as assistance in the organization of the technical part of the events.

The partnership between public organs and private institutions also becomes effective through the private institutions' funding via the government in two ways: the most common is the transfer of funds through the payment to athletes, the purchase of medals and trophies for specific groups, the payment to referees in championships, the purchase of sporting equipment – in these cases, there is no pre-established criteria by the government. The second possibility of resource transfer is municipal incentive laws for sport and leisure, which, on the other hand, usually aim at funding athletes and institutions, with criteria for beneficial selection and monitoring of public resources.

Although the sport and leisure municipal incentive laws constitute a legitimate form of funding, the allocation of funds is usually only a part of the whole budget of the sport and leisure municipal state structures. In this direction, the data indicate that the funding resources focused on the sport and leisure municipal state structures

are essentially municipal. However, the funding allotted to sports does not correspond to their actual importance to the citizen and society, when we visualize the percentage of the municipal budgets. The highest was found in Maringá, where about 2.74% of the municipal budget is allotted to the development of sport and leisure actions. At the other extreme, we noted that the city of Londrina allots only 0.5 % of its total budget to the municipality Sports Foundation, according to Chart 1.

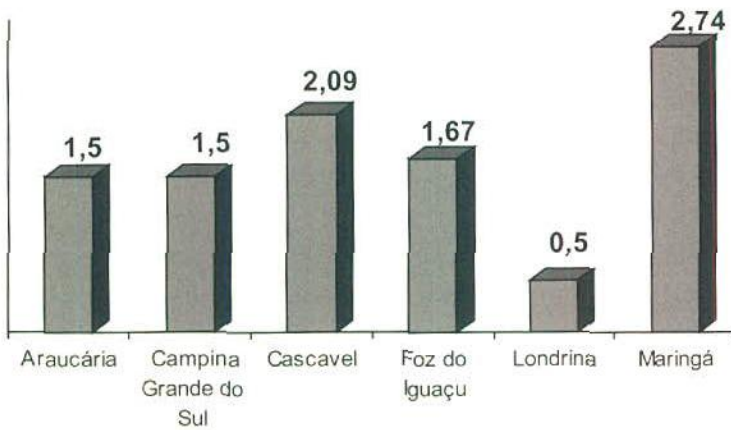


Chart 1 – Percentage of the municipal budget designated for sport and leisure.
 Note: The cities not included in the chart did not provide information

Besides the amount of funds allotted to sport and leisure structures, we should note how much and where these funds will be applied. As shown in Chart 2, in the observed cities, on average about 70% of the budget is allotted to sports (performance and education) and 30%, or less, to leisure.

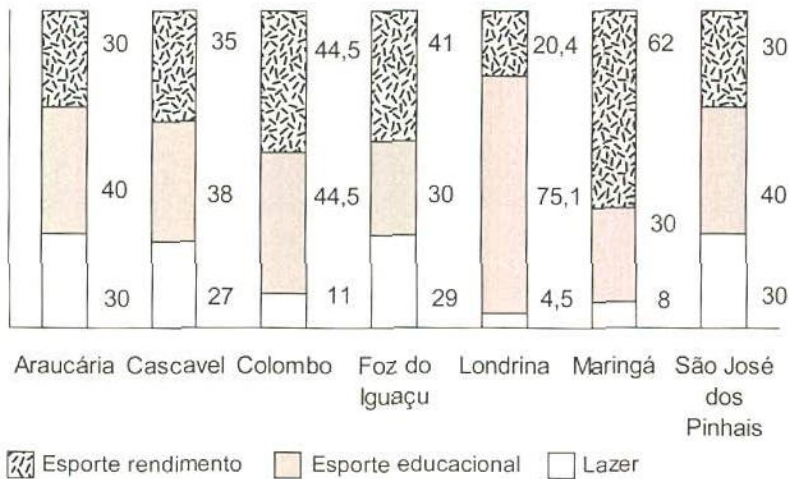


Chart 2 – Percentage of the funds allotted to sports and leisure by responsible organa for sports performance, sports education, and leisure

Note: The cities not included in the chart did not provide information.

In the search for field regularities in which the sports and leisure municipal public policies are currently formulated and implemented, we have certain specific information on the ongoing programs, projects, and events in the sport and leisure municipal structures.

As for the cities with more than 100 thousand inhabitants, all have projects underway in the sports performance area. Thus, the diversity of proposals is related to kind of sports and not to the offer of sports and leisure to different age groups.

As to the activities offered to the physically challenged, only the cities of Campina Grande do Sul, Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, and Maringá provide some sort of action to this specific group. Regarding projects for the elderly, we noted that they are usually actions taken together with the social assistance municipal secretariats and only one city (Colombo) provides activities for both the elderly and the physically challenged.

On the other hand, when questioned about the projects in the areas of nature sports, leisure, and urban sports, the answers of the interviewed secretaries indicated that there is no systematized project in this

direction. There are only some on-off events organized by the sport and leisure public municipal structures and/or sponsored by them.

In Parana's coastal municipalities, we realised that there are practically no projects or programs in the sport and leisure area. There are only some occasional events, basically during the summer. Accordingly, actions are clearly lacking in these cities, as there are no permanent projects, which can be analysed from two possible factors: the different public administrations do not provide projects in these intervention areas or the break between one political mandate and another significantly impairs sport and leisure development. There is a trend toward confirming the first hypotheses, since both municipalities in which their new administrators took office in the beginning of 2005, and also those that re-elected their mayors showed the same traits of lack for *sports and leisure actions*.

Notwithstanding, there is a common practice in both large cities as well as those on the coast: participation in the official games of the state government. All cities but Piraquara and Guaraqueçaba took part in the School Games, University Games, Youth Games, and Open Games. These competitions eventually became the basis for sport and leisure municipal public policies in the researched cities.

From these findings, we can note that the actions taken by the City Halls reproduce the directions of sports performance, a model which, according to Mezzadri,¹⁰ has been inserted in our society since the 1950s.

Final considerations

The reflexions herein offered show at least five main relevant points to the discussion: 1) the bureaucratic definitions and the sport and leisure role in society's development, because there is a lack of a basic concept that permeates sport and leisure in their insertions in the other *municipal secretariats*; 2) *the disproportionate amount of professionals and interns inserted in the sports and leisure municipal state*

structures, since, apart from the municipalities' economic situation, this is a common practice; 3) the lack of a definition in the government planning, management, and funding – thus the interventions have been the exclusive responsibility of occasional and disconnected actions of a single plan of sport and leisure state structures; 4) the relations between social control and the lack of municipal public hearings, which affects the population's participation; and finally, 5) the developing projects in the cities, which are basically directed at the sporting practices that aim at the athletes' training or improvement. It is rare to find proposals for the physically challenged, the elderly, women, workers, urban sports, and nature activities, among other possible sporting manifestations.

These were some observed points in the initial phase of the study, which, in its turn, does not end here, because the progress of the research has led us to search for more data and further analysis, with the main goal of qualifying the discussions and interventions in the areas of public policies designed for sport and leisure.

Translation: Miriam Vieira

Notes

- ¹ Translator's note: Paraná State Sports and Leisure Public Policy Diagnosis.
- ² Translator's note: Recreational Sports and Leisure Development Centre – Rede CEDES.
- ³ The state of Paraná is in the Southern Region of Brazil, occupying almost 200,000 km², divided between 399 municipalities. The population count conducted by IBGE in 2007 shows that its population is approximately 10.3 million inhabitants, which represents sixth place among the most populated states of Brazil, having 81.4% of its population in the urban area. For further information, consult the works of Magalhães (2001), Pereira (1996), and Wachowicz (2001).
- ⁴ MARCHI JR., 2002, p. 85.
- ⁵ BOBBIO, 2003, p. 56.
- ⁶ BOBBIO, 2003, p. 56.
- ⁷ BOBBIO, 2003.

⁸ SPINK, 1993, p. 74.

⁹ SPINK, 1993, p. 74.

¹⁰ MEZZADRI, 2000.

References

BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. 10. ed. Brasília: Editora UnB, 1997.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BOBBIO, Norberto. *Entre duas repúblicas: às origens da democracia italiana*. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

BORGIANI, Elisabete; MONTAÑO, Carlos. *La política social hoy*. São Paulo: Cortez, 1999.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência política*. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. 3. ed. Campinas: Papirus, 1990.

ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Edições 70, 1970.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 2.

FISCHER, Tânia. *Poder local: governo e cidadania*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard. *Norbert Elias: a política e a história*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *Nações e nacionalidade desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

- JACOBI, Pedro Roberto. *Políticas sociais e ampliação da cidadania*. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2000.
- LUCENA, Ricardo de Figueiredo. *Esporte na cidade: aspectos do espaço civilizador brasileiro*. Campinas: Autores Associados, 2001.
- MAGALHÃES, Marion Brepohl. *Paraná: política e governo*. Curitiba: SEED, 2001.
- MARCELINO, Nelson Carvalho. *Lazer e esporte: políticas públicas*. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2001.
- MARCHI JR., Wanderley. Bourdieu e a teoria do campo esportivo. In: PRONI, Marcelo; LUCENA, Ricardo (Org.). *Esporte: história e sociedade*. Campinas: Autores Associados, 2002.
- MEZZADRI, Fernando Marinho. *A estrutura esportiva no estado do Paraná: da formação dos clubes às atuais políticas governamentais*. 178 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889*. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.
- SPINK, Peter. Descentralização: luto ou luta? In: FISCHER, Tânia. *Poder local, governo e cidadania*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.
- ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso*. Campinas: Edunicamp, 1996.
- WACHOWICZ, Ruy. *História do Paraná*. 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

Patrícia Z. M. de Moraes
Vânia Noronha
Duval Magalhães Fernandes
Maria José G. Salum

Sports and leisure
public policies, and the
social inclusion of the
young involved in violent
environments

Principles for the PRONASCI/PELC
program

Context: the young and violence

The Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Belo Horizonte, carried out, from January 2008 to January 2009, research¹ in Ribeirão das Neves, Minas Gerais, in order to develop and implement a socio-populational and cultural evaluation (sport and leisure). It was systematized in a way to build support for developing policies of inclusion for sport and leisure, aiming at the young who are at risk of violence. Those policies were developed by the Ministry of Sports and the National Secretariat of Sport and Leisure Development.

As part of the results of this research,² this paper presents a proposal of concepts and principles for the Programa Nacional de Segurança Pública³ (PRONASCI/PELC⁴), based on the evaluation conducted in Ribeirão das Neves, Minas Gerais.

This research project used different instruments to collect data, such as documentary and literature research, surveys, focal groups, and interviews. Its main focus lies on the young in conflict with the law, since these people – more than anyone else – are being held *responsible for the increasing violence, crime, and homicides in the cities*. However, on

the other hand, they are also thought to be victims of negligent public policies as far as their wants and needs are concerned with regard to education, family, and other areas.

The research focused on a group of the PRONASCI, which includes people aged 15 to 24. The aforementioned research was based on the assumption that sport and leisure can contribute to reducing social exclusion, and in its consequences, violence. PRONASCI, which was developed by the Ministry of Justice, seeks to articulate a public safety policy together with social measures to fight the causes of violence, not just its consequences.

One of the current problems that have drawn more attention from society is violence. This term is used to mean a variety of situations that lead to controversies. In some ways, violence refers to people in poverty and socially unequal conditions, i.e., to the parts of society which are greatly vulnerable and most seriously threatened. Young people represent these groups very well and are, simultaneously, the main victims and agents of this problem. We believe, therefore, that violence is one of the biggest challenges to be faced in outlying areas of large urban centers. That is due both to its negative impact on the young's quality of life and to what concerns the social and economic development of municipalities and regions where these youths live.

This is the case in Ribeirão das Neves, a municipality of the Metropolitan Region of Belo Horizonte (MRBH). Having been emancipated for the last 56 years and situated 23 km from the capital, Ribeirão das Neves has Belo Horizonte, Contagem, Esmeraldas, Pedro Leopoldo, and Vespasiano as its neighboring municipalities.

In 2007, the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵ estimated the population of Ribeirão das Neves at 329,112 inhabitants, making this city the fourth most important among the 28 which comprise the MRBH. In 1970, the city occupied 17th position of all MRBH municipalities. This change occurred due to the rapid population growth between 1970 and 1980 – 21.36% of a geometric annual rate – the highest in the region. Between the last two censuses, 1991 and 2000, the average annual growth rate was 6.30%, while the state of

Minas Gerais registered 1.96%, surpassed only by the rate observed for Betim and Esmeraldas, the latter being in Ribeirão das Neves' neighboring area.

Historically, the municipality has had important activities related to trade and services that catered primarily to the Agricultural Prison José Maria Alkimim (inaugurated in 1937). Years later, the Correctional Centers Antônio Dutra Ladeira, Luís Soares Rocha, as well as the Penitentiary Gonçalves José Branches were built. This situation led to the notion of a "prison town", a stigma cast upon the municipality.

The existence of such prisons is one of the factors which contribute to population growth in Ribeirão das Neves. Convicts from various cities of Minas Gerais and the country are sent to the previously mentioned Correctional Facilities, and, along with them some of their families. These people settle in the city in precarious conditions. Without a fixed place to live, labor and employment, the social problems of the municipality have risen rapidly.

In addition to this "forced" migration process, there is speculation, which is the result of joint factors such as the expulsion of residents from the dynamic center of MRBH together with the public authorities' leniency towards irregular settlements. In contrast to the situation in the municipal capital, the district of Justinópolis, closer to Belo Horizonte, has been under a process of co-urbanization to the state capital since the 1960s.

The process of social exclusion of the population is clear and reflects not only in economic indicators, but also on broader social issues, such as the Human Development Index (HDI). The HDI calculated for the municipality was 0.749, which set Ribeirão das Neves in 15th place in the context of the previous index for the municipalities of MRBH. It has almost the same HDI as Azerbaijan (0.746).

The results of these factors cannot be other than the intensification of violence, which is a growing tendency in the city, affecting mostly young people aged 15 to 24 years old, who represent 61% of victims of murders in the city (Institute VER, 2007⁶). The report of this institute places the problem of violence and crime in the city as an emerging

issue to be faced by the local government. The State Administration can not be left solely in charge of criminality because of their control over armed forces. This situation must be supported by local interventions. The role of the municipality in solving the problems caused by violence is a reality that cannot be omitted any longer.

Analyzing the data presented in the research, we emphasize three major problem areas to be considered in relation to sport and leisure.

According to the *first focus, the data show issues related to various concepts of leisure for people working with social programs and projects in the municipality*. Frequently, throughout the interviews, the comprehension of leisure is reduced and limited to the understanding of those activities possible to be experienced in leisure time. Some statements provided paradoxical, yet important elements of leisure. For instance: a) available time spent outside labor duties (it is noticeable that work is also indispensable in the life of young people from Ribeirão das Neves, b) activities that enable the experience of playfulness, pleasure, the freedom to do pleasant things, c) seeking well-being and care of a fundamental need for a balanced life, d) rights, e) the same sense of work, f) responsible practice, g) space for the experience of different cultural interests as sports and the arts, h) educational tools.

When asked about the relationship established between leisure and crime, and, furthermore, if this phenomenon would help to divert young people from crime, interviewees are unanimous in saying that "leisure can contribute a lot, indeed." Thus, leisure is perceived as a resource to minimize (and even hide) broader social problems such as lack of employment and education. It can be seen in a determinist view, a kind of fatalistic perception, i.e., either young people get involved in leisure or they will be doing wrong things. The idea here is that leisure is good and those who do not experience it are more likely to "enter the world of drugs and become an evil person."

This thought is confirmed in the speech of the interviewees that, in general, say the same for sport: "Sport is considered an activity that deals with young people's health and discipline. If they make an effort, they don't go astray", "Sport can bring an opening to another world

which is not just that of drug addiction, murder, or taking advantage of someone,” “[sports] can take young people away from drugs, crime, and idleness,” “[sport] deals with the idea of coexistence, winning and losing.”⁷ The reports indicate that building sports courts could contribute towards defeating crime in the city. One interviewee stresses that “an idle brain is the devil’s workshop” and says the young “are in their own community and do not need to leave there to do wrong things; if they have no other option, they go to crime.” Another interviewee reports that “when the young have no room, they return to where they live and to idleness. An idle young man is a juvenile in conflict with the law.” Some cite the reduction in crime rates and homicides in regions where the program called *Fica Vivo* [Stay Alive] is held. Moreover, they warn that building spaces for youth is not enough, because they may be occupied by drug dealers: “Building those places is something that must follow certain steps and should be under maintenance and provide security for users.” Many consider leisure as a form of participation “since they’re concerned about physical activities, practicing them, they are not thinking about so many bad things.” It is noticeable that sports also involve emotional equilibrium and a sense of belonging to the place, raising the residents’ self-esteem, “the young man begins to realize that by performing certain things he is seen as a person, he feels important, valued.” So in that sense, “they tend to move away from marginality. The arts, leisure, and sport allow them to do so. I believe it is a very strong mechanism of prevention.”⁸

In fact, it was frequently observed in people’s interviews, especially from Public Managers, that leisure is understood as a kind of the redemption for social problems. In addition, the interviews demonstrate that a lack of leisure in urban areas is considered the main reason for marginality, homelessness, the increasing use of drugs and violence, etc.

The second focus of preoccupation – based on the survey conducted in this study with the target population – regards the precarious conditions of the urban infrastructure in Ribeirão das Neves. For historical reasons, the process of occupation of the city was disorganized

and inconsiderate regarding urban planning. What is seen today is a city composed of three distinct urban areas (Central, Justinópolis and Veneza). These areas practically have no functional link between them. Ribeirão das Neves has already several areas of outskirts, and continues to see a continuous flow towards “slum” neighborhoods, due to the low investment capacity of the municipal government and little commercial attractiveness to foreign investment.

Despite the fact that public spaces are identified as sources of pleasure, these spaces do not show – according to the interviewees – any conditions for their full realization. The barriers that prevent them from becoming mechanisms of socialization and citizenship range from poor infrastructure to minimum conditions of security. The understanding of the poor infrastructure comes from the comparison established with the known public spaces in the neighboring cities of Ribeirão das Neves, “I wish there was a sports court just like the one in Mantiqueira district, very lively and fun,” or “There could have been more parties in the city, just like in Pedro Leopoldo”, “When I’m looking for fun, I go to Belo Horizonte. There’s a park [municipal] there, and once in a while, they give out stuff for free. Fun for free is good, isn’t it?” The specific socioeconomic conditions of these young people contribute to lower their self-esteem as they realize that the space available for leisure is inferior when compared with that of their neighbors, “Let me tell you, you definitely do no good in building a sports court with low-quality material. That will be over with in a month just like everything here is”.⁹

The precarious conditions of public spaces were not limited to their infrastructure. It was evident that using these spaces safely is a key-point for the analyzed focal group. The demand for the safe use of public spaces – always in accordance with the interviewees’ perception – ranges from street lighting to the depreciative image of the local police:

They say that nobody from the police can beat you if you are under 18. But they come and do so. The ones from Pica Pau and Genaro (districts) are the worst. They come in the middle of the night!

The cops come when you are returning from a party and beat you all over again and just don't care! We can't do anything with these people on the streets. The only way is to take them off from the streets so that we can hang out...¹⁰

The comprehension of the police as an embarrassment and even threatening obstacle is also supported by a notorious lack of respect of the young, which is noticeable. Respect, which should primarily define the nature of youths within their families, rarely exists or is deeply fragmented. However, the construction of that image is not the sole product of the condition of the young who were interviewed.

In the third focus, we perceived an interconnection among the aforementioned challenges. Thus the diagnosis carried out to develop the Policy of Culture, Sport and Leisure of the City (2006)¹¹, and the data of the Municipal Sports and Leisure Conferences (2004 and 2006) and the Municipal Culture Conference (2006) allow us to identify three other issues worth mentioning.

The first is related to poverty and the increasing population density. Under these circumstances, the people, while living with several social problems, face difficulties in accessing the basic living conditions envisaged by the Constitution of 1988, including the right to culture, sports and leisure. As a result, meeting the demands of the population is hampered by insufficient financial resources needed for investment in culture, sport and leisure. Moreover, such assistance has also been hindered by paternalistic and discontinuous political experiences that promote mistrust and the demobilization of the population for action in these areas.

The second refers to the scarcity of opportunities towards the population's free choice of practicing culture, sport and leisure activities. This is a reflection of the insufficiency of suitable public places for the city's experiences as well as a lack of knowledge (initiation and refinement) on diverse modalities and demonstrations to expand opportunities to the entire population.

The third concerns the lack of appreciation of local identity and its cultural diversity, especially because the population of Ribeirão das

Neves has various places of origin. The city was mainly formed by a migration process that started with the convicts' families. The lack of cultural appreciation, highlighted in all groups and sources consulted, has influenced the image that people have of their city, the population's lack of awareness of their history and cultural references and, above all, their self-esteem, especially young people from 15 to 24.

In this context, there is an increase in the recognition that sport and leisure are experiences that generate a new cultural attitude, which implies confronting the factors that cause and generate violence in our country. There are several social projects concerning sports and leisure that offer cultural interventions to the young. Those projects provide alternatives to the world of drug-dealing, unemployment, alcohol abuse, lack of a perspective of life, among others, and it also enhances the population's self-esteem. However, several of these proposals – which claim to express the desire for change emanating from the people – actually seek to maneuver and control social practice. Therefore, we must be alert to the present mechanisms in society, since they may reproduce the current framework rather than lead to new practice.

To overcome such situations, we must invest in education through and for sport and leisure, seeking to understand how and why we also face constraints of all kinds in the previous practices. Among those constraints, we may cite issues related to concepts, economics, politics, religion, education, ethnicity, food, environment, housing, safety, and others. They are all imposed by the context that often suppresses, hierarchizes, and marginalizes people, especially those from lower social classes.

The achievement of citizenship through sport and leisure – whose fundamental ideas are consciousness, freedom, equal rights, and a culture of peace – requires actions aimed at reversing the welfarist and utilitarian schemes. Those schemes, which are also based on exclusion and protection, reduce the engagement of individuals, impeding the development of consciousness towards the importance of these phenomena as an expression of joy in relation to the conquest of freedom and the individuals' emancipation. To the contrary, these

experiments involve living the experience of fun, when historical individuals meet each other, develop the sense of belonging, and creatively repeat that experience. The individuals would seek recognition and self-possession, and a relationship with others in daily situations.¹²

It is through joy and freedom that the understanding of sport and leisure (as the pursuit of civility and respect for the individual citizen) increases. Furthermore, there is a comprehension of sport and leisure as fields for humanizing relations in a collaborative effort to overcome limits imposed on young people, those who lack material goods, leisure activity, and participation.¹³

In light of this rationale, we point out this diagnosis as an important method for the recognition of the reality of the communities studied in order to subsidize not only projects but also sports and leisure actions that have a greater impact on the social and cultural life of people aged 15 to 24. In addition, the diagnosis works as a primary strategy of awareness of the importance given to the quality of life and to the inclusion of young people in community life.

Conceptual and principle-oriented fundamentals for PRONASCI/PELC

As part of the results of this research, we offer a proposal of some conceptual and principle-oriented fundamentals for the development of PRONASCI/PELC. Such a proposal was conceived on the basis of the diagnosis carried out. PRONASCI/PELC focuses on the young (15-24 years old) who are either in a criminal situation or in the process of becoming involved with it. The main people likely to be involved in this context are, predominantly, youths in conflict with the law, those returning from compulsory military service, prisoners and former prisoners, as well as those who live in the context of a seriously unbalanced family.

Considering the analysis of the survey data, we propose three challenges as methodological possibilities for a sport and leisure policy of inclusion: 1) the recognition of sport and leisure as a right and an educational and humanizing factor, 2) the implantation of infrastructure and security at public recreational areas in the territory, 3) the consolidation of social interaction and service networks.

1. The recognition of sport and leisure as a right and a factor for humanization and education requires:
 - the need for public policies for sport and leisure based on human rights;
 - through a set of educational strategies, to combat violence targeted at the main victims: adolescents and young people;
 - the promotion of sport and art as educational technologies that facilitate the processes of socialization, mobilization, as well as individual and social transformation;
 - the use of a methodology that goes beyond the mere occupation of free time, ensuring the development of the individual's different abilities and psychosocial development.
2. The implantation of infrastructure and security at public recreational areas in the territory means:
 - service and social facilities which are attractive, creative, dynamic and diverse, and also offer opportunities for social and human development;
 - the recognition that the territory is always a field of work, the expression of public, private, governmental or nongovernmental authorities, and, above all, the expression of the population. Simply put, we may say that the territory is where we construct the story from our individual and collective action, social relations, and meetings and events in solidarity with the others. Its borders are historically constructed and can be viewed on different scales: communities, neighborhoods, cities, states, countries, and continents.

3. The consolidation of social interaction and service networks is:
 - a special protection rearguard able to strengthen family and community ties for young people whose lives are connected to a history of legal violations, street life, and other forms of exclusion;
 - a strategy for building public policies – from the relationship established between government and civil society organizations – by strengthening small organizations in a network, ensuring a structural link between action and local programs, and considering the sustainability and the complementary of the services.

We consider that the PRONASCI / PELC program is an inclusive and “social re-cohesion” project which addresses a set of structural and local actions for sports and leisure activities. Those actions are planned and organized in a pedagogical way to overcome inequalities and social injustices. They also seek to open up spaces in the territory for people, group and communities’ achievement, as well as their participation and integration. Therefore, those actions are taken because the previous groups had their dignity and freedom threatened due to personal and social circumstances.

From its contents and elements, we define PRONASCI/PELC as a preventive, focused, and communitarian program, because the program focuses its efforts on creating systematic practices of recreational sports and leisure activities that promote crime prevention through a set of self-coordinated actions and other social and structural security programs. It is a focused program because it is implemented according to the areas chosen, considering indicators such as the number and the profile of homicides, as well as the socioeconomic characteristics of these areas. The program is communitarian not only because the actions are aimed at a specific public, but at the community in which it lives. Nevertheless, the communitarian aspect of the program occurs because the actions are planned and conducted along with the community. This community has an important role in developing a local plan for public safety, in monitoring the program, in the direct execution of some actions, and in informal social control.

The program comprises several local stakeholders between whom the program attempts to establish partnerships to implement actions for crime prevention. These actions are implemented in different scenarios and by various stakeholders, who are mainly represented by schools, the police, community associations, and other communitarian spaces.

More specifically, we would express below some goals for the PRONASCI/PELC program:

- Encourage the young to invest in citizenship, social inclusion, entertainment and art, and initiation in the world of work, as well as in the role and development of personal, social, and technical skills through actions such as thematic workshops and events focused on sports.
- Promote the articulation of the community, aiming to strengthen the network of the defense of, and attention to, the young people in the territory.
- Train educators, the young, partner organizations, community leaders, and the program's management team for the task of ensuring the rights of young offenders to qualify people for issues that constitute important socio-educational, democratic, critical, and transformative experiences in the context of an inclusive pedagogy.
- Conduct research on important aspects of territory and the PRONASCI/PELC public; to measure and collectively discuss the paths of the program as well as its outcomes and impacts; to monitor and evaluate the process and its results.
- Publicize the information and data relating to the project and the rights of young people through channels and participatory communication tools.
- Develop sports and leisure activities, seeking to ensure the promotion and dissemination of the local culture, respect for diversity, community self-organization, collective work, articulation among individuals from different social sectors, as well as the relationship between generations.

Finally, we suggest an extended discussion of the following basic principles which, in our view, should support educational programs of

sport, leisure and cultural inclusion of the young in conflict with the law. These are:

- Young people are the subjects of rights. Being a citizen means having full access to social, political, and civil rights. It means having the rights of speech, participation, freedom of movement in the community, education, sports spaces, leisure, and other cultural practices. It means the possibility to experience sexuality, to be attended in health services, to be prepared for the world of work without being exploited and subjected to situations of oppression.
- Recognition of differences and local identity as cultural diversity. When we value differences, everyone's identities are strengthened. Therefore, it means respecting each one's point of view, with the possibility of disagreement, but never intolerance.
- Achieve social inclusion through sport and leisure as well as building a culture of peace. A culture of peace does not mean a culture based on passivity or the lack of conflict. The PRONASCI/PELC program can promote the deconstruction of the culture of violence and intolerance and contribute to creating a culture of peace. How to do so on our sport and leisure activities? Sports and art – through creative dynamics – excite and generate a proper environment to build a culture of peace based on the fundamental principles of playful games: equal choice, freedom of creation and justice, solidarity, dialogue, cooperation, pluralism, and cultural diversity.
- The production of knowledge in everyday practice. When educators reflect on their practices, i.e., when they organize, evaluate and systematize their activities, they are also building – along with the young and the community – practices, values, beliefs, and knowledge that communicate with each other, transforming themselves through the participatory relationships established in the educational process.
- Playful educational action for autonomy. The PRONASCI/PELC program adopts education for autonomy. It is the pedagogical perspective that aims at overcoming the various forms of cancellation of subjects and their cultures through the development of political consciousness, sensitivity, and the inner strength of all people. The education for autonomy should be viewed as friendly and playful. The playfulness should be a concept in the whole

educational process concerning the PRONASCI/PELC program. However, it is important to understand that playfulness is not just fun. It is, above all, to joyfully and freely experience activities, creating and recreating multiple ideas and ways of performing actions, and doing everything with responsibility and sharing the joy of living with partners.

- Art as a strategy for leisure expression and realization. Art is an important content, perhaps the main and most visible form of expression, communication, and performance for culture. This is an experience of production, joy, and cultural knowledge when it expresses a way of seeing the world surrounded by a historical context. Art completes and constitutes people by putting them in touch with their own subjectivity. It also expresses feelings, identities, and memories. It also reveals how we understand and deal with our reality, expanding our ability to intervene on it.
- Work as training for productive inclusion. Education for work in PRONASCI/PELC involves experiences such as opportunities for educational practices that enable the young to realize their potential/capabilities. It is aimed at promoting the guarantee of rights in improving their living conditions.
- Networking: coordination of services as a strategy to ensure integral attention. The network stakeholders must share a common goal and build collective action to ensure full inclusion of young people and their families. The PRONASCI/PELC program is conducted as a space that aims at decentralizing services and which stands as a service coordination strategy for this specific purpose.
- Participation and conflict as the essence of democratic life. Participation means to take part, to join in, and to be part of any enterprise. Therefore, it is necessary that all partners – formal, non-formal, the community, and its young people – work together by taking and being part of the program's actions.
- “Co-management” works when there is participation in planning, a collective discussion of problems and findings, as well as proposed solutions. PRONASCI/PELC, in various actions taken, attempting to establish such integration. The Group Manager – which is composed of representatives of the young, the community, partner entities, the local governmental and non-governmental apparatus – becomes a collective-discussion entity out of the reality of the

young people in the community. The same group also becomes a collective-discussion entity in developing joint solutions to the community's problems.

- Family and school as participants in the educational experience. Families and schools – as well as other institutions located in the community – are partners and form a network in the construction of spaces and educational practices focused on the social inclusion of the young.
- People's education occurs in various situations, relationships, and social spaces at different historical and cultural times. The daily life of the street, sport, leisure, work, and socio-educational institutions such as the family, the school, churches, and social projects, among others, also are a part of this field of education. Family and school have a special importance in the PRONASCI/PELC program. In this perspective, the program may propose joint activities with schools and families, seeking to strengthen the educational institutions of the community by investing in training of their educators and families. The program also encourages their participation in events, cultural and sports workshops, discussion groups, among others.
- Educator as participant learning. According to the PRONASCI/PELC program, educators should neither be the ones who accomplish tasks designed for them nor the ones who merely serve the interests of their group or their own interests. The educator, on the contrary, is the person who attaches to education its own political, social, and cultural features. Educators are active socio-cultural subjects who occupy an important role in society. In the program, all professional are educators, regardless of the function they perform: coordination, coaching, management, internship, general services, workshops, training or consultancy. We then have a heterogeneous group which, through formative action, identifies with its own environment. Together with the interdisciplinary team (teachers of Physical Education and Leisure, social assistants, psychologists, pedagogues, art educators) and the meeting of different fields of knowledge, the project's performance is enriched, making it more challenging.
- Social Networks: recovery of social ties and personal esteem. Some individuals manage to go through embarrassing situations

without suffering too much. Others become deeply depressed and take longer to return to their lives. However, there are others who enter in a state of profound suffering and be resigned to loneliness.

Nowadays, it seems that belonging to an increasingly globalized world took from people a little of the sense of belonging to their nation or their hometown. Opting for a world ruled by immediacy - according to the global market rules - is a risky attitude. People have found difficulties in seeking support from, and building links with, other individuals, groups, movements, and institutions to organize new proposals of life.

Despite the loneliness, suffering, uncertainty or insecurity they face in their daily lives, we can see in the speech of young people - especially those inserted in social-educational measures - the desire to share ideas, inventions, proposals, and moments of joy. Nevertheless, they cannot find any space for expressing and communicating their wishes.

This situation of individualism has reached, in one way or another, all of us, regardless of social classes. Obviously, people who find themselves in a criminal situation or on their way towards it are more exposed to much more severe situations of social insecurity.

In this sense, Castells¹⁴ warns us that when individuals break with their community of origin - in such a way that they feel strange with or estranged by others around him in a place that used to be familiar to them - they undergo a process which is called by the researcher "disaffiliation". Under these conditions, their notion of belonging becomes seriously compromised, supporting the idea of social and territorial "lack of cohesion," which increases the statistical rates of crime, such as homicide.

Extreme situations such as these need to be reconsidered and revised so that people can create new forms of coexistence, since neither humans nor other existing forms of life on this planet are born to live alone. Some studies show that humans tend to get sick when they feel rejected or when they realize that their network of relationships (friendships, neighborliness, study, leisure) has been reduced or disrupted.

The PRONASCI/PELC program's workshops may encourage situations of caring, which are relaxing and supportive, facilitating the bond between people and leading them to find emotional and material support. Thus, they tend to face their problems and sufferings with greater skills and security, because they find themselves recognized and included in the group in which they live.

These processes are not always simple or pacific. There are moments of tension, conflict, and discord, but this does not preclude a building of consensus and agreement derived from the dialogues in the communities where they work.

Translation: Thiago Hermont

Notes

- ¹ Research entitled "Metodologia para Inclusão dos Jovens de Ribeirão das Neves – MG pelo Esporte e Lazer". Together with the authors, the research team is composed of professors Almir de Oliveira Junior and Gilmar Rocha, the scholarship students Alessandro dos Santos Costa, Anderson Batista Coelho, Andréia Antônia de Jesus, Ângela Luzia dos Santos Otoni, Fabio Barbosa Moraes, Fernando Henrique Vago, Thiago Leite da Silva and Rodrigo Mendes Maciel, the volunteer students Kyra Martins Vargas and Nathália Silva Barbosa, with administrative support from Maria Aparecida Venâncio.
- ² NORONHA *et al.*, 2009
- ³ Translator's note: National Public Safety Program
- ⁴ Sports and Leisure Program for the Young in Conflict with the Law in a partnership between the Ministry of Sports and the Ministry of Justice (Federal Government)
- ⁵ Translator's note: Brazilian Institute of Geography and Statistics
- ⁶ Ribeirão das Neves Diagnosis. Institute VER. Belo Horizonte, 2007. E-mail: ver@institutover.com.br
- ⁷ Translator's note: all the direct speech concerned in this passage was translated into standard English, even though the social background from the interviewee(s) may guide to a more colloquial level of Portuguese.
- ⁸ Translator's note: all the direct speech concerned in this passage was translated to standard English, even though the social background of the interviewee(s) may point to a more colloquial register of Portuguese.

- ⁹ Translator's note: all the direct speech concerned in this passage was translated to standard English, even though the social background of the interviewee(s) may point to a more colloquial register of Portuguese.
- ¹⁰ Translator's note: the interviewee from this passage uses several colloquial expressions in Portuguese. His speech is full of slang. He comes from a very low-educational background. The text has been standardized.
- ¹¹ Culture, Sports and Leisure Policies of Ribeirão das Neves. Ribeirão das Neves Administration. Municipal Secretariat of Education, Culture, Sports and Leisure. DOC, 2006. Elaborated by Leila Pinto.
- ¹² ZINGONI, 2003.
- ¹³ PINTO, 2004.
- ¹⁴ CASTELLS, 1998.

References

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Trad. Roneide Venancio Mayer. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. v. 1.

NORONHA, Vânia *et al.* *Metodologia para inclusão dos jovens de Ribeirão das Neves, MG pelo esporte e lazer*: relatório de cumprimento do objeto. Brasília: Ministério do Esporte, 2009. Mimeografado.

PINTO, Leila M. S. de Magalhães. *Sentidos e significados de tempo de lazer na atualidade: estudo com jovens belo-horizontinos*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

ZINGONI, Patrícia. Descentralização e participação em gestões municipais de esporte e lazer. In: WERNECK, Christianne; ISAYAMA, Hélder (Org.). *Lazer, recreação e educação física*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Celi Neuza Z. Taffarel
Cláudio de Lira S. Júnior

Sport and leisure policies
for the country
and for the city

Bahia's *mutirões*¹ and popular
circles

Introduction

The present paper gives the basic elements of the theory of knowledge and pedagogical theory with which we work on the *mutirões* and on the sport and leisure circles in the city and in the country. Our goal is to contribute to the formulation of sport and leisure public policy to counter the welfarist, neoliberal, focal and compensatory policies of the bourgeois State.

We work in land reform areas and in public spaces – schools, sports centers, and others, where it is necessary to intensify criticism against capitalistic society or against human praxis, starting out from criticism to the social practice present in these pedagogical spaces and times. This is possible through pedagogical work (its specificities and particularities) in the school and in movements of working-class social struggle, since there lies the possibility of unequivocal identification of the sources of problems to be investigated. In our case, we deal with problems related to bodily culture – sports, play, dance, *capoeira*,² among others, in public spaces such as the school and in the country's social struggle movements.

We opted for the approach of dialectical historical materialism because it implies articulating a method for analyzing reality, with the system of explanatory categories of the capitalistic mode of production and its overcoming by tactical-strategic indications, which are not disassociated from political orientation. Where could a revolutionary theory be conceived except in the struggle to achieve the social transformations aimed at?

Development

We would like to stress that the answer points to land reform areas and urban public spaces, public schools in particular, as well to the ambience of sports and sport cultural policies that are part of this struggle. These spaces offer the right conditions to establish *mutirões* and popular circles of sport, leisure, and culture and also to train cultural militants.

The idea of *mutirões* and circles comes down to us from the historical struggle of the working class. The terms used here, such as “circles”, “militants”, and *mutirões* derive from two sources.

The first is related to the socialist political tradition, which emphasizes a revolutionary organization that raises class consciousness, identifies the subject with his/her organization, and establishes tactics to effect strategies and build the historical communist project in concrete practice, both in the mode of production and way of life.³ The training in the circles begins at school with the children’s self-organization.⁴ The circles have as their goals to organize the work and perform tasks. They assemble children according to their scientific and practical interests, to satisfy them and make them learn by themselves how to perform and appreciate their work. The general task of the circle is to know and act in the world in its most varied aspects. The work in the circle is as varied as possible: observation, lectures, seminars, organization of experiences, festivals, and others.⁵

The second source has to do with experiences originating from general and specific pedagogical work from popular sectors and working class movements of social struggle. While the term “circle” reminds us of a geometrical figure, whose origin is in mathematical laws and which means *the set of inner points in a circumference*, it also reminds us of the organization, representing the mature level of the movement and the subjects that compose it.

The word “militant” reminds us of the social praxis, the individual’s engagement in an organization in which theory and practice are not separate, nor are the theoretical and the pragmatic premises.

The word *mutirão*, in turn, reminds us of its origins in the indigenous Tupi dialect, in which it means “work performed together”. It joins two ideas: the notion of *tiron*, which means “together”, and *pó*, which is “hand”. *Potiron* is the notion of two hands together in Tupi, from which comes the word *mutirão* and the idea of collective work.

The practical experiences originate, on one hand, from projects developed in public spaces, such as the schools, and also from the working class social struggle movements, such as the *mutirões* experiences of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra⁶ (MST), and the experiences of revolutionary political organizations, such as the Bolshevik organizations and their methods of organization.⁷

Thus, the sport and leisure popular circles constitute organizations whose goals go beyond the provision of sports and leisure as merely disengaged and uncommitted activities. They consist of creating conditions for enjoyable sport and leisure practices, but with a political-pedagogical bias founded on criticism and the transformation of reality. This means taking on, in the development of such activities, the immediate, mediate, and historical tasks in the class struggle and its expression in the pedagogical work. This also means that political questions cannot be separated from organizational ones, and that the theoretical premises cannot be separated from the pragmatic ones.

We have delimited the knowledge of the world and reality as the problem area, and as theoretical categories, the contradictions, contingencies, and possibilities of pedagogical work, namely: content-method;

objective-evaluation; time-space; trainer-trainee relationships; school-community; working class social struggle movements; the state; the pedagogical work that occurs in the classroom and school as well as in the community and working class social struggle movements.

We wonder how are sports and leisure developed in the city and in the country, in public schools and in land reform areas? What are the contradictions present therein and what are the possibilities of sport and leisure development in the country and in the city in light of the socialist historical project? How can pedagogical work be developed to establish sport and leisure circles from the perspective of the individuals' self-determination, self-realization, and self-organization⁸ in schools and in the working class social struggle movements? What are the possibilities of planning, implementation, and evaluation of actions in sport and leisure in public schools and land reform areas that derive from the participants' self-determination and self-organization, and what are the results of the study that follows a critical methodology in the organization of *mutirões* and circles?

Observational unity is the organization of pedagogical work and the performance of self-organizing tasks. The objective is, from the pedagogical work carried out in the city and in the country public spaces, to formulate explanatory propositions for pedagogical work, management, and public policies of education, sports, and leisure in land reform areas and in public schools.

The central hypotheses are the following: a) the elements determining modifications in pedagogical work, which expresses in itself what is most general in terms of alienated work, reside in the form/content, in the theoretical/methodological unity, in labor as an educational principle, and in the individuals' self-organization; the objective conditions for carrying out the work in the sport and leisure area in the country and in the city point to the need to form cultural militants who would take on the social responsibility for creating, along with the population concerned, time-space and objective-evaluation organization of the cultural pedagogical-content work to be developed in a perspective of emancipatory training,⁹ and for overcoming the current

model of organizing life, in which the subjection of labor to capital and alienation prevail; c) in order to train cultural militants that may develop sport and leisure in the country and in the city, social practice is the departure point for establishing sport and leisure circles – this is the means by which the sport and bodily culture may be fostered with the participants' self-determination and self-organization, which will imply problematizing, instrumentalizing, planning-implementing-evaluating, creating, and constantly returning to practice with an increasing level of theoretical thought on the problem of sport and leisure development in the country and the city.

The population participating in the project includes children, youth, and adults coming from municipal, state, and federal public schools, as well as from the working class social struggle movements in the country and city.

Data storage is done through reports, working-up of briefs, as well as photographs and film that constitute the database on the pedagogical work.

The systematization and analyses are carried out on the problem area, the research objectives and hypotheses, and the nature and sources of the data. The presentation of results takes into consideration the *general laws of analytical reasoning, which establishes nexus and relationships among the particular, the unique, and the general.*

On the didactic method for teaching and on the research method

On organizing the pedagogical work, we decided together about the necessary conditions for carrying out the pedagogical work process, that is, we decided about the objectives, the content propositions and the utilization of methods, planning forms and evaluation criteria, the relationships between the cultural militants and the educators, and between the institutions involved and the management of the

pedagogical process for integrating university-society. We decided together about our interests, our organization and our tasks.

The purpose of the organization of self-determined and self-organized pedagogical work (from the local reality) will be to train cultural militants by raising awareness about sport and leisure, since knowing the social reality is a fundamental assumption to transform it (one cannot transform what they do not know). From the collective knowledge of the local reality and the proposals of cultural policies involved, we can work as a team to face the problems of sport and leisure development in the country and in the city.

We reaffirm here the didactic method, which is that of social practice¹⁰ and which has five phases, namely: social practice, problematization, instrumentalization, catharsis, and the return to social practice. Social practice is always the departure and arrival point. It is the target of problematization, which is the second phase of the method, in which the problems of reality are identified and the questions that need solutions are considered in relation to social practice; at the same time, the skills necessary to solve the problems are identified. The appropriation of theoretical and practical instruments necessary to solve the problems related to social practice belong to the third phase of the method, instrumentalization. At this phase, the historically produced and preserved knowledge is the object of appropriation (both through direct transmission, and through the indication of the means of investigation), and everyday knowledge is compared with scientific knowledge. This concerns the acquisition of cultural instruments necessary for social transformation, in the sense of human emancipation. The expression of the new form of understanding social practice that derived from the problematization and instrumentalization is carried out as catharsis, the fourth phase of the method. This is the creative phase, when cultural instruments are incorporated as active elements of social transformation. This is when social practice is seen on a higher, more elaborate level. It is the individual and collective appropriation of the knowledge developed and planned for social practice. The return to social practice is the fifth phase; it is the construction of the knowledge

synthetized about reality, in which the precariousness of the portion previously existing is reduced and transformed into something richer and more organic. Social practice is transformed into a pedagogical space predicated on dialogue among the participants, and, above all, among the levels and kinds of thinking. This dialogue, which happens in full time, must contribute so that thinking pursues the following path, according to Davydov:¹¹ first, to perceive and denote; second, to intuit and connote; third, to reason and and critique; and fourth, to feel and create. The social practice referred to in the first and last phase of the didactic method undergoes qualitative modification. This is the political intention: to significantly modify the pedagogical work based on the submission of labor to capital into a kind of pedagogical work freely associated (in the perspective of emancipatory education) in order to develop the sport and leisure cultural policy for the country and the city.

We depart from a scientific explanation of what is foundational for becoming a human being.¹² Just as the social being's foundational act is labor, in capitalism this act takes on another connotation: paid labor. Therefore, just as the foundational act of political emancipation is the purchase and sale of the workforce, the originary act of human emancipation must necessarily be associated labor. This act can be defined, according to Tonet,¹³ initially as a form of relationship which humans establish among themselves in economic production, in which individual forces are equated and remain always under common control. As a result, human beings maintain conscious control over the entirety of the labor process. This is what makes labor an effectively free activity.

According to Tonet,¹⁴ this associated labor act requires two conditions to be effected. The first is great involvement of the productive forces that can produce enough goods to answer everyone's needs. The second is the education of working time, so that humans may devote themselves to activities more properly human. This is the only way that can allow the building of an authentic human community, that is, a community in which every individual may have ample access to all the – material and spiritual – objectivities that are part of the

human heritage; in which they may largely develop their potentialities; in which they may find themselves in a situation of effective solidarity with one another, and not of opposition and competition. At this point, human beings will have achieved the highest level of their being, and, contrary to political emancipation, this is a level that opens up an infinitely perfectible process for humanity. Only then will we be able to say that humans are effectively free. This means they will not be either completely or entirely free, but that they will be as self-determined human beings as possible. Nevertheless, it is important to stress that human emancipation is not something inevitable. It is only a possibility. Whether it will come true or not will depend on the struggle by the human beings themselves.

Thus, we develop pedagogical work based on research with groups, institutions, and collectivities of small or medium size, attempting to consider the historical possibility of the labor of freely associated producers. And this work starts in childhood education, with the children's and youth's self-determination in organizing their work, satisfying their needs, and accomplishing their tasks.

The investigation gives emphasis to the analysis of different forms of action manifest in structurally determined social relations. The following are research techniques that comprise the method: observation, systematization, evaluation, and theoretical development. For these to be carried out, thought and research instruments are needed, with which we delimit problems, working hypothesis, variables, and observational unities, and carry out data collection, organize sources, analyze data, and theorize about sport and leisure in the country and the city. The research allows us to describe concrete situations and guide interventions or actions by function of resolving problems detected in the collectivities concerned. The research works with the participation of several social subjects – universities, Ministry of Sports, schools, associations, cooperatives, social movements of the working class struggle, among others – with diverse levels of participation and engagement.

It is within the research context that we carry out the analysis of the reality observed and collaboratively propose pedagogical actions. The

research implies the participation of the people involved in the problems investigated, which is absolutely necessary. This kind of research is a methodological strategy of social research, in which there is broad interaction between researchers and people involved in the investigated situation, specifically with the agents/cultural militants, and from this interaction results the priority order of the problems and solutions to be implemented. The object of investigation is made up of the social situation and the problems of different nature found in this situation, specifically in the area of sport and leisure in the country and city; it has as a goal to solve or clarify the problems of the observed situation. The actions and decisions are followed up and there is no restriction to one single form of action, which is intended to expand knowledge or the “awareness level” of the people and groups considered.

The actions are related to pedagogical work in contexts like schools, and other contexts where there are manifestations of sport and leisure, production of knowledge on the theme of sport and leisure, public policies and the training of cultural teachers/agents/militants. The following objectives are considered: an estimation of the solutions and proposals for immediate action, and the development of knowledge from the investigated situations on self-determination and self-organization of sport and leisure, considering the organization of sport and leisure *mutirões* and popular circles.

In order to observe what occurs in the concrete situations investigated, we delimit the situations related to the process in three phases: initial, during, and final. Social research procedures and techniques are added to the research so as to promote the participation and action of everyone involved. Such participation and action are based on the establishment of a collective, participatory, and active structure, which works on the production and appropriation of scientific knowledge on sport and leisure in the country and city.

All the forms of records – verbal, written, photographic, filmic accounts, among others – are employed to collect and organize data. The data sources are, therefore, the concrete situations of the way of life¹⁵ both in the city and in the country (in land reform areas).

The following are also employed: questionnaires, interviews, descriptive records converted into reports, document analysis, among other research techniques. We resort, therefore, to varied methods and techniques to deal with the collective and interactive dimensions of the investigation, as well as to storage, processing, and presentation techniques of the results.

On data analysis, the research being developed intensifies the use of a reasoning structure that contains inferences not restricted to statistics, and argumentation or “dialogue” among the several participants. A lot of the research material is essentially composed of documents and records of the concrete facts, which require full understanding of data systematization and analysis of the rationale of the processes under development. The work also represents many argumentative situations and aspects, such as, for instance, in the discussion of sport and leisure problems in the country and the city, in the “explanations” or “solutions” put forward by the educators/researchers, militants/participants, in the deliberations on the means of action to be implemented, in the evaluation of the results and the action generated, in the pedagogical work as a whole, subject to the self-determination of individuals and social groups, that is, the capacity for organization and realization of self-determined tasks.

The texts we are divulging describe the results of this investigative work, which aims at consolidating the foundations for research and training staff in the Northeast of Brazil.

The results of these investments may be measured by the scientific knowledge produced and divulged, the degrees awarded to scholarship-funded students (at undergraduate and graduate levels), in the population attended, in the *mutirões* organized, in the circles established, in the contributions to the creation of public policies, as well as in the continuity of projects that ensure overcoming formulations and propositions for sport and leisure public policies. Examples of these propositions are the contributions to Physical Education in school; contributions to the training of cultural militants; the access, constitution, and evaluation of the knowledge produced; the establishment of

databases; and the contributions to the education of, in, and for the country.

The project's initial proposal was entitled "Mutirões e círculos de esporte e lazer na cidade e no campo",¹⁶ with the subsequent development and focus on "Formação continuada de militantes de esporte e lazer no campo e na cidade",¹⁷ which aimed at promoting teaching, research, and extension activities to consolidate the production of scientific knowledge and the training of qualified teachers, cultural militants, and popular educators to work in the area of education, sport and leisure from the perspective of the communist historical project.

The syllabus of the pedagogical work consisted of studying pedagogical work and theories on human development, bodily culture, and sport and leisure as cultural policies, with the aim of proposing critical-overcoming actions for sport and leisure policies in the country and in the city.

The defined goals were to plan, implement, and evaluate initiatives in the sport and leisure area in schools and in working class social struggle movements that take into consideration the omnilateral¹⁸ principles of human education, the historical project beyond capital, labor as an educational principle, the principles of educational, solidary, cooperative, self-determined, creative, and critical sport and leisure for all, both in the country and in the city.

In relation to the intervention locales, what is at stake are actions that are articulated with projects developed by the Group LEPEL/FACED/UFBA, which involves graduation, post-graduation, public schools, and working class social struggle movements, considering the state of Bahia especially, and the *recôncavo baiano*.¹⁹ The actions are carried out in the following social spaces in the state of Bahia: the public schools from the Rede Estadual de Ensino do Estado da Bahia (RPE-BA),²⁰ campsites and settlement areas of working class social struggle movements (Movimento dos Trabalhadores Desempregados²¹ – MTD – and Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST) and the Centro de Educação Física e Esporte da UFBA²² (CEFE-UFBA).

The project's starting-up process takes in different phases. The first phase occurred in the first six months, with the planning of *mutirões*, thematic studies, and instructions for creating solid theoretical foundations and databases on the work to be developed. The second encompasses a period in which efforts are made to implement the actions and to evaluate what was accomplished. The third phase is the final evaluation and writing of reports and other widely disseminated scientific productions.

The action is developed according to the following system: a) preliminary theoretical preparation of the pilot projects and the underlying theory of knowledge; b) field visits and project implementation; c) development and planning meetings and promotion of workshops for instrumentalization; d) development of predicted actions and records; e) theoretical studies on the agrarian question and imperialism and the organization and significant problematization of education, sport and leisure in the school or in the country's social struggle movements; f) return to social practice at another level of action and theorization.

Below, we describe the more general structure of the work, which includes both the country and the city projects, in a matrix research format. We call it this because the investigation problems are organized in a matrix, the answers are collectively sought, and the theoretical-methodological unity is built collectively in the organization of pedagogical work, in collective definitions carried out by the people involved.

1. Matrix Research Theme: training of cultural militants, and the sport and leisure *mutirões* and circles in the city and country.
2. Research questions:
 - General question: how is the pedagogical work being organized in the projects developed in the city – public schools – and in the country – land reform areas, considering its rationale, theoretical-methodological approach, its goals and evaluation, and the way knowledge is approached: reality, contradictions and possibilities?

- Derived questions:
 - i. What conceptions of human training, mode of production, education, and sport and leisure are present in the proposals of the specific projects?
 - ii. What processes of pedagogical work organization are being developed in the specific projects?
 - iii. What conception and practice of the training of educators and cultural militants is produced in specific projects?
 - iv. What criticism (in the Marxist sense of the term)²³ of reality do the specific projects voice?
 - v. How are the syllabuses and programs of the specific projects being organized?
 - vi. How is the pedagogical work characterized considering the dialectical pairs objective-evaluation, content-method, time-space?
 - vii. What categories emerge from the description of the pedagogical work of each experience?

- Specific question from the Polo UFBA Rede CEDES

UFBA, in particular, is evaluating the formulation of sport and leisure public policies by considering the self-determination and self-organization of those involved in the process through the formation of sport and leisure *mutirões* and circles: possibilities of scientific knowledge mediation based on new relations of life. Researchers have investigated the work-education relationship, especially work in the schools and in social struggle movements in the country.

3. Objectives:

- Develop, from the evaluation of the experiments, a scientific explanation on the training of cultural militants for the country and the city, especially with regard to pedagogical work, and the syllabuses and programs in the schools and social struggle movements in the country. Such explanation should contemplate the most powerful

elements in overcoming the current model of training, school, and sport and leisure from the perspective of human emancipation, omnilateral training, with the socialist project as a historical horizon.

4. Research methodology:

4.1 First phase – descriptive-conceptual-evaluative: each project documents its report of the experiment.

- Focus:
 - i. Detailed description of the project and political-pedagogical planning: conceptions involved and pedagogical work.
 - ii. Detailed description of the implementation or pedagogical work practice chosen or prioritized.
 - iii. Evaluation of the experiment conducted (involving the different subjects).
 - iv. Evaluation of the specific projects and their peculiarities.
- Partial reports (addressing time, strategy focus, or project development phases) on each experiment (by the responsible institution or institutions).
- Final report.

4.2 Second phase – analytical-propositional: analysis of reports produced in each project by the light of some indicators, such as the projects' objectives, their characteristics, and the categories formulated from the reading of the entire material. The idea is to compose a specific team from each project in the city and in the country to carry out:

- partial analyses (addressing specific aspects of the experiment), considering the projects' specificities;
- a general analysis of the experiments and propositions for its continuity.

5. Joint activities during each phase:

- Develop articulate plans.
- Develop common basic guidelines for reports.
- Organize interactive seminars and make precise their foci.
- Consult to instrumentalize and analyze partial reports and experiment evaluation.
- Hold final interactive seminars for new commitments, considering criticism.

6. A reports timetable according to the implementation of the experiments and the level of development of each project:

- Descriptive – during the process.
- Analytical – at the end of the process.

7. The focus areas of each of project are:

- Project 1 – Project in the Country – Áreas de Reforma Agrária ACC²⁴ – Interdisciplinary Actions in land reform areas; university degrees in Rural Education.
- Project 2 – Project in the Public School – Joy in School Gymnas-tics
- Project 3 – Project in the University – Centro de Referência da Cultura Corporal²⁵ (CEFE-UFBA).

Each Project will be organized along four lines, namely:

- Line A – Record and analysis of the academic, administrative, and financial development of the project in the context of institutional relations (research nuclei, professors, social movements, Dean's Department, Associate Deans' Departments, foundations, SECAD-MEC, Ministry of Sports, Collegiate Bodies, town halls, non-governmental organizations). Record and analysis of the practices of the university's leaders, faculty members, scholarship-funded students, and administrative-technicians (unity, Associate Deans' Departments, collegiate bodies, foundations, SECAD-MEC,

social movements, governmental and non-governmental organizations).

- Line B – Record and analysis of the process of development and implementation of the program and syllabus.
- Line C – Record and analysis of the pedagogical work, articulating spaces and times in the pedagogical work, namely, in the university's times and spaces (Tempo Escola)²⁶ and in the work and residence spaces (Tempo Comunidade).²⁷
- Line D – Survey and analysis of the scientific production: possibilities of scientific knowledge mediation through new relations of life production.

Each line will include the following indicators:

- Line A – The participants' entrance, intermediary, and departure profiles considering the way of living and the economic circumstances in which they are immersed. The entrance, intermediary, and departure profiles of managers, administrators, staff, and other participants in the projects' implementation. Previous experiences of the faculty members and the institution; impact on graduation, post-graduation and extension; impact on social movements and other university bodies.
- Line B – Initial, intermediary, and final profile of the Political Pedagogical Project. Implementation process, execution, PPP and syllabus evaluation. Administrative, financial, and academic management of the projects.
- Line C – Organization of the pedagogical work. The objectives and evaluation, the contents and methods. The technological mediation, equipment, didactic material. The times and spaces. The interpersonal and inter-institutional relationships (agreements, cooperation, town halls, ministries, etc.).
- Line D – Initial, intermediary, and final profiles of the knowledge production of the project; scientific production; possibilities of scientific knowledge mediation through new relations of life production.

Conclusion

The great challenge to education in contemporary Brazil consists in, first working towards educating the young in order to develop critical and revolutionary thinking able to perceive populist, technocratic, welfarist, and reactionary public policies. Such thinking would also enable the young to decode the economic laws that sustain neoliberal economic politics, and, above all, it would help them to identify the demagogic character of the social democracy phraseology. Second, working towards training staff of intellectuals, militants of social transformation, and toward formal education against the politics of exclusion from cultural access in general, and the submission of workers to capitalists. Education should be transformed into a popular bulwark to aid the revolutionary process, which is possible and indispensable to intellectual emancipation and the working class's economic freedom.

To Mészáros,²⁸ the challenge is to internalize another kind of human subjectivity in other objective relations of life production, which means: (1) the individuals' *self-realization* as "socially wealthy individuals", humanely contrary to the individual who is at the service of the perpetuation (conscious or not) of the alienating and definitely uncontrollable social order of capital; (2) *knowledge* as a necessary element to transform the ideal of human emancipation into reality, *in opposition* to the individuals' adoption of behavioral patterns that only favor the concretization of the reified objectives of capital; (3) a truly radical *change*, *opposed* to reforms – formal institutional repairs that take place step by step in an institutionally articulate and protected vicious circle of the logic of capital; (4) a conception according to which *no human activity* can be excluded from intellectual intervention – *homo faber* cannot be separated from *homo sapiens*, which is *contrary* to the elitist view – education as an intellectual activity, a form of preserving "civilized patterns"; (5) *universalization* of education and labor as self-accomplished human activities, *in opposition* to the negation of the minimum requirements for human satisfaction; *sustainability*, which means conscious control over the process of social metabolic reproduction by freely associated producers, *in contrast* with the unsustainable and structurally established characteristic of opponents and the

fundamental destructibility of the established order of capital; *self-governance*, in which the intervention in education will occur through the establishment of priorities and of real needs via full and free deliberation of the individuals concerned.

In light of these two points, we assume that the central pillars of education, considering the historical working class struggle, especially the rural populations' struggle in the Americas, must be a consistent theoretical basis founded on Marxism; the development of class consciousness emerging from strife, confrontation, and conflict;²⁹ a consistent political education from the perspective of the non-dissociation of theoretical and pragmatic premises;³⁰ revolutionary organization to be cultivated as early as childhood, as Pistrak proposes.³¹

We are therefore placing emphasis on theoretical development based on specific projects in the city and in the country, because we understand that theory develops as practical categories, and that pedagogical work shapes the transformation of public policies.

Translation: Geraldo Cáffaro

Notes

¹ Translator's note: *Mutirões* are volunteer groups that provide assistance to the community or work towards a common goal.

² Translator's note: *Capoeira* is a martial art of Afro-Brazilian origin that mixes dance and fighting movements.

³ TROTSKY, [s.d.].

⁴ PISTRAC, 2002.

⁵ PISTRAC, 2002.

⁶ Translator's note: Landless Workers' Movement.

⁷ LUKÁCS, [s.d.].

⁸ PISTRAC, 2000.

- ⁹ Given the pre-eminent need to clarify the concept of “human emancipation”, we reaffirm that it refers to the struggle of every individual, social class, and humankind itself to overcome class society towards a classless, that is, communist society.
- ¹⁰ SAVIANI, 2003.
- ¹¹ DAVYDOV, 1982.
- ¹² ENGELS, 1990.
- ¹³ TONET, 2005.
- ¹⁴ TONET, 2005.
- ¹⁵ TROTSKY, [s.d.].
- ¹⁶ Translator’s note: “*Mutirões* and Circles of Sport and Leisure in the City and in the Country.”
- ¹⁷ Translator’s note: “Continued training of sport and leisure cultural militants in the country and in the city”.
- ¹⁸ MANACORDA, 2007.
- ¹⁹ Translator’s note: *recôncavo Baiano* is the region encompassing the Metropolitan area of the capital of Bahia, Salvador, around the Baía de Todos os Santos.
- ²⁰ Translator’s note: Bahia’s State Educational System.
- ²¹ Translator’s note: Unemployed Workers’ Movement.
- ²² Translator’s note: UFBA’S Physical Education and Sports Center.
- ²³ See, especially, Enguita and Freitas on the critique to Marx’s methodological principle.
- ²⁴ Translator’s note: Land Reform Areas.
- ²⁵ Translator’s note: Corporeal Culture Reference Center.
- ²⁶ Translator’s note: Time School.
- ²⁷ Translator’s note: Time Community.
- ²⁸ MÉSZÁROS, 2007.
- ²⁹ LÊNIN, 2007.
- ³⁰ TROTSKY, [s.d.].
- ³¹ PISTRÁK, 2000.

References

- ADAM, Y. *et al.* *Desporto e desenvolvimento humano*. Portugal: Seara Nova, 1977.
- ALMEIDA, Roseane Soares. *A ginástica na escola e na formação de professores*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- BOGO, Ademar (Org.). *Teoria da organização política*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- BRASIL. *Programa esporte educacional: princípios e objetivos*. Brasília: Ministério Extraordinário dos Esportes; Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, 1995.
- BRASIL. Ministério do Esporte. Rede CEDES. Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/projeto_social/plc.jsp>. Acesso em: 6 jul. 2008.
- CALDART, Roseli. *Educação em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CALDART, Roseli. *Pedagogia do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- CHEPTULIN, Alexandre. *A dialética materialista histórica: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- SOARES, C. L. *et al.* *Metodologia do ensino da Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.
- DAVYDOV, V. V. *Tipos de generalización en la enseñanza*. La Habana: Pueblo y Educación, 1982.
- ENGELS, Frederic. *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. 4. ed. São Paulo: Global, 1990.
- ESCOBAR, Micheli Ortega. *Transformação da didática: construção da teoria pedagógica como categoria da prática pedagógica*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Projeto histórico, ciência pedagógica e “didática”. *Educação e Sociedade*, São Paulo, n. 27, p. 122-140, 1987.
- FREITAS, Luiz Carlos de. *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática*. Campinas: Papirus, 1995.
- LÊNIN, V. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Brasília: Nova Palavra, 2007.
- LUKÁCS, Georg. *Teoria do partido revolucionário*. São Paulo: Brasil Debates, [s. d.].
- MANACORDA, Mario A. *História da educação: da antiguidade aos nossos dias*. Campinas: Cortez – Autores Associados, 1989.

- MANACORDA, Mario A. *Marx e a pedagogia moderna*. São Paulo: Alínea, 2007.
- MARX, K. et al. *O programa da revolução*. Brasília: Nova Palavra, 2008.
- MÉSZÁROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. Princípios da educação no MST. *Cadernos de Educação*, São Paulo, ANCA, n. 8, 1996.
- PISTRAK, M. M. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- PISTRAK, M. M. *A comuna escolar*. Trad. Luiz Carlos de Freitas, 2002. Mimeografado.
- SANTOS JÚNIOR, Cláudio de Lira. *A formação de professores em educação física: a mediação dos parâmetros teórico-metodológicos*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- SHARDAKOV, M. N. *Desarrollo del pensamiento en el escolar*. Habana: Editorial de Libros para la Educación, 1978.
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 36. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.
- SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.
- SIQUEIRA, Juliano. Fundamentos para uma política cultural. *Princípios*, n. 25, p. 61-65, maio-jul. 1992.
- SNYDERS, Georges. *A alegria na escola*. São Paulo: Manole, 1988.
- STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. v. I-V.
- TONET, Ivo. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí: Unijuí, 2005.
- TROTSKY, Leon. *A questão do programa*. São Paulo: Kairós, 1979.
- TROTSKY, Leon. *A revolução permanente*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- TROTSKY, Leon. *Questões do modo de vida*. Fortaleza: LBI, [s. d.].

Beleni Saléte Granado

Indigenous bodily practices in sport and leisure public policies

*"The knowledge of intervention
does not seem to be written."*

With the above statement, concerns are brought to this text that are spoken of by Physical Education colleagues who have been (or are still) engaged in projects, sports events, interventions, and research in indigenous villages. The goal is to contribute to develop a sport and leisure policy for the indigenous peoples, considering the history and the ethnic and cultural diversity existing in Brazil. In an attempt to foster the participation of researchers, teachers, and managers in the development and execution of public policies for the indigenous peoples, we sought to address some of the concerns pertinent to this relationship with the indigenous other. Some of our reference points in this respect are: (1) the experience with indigenous teachers' training (in Mato Grosso, since 1994); (2) the research on Bororo bodily practices,¹ with two occasions of the Indigenous People's Games (2005, in Fortaleza-CE, and in 2007, in Recife and Olinda-PE); and (3) the ongoing research project, in which we seek to understand how relationships are established between traditional bodily practices and sport events for this population.²

Beginning a study of the indigenous peoples, several issues arise, mainly when one goes to visit an indigenous village. Among these issues, we wonder where we can find enough information to get there and begin research or an intervention mediation with sport and leisure, since the available literature is predominantly written by anthropologists. Our first impression is that we are reading ancient history about a very distant people from our reality. This impression soon recalls the view that the indigenous culture is static, and as we arrived at the village we expected to find there the different rituals and people we had read about in the literature.

Thus, we wonder what knowledge could help us make contact with a specific ethnic group in a different way from the kind of contact historically established between indigenous and non-indigenous individuals. With these questions in mind, we will point out some elements that we find necessary to consider in order to propose a sport and leisure policy for the indigenous peoples in Brazil.

Initially, we must review our own culture and the history of relationships between non-indigenous people and the several indigenous peoples, so that we can recognize ourselves in this process. We must also undermine our "truths" and come to terms with our own prejudices before we may recognize the other as different and the same. That is, we start with the assumption that each person, each ethnic group has its own way of speaking, communicating, feeling, thinking, and being in the world, and that this difference also makes us the same, as human beings whose dependence on culture is vital.

In order to understand what we bring with us in the relationship with the indigenous other, we must question the "truths" present in Brazilian society's daily life and recognize the deeply-rooted prejudice in our way of talking, feeling, doing, thinking to establish relationships with ethnic groups different from ours. It is pertinent, then, to set out to undermine the "truths" consolidated in the mental representations of non-indigenous Brazilians before we can acquire some knowledge about the traditional indigenous bodily practices, their games and sports.

Informed about how the spaces of each ethnic group and indigenous village were socially formed, and bearing in mind the conflicting relationships between the different modes of relating to space and time in the indigenous culture and in the present capitalist society, we sought to find out, in the culture of each ethnic group,³ which bodily practices are present in the community's daily life and which occur at specific moments, such as parties and rituals, thus contributing to the identification of the group in relation to others.

According to the first paragraph, article 231 of the 1988 Federal Constitution:

Indigenous peoples are entitled to the land traditionally occupied and permanently inhabited by them, as well as to that utilized for their productive activities, that indispensable for the preservation of environmental resources necessary to their well-being, and that necessary to their physical and cultural reproduction, according to their uses, customs, and traditions.⁴

However, in Brazil there are indigenous villages and territories that do not correspond to what is prescribed in this text, as they result from historical disputes and processes of integration (cultural submission). The same land may consist of one or more ethnic groups; such land may or may not be legally demarcated; and there may or may not be conflict with invaders and exploiters of their natural resources, making it impossible to generalize about any provisions for sports and leisure.

The use of space and time in each indigenous community varies in relation to the period of contact with the colonizer (who invades traditional territories in the name of "development"), in relation to the length of time they have resided in the present territory, and also in relation to the way they appropriate it. That is, we need to comprehend the history of the group according to the place where it lives and its historical origins in order to understand how they live today, which bodily practices are traditional or adapted, and which ones best identify the indigenous group: it might be in a village of one ethnic group, near a city, or inside the city, such as the Guarani village in São Paulo; it might be in a village which comprises different ethnic groups, like

the Umutina village in Mato Grosso; it might be a big, medium-sized, or small village; it might be that the people have only one village or several; there may be villages removed from contact with non-indigenous people or villages in permanent contact, or even villages isolated both from other indigenous people and from non-indigenous people, among other possibilities. Only the historical and cultural contextualization of each ethnic group can help us comprehend (without prejudice) the forms of social organization, the traditional content of their bodily practices, and the demands they make for sport and leisure policies.

The shrinking of the space in which these people live is an economic and sociocultural factor in every situation, since if there is a permanent invasion and loss of land/territory, the chances of survival are immediately diminished. In turn, the difficulty of finding food and the material necessary for ritualistic and bodily practices increases, directly affecting the forms of teaching and appropriating the traditional lore passed on from the older to the younger members, which is mediated by bodily practices on a regular basis and at ritualistic moments.

This allows us to think about the different features of ethnic groups that have on their land: (1) straw (derived from different palm trees according to the ethnic group and use, be it for attire, construction material, making mats, etc.), *urucum* (a bush from which one extracts red pigment for body paint and other artifacts), *genipapo* (a fruit tree of nutritional and therapeutic value from which one extracts black pigment, although this is not the only source of such pigment for body paint) and the most diverse plants utilized for necklace ornamentation, food, medicine, and the making of domestic and work utensils, apart from handicrafts, which is a source of economic resources that diminishes the impact of a lack of food.

The Federal Constitution “recognizes the indigenous people’s social organization, customs, languages and traditions, and also their legitimate rights over the land which they traditionally occupy, it being the Union’s duty to demarcate, protect, and guarantee respect for their assets”.⁵

The contradictions lived by the indigenous people reminds us of the need to know the history and context of the cultural socio-economic formation of indigenous land and the relationships with non-indigenous society, with which it shares territorial borders. This is also fundamental to understanding the possibilities (if any) of each community's organizing their free time and meal times to restore the energy consumed in physical activities.

In light of this, we may conclude that, without knowing about the daily life in the village, it is impossible to say that leisure and sport are everyday practices that contribute to improve the life quality of an ethnic group. For example, we must consider the health problems that result from the fact that a village or territory is situated on borderline of a soybean plantation, as there is periodical pesticide spraying, usually done by planes, which directly affects the indigenous communities. The poison is not only inhaled but also affects other vital organs through eating, since it reaches rivers and animals that are sources of food, such as the emu (a bird from the Cerrado⁶), and fish (essential food for several peoples, which is contaminated both by pesticides and mercury).⁷ These are examples of the harmful non-indigenous presence.

These relationships are therefore part of a reality totally unknown to most Brazilians, including those who reside in cities next to the territories affected, as they do not question "consolidated truths" about a generic indigenous person, a "primitive", "non-civilized" individual. Or, as Chauí⁸ notes, the indigenous people are regarded as irresponsible, lazy, and dangerous by the non-indigenous, which would make it necessary to exterminate or civilize them.

These images are part of Brazilians' mental representations about the 215 indigenous ethnic groups living in the county. They are either highly prejudicial or romanticized, but are all images based on a generic view of the indigenous people. Such views permeate the "contact" relationships that identify them as people out of time:

Due to bad faith and good intentions, for a long time the notion prevailed that the indigenous people were only victims of the world system, victim of policies and practices that were external to them and

destroyed them. Such a view had, apart from its moral foundation, a theoretical foundation: one that postulates that history, moved by the metropolis and capital, could only have its *raison d'être* in its epicenter. The periphery of capital was also the wasteland of history. The paradoxical effect of this politically correct posture was to add to the physical and ethnic elimination of the indigenous people, their elimination as historical subjects.⁹

It becomes increasingly necessary to overcome the phase of ignorance and prejudicial views in order to work with indigenous populations, not forgetting that they may be in different time and space situations and in contact with non-indigenous people. This means taking action to question consolidated "truth" in the official and "heroic" history of the non-indigenous if we want to overcome the ethnic-racial prejudice predominant in mental representations about indigenous beings. To achieve this aim, we must comprehend him/her in the context of social historical relationships that are quite different for each ethnic group.

In his work *The ritual process*, Turner¹⁰ demonstrates how rich and complex the symbolism of tribal rites can be, and shows that we cannot speak of a mental structure different from ours, but rather of identical cognitive structures that articulate very diverse cultural experiences. Each ethnic group, according to his understanding, mobilizes values (through its collective experiences), and establishes relationships with different data from the lived reality, which constitutes its specific culture and its own way of understanding reality and establishing relationships with the visible and invisible, human, mystical or natural worlds.

Questioning the "truths" of the prejudicial representations, we begin to realize that the other's culture is as important as ours; we begin to note that the other, despite having a different outlook on things and a different social organization, has as good and efficient a way of living in society as we do.

Our prejudicial, authoritarian, and ethnocentric representations tend to be more cruel to indigenous cultures than to others. Nowadays, we can see in the media, in soap operas, in the clothes worn on the

streets, in the valorization of India in its most diverse cultural manifestations, no matter how different and distant it may be, but we do not have the same respect for the diversity and differences of the indigenous peoples of Brazil. Would that suggest a tendency to perceive one people as “civilized” and the other, part of us, “as “non-civilized”? What is there to do? Try and “civilize” them, as past missionaries and governments attempted, and some still attempt, today?

(...) If the term genocide reminds us of the idea of “race” and the wish to exterminate a racial minority, the term ethnocide points not to the physical destruction of men (in this case we would still be in a situation of genocide), but to the destruction of their culture. Ethnocide, therefore, is a systematic destruction of ways of living and thinking of different people from those involved in the destructive effort (...) In one way or the other, what this entails is death, but different forms of death. Immediate physical suppression is not the same as cultural oppression whose effects are retarded, according to the oppressed minority’s capacity for resistance.¹¹

To seek to address these issues is the first step towards apprehending the sociocultural reality in which we are immersed. Only then can we visit the village, without carrying with us urban preconceptions about the organization of the home, resources, consumer goods, food, and hygiene. We may be shocked when we see a mat (but easily accept the idea of sleeping on the floor without a mattress when the physiotherapist, based on oriental practices recommends so); we may be also shocked when we see a hammock or when we realize there is no electric energy, or even when we notice the lack of the silverware, dishes or food common on Brazilian tables.

But, after all, when we go from a big city to a smaller one, often nearby, are there not any differences in all these “modern standards”? What if we travel from the north to the south of the country? From a big city to the countryside? Hence, the need to contextualize before visiting a people, the need to fight ignorance in order to overcome prejudice and learn from the other, and also share with him/her the best we have, the joy of the encounter and the discovery.

Traditional bodily practices: fragments of a diversified reality

Indigenous bodily practices, which are traditionally performed in different ways according to the ethnic group, have ludic characteristics, but that does not mean they are not “serious” or exclusively performed during leisure time. Most of the time, they are permeated by particular myths and cultural values of the ethnic group, and connect the material to the immaterial world, constituting the link with the supernatural (generally in a mystical way, linked to nature). Additionally, they aim to thank, ask for rain, food, health, physical condition, and success in war, or for procreation and generation survival, among other things.

Nevertheless, that does not mean the children are not allowed to imitate the rituals, and to perform the ritualized bodily practices with other meanings and materials. The learning process, experienced in a ludic way, is also part of the adult world, but each bodily practice has to go through a cultural “authorization” to match each particular context, inside or outside the village. This is true for the dances, races, and traditional fights demonstrated as traditional bodily practices during the ninth edition of the Indigenous People’s Games, in 2007.

In order to comprehend the complexity of the bodily practices and the care which the non-indigenous must take when appropriating these practices to promote indigenous leisure and sport, I will discuss some points of their meanings in the constitution of each (ethnic) group’s collective identity.

Many traditionally lived rituals transform (“produce”) the bodies of society members and guarantee the passage from one developmental phase to another, for example: the period in which youth (being young does not necessarily correspond to the same age group of our culture) are bodily educated and transformed into adults, as occurs in some seclusion rituals, when they are prepared to take on their social function in the community (such as getting married, having children, finding food for the family or becoming involved in specific mystical rituals, among others).

Referring to the Alto-Xinguano babies, Viertler¹² states that, if their parents want them to develop harmonically and to become human, from a very early age they have to dedicate a lot of attention to their basic nutrition and sexual activity as well as “to their chief social interests, like receiving a name, apart from the bodily and psychological care indispensable to good growth”.¹³

While they are young, they depend on that bodily care responsible for the breath and body smells (hygiene, food, hair and skin care), not to mention the constant psychological care of close relatives, whose objectives are to stimulate strength and physical resistance in controlling emotions. In the Alto-Xinguana society, some bodily techniques are part of this care, such as “scarification, the technique of scratching or scraping the skin to provoke bleeding, besides training in fighting and in manufacturing skills”.¹⁴

Viveiros de Castro,¹⁵ referring to the Yawalapiti’s body and identity rationale during the “body production” seclusion period, states that everything that “goes inside the body is of interest to society, which does not merely inscribe the surface of the body with its graphic marks”. This dialectical relationship occurs between the public space, that of society (the center of the village, the ceremonial, in which the “body exhibition, its use as canvas”, exposes the “marks of status – sex, age, ceremonial role – and is related to public confrontation with other villages), and the private space, that of the individual (or the hut where the recluse is submitted to the “body production” before he can have what is his, his body, which identifies him as unique).¹⁶

In light of these examples, we understand by bodily practices the social practices manifested in and by the body, as an enactment of the techniques developed by a particular social group in relation to its history, its natural and social environment, and its culture. These bodily practices convey meanings and associations present in the social group’s daily life and result from countless “bodily techniques”,¹⁷ developed individually or collectively in the preparation and symbolic representation that identifies this same group.

The flute dance performance marks the end of the rite of reintegration of the young into social life. Then, they have their hair cut, which means reaching a new position; the women are now ready for marriage

and procreation (...) and the boys wear ornaments and earrings. The latter are the Alto-Xinguano man's last tokens of masculinity (...) having been trained by their parents, they enter the dispute for social prestige. They display their painted bodies and hair because they believe *urucum*, *genipapo*, charcoal, and Tabatinga are powerful substances that can give them strength during the fights.¹⁸

Neither fighting nor dance disputes are sports competitions, but they have a broader meaning, that of recognition and social representation. Therefore, when a young man performs bodily movements, he does not do it by himself, since his performance represents the group of people who prepared him for the ritual that is going to ensure his social ascension and the future of the community itself. Thus, we may see the traditional bodily practices as a collective action, not because they are done in a group, but because of the collective meaning that each individual performance has.

In traditional dance, bodies display tokens of ornaments and paintings, the person's role in the social group, his kinship ties with the other dance partners, as well as his posture and gestures which may express movements and rhythms built in everyday social practices of body care, such as the way of walking, sitting, sleeping, eating, etc. Thus, dance in itself is not the enactment of movements there represented in a systematized way, but the manifestation of a symbolic view of the world in all its dimensions (spiritual, natural and social), whose rationale lies in the rhythm that marks a form of conceiving time and space, and a form of establishing relationships with their and the other's world in which they are invited to participate. This other could be a member of their own group (in its human, spiritual, and natural dimensions), a guest or a rival.

According to Turner,¹⁹ there is no such thing as a simple people, but instead, people with simpler technology than our current ones. To him, "man's *imaginative* and *emotional* life is always rich and complex everywhere in the world".

As for traditional dance, although there is not only one indigenous dance nor one that exclusively represents the ethnic group, we understand that dance types compose the cultural background that identifies age and

gender groups. Alternatively, they may even represent the ethnic group itself, in a different context from that of the village or of the ritual. In that case, they have their meanings and associations transformed by the performers, who need to be authorized to do so. This is what happens, for instance, when a traditional dance is performed for another indigenous or non-indigenous ethnic group, in a public or commemorative context.

This same view of bodily practice is present in the integrated games of other cultures that the group appropriates and practices in different contexts. A Bororo soccer game, for example, is not simply a soccer game identifiable by any other group, especially if it is performed among the Bororo as a ludic and educational practice among the younger and older members in the daily life of the village. This Bororo soccer game will not have the same meaning nor will it be played in the same way when it is performed in a championship that includes other ethnic or indigenous groups, as it varies according to the context and meaning that the game acquires in the relationship with the other; that is, Bororo soccer is a social practice that stages specific bodily techniques at the same time that its meanings and associations are not identifiable in another "soccer".

Such understanding may be illustrated by observing the game of "capture-the-flag" among the Bororo. We noticed that the children do not copy forms of playing from other non-Bororo children. The reason for this is that the space, time, and bodily techniques enacted in the game, are built in the Bororo culture itself, in its specific social historical time and space.

Bodily practices in indigenous people's games

In light of the above, we would like to reproduce some of the observations made by the indigenous participants in the IX Jogos dos Povos Indígenas²⁰ (IX JPI) and which contribute to reflect on public policies for the sport and leisure of this population in Brazil.

This event of national scope was the product of a joint effort by the Ministry of Sports, the Indigenous Memory and Science Intertribal Committee, the Fundação Nacional do Índio (FUNAI),²¹ and the state government of Pernambuco. It counted on partnerships with the Ministries of Culture, Education, and Justice, as well as on support from the municipalities of Recife and Olinda, and from private companies. At this event was also held the Indigenous Social Forum, which addressed economic, cultural, and legal questions (such as demarcation and land-related issues), as well as the competitions that involve bodily practices. There was also the Handicraft Fair, an inter-technical and intercultural exchange space visited by non-indigenous people of all ages.

Sport appears, in this ambience, as an instrument that presupposes interaction among different ethnic groups; however, other cultural manifestations are also present in this event, such as games and traditional forms of entertainment, rites, dances, painting, and body paint.²²

As a bodily practice that mobilizes Brazilians around the patriotic feeling (especially during the World Cup), including the most diverse indigenous groups, soccer has been an increasingly ubiquitous practice in villagers' daily lives. However, as the interviews with the IX JPI participants show, the forms this practice take on in their daily life depend on the social historical context of each ethnic group. As a "national" sport, soccer has been appropriated by several ethnic groups, which adapt its techniques, and during an "official" game (such as in a championship), incorporate the posture of athletes but still enact among themselves the characteristics that identify them as a specific group.

If diversity is a citizen's right in an indigenous context, we seek elements in sport that may help us problematize its presence and incentive among indigenous peoples. We should not forget, though, that sport (especially soccer) is a bodily practice that represents, in the competition itself as well as in the bodily techniques, western capitalistic culture. However, in the IX JPI, many conflicting elements of

identity and behavioral expression arose, which revealed the diversity of the people that participated in it.

Almeida²³ has observed that in the soccer tournament held at the IX JPI, during the first game between the Xikrin and the Karajá there was a very similar ritual to that seen in professional soccer: the “warm-up” and “stretching” exercises, the chatting that precedes the game, the search of the public and the media for better shooting angles, standardized uniforms, game moves according to predetermined tactic, and the non-indigenous referees. This parallel situation to the non-indigenous sport, observed by the author at the beginning of the game, remained until the end. But even so, he noticed that there were cultural particularities of each of the ethnic groups that distinguished them in the game.

The spirit of competition during the Games was reflected in other contests, in which there were disputes among the ethnic groups/teams present, such as in the tug-of-war (popularly known in Brazil as “war cable”), whose goal is to show who is the stronger. . Being the “great champion” is part of the masculine warrior culture, present in several ethnic groups:

In order to grasp the meaning of champion to the indigenous peoples, we are going to establish a parallel with the meaning of *agon* in Ancient Greece (...) meaning assembly, reunion, combat with competitive characteristics (...) They did not oppose their rival *per se*, but rather strength and speed (...), what mattered was the competitive spirit, and not necessarily the result in itself. The warrior overcoming spirit is present among the indigenous players during the contests, in rites of passage, in the confrontations, fights, etc. And the goal is not to “win whatever it takes”, but something closer to the meaning of *agon*. The experiences are incorporated positively into the group and the individual.²⁴

Among the Games’ interviewees, there was also the group’s concern with the preparation of their “athletes”, the young who would compete in the “traditional games” (thus defined by the organizers): swimming, archery, javelin-throwing, running, canoeing. According to chief

Assurini's report, the athletes had been chosen by them, after two month's training, to participate in the Games.

That said, we can note a concern with the Games that interfered in the villages' work and leisure routines, since the standardization, or the "sportivization" of traditional practices may transform traditional bodily practices into common practices for all the indigenous peoples, similarly to the non-indigenous ones. This transformation, which to some may seem "natural", alters the eating habits of adolescents and the young (given the energy expenditure, they no longer can have the same eating habits as their parents and grandparents), besides taking them away from work, as the young are often students in indigenous schools and spend a long time separated from the family. In other words, they are taken away from the learning that prepares them with the transmission of bodily practices to social functions in the community, especially because they will have to be responsible for the new generation.

The participants in the 2007 Games, coming from eight states in the country, refer to sport as routine bodily practice, but they admit that sport occupies working and leisure time in many ways. To some, participating in an event promotes better preparation in the sport, including diverting the young from the white man's addictions (alcohol being the most deadly of all); others provided a Physical Education teacher to train the team, in order to better represent their people in the event. Others reported concern with the technical and tactical preparation, as well as with physical training, aiming at better performances in the game. A Pataxó reported that a sport project targeted at championships has been developed in the village with the support from the Ministry of Sports. A Xikrin complained about the fact that they are used to soccer cleats but the event promoted beach soccer,²⁵ making it difficult for the group to win in the game.

Thus, we perceived in the interviews that sports (soccer and volleyball) are recurrent bodily activities in the villages and are present in the inter-ethnic games, such as the IX JPI. In a Xokleng representative's speech, the traditional bodily practices common in the village's daily life are "soccer and volleyball".

As we noted, there is a contradiction present in the competition, especially in soccer. It can be both a bodily practice appropriated and transformed by different indigenous groups according to their own values (even contributing to the integration and the education processes between the older and the younger members), and a bodily practice that integrates them with non-indigenous people, in championships in the region or municipality with which they share borders.

The education that we observed during Bororo soccer also appears in the other ethnic groups' reports, especially when, to participate in the JPI, the young start taking on collective responsibilities, such as dedicating themselves more to better represent their ethnic group. Therefore, they are socially rewarded by the village, as they are recognized and valorized both by their people and the society with which they establish contact in the game.

The indigenous participants made some suggestions about the valorization of collective identities. According to them, one should not participate in the other's practices, "each one has its own practice, and it is meant to be played, otherwise one may lose one's identity, just as one loses one's adornments." Referring to the young, it was stated that "some take the others' adornments back to the village, and start imitating them, they need guidance."

The indigenous bodily practices of a group that autonomously keeps its ties with the environment are integrating and serve both to be enjoyed and to educate through culture, that is, they are permeated by several cultural and mystical values that embody in themselves the material and the immaterial. These goods circulate in the inter-ethnic meetings and are objects of exchange but also of disputes, as occurs in the disputes for better ethnic representation. These relationships accrue value to the constitutive elements of each culture.

In the interviewees' reports, many acknowledge that participating in the Indigenous People's Games has also contributed to foster an interest in bodily practices among the young, changing their behavior in relation to their own culture. They no longer seek the non-indigenous people, but rather the older members of their villages to learn

the language, the chants, and dances. Furthermore, some reaffirm the responsibility for restoring old practices by preserving the memory of the older members, giving new meaning to them, which may result in their being recognized as “genuine” by their “kin” (the form by which they refer to another ethnic group).

The relevance of recording such cultural goods is enormous, and we may notice that it has been an object of attention by the indigenous people themselves, especially among the young, who were recording the JIP with recorders, photo and film cameras. As a Bororo friend informed us, they did so in order to return to the village and show what happened in the event in which their people were represented.

The traditional bodily practices were thus recorded audiovisually: the archery events, the dance presentations of several ethnic groups (Kuikuro, Karajá, Terena and others), fights (Bakairi, Kuikuro, Karajá), and log racing games (Xavante and Gavião), among other activities that involved indigenous and non-indigenous participants, who cheered with joy and appreciation on each day of the event.

Several interactive situations occurred at the place where they were lodged (the Geraldão Sports Gym, in Recife – far from the arena where the non-indigenous gathered to watch the cultural activities and traditional bodily practices). These situations revealed different forms of relating to and seeing the other, but above all, they represented opportunities for identification through ethnic and cultural diversity. In their free time from the event activities, the young took the initiative to create leisure activities open to everyone present: they showed videos made in the villages, and held dances that enthralled and thrilled all, indigenous or non-indigenous, thus associating leisure with cultural exchange. More than that, they promoted intercultural education, mediated by the traditional bodily practices and by the use of new technologies available to the indigenous people.

Meeting the “kin” was a celebration of great joy. Among the interviewees, the belief that in this event they are able to renovate their identities was unanimous. They feel valued by their differences and have the chance of being recognized by the other, while recognizing

their “kin” at the same time. They can show the non-indigenous people that they are not all equal, that they deserve respect, and that they can teach a lot about their histories and culture, contributing to change the prejudicial and ethnocentric culture present in everyday social relations in every city in Brazil.

Thus, formulating a sport and leisure public policy for the indigenous people depends on knowledge that can ensure, through the performance of bodily practices, the indigenous people’s rights as Brazilians citizens, that is, the guarantee of diversity, of their own forms of thinking, doing, being indigenous, or of being Bororo, Bakairi, Xavante, Tapirapé, or Pataxó: the right of each to have their own, unique culture, different from all other ways of being indigenous.

Translation: Geraldo Cáffaro

Notes

- ¹ GRANDO, 2004.
- ² GRANDO, 2007.
- ³ An ethnic group may be organized around one or several territories/villages, which may change over time due to cultural changes that make each group/village different as a result of the fragmentation of the people provoked by the process of colonization, still observed, mainly in the legal Amazonia. These changes usually stem from conflict situations related to land, religious problems (involving missions), borderlines, and flight from non-indigenous people. The changes ring about cultural differences that mark their everyday practices and their traditional rituals, since culture is a dynamic, living process under permanent transformation in space (place of origin and of residence) and time (specific history of the ethnic group/village).
- ⁴ BRASIL, 1988.
- ⁵ BRASIL, 1988, caput from article 231.
- ⁶ Translator’s note: a kind of tropical savannah typical of the Brazilian mid-west region.
- ⁷ On the effect of Mercury on indigenous health, see Gonçalves *et al.*, 1993.
- ⁸ CHAUI, 1996.

- ⁹ CUNHA, 1992, p. 17-18.
- ¹⁰ TURNER, 1974.
- ¹¹ CLASTRES, 1982, p. 53-54.
- ¹² VIERTLER, 2000.
- ¹³ VIERTLER, 2000, p. 64.
- ¹⁴ VIERTLER, 2000, p. 64.
- ¹⁵ VIVEIROS DE CASTRO, 1987.
- ¹⁶ VIVEIROS DE CASTRO, 1987, p. 38-39.
- ¹⁷ MAUSS, 1974.
- ¹⁸ VIERTLER, 2000, p. 166-167.
- ¹⁹ TURNER, 1974, p. 15.
- ²⁰ Translator's note: the 9th Indigenous Peoples' Games.
- ²¹ Translator's note: the National Foundation for Indigenous People.
- ²² ALMEIDA, 2008, p. 1-2.
- ²³ ALMEIDA, 2008.
- ²⁴ ROCHA FERREIRA; VINHA, 2007, p. 28.
- ²⁵ The organizers Terena opted for beach soccer to reduce the level of competition and injuries/contusions. In fact, there was a reduction, but some injuries were not avoided, which made soccer a very controversial sport in the event. It was proposed to hold a soccer event separate from the Indigenous People's Games, which aim at integrating and valuing the indigenous peoples, giving visibility to their cultural diversity.

References

ALMEIDA, Arthur José Medeiros de. *O processo de esportivização e os Jogos dos Povos Indígenas*. In: CONGRESSO CENTRO-OESTE DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2. Trabalho apresentado como comunicação oral. Cuiabá, set. 2008.

BRASIL. Governo Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Governo Federal, 1988.

CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência: ensaios de antropologia política*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992.

GONÇALVES, A. *et al.* Garimpo, mercúrio, saúde e atividade física em aldeias kayapó: peculiaridades observadas entre gestantes. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Maringá, v. 15, n. 1, p. 36, set. 1993.

GRANDO, Beleni Saléte. *Corpo e educação: as relações interculturais nas práticas corporais Bororo em Meruri-MT*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

GRANDO, Beleni Saléte. *A produção do conhecimento sobre as práticas corporais indígenas e sua relação com os jogos dos povos indígenas do Brasil*. Projeto de Pesquisa aprovado pelo Ministério do Esporte, 2007-2009. Cáceres: COEDUC/UNEMAT, 2007.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia* (com uma introdução à obra de Marcel Mauss, de Claude Lévi-Strauss). Trad. Lamberto Puccinelli. São Paulo: EPU, 1974. v. II

ROCHA FERREIRA, Maria Beatriz; VINHA, Marina. Olimpíadas na Floresta. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 1º jan. 2007 Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/impresao.php?id=734&pagina=2>>. Acesso em: 15 jan. 2010. (p. 28).

TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Trad. Nancy Campi de Castro. Petrópolis: Vozes, 1974.

VIERTLER, Renate B. A beleza do corpo entre os índios brasileiros. In: QUEIROZ, R. da Silva (Org.). *O corpo do brasileiro: estudos de estética e beleza*. São Paulo: SENAC, 2000.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. A fabricação do corpo na sociedade xinguana. In: OLIVEIRA FILHO, J. P. de (Org.). *Sociedades indígenas & indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero, 1987.

Silvana Vilodre Goellner
Sebastião Josué Votre
Ludmila Mourão
Márcia Luíza M. Figueira

Sport and leisure social inclusion policies

Analyzing the categories: gender, race/ethnic group, age, and the physically challenged

Introduction

In sport and leisure projects, it is quite common for groups of people to welcome the activities offered and become regular participants, bringing friends and relatives with them. On the other hand, some people are reluctant to join group activities, and there are small groups that do not like to join large groups. Normally, these people and these groups bear particular features that cause them discomfort. At times, they feel discriminated against, because they do not fit body standards, because of skin color, hair, sexual orientation, social class, physical capability or many other reasons that exclude them from the norm. When someone convinces them to participate in social projects, they do so late, leave early, and often abandon the activities after a short period of time. These are some of the reasons why people and groups do not adjust to certain social projects.

In light of this reality, we conducted research to investigate people's adherence to the project Programa Esporte e Lazer da Cidade¹ (PELC)² in some nuclei in the cities of Rio de Janeiro and Porto Alegre. Through a social diagnosis focused on the variables gender, ethnic group, generation and physical capability, we collected empirical

data whose systematization allowed us to elaborate a pedagogical material targeted at people involved in social projects.³ Entitled "Gender and Race: inclusion in sport and leisure", the manual presents some concepts, procedures, attitudes, references and tips that we consider to be important to democratize the access to all sports and leisure activities, and it also includes theoretical elements to sustain a responsible intervention against different forms of social discrimination so as to prevent, or at least mitigate it.⁴

The people attending the PELC activities come from underprivileged classes and by extension are deprived of a lot of social rights, including the access to sports and leisure. The nuclei locations confirm such fact, since most of them are located near peripheral communities in both of the cities, whose inhabitants show high rates of social vulnerability.⁵ Thus, the results of this study may be useful in improving public policies geared to the inclusion of these marginalized segments.

Social diagnosis: first impressions

The ethnography of the communities which we visited and in which we lived during three months revealed three groups: people who participated in the project, people who could participate, people who had already participated but had left for some reason and, lastly, people who had left or had failed to join for reasons associated with discrimination and prejudice. The members of the latter group did not attend activities which they considered to be typical of the other segments, such as the men who did not attend dance classes for regarding it as a feminine activity; the young man who did not take gymnastic classes for finding it an elderly's thing; people who evaded activities for suffering some kind of prejudice, such as the young man who used to take dance classes, but quit after having been ridiculed by his friends.

The instruments adopted for data collection, framed within systematic observation, were the elite interviews and the interview with a focus group. The everyday life details related to the treatment of differences

were registered in the field journal. Our first intention was to work with individual interviews, for which we elaborated a semi structured framework of topics. Nevertheless, we soon realized that such procedure was little productive, given the shyness and embarrassment of some people, and, at times, the resistance to give individual interviews. In order to overcome this impasse, we started talking to the participants after the activities which we attended, always observing the items on the framework. As regards the research conducted in Porto Alegre, we also counted on an instrument elaborated and applied by the General Coordination of the PELC from the Municipal Secretariat of Sport to diagnose the individuals' expectations about the implementation of the program.

During the group interview, we led the conversation so that the participants could talk about the four foci of the research (gender, age, race/ethnic group and the physically challenged), asking them questions related to these themes, such as: do you know why there are so many women in this activity? If an elderly person were present, would you play with him/her? Why don't your daughters come? Why doesn't your husband come? Do you like playing with them? Do you have any physically challenged mate in the project? What are the most common types of discrimination found in the project? During the conversation we always had our field journal open, and we took notes of the behavior and comments that we found relevant.

After having identified, together with the monitors, the people who attended the project the longest and that manifested spirit of leadership, we interviewed them as elite informers, expanding on the four topics. When we noticed someone was not comfortable talking in front of the others, we asked if he/she wanted to talk to us in a more reserved way.

The reason for the use of this methodology lies on the assumption that the discussion of arguments and positions by the individual subjects, when related to the group interview reports, bring semantic density to the ideas on which there is consensus, and which become

more substantial. On the other hand, the diverging ideas become more evident on the disagreement points.

The activities offered vary according to the availability of environments and teachers, and is in tune with the community members' wishes and personal projects. Some activities are predominant in most nuclei, such as gymnastics, volleyball and soccer. Some activities are restricted to few nuclei or only develop in one or two, such as stretching, handicraft, belly dancing, table tennis, foosball and gym classes. In general, there is a shortage of leisure activities, such as card games and pool, although in most nuclei we have seen man playing pool at nearby bars or engaged in card games, such as canasta and others.

Having performed the data analysis by confronting the information derived from different sources, we concluded that, in general, there were no major differences between the results gathered from the nuclei of the two cities investigated. In both of them, we did not find very strong discriminatory records related to race or to the physically challenged. For gender and age we found more relevant cases, which prompted us to consider them as privileged categories. For didactic purposes, we succinctly present some of the conclusions drawn from the field work.

a) The category *age* revealed specific problems. As we visited the projects, we witnessed several prejudicial or discriminatory situations in relation to age, and we identified several reasons why the people say they refuse to do activities with members of different age groups. Many of the arguments made reference to embarrassment and to diverging objectives on the part of the members of other age segments.

As the majority of the participants consist of the young, there is greater discrimination against the elderly. Nevertheless, in the older group, there is prejudice against the younger. Elderly people, in general, prefer activities that require low-intensity body movements such as playing cards and pool; due to their loss of functional autonomy, they also prefer activities such as stretching and localized gymnastics, which do not require moving (like walking and running). In turn, the young prefer more dynamic activities involving fast moving, such as team sports.

In light of this duality of interest and of the difficulty reported by the teachers to integrate the segments (motivated by the embarrassment and the different level of physical aptitude), we formulated some proposals for integrating these segments, observing their interests and differences without eliminating competition. The list includes cooperative games, leisure-related games such as cards, pool, dominoes and sports games adapted to the characteristics of each segment.

The inclusion of activities that do not involve competition could be an alternative to eliminate the different levels of physical aptitude, but another option that would integrate the elderly and the young would be board games in which competition would be present. For busier and more competitive activities, the option would be to include adapted sports games.

b) The category *gender* showed a more polarized distribution in relation to the different activity modalities. Men rarely attended activities in which women were predominant, just as women did not attend activities in which men were predominant, regardless of what these activities were.

Cultural activities considered masculine or feminine are a hindrance to teachers. Soccer is a typical case. In general, boys do not like playing with “clumsy” girl players, and when the girls do play, these are activities exclusively among girls. They usually occupy secondary or improvised courts or less busy schedules (as these are not curricular activities, the offers should be designed to provide satisfaction and pleasure to the different groups). When it comes to soccer, in all the visited nuclei men/boys are predominant and they get the best schedules. Respecting the participants’ interests implies recognizing that, in several cases, boys and girls prefer to play separately. In this case, the alternative of creating separate groups could be a good option, with better conditions for the sport practice (material, court, assistance, etc.) Likewise, we may notice that adherence to activities such as dance and gymnastics hardly includes any boys/men.

This specialized appropriation of spaces and activities relate, moreover, with the view of what men and women like doing for leisure.

Analyzing the questionnaire elaborated and applied by the General Coordination of PELC from Porto Alegre, we may see that women's preferences were marked by activities performed in the domestic space, such as cleaning, watching TV, babysitting, and lying down. It is worth quoting some of their answers when questioned about what they understood by leisure: "leisure is lots of rest", "leisure is the house where we lives"; "leisure is to chill out doing what I like, without worrying about schedules"; "leisure is doing nothing"; "leisure is to be able to do things that I like", and "leisure is rest for memory".

To men, leisure is synonymous with fun and doing something to break routine. Not a single men mentioned feminine activities as leisure, but rather drinking with friends, watching/listening to soccer matches, among others, which suggests that leisure is associated with action. In one the men's words: "leisure is to have fun and improve your health"; "leisure is a means of enjoyment for all, especially a good walk".

In the end, the information gathered from the different research sources indicates that leisure, like any other human practice, is a gendered and gendering space.

c) The category *race/ethnic group* proved particularly difficult to be analyzed. If we understand by ethnic group the belonging to cultural, geographical, and confessional groups, there is widespread discrimination, which we can illustrate by mentioning the example of some churches, in which some nuclei are located, which allows physical activities but ban parties. This is not a trivial problem, considering that each nucleus is supposed to hold a social gathering monthly. In other cases, after finishing gymnastic classes, the teachers have the group form a circle and pray, which is edifying, but not in keeping with the country's religious plurality policy.

In relation to racism, we may note that this kind of discrimination happens silently. Racial prejudice arises out of constant contact with white discourses, about the white, with very little presence of black and indigenous members, who are often target of rejection, piety, compassion, fear and discrimination. We understand that racism is acquired behavior, which becomes natural through the frequency of

its manifestations, so much so that, albeit undesirable, it turns out to become justifiable for those who hold it. In the investigated nuclei, we perceived that racial discourses are considered normal, treated naturally, the participants repeat and create stigmatizing terms, without noticing that there lies a racial gesture or attitude. For this reason, we perceived that racism is veiled. Therefore, there is a long way to walk before we can uncover the racist discourse.

d) The category *physically challenged* was incorporated in our investigation after we identified a significant number of those participants in activities developed both in Rio de Janeiro and in Porto Alegre. After analyzing the context, we concluded that PELC is neither informed nor prepared to include members of this segment, as the nuclei and surroundings lack adequate facilities (such as ramps), which impedes the transportation of the physically challenged. There is also a need for prepared teachers to assist this kind of public. Discrimination against physical characteristics deviating from the “ideal” body standard contributes to the absence of physically challenged people in the activities provided.

Intervention alternatives

In light of the above, we may ask: what can we do to change this context of discrimination?

Many of the issues indicated here are difficult to be discussed with the groups that participate in the activities and with the monitors, coordinators, and teachers. This is precisely why we believe knowing more about these issues is so necessary. Such knowledge may provide elements to problematize, debate, question and reveal the unfair and perverse character of those issues. Negating the problem only contributes to reinforce discrimination, and as a result, it becomes increasingly natural and normal in the eyes of people in general.

Based on the research conducted, we understand that a project that seeks social inclusion must, necessarily, prioritize these issues, so as to minimize the discrimination, prejudice and inequality that are seen in its daily activities. We believe that to fight this context of social injustice, it is crucial to work towards changes. Below are some alternatives to be put into practice as soon as possible:

- Create a positive atmosphere among the participants in the activity proposed and guarantee that each person expresses him(her)self freely and be heard, having their opinions respected.
- Encourage everyone to practice sports activities, regardless of gender, sexual orientation, race/ethnic group, and promote activities in which the diverse segments participate together.
- Reject and report the naturalization observed with respect to gender, as well as traditional notions according to which certain sports are for boys and others for girls.
- Reject and undermine the naturalization observed concerning race, as well as the belief that more complex activities should be performed by the white, whereas the simpler and more primitive ones must be performed by black or indigenous individuals.
- Offer flexible activity schedules, aiming to adapt to the participants' interests, availability and working conditions.
- Pay attention to the use of words and expressions denoting sexism, racism and ageism and combat such use, unceasingly. Many times, these words and expressions are so deeply-rooted in the culture (disguised as collective heritage) that no one notices what they mean. For instance: "that is an indian's program" (when one refers to something negative, or boring); "João looks like a girl playing handball" (reference to a boy's poor skill for the sport – which indicates that women are not skilled at sports); "Maria is truly a Ronaldinho in a skirt"; (reference to the girl who plays soccer very well – indicates that men are the models in the sport and women, even when they prove to be good athletes, look like them); "the situation in the project is black" (negative use of terms that refer to the color black, which extend to the Afro-descendants); "Brazil was well represented by the athletes that participated in the Pan-American Games" (avoid the suppression of the feminine,⁶ as there

were both male and female athletes participating: the use of “os/as atletas” is recommended instead); “the young leading the young are like the blind leading the blind” (this expression generalizes a supposed irresponsibility of the young), etc.

- We must not evade our role as educators, because our intervention makes a difference!

Conclusion

During our observations, we concluded that it is necessary to instruct coordinators when new nuclei are opened so as to prevent the mistakes and misconceptions found in the studied nuclei, especially those related to prejudice and discrimination. This would enable the nuclei to attract and maintain new participants. Among the flaws identified, we should mention: (1) lack of advertising, as a lot of people claimed ignorance of the project and of its activities, and assumed that the activities were only geared to children; (2) lack of events for the community and not only for the participants; (3) precarious infrastructure, because several accounts show that participants evade due to the lack of material and local infrastructure (courts without basketball backboards, scoreboards, with damaged fences – posing risks to students –, uncovered courts – impeding activities on rainy days – without goalposts or nets, and lacking water fountains for the participants); lack of instruments that promote the permanence of participants such as evaluation, and socialization among the nuclei; deficiency in the continued qualification of some teachers, as some of them employ only one method of work; lack of attendance control, making it difficult to bring back those who evade.

We have evidence that, in order to attract and integrate the participants from minority groups, the educators must elaborate inclusive activities, adapting these activities to the interests and necessities of the minority groups and adopting a posture of open guidance, in which the

participants interact with the monitors in elaborating the classes to be developed.

Lastly, we understand that the success of a social project does not depend only on those who elaborate and on the institutional organs that fund it. It depends, above all, on the opportunities for integration among the people: coordinators, executors, monitors, trainees, teachers, students, agents and community leaders, among others.

If we want to promote quality intervention with regard to the democratization of the access to sport and leisure practice, as well as to the education of the subjects involved in these activities, we need to problematize discourses and question associated practices that have historically reinforced discriminatory attitudes.

When we use the term “problematize”, we mean it is necessary to suspect some *truths* which we encounter daily, since probably they are not so *true*. We need to question, for example, the idea that a girl who likes soccer or martial arts has homosexual tendencies; or that the blacks are less intelligent than the whites and, therefore, tend to be more successful in careers that do not require a lot of study, such as soccer, athletics and music, such as funk or *pagode* singer.⁷

These ideas that seem to belong to common sense may not be conscious and tend to be taken as natural. Nevertheless, they are neither harmless nor deprived of a strong discriminatory and prejudicial character. They reveal, to some extent, the unequal treatment that society reserves for the different social groups that compose it. Part of these ideas, which are produced and cultivated by the dominant elites, is seen as belonging to the national culture, as something that need not be discussed. Therefore, they need to be analyzed, questioned and problematized, and this is everyone's task because they are part of the political dimension of the life which concerns all of us.

Translation: Thiago Hermont

Notes

- ¹ Translator's note: Sport and Leisure in the City Program.
- ² Implemented and managed by the Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL) of the Ministry of Sports, the project was elaborated with the purpose of filling the gap in terms of public and social policies that meet the growing needs and demands of the population for activity options in the area of recreational sport and leisure. Its formulation sought to attain two main goals: democratize the access to sports and leisure practice and universalize the social right to sport and leisure. Apart from the practice of physical and sports activities, it aimed to provide other activities that involved all age groups of the community in which it was to be developed. The reason for such endeavor "brings in its essence a stimulus to social coexistence, to train managers and community leaderships, to promote research and knowledge sharing, contributing to make sport and leisure be seen as public policies and everyone's right" (BONALUME *et al.*, 2008, p. 63).
- ³ On conducting empirical research, we counted on the collaboration from undergraduate and graduate students. In Porto alegre: Caroline Canabarro de Oliveira, Carolina Derôs, Johanna Coelho von Muhlen. In the city of Rio de Janeiro: Renata Monteiro, Felipe Barros, Ana Paula Teixeira, João Gabriela Mello, Rodrigo g. Ribeiro and Luis Felipe Figueiredo.
- ⁴ GOELLNER *et al.*, 2009.
- ⁵ In the city of Rio de Janeiro, the investigated nuclei were Rocha Miranda, Vila Aliança, Vila Kennedy, Jabour, Senador Camará, Penha, Bangu, Cidade Nova, Mineira e Jardim América. In the city of Porto Alegre, the nuclei were Loteamento Pampap, Humaitá, Vila Cruzeiro, Vila Safira, Vila Bom Jesus.
- ⁶ Translator's note: In Portuguese, *o* and *a*, respectively, correspond to the masculine and feminine definite articles. Sexist language suppresses the feminine to make generalizations (e.g. *os atletas*), thus conferring a privileged status on the masculine forms.
- ⁷ Translator's note: the former music style comes from slum communities in Rio de Janeiro, and the latter can be described as a samba variation.

References

- ALVES, A. P.; VOTRE, S. Mulheres na dança do movimento hip-hop: a construção do sujeito reflexivo a partir de uma nova pedagogia de gênero. (No prelo; a sair em Dossiê de Gênero e Atividade Físico-Desportiva, revista *Gênero*, UFF).
- BONALUME, C. R. *et al.* O Programa Esporte e Lazer da Cidade. In: PINTO, L. M. S. de M. *et al.* (Org.). *Brincar, jogar e viver: lazer e intersetorialidade com o PELC*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. v. 1, n. 1. p. 61-67.

- CAVALCANTI, F. L.; CAVALCANTI, M. C. Discurso do sujeito coletivo, complexidade e auto-organização. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, art. 0166, 2007.
- CRUZ, I.; GOMES, P. B. *Mais desporto: despertar para a igualdade na escola*. Porto: Associação Portuguesa Mulher e Desporto, 2006.
- FERREIRA, M. P. A.; MARCELINO, N. C. *Brincar, jogar, viver: programa de esporte e lazer da cidade*. Brasília: Ministério do Esporte, 2007. v. 1.
- GOELLNER, S. *et al. Estudo sociodiagnóstico sobre etnia e gênero em programas de esporte e lazer: subsídios para elaboração de políticas públicas inclusivas*. Brasília: Ministério do Esporte, 2007.
- GOELLNER, S. *et al. Gênero e raça: inclusão no esporte e lazer*. Brasília: Ministério do Esporte, 2009.
- GUIMARÃES, A. *Preconceito racial: modos, temas e tempos*. São Paulo: Cortez, 2008.
- IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- KAMEL, A. *Não somos preconceituosos: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- OLIVEIRA, F.; VOTRE, S.; VILLARD, R. *Agressão na escola fundamental: representações e práticas de alunos e professores*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2007.
- RIBEIRO, P. R. C. (Org.). *Corpos, gêneros e sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar*. Rio Grande: Editora FURG, 2007. (Caderno Pedagógico, Anos Iniciais)
- RIBEIRO, P. R. C.; QUADRADO, R. (Org.). *Corpos, gêneros e sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar*. Rio Grande: Editora FURG, 2007. (Caderno Pedagógico, Anos Finais)
- SOUZA, A. *Análise do discurso de adolescentes moradores de rua de Belo Horizonte sobre imagem corporal e relações de poder*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2008.
- STIGGER, M. P.; GONZÁLEZ, F. J.; SILVEIRA, R. *Esporte na cidade: estudos etnográficos sobre sociabilidades esportivas em espaços urbanos*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.
- STOER, S. R.; MAGALHÃES, A. M.; RODRIGUES, D. *Os lugares da exclusão: um dispositivo de diferenciação pedagógica*. São Paulo: Cortez, 2004.

Hélder Ferreira Isayama
Rita Márcia de Oliveira
Amanda Carolina C. Silveira
Luciana Cirino L. R. Costa
Tarcila Bretas Lopes
Fabiano Antonio S. Peres
Gustavo Henrique M. Santana
Paulo de Tarso M. de Freitas

Leisure, public policies, and professional development

An analysis of professional development policies in the Secretariats of Sports from the Greater Belo Horizonte Area

Considering that political relations and choices are supported by the representations of various interests, and bearing in mind that they directly affect citizens involved, it is important to understand the context of the development of professionals who actively engage in this process. The state representation of leisure and sports – which are social rights guaranteed by the Constitution of Brazil – may interfere significantly in the lives of citizens.

In this context, being a qualified professional is a key factor in making available public policies that involve the right to leisure and sports.

At the moment, professional development in the field of sports and leisure is gaining space in academic areas as well as in the area of current public policies. We understand that the development of professionals may be perceived as a privileged means of intervention that aims at contributing to the social, political, historical, and cultural processes that form the sport and leisure practices of our present reality. Professionals therefore ought not to be conceived as mere reproducers of techniques, but as agents of change who are able to transform and foster reflections on varied aspects of our daily life.

Within this scenario, some public organs recognize the need of qualified professionals who may contribute to people's access to leisure via educational measures. Therefore, as far as we are concerned, the development of professionals is essential to enliven the experiences with leisure offered by the public sector. It is important to qualify policies of professional development that are focused on those who have a critical view of sports and leisure. In addition, these practitioners should also be able to connect their professional performances with cultural dimensions, bearing in mind the characteristics, aims, and purposes of public action.

Considering the development of professionals who work in the field of public policies of leisure and sports, we affirm that this development is perceived as preparation for reflective professionals,¹ that is, those aware of the social, cultural, and ideological limitations of their own professions.

These then are the key issues of the present study: have the municipalities been developing policies for professional development in the area of sports and leisure with their own professionals? What are the characteristics of this professional development (if they exist)? How are leisure and sports perceived when they are being publicized? What are the objectives of the proposals? What is the content involved? How important are those policies for the technical staff involved in sports and leisure?

Keeping these questions in mind, this study aims at identifying, describing, and analyzing professional development policy conducted by Secretariats of Sports from the greater Belo Horizonte area. The references that guided this study are related to the developed content, the understanding about sports and leisure, and the importance given by governmental bodies to these measures. We chose the same model used in the research of Linhares *et al.*² The greater Belo Horizonte area is composed of thirteen municipalities, which, in their turn, belong to the Metropolitan Area of Belo Horizonte, namely: Belo Horizonte, Betim, Contagem, Confins, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro

Leopoldo, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, São José da Lapa, and Vespasiano.

It is important to stress that we understand leisure as a multidisciplinary field, which therefore accepts the participation and the actions of different professionals. In this perspective, leisure measures – including the development policy – do not only occur at the Secretariats linked to the sports area. However, this is the option chosen by the researchers of the present proposal, since most of them are related to the field of physical education. Moreover, the purpose of this study is to present a picture of development in the context of the Secretariats of Sports.

Methodological procedures

This study combined bibliographical and field research. Research in the literature³ (the present bibliographical research technique) – was used to discuss the following key-words: leisure, sport, professional development, and public policies. These were selected from books, scientific papers, monographs, theses, and dissertations available in the Library System of Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).⁴

After the review of the literature, we made the initial contact with the Secretariats – or equivalent bodies – of the thirteen municipalities involved in the study and managed to schedule interviews with the Municipal Managers of twelve municipalities. The only one not present justified his absence because of a disputed election campaign at the time of the interviews.

We chose the semi-structured interview model because, according to Triviños,⁵ this type of interview is based on basic questions. These – supported by theories and hypotheses – offer a vast field for questioning as well as new hypotheses that will arise as the interviewee answers the proposed questions.

Triviños⁶ technique of contents' analysis was employed to comprehend the data provided by the interviews. Triviños states that analysis is constituted by a set of techniques that focus on the description of the contents of messages. By doing so, qualitative and quantitative indicators are obtained that allow inference in the conditions in which those messages are produced.

In this way, we set up the following analytical categories: professional development policy, the characteristics of development actions, the understanding of sport and leisure in these actions, the aims of the proposals, and the importance to the technical staff.

Results and discussions

Although it was not presented as a direct question, the training of the technical staff was mentioned by all Municipal Managers during the interviews. Estimated figures point indicate that four municipalities have more than fifty people working at the Secretariats of Sports and Leisure; six municipalities have from ten to fifty employees; and just one has less than ten professionals.

Regarding educational background, a certain amount of those professionals have degrees in Physical Education. However, it was possible to identify one municipality whose professionals have no degree, and two others that did not mention their professionals' qualifications during the interview. We noted that a degree in Physical Education is not always perceived as *conditio sine qua non* for performing tasks and activities properly. We frequently found Physical Education professionals who were former soccer players, working as if their experience on the field would legitimate their position in this area. It is relevant to mention that, even though they perform the same tasks that graduate professionals do, these non-graduate professionals earn less than the latter:

The vast majority does not have a degree in Physical Education. But regarding sports activities they are very nice with the local community. So we try to qualify them even more. (Manager G)

They earn about one and a half minimum wages, *cesta básica*,⁷ etc. If you consider having a Physical Education professional, will you find someone willing to work under such financial conditions, eight hours a day? Definitely not. (Manager L)⁸

Concerning how the municipalities employ those professionals, it may be said that just one municipality has professionals who have taken part in public examinations, i.e., who are civil servants. In some municipalities, the professionals are hired and, in others, they are regular teachers at municipal schools who are assigned this new task and then bound to the Secretariat of Sports.

During the interviews, five Municipal Managers stressed the fact that the Secretariat's technical staff is deficient in certain areas. Overall, they emphasized the lack of personnel and the necessary development in order to work properly:

I don't have a team now. They aren't ready to conduct such training. Here they aren't ready to develop the community and even less other Secretariats. What happens is that, quite often, I am really misunderstood. (Manager F)

Ten Municipal Managers highlighted another relevant issue concerning budget/funding. Even though it was not part of the interviews' script, it was pointed out as an important topic to be discussed in the context of the Secretariats of Sports. Lack of resources is a constant in the speech of the Municipal Managers, and is also viewed as an obstacle to further investments in the leisure area. They also state that such lack of resources is present on national levels, affecting the whole country, even the Ministry of Sports:

In the old times, 70% of the cake was sliced and given to the Secretary's allies, including the ones appointed by the Mayor, and we, here and now, work with the cake. We take it and slice it in such a way that it reaches every single category engaged in sport and leisure activities

in this municipality. Even though we know that this very small slice needs to get bigger since it does not meet the needs of the groups that are doing sports and leisure activities in this municipality. (Manager J)

Itabira and Santa Luzia are good examples, because they have four-million in annual resources to invest in sports. On the other hand, there are municipalities like this one here where the population is bigger and less than 500 thousand reais are available. It's not a matter of lack of investment by the Mayor. The point is that the municipality has no feasible conditions to invest. (Manager I)

Some Municipal Managers affirm that the Secretariat of Sports in their municipalities owe their existence to programs supported by the federal and state governments. They point out the partnership with the Ministry of Sports via a special program called Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC):

We hardly have that continued service fund here, in City Hall, just for payroll. So, all we do comes from external support, a few financial resources to the Secretariat of Sports. We just receive the smallest slice from the budget. It happens all over Brazil. What we've got is very little, indeed. (Manager F)

Perhaps, due to the partnership between the Ministry and us, the incomes, external resources, may increase. What comes from the Ministry represents half of our budget. (Manager C)

Concerning the *Municipal Manager's view of training*, it is clear that those measures are important. That issue was highlighted in eleven interviews:

Without training you can't handle anything. That's why I see myself much more as a teacher than someone in charge of public policies. I work directly in training. Especially considering the way they write an office form. I come back and tell the person: "Hey, you've written the concept here..." He replies: "That will lead to entertainment" and I say: "What do you understand as entertainment? Entertainment is this, this, and that. Let's avoid using this term because of this, this, and that... Go on and redo it." (Manager F)

I totally agree that it's extremely important for professionals to keep on qualifying. That's what I've always said, wherever I've worked. (Manager J)

When Godoy writes of the management experience of the Secretariat of Sports, Leisure and Tourism in Piracicaba, 1989-1992, he notes the importance of having a "policy of human resources" to maintain the quality of the measures as well as a motivated staff. As far as he is concerned, staff development is the key point in implementing high-quality measures for change. The Municipal Manager's concern in setting up a "team policy" as a way to organize the Secretariat is therefore notable.

Nevertheless, some Municipal Managers stressed the presence of certain obstacles that disrupt the implementation of training measures. One of those is a non-existent technical staff.

Municipal Manager L reports another difficulty, which refers to the training of monitors – former athletes – and it discusses whether certain possibilities are more accessible to their development. The Manager considers that this kind of work with this specific audience is a way to fight unemployment and that it should be conducted by providing the monitors with training. For instance, he mentions the problems that the Secretariat of Education had to go through in order to get funds. He also refers to CREF's⁹ unsuccessful attempts to reduce the costs of those courses:

And we've tried, we've been trying for the past two years – I threw them away yesterday [those materials which are studied to get the CREF qualification], I was tidying this place up. But, yes, it's very expensive. But I thought that the Secretariat together with the Education Secretariat would help us, but we couldn't get the funds. I just couldn't. And the CREF themselves, they complicate everything; they put obstacles in our path. You call them to get information about enrollment, to check if discounts are available, and... nothing happens. Nothing at all, they don't give anything up. (Manager L)

We also found in some interviews indications that training would be implemented in partnership with certain organs, which allowed us to consider that some Managers understand that development measures may happen in a perspective, considering the participation of different development agents. Manager G indicated partnerships with an educational institute and some courses that would be given by university professors. He also mentions a partnership with the Regional Committee:

Of course it's important. It's so important that we also do it. We have a partnership with Promove College. Their students, who are about to graduate in Management with an emphasis on Sports, do their final paper based on a project called "Athlete of Tomorrow". Some seminars have already been held with students, and their parents took part in these discussions. So that's the whole situation. The courses are guided by professors from the Universidade Federal de Minas Gerais. (Manager G)

One topic highlighted by two Managers concerns the time of training. Manager J thought that there should be a permanent training schedule, at least once a month. Manager G pointed out the issue related to training frequency and stressed the importance of establishing the local community as the main target of this training, as follows:

But the most important thing is to get the professionals qualified. However, these professionals must be connected to their local communities. Otherwise they won't be able to bring children and youths for the activities. So we do offer this training. Every thirty days we hold meetings with all our monitors and we talk about what we've been doing and what needs to be done. All lesson plans schedules are arranged with them, within the activity proposed. So we try our most to qualify them, give them tools to work with. (Manager G)

Besides the importance of properly considering the target community for the Secretariat's training measures, Manager E pointed that training should be considered in a more extended perspective, taking into account different aspects from the professionals involved in this area:

I believe that in all areas the qualification process must be permanent, as well as the training, because the challenge is permanent. People are always changing and they even change the way they behave with others... you must be always getting better qualified, as people say, in order to face the coming innovations. We Physical Education teachers usually graduate to work with allegedly “normal” students, but then we have to work with special needs students or learners who suffer from mental or psychological problems. We aren’t ready to deal with that. Nowadays, teachers need to know things beyond the ordinary subjects. They must be familiar with other areas in order to be able to deal with the needs of human beings. That’s not the case of working as a psychologist, a doctor, or an orthopedist. But they need to know whether someone is doing physical activities wrong, talking too much... I mean, I feel that students may need some kind of feedback. (Manager E)

Another important aspect is related to the profile of the training staff, as Manager H mentions: “I believe that we must have qualified people in the area. Helping the program’s development is important because nothing happens by chance. Some kind of training would contribute a lot to boost the sport.”

According to the interview and regarding professional qualification and training throughout the management period analyzed, it is possible to conclude that teachers coordinating the Secretariat’s programs were the target public. The programs are generally initiatives from the federal and state Secretariats of Sports. The Municipal Secretariats responsible for sports and leisure policies have partnerships with the previous bodies in order to develop their own programs. Other training measures, such as study meetings, were also mentioned. Those measures are also connected to a certain program being developed by the Federal Government, called Programa Segundo Tempo. Managers C and J’s speeches confirm this information:

We are implementing the training provided by the Ministry of Sports, we all participate. Our knowledge is increasing a lot. We are focusing on the educator’s role, concerning sport initiatives and the area of high-performance sports. It’s important to know in which matters they have to work. I believe that sport initiatives must deal with a

strong demand for social affairs and policies which will allow you to work in the front line, tackling these issues. (Manager C)

Segundo Tempo has a permanent training process here. Every, I mean, almost every Friday. Every fifteen days people get together to debate and discuss, supported sometimes with written materials. (Manager J)

Some Managers expect the teachers to be responsible for the continuous training of interns and monitors involved in the programs. Manager C confirms this:

Those professionals have come in and I interfered with the Ministry. For three days, full hours, we have carried out a very important training course in the area of social inclusion and corresponding activities that could be developed with this equipment. Now it's up to us to get this activity further developed, month by month, updating our professionals in this in loco job. Sometimes, the contents of Physical Education don't deal with the difficulties of working in these areas.

The previous report refers to a clear concern that André has regarding the university's role in the continuous training of professionals. The university, in his view, may not be able to meet all the demand in this area. It is extremely important therefore to invest in the qualification of those in charge of bigger groups.

Also cited was the importance of holding permanent weekly meetings as well as occasional monthly ones. These aim of these meetings would be to share experiences and also go deeper into conceptual matters related to sports and leisure:

So we offer this training, indeed. Every thirty days we hold meetings with all our monitors and we talk about what we've been doing and what needs to be done. All lesson plans schedules are arranged with them, within the activity proposed. So we try our most to qualify them, give them tools to work with. (Manager G)

In order to coordinate and organize these meetings, some attempts were made to invite professionals from areas different from sports and leisure. Therefore, other professionals have also taken part as keynote

speakers during the meetings. It was very common to observe that usually both keynote speakers and coordinators were members of the Mayor's staff while, on the other hand, others were people with whom the Manager had a personal relationship: "I managed to bring someone promptly from Education so that her only task would be the arrangement of monitor (the people hired to work on the programs) training" (Manager F).

It was not possible to verify whether the professionals involved in the previous meetings attended them because they were willing to take part in multidisciplinary work or because of free time in their work schedules. In any case, the aforementioned meetings, which were focused on sharing experiences and going deeper into conceptual matters, demonstrated the concern for effecting measures that permit reflection on the practice developed. This is vital in order to think about the reflective process described by Schön.¹⁰

According to the Managers, it was noticeable that in some municipalities a number of measures for professional training were not offered by the bodies in charge of leisure and sports development. That was justified by the recent establishment of those bodies.

In general, the analysis of the Managers' interviews made us think that most of the measures taken reflect what Candau¹¹ refers as the classic perspective of professional development. Bearing this in mind, the professional training projects focused on "recycling", i.e., the professionals involved in the process updated themselves by taking different types of courses. On the other hand, the previously mentioned training development was generally perceived as a permanent process. Furthermore, the importance and values attached to the knowledge that comes from experience and professional praxis was stressed.

It goes without saying that a training process may adopt numerous models, guidelines, and paradigms. Besides the models on which this study focuses, there are others that conceive professional praxis committed to the model of a more equal and just society. It requires a great effort from the professional to associate theoretical knowledge to real problems from his daily work. It is also hard to understand how

these issues intertwine uncertainties, complexities, and conflicts present in the current political, cultural, and social system. Therefore, as far as public measures are concerned, a training process should better qualify the measures developed. In this way, it is expected to meet the needs and demands of the population that is the target of public initiatives concerning leisure and sports.

Another aspect worth mentioning is the personal willingness of the professionals to seek further training. The majority of the Managers encourage their staff to participate in courses, as long as the professional shows either interest or a desirable profile. Below, it is possible to note this fact from what the Managers say in their interviews:

But there were some professionals who came and asked me. The most we could do was to exempt them from work. As far as I can remember, I did this for specific professionals three or four times, considering the past year and a half that I've been working here. (Manager E)

There are no records of such a thing but if it happens – and I think that it would be nice – if someone comes and says: “Hey, there’s a course going on, is it possible to take it?” Even if he can afford his own expenses, we could spread this out for the others and maybe the Secretariat would set some funds for the course. (Manager L)

Generally saying, when the Secretariats offer training, staff attendance is mandatory since those measures are taken within the working schedule. The following interviewee reinforces this idea:

We set Monday mornings for this purpose, indeed. When I can't be there I dismiss them or they keep talking trying to solve bureaucratic and administrative issues. Our monitors, every Monday, are paid to do so. From their twenty-hour schedule, four hours are designed for training. (Manager F)

Mandatory. It's definitely mandatory. It's just like a working day. (Manager G)

In relation to incentives – offered by the Secretariats themselves – that promote the professional staff attendance at training, the Managers'

awareness of the importance of the previously mentioned processes is crucial. However, the lack of specific and legal regulations to guarantee their existence is a current issue that must be taken into consideration.

In some cases it was possible to observe the presence of policies that support the *definitive professionals* – those who passed a public examination, i.e., civil servants – who seek further, differentiated training. To illustrate, one may mention paid leaves for those doing post-graduate studies and supplementary welfare allowances for paper presentations at scientific events:

But we allow them to take part in seminars and conferences related to old-age topics. In fact, nowadays we work with a target-public... So, when there's something important going on in the old-age area, we do our most to invite these professionals to our seminars, as it's interesting for us. We make their life easier by offering benefits in transportation, seminar enrollment discounts, etc. Those benefits are not just granted for post-graduation studies and course, but whatever they need and we consider important. We support our definitive professionals to get the access to these advantages. (Manager C)

But it is very important to point out that some Managers showed themselves in favor of special incentives for definitive professionals rather than hired ones, since the employment relationship with the institution differs one from the other. The following statement confirms this:

But I think that City Hall should try – in the future – to provide some financial support. But this is something that the professionals should be interested in, I mean, developing their own careers. Sometimes you invest in them and they just quit. But talking about the definitive professionals – those who are here due to public examination admission – they do need some funds so that they can become better qualified. But whether they are hired or effective professionals there should be some kind of support. But financially speaking, I believe that the theoretical support should be based and calculated considering the number of definitive professionals. But when the hired professionals come to me, I dismiss them, I mean, they don't need to be here on non-working days. (Manager E)

By studying a specific case, it was possible to identify a legal regulation (a municipal act) that allows City Hall to invest in their staff *qualification* but not in *training processes*, even though the Manager's interview is lacking clarity in establishing the difference between these terms. The Secretariat has no financial resources specifically allocated for this purpose:

There're many courses, public and private partnerships which, sometimes, offer training courses for professionals. Some professionals take those courses when they are invited to do so, and City Hall sends some of those professional to be trained. But we need more focused policies because sometimes professionals can't afford to pay the training course fees and other costs. Usually they are short in length, varying from three to five days, and sometimes in other cities – not in the greater Belo Horizonte area – there are extra costs. City Hall can afford to pay for these training courses; this is established in municipal acts. In this way, if we have a training program in which the municipality is more involved, that will certainly allow trained professionals to better perform their duties. (Manager I)

Final comments

The main conclusions from this study are:

1. The Secretariats of Sports studied do not have a structured training policy for professionals who work with sports and leisure, considering that the measures taken by the previous secretariats are random and segmented.
2. In general, the training measures developed by the State Secretariats seek the development of technical and instrumental issues.
3. Physical Education professionals, who work at the Secretariats of Sports, privilege physical abilities and performance in sports. They do not always understand sport and leisure as social rights essential to citizenship and to improve the quality of life of citizens.

4. There is a lack of investment in sport and leisure measures and, therefore, in rural training. Training is not perceived as important as other issues for the Secretariats.
5. Some Secretariats support their technical staff's training by funding their participation and/or dismissing them from the working period.
6. The development of training measures proposed by the Ministry of Sports – concerning partnerships with the municipalities – has been considered essential in qualifying sports and leisure professionals. For some municipalities, these are the only possibilities for promoting further training for their staffs.

Translation: Thiago Hermont

Notes

¹ SCHÖN, 2000.

² LINHALES *et al.*, 2008.

³ SEVERINO, 1991.

⁴ Translator's notes: The Federal University of Minas Gerais.

⁵ TRIVIÑOS, 1987.

⁶ TRIVIÑOS, 1987.

⁷ Translator's note: A typical Brazilian labor custom, it is a kind of monthly commercial hamper that employers provide their employees with, which contains basic food supplies such as rice, oil, beans, flour etc.

⁸ Translator's note: The direct speech concerned in the passages from now on was translated into standard English, even though the social background from the interviewee(s) may have led them to speak a more colloquial level of Portuguese.

⁹ Regional Committee of Physical Education Professionals.

¹⁰ SCHÖN, 2000.

¹¹ CANDAU, 1996.

References

- ANDRÉ, Marli Elisa D. Afonso de. O papel da pesquisa na formação do professor. In: REALI, Aline Maria de Medeiros R.; MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti (Org.). *Formação de professores: tendências atuais*. São Carlos: Edufscar, 1996. p. 95-105.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Formação continuada de professores: tendências atuais. In: REALI, Aline Maria de Medeiros R.; MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti (Org.). *Formação de professores: tendências atuais*. São Carlos: Edufscar, 1996. p. 139-153.
- GODOY, João Francisco Rodrigues de. A experiência da Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo da Prefeitura do Município de Piracicaba (1989-1992). In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Lazer: formação e atuação profissional*. Campinas: Papirus, 1995. p. 87-101.
- LINHALES, Meily A. *et al.* Esporte e lazer na Grande BH: por onde caminham as gestões públicas? In: ISAYAMA, Hélder F.; LINHALES, Meily A. (Org.) *Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e lazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 13-58.
- SCHÖN, Donald. A. *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do trabalho científico*. 17. ed. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1991.
- TRIVINOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

Nelson Carvalho Marcellino
André Henrique C. Capi
Débora A. Machado da Silva

Leisure in the municipality: the training and development of cadres

The cases of Campinas and
Piracicaba-SP¹

Introduction

Nowadays, the professional training processes for the leisure sphere are gaining more space in Brazil, due to the labor market demand, which has proven to be booming. Overwhelmingly, these processes seek to “prepare” the so-called traditional specialist for an abstract view of leisure. When relating this issue to sports, it is noteworthy that sometimes an emphasis is given to a section related to the schools of Physical Education and at other times to so-called sports training.

Nevertheless, care is needed when relating staff training and development with sports and leisure public policies. When referring to public policy in the area - based on values of popular participation and contribution, and in the cultural field, aiming at the exercise of citizenship, as is recommended by the National System of Sports and Leisure,² the training and development of cadres for action is essential in view of the population’s own reversal of expectations, which qualifies the demand for public services that do not exist for certain sections of the population, or is believed to be negatively affected by the industrial cultural values widespread in so many sectors.

It must therefore be emphasized that:

1. We are dealing with sector policies. In this sense, the broader context that involves them cannot be lost sight of. It is impossible to consider them separately, therefore, without paying attention to general governmental programs and to social policies in a particular way.
2. We are dealing with only one of the many components that involve public policies in the area: the training and development of cadres for action. The reference to policies aimed at leisure means mentioning a policy of activities, which most often end up being isolated events, but the main focus of leisure activities remains in the reduction of working hours without salary reduction, and accordingly, in policies directed at time optimization, urban public transport policy, etc. When referring to the leisure activities, a reordering of urban land policy arises, including leisure space and equipment, as well as housing and surroundings. Finally, it must be stated that talking about leisure activities also means talking about a policy of cadres, staff, and volunteer training, providing in this way an updated and efficient work force. In short, leisure has its specificity even as a public policy, but it cannot be dealt separately from other social issues.³

Here, we are focusing on this last aspect, although it is crucial not to lose sight of the broader social context and the scope of the public policies in the sector.⁴

This study aims at:

- Showing the importance that staff training and development policy has as the pivot of the sports and leisure policy of two municipalities in the state of São Paulo;
- Showing the policy components of the training and development policy of the cadres in these municipalities;
- Examining possible alternatives in order to provide a better adjustment of these policies to the general sport and leisure policy of these municipalities.

The cities of Campinas and Piracicaba were defined by criteria of representativeness, the most important in the field of action of the

Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), constituted as accessible regional poles.

The study combined the literature and field research.

The bibliographic research was carried out from a survey conducted by the UNIMEP and library system of the Universidade Estadual de Campinas' (UNICAMP),⁵ combined with internet specific tools, especially Google Scholar, using the keywords: public administration, leisure, sports, culture, Physical Education and professional performance and training.

The field research was conducted through a comparative study. The main data collection system was participant observation,⁶ which involved direct observation and interaction with the observed group. It was carried out in the major sports and leisure facilities of both cities, chosen by criteria of representativeness (frequency, size, location) and accessibility, using a field diary, and with "categories" set by the bibliographical research.

Based on these data, we felt the need to hand out forms to those professionals who work directly with the population, such as socio-cultural boosters and leaders. Questionnaires were also given to users chosen at random.

The use of this diversity of data collecting techniques within the research aimed at gathering as much information as possible from the object of study, as well as allowing the setting of a number of subjects based on data saturation.⁷

Staff training and development for leisure public policies

In order to understand current leisure professional training in Brazil and cultural entertainment as a strategy for possible action in the area, It is necessary to reconstruct the process from a historical perspective. According to Mello,⁸ leisure concerns in Brazil appear at the end of the nineteenth century, present in the speeches of medical and public

health professionals responsible for the new reforms typical of urban-industrial organization. Nevertheless, systematic studies appeared in the years 1920-1930, still ruled by the defense of healthy leisure activities in order to diffuse the hygienist and moral values of the time.

Therefore, leisure arises as a result of the industrial revolution, based on an ideology that declares that some men are different from those existing in rural society, i.e., people who are now driven by standards and values conveyed by the mass media and their peers. In this sense, the influence of other countries turns to be another variable that has to be taken into account. After all, in those countries, the urban-industrial process was being consolidated, whereas in Brazil it was still being structured. Some theorists of the sociology of leisure, including Joffre Dumazedier (a great influence on the debate on leisure in Brazil), even managed to predict the establishment of a "civilization of leisure", which even with technological development has not proven to be possible.

The pioneer institution in the debate on leisure in Brazil was, without doubt, the Serviço Social do Comércio (SESC),⁹ which, in the 1960s and 1970s, began to create mechanisms for dissemination. Leisure became the institutional priority field of action, and this area gradually consolidates owing to the openness of and the exchange with France by the sociologist Dumazedier Joffre and the systematization of knowledge (Leisure Studies Center), taking into account new concepts and techniques of research on this topic. Nonetheless, it is important to stress that "the SESC, throughout its history, has always stood for social action, based of welfarism, whether in terms of health, as occurred in the early years of its existence, or at the level of the education or leisure of commercial employees".¹⁰

In this sense, the institution intended to take on a complementary role of the state, seeking to integrate itself with public power and, through its proposals, insert in the workers' "free time" the necessary values to increase productivity and cultivate an organized society, in which conflicts give rise to the community spirit that was intended to be created.¹¹

Therefore, when we speak of leisure in Brazil it should be noted that the first systematized knowledge initiatives in this area did not arise from community or association needs, but from an institution that passionately preached welfare and social peace. In this sense, the idea of conflict is lost or becomes dangerous; hence, the discussion ends up being conducted by another bias: leisure as a panacea for solving social problems in order to achieve the order and progress that are stunningly present on our flag.

All the same, we cannot be simplistic and ignore the actions that at that time transcended mere welfarism or did not even validate the SESC initiative of systematizing its proposal of planning actions for the leisure field, or the consequences that these studies had for Brazilian universities. But it is vital to analyze how the “subjects” appropriated themselves from the different cultural objects.

It is therefore possible to state that, even today, leisure in Brazilian reality is restricted to the idea of activity and the practical possibilities provided by it.

Once in Brazil, the expansion occurred through the dialogue between SESC and the state. From the beginning, it was already necessary to consider the professional training in this area that was being undertaken at that time. Providing the conditions for the population to make it possible for them to spend their “free time” in a “proper way”, talking about the pleasure of using the body in a different way, taking care of it, containing it, exercising it, shaping it, and training it; searching for a fast, productive, and healthy body capable of fighting against idleness, illness, and drowsiness is the discourse that soon found resonance in the ideals espoused by the Physical Education of that time, which culminated in the offer of recreational disciplines in academic background courses in the area. The Physical Education professional was considered the most apt to act in the leisure field.

The disciplines linked to leisure were gradually proliferating into courses of Physical Education. In most of these disciplines, the leisure prevailed by being restricted to recreational activities, games, and other

alternatives of an occupational character. In other words, leisure was limited to a reductionist perspective.

Nowadays, when speaking about the training of leisure professionals, we can distinguish six possible categories: free courses of short duration, specific academic background courses, the inclusion of academic background qualifications, post-graduation studies (*strictu sensu*) diversified with specific lines of research lines, post-graduation courses (*lato sensu*), and the MBA.

Even at the top universities, the profile that is sought not in discourse but in teaching strategies, leads us to a kind of professional who is justified by his personality, and not necessarily for his competence.¹² This is what is called by Mills¹³ as double alienation or self-alienation, i.e., employees do not only sell their labor power but also their personality. In the ambit of leisure, it can be stated that in some cases the employee is no longer a professional but a “professionalized personality”.¹⁴

According to Isayama,¹⁵ in the Physical Education field

there is still a prevailing view that the professional who deals with leisure should help people to forget their current problems (...) In this context, the expert’s performance is either limited to the organization of games and recreational activities that which will stimulate people, or is restricted to promoting balls and parties.

This diagnosis reinforces the prevailing view of leisure as a mere occupation, supported by the alienated consumption of cultural goods. The excessive target of such activities leaves the booster’s pedagogical role at a second perspective, “contributing to strengthen the values of the dominant ideology, encouraging traditional practices that do not allow an aware, critical, and creative engagement of the participants”.¹⁶

Despite the diversity of available training, an analysis made by Marcellino¹⁷ about the formation of cadres and the policy of development reveals frequent complaints made by the businesspeople in charge, in various fields, of qualified and competent staff to perform duties in this area.

When it comes to professional leisure performance, one must not isolate the performance of the professional who deals in a more direct way with the population from what may be called the promoters' structure, inspired by Dumazedier,¹⁸ which comprises:

1. socio-cultural promotion leaders of a more accurate general qualification;
2. socio-cultural professional promoters with specific qualifications, without forgetting, however, the general qualification and functioning, in the case of public policies, as educators and not as "merchants", as it is almost the rule when concerning the sectors of the vast cultural industry;
3. socio-cultural promotion volunteers, needed for creating the link with the local culture of the population (desires, aspirations, preferences etc.) intended to be achieved;
4. professional staff support – support activities, as well as the administrative and operational staff that need to be aware of the area where they work and the final service provided. All the frame components are interrelated: observing, researching, planning, managing, meeting, and sharing knowledge in all these areas, but have specific responsibilities in terms of action.

Regarding the professionals, the recruitment, selection, and development process should be linked to the area of action (leisure and sport, in broad sense), but it is essential to emphasize the meaning of public service, the values that guide the government's general policy, the values that underpin the sector policy and the need for coordination with other sector policies. Therefore a phase of professional sensitization called "career" is fundamental, as well as for the new agents who engage in the process.

It is also crucial, because of the breadth of leisure, that it works with multidisciplinary teams in search of interdisciplinarity or, in those administrations in which leisure issue is affecting multiple organizations – departments or offices – it must seek the integration of actions, trying to overcome "fiefdoms" and showing that integrated work is an element of facilitating action rather than a duplicating factor of professional effort.

The socio-cultural promoters have different backgrounds, which is deeply needed due to the breadth of the cultural area. They are Physical Education teachers, art educators, tourist and hospitality staff, etc., who

1. have mastered some cultural content;
2. are willing to share this domain with other people, and consequently need to:
 - possess a solid general culture, which gives them opportunity to understand the intersection of their own content with other fields;
 - practice on a daily basis the reflection and assessment that are considered peculiarities of the educators' action and that will differentiate them from the "merchants" of the cultural industry's vast majority;
 - have the political commitment to change the situation in which we find ourselves by acting in this perspective.¹⁹

In search for the link between technical action and the basis of the population, to minimize the risks of the performance of "experts", voluntary work is needed. Several authors²⁰ report that volunteers' presence is crucial in any industry in which leisure is developed.

Whether among professionals or among volunteers, we emphasize that the educator's action is the one to be pursued and not that of the "merchants". This task must include:

1. recruitment and selection processes in line with the values that govern public policies;
2. stages of awareness of the policy's guiding values;
3. training and development courses (including leisure and sports theory, the values and meaning of general and specific public policies, multiplier training techniques and procedures, and planning and repertory of projects and activities);
4. technical and pedagogical meetings in a regular basis;
5. exchange programs (internships, participation in conferences, discussion groups, professional and scientific organizations, etc.).²¹

Therefore, in order to change the situation, there is much to be done in the training and development of cadres, which is one of the main elements of a leisure and sports public policy and of the National System of Sports and Leisure.

The perspective that has been argued up to now allows us to take notice of the training of the cadres and its development within the National System of Sports and Leisure from the socio-cultural perspective, beginning with the promotion structure, which has already been specified.

The professional who deals with the leisure field can play a variety of tasks. The administration, organization, coordination, planning and the implementation of experiences are a few possibilities. Isayama²² states that "specific knowledge of leisure or related issues, such as recreation, playful activities, pleasure, etc.", are key factors when regarding the intervention of these professionals.

In the same perspective, we must provide the professional with a broader view of his/her socio-cultural context, contributing to individuals who are involved in activities with a more critical analysis of the existing order, overcoming in this way the "traditional view of leisure," which is characterized by supporting and enhancing the values of the dominant ideology, leading professionals to develop traditional practices that do not permit critical, conscious or creative involvement of the participants.²³

The overcoming of the problems presented in the specialists' professional performance will provide more consistent intervention when their action takes place in multi-, pluri- or interdisciplinary teams. Accordingly, Marcellino affirms that to overcome these problems new specialist training is crucial, for practitioners who go beyond the "traditional specialists",²⁴ people who are capable of perceiving the notion of totality and become part of multidisciplinary teams, in search of interdisciplinary performances.

The proper training of the professionals who work in the leisure field allows their performance to become active in producing schedules, making them a key component in the participatory planning team.

Depending on the level of their training and professional knowledge, their actions end up surpassing the target area and achieving other aspects involving leisure.²⁵

With regard to Campinas, the department responsible for the leisure issue is called the Municipal Secretariat of Culture, Sports, and Leisure. When referring to the organization in Piracicaba, however, it is called the Municipal Secretariat of Sports, Leisure and Motor Activities. The name itself already shows differences in each one's scope. The department at Campinas covers not only sport and leisure issues, but the whole cultural aspect, something that in Piracicaba occurs in a specific department, the Secretariat of Cultural Action. It is noteworthy that for the municipality of Piracicaba, the "motor activities" are highlighted in the department nomenclature, although the few documents available for research do not clarify the motivation for this peculiarity.

The staff training and development in both municipalities studied

In order to understand how the staff training and developmental processes work at both municipalities, the nature of the training and how all this reflects on professional practice, we undertook field research, listening to the care professionals who deal directly with the population and the leaders. We also analyzed whether and how the training and development processes occur in action and the incentives for their viability. Finally, we investigated in both cities whether the population feels the efforts made in the staff training and development, in the daily performance of these professionals, and in the leisure spaces and facilities.

In the field research, in both cities, the same set of techniques for collecting data was used and the number of respondents was determined by data saturation, as has already been explained in the introduction.

The main data collection technique was participant observation, and it is important to emphasize that at the outset in the two target cities, a promotion policy network or an framework could not be detected. The majority of facilities visited lack professionals working regularly in activities open to the public. Some only rely on professionals when events are held. When there are professionals, the formation of multi-disciplinary teams was not seen. Contrariwise, the preponderant role of the Physical Education teacher was seen, in a nearly exclusive way. The activities that stand out are the "very local schools" or class-activity. A lot of equipment require maintenance and reform due to wear-and-tear and vandalism, the latter perhaps due to the absence of the promotion structure itself.

Not all the sector's initiatives in the culture and leisure sphere of the Brazilian government are guided by explicitly developed public policies. Although in the Constitution of 1988, leisure appears in title II, chapter II, article 6th as one of the social rights,²⁶ only in the current government (within its two terms and with the creation of the Ministries of Sports and Culture) that broader and more systematic discussion proceedings were initiated concerning the public policies in both sectors, which are directly linked to the federal government organs, at the cultural level, and are also more sympathetic to leisure issues.

As a part of this process, the I National Conference on Culture,²⁷ and the I and II National Conferences of Sport, have already been held,²⁸ events that joined government and civil society, seeking grants for the preparation of the sector's public policies and initiated the implementation of the National System of Culture and the National System of Sports and Leisure. The discussions at the federal level are still incipient and require time to mature so that the systems become aware and are constituted as in the states and municipalities.

In all these documents, the figure that gives life to the policies is called the "agent", even though promotion²⁹ appears, on some occasions, as one of his duties.

It is still uncertain what should the role of each government level in the formulation, performance ,and evaluation of the public policies

be, due to the lack of the solidification of the Culture National System and Sports and Leisure National Systems. In some cases, the socio-cultural activities are put into practice on three levels, in direct assistance to the population. Conversely, a few state proposals differ from the municipalities', which can be seen by the creation of instruments which precisely emphasize the state-municipality relationship much more than direct assistance to the population.³⁰

It is in the municipalities, through the action of City Hall, that government action is felt more closely in socio-cultural activities, though not necessarily with this name.

The governmental agency policies have demonstrated the viability and fecundity of socio-cultural activities³¹ as an action strategy at the municipal level in many regions of the country. However, the major problem that arises is the lack of continuous actions, which happens because of the change of administrations, since the policies are controlled by the government and not by the State.

Besides giving life to programs and projects, the personnel who make up the frames that develop socio-cultural activities also represent, in some municipalities, the possibility of ensuring the continuity of policies more than the government's mandates.

In such cases, the professional, who is more directly connected to population assistance, was not isolated from what may be called promotion structure, according to what has already been written.³²

It is evident, according to the research of the literature, that the importance of concern for staff training and development within a sport and leisure policy, even if not under that name, is essential to deal with this task from a socio-cultural perspective. This importance stems from a lack of expertise in training, from a reversal of expectations in the situational context, and from the constant need of updating.

The review of the literature also shows the importance of dealing with leisure as a cross-sectional theme and from a multi-professional perspective, in pursuit of interdisciplinarity. Thus, the training and development of cadres should also be guided by these points.

By making an inspection of these items, specific concern with this axis was not found in the field research, but it was recognized that the professional in this area acts much more because of cultural diffusion promoting the actions than from cultural participation and creation. Routine activities are mainly made up of class-activities, and the action in events, somehow, does not provide the experience of the process.

Other items of the field research are worth noting:

1. the high rate of lack of initial courses/ training;
2. the high number of years of experience in the area and in the institution;
3. the high number of strong institutional linkages;
4. the disparity in incentive to continue training in Campinas and Piracicaba;
5. the highly educated professionals.

Item 1 may be considered very negative, since it can be seen that awareness of the meaning of the area's public policy was not created in an institutionalized way, nor can it be determined which are the specific policies guiding the work. Item 2 reveals the need for staff development policy, which is supported by item 3, which demonstrates the feasibility of investment, as it concerns a "career staff." The fourth item is highlighted as an issue to be reconsidered by the Mayors' offices. Finally, item 5 demonstrates the high level of education of the professionals, although almost exclusively in the field of Physical Education, with no exchange of theories and techniques.

It should also be stressed the non-participation of volunteers (in Campinas) and the low participation (in Piracicaba). However, their work has had a positive effect among professionals and is highly indicated in both cities, insofar as the volunteers have had proper training.

Concerning the field research, the traditional way of planning developed in the two cities and the "traditional" possibilities of the population's participation in this process are noteworthy.

Most users of both cities consider insufficient the number of professionals available to give support for the demand, and a significant number of users do not see them at all. This corroborates the data collected from our field diaries: in the two cities investigated neither a network policy nor structure of promotion can be detected, that most of those visited cannot count on professionals working in activities open to the public on a regular basis. It has also been seen that some rely on professionals acting only when events are held; that when there are professionals available, there is no formation of multidisciplinary teams but only the exclusive role of the Physical Education teacher, and the activities that stand out are the "very local schools" or class-activities.

The role of volunteers in city sports and leisure spaces and equipment is positively perceived by the users of both cities, provided that these volunteers are properly trained.

In proposing the study of possible alternatives to better tailor the training and development policy of cadres within the general sport and leisure policy of those municipalities, we recommend a study to be made by the competent governmental sectors involved, aiming at an analysis of the following points:

1. the action, even though not under that designation, from the socio-cultural promotion perspective, seeking not only dissemination but also cultural participation and creation, differentiating its strategy from the cultural industry, expanding the contents of action and strategies;
2. the strengthening of a promotional animation structure, as stated before, including the participation of volunteers;
3. participative management network;
4. multi-professional teamwork in pursuit of interdisciplinarity;
5. initial courses/ training as a way of providing specification and awareness, which is even more necessary now, starting from the institutionalization of sports policies at the federal level and of sport and leisure at municipal levels, with the creation of the National System of Sports and Leisure;

6. improvement and modernization of planning tools;
7. development of specific (refresher) courses/ training for managers, planners (general jurisdiction promoters, specific jurisdiction promoters) who work as intermediaries between the population and the culture as community heritage and cultural production; and volunteers (if we use the structural terms of the promotion mentioned above).

Translation: Thiago Hermont

Notes

- ¹ Researches funded by Rede CEDES from Ministry of Sports.
- ² Available at: <http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/propostas_aprovadas.jsp>. Access in: 10 May 2007.
- ³ MARCELLINO, 2001.
- ⁴ From now on, when we refer to leisure public policies, we will be also considering those related to sports. This term [sports] will be considered as part of the content of leisure, even though its ambit may be broader, involving sports work in either the case of high-performance sports or that of representativeness. However, in the CEDES ambit, sport is regarded as leisure. Available at: <http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/cedes/default.jsp>. Access in: 10 Jun. 2007.
- ⁵ Translator's note: State University of Campinas.
- ⁶ BRUYNE *et al.*, 1977.
- ⁷ MAGNANI, 1984.
- ⁸ MELLO, 2005.
- ⁹ Translator's note: Social Service of Commerce.
- ¹⁰ SANT'ANNA, 1994, p. 48.
- ¹¹ SANT'ANNA, 1994.
- ¹² MARCELLINO, 2001.
- ¹³ MILLS, 1969, p. 243.
- ¹⁴ MARCELLINO, 2001.
- ¹⁵ ISAYAMA, 2003, p. 64.
- ¹⁶ ISAYAMA, 2003, p. 69.
- ¹⁷ MARCELLINO, 2001.

- ¹⁸ DUMAZEDIER, [s.d.].
- ¹⁹ MARCELLINO, 2001.
- ²⁰ PINTO, 2003; RODRIGUES, 2003; RIBAS, 2003; PAIVA, 2003.
- ²¹ MARCELLINO, 2001.
- ²² ISAYAMA, 2003, p. 62.
- ²³ ISAYAMA, 2003.
- ²⁴ MARCELLINO, 2002b.
- ²⁵ MARCELLINO, 2001.
- ²⁶ BRASIL, 1988.
- ²⁷ Available at: <http://www.cultura.gov.br/foruns_de_cultura/conferencia_nacional_de_cultura/index.php?p=12913&more=1&c=1&pb=1>. Access in: 10 Jun. 2007.
- ²⁸ Available at: <<http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/default.jsp>>. Access in: 10 Jun. 2007.
- ²⁹ Available at: <http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/propostas_aprovadas.jsp>. Access in: 10 Jun. 2007.
- ³⁰ TERRA, 2001.
- ³¹ Some examples may be cited, such as the popular, democratic administrations in São José dos Campos-SP, Diadema-SP, Santo André-SP, Porto Alegre-RS, Caxias do Sul-RS, Belém-PA and currently in Recife-PE.
- ³² MARCELLINO, 1996, 2001.

References

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.htm>. Acesso em: 10 jun. 2007.
- BRUYNE, P. *et al. Dinâmica de pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- CAMARGO, L. O. *O que é lazer*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- DUMAZEDIER, J. *Questionamento teórico do lazer*. Porto Alegre: CELAR, [s.d.].
- DUMAZEDIER, J. *Planejamento de lazer no Brasil: a teoria sociológica da decisão*. São Paulo: SESC, 1980.

FREIRE, J. B. Questões psicológicas do esporte. In: MOREIRA, W. W.; SIMÕES, R. (Org.). *Esporte como fator de qualidade de vida*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2002.

GOMES, C. L. Lazer: concepções. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 119-125.

ISAYAMA, H. F. *Recreação e lazer como integrantes dos currículos de graduação em Educação Física*. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, UNICAMP, Campinas, 2002.

ISAYAMA, H. F. O profissional da educação física como intelectual: atuação no âmbito do lazer. In: MARCELLINO, N. C. *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*: para atuação em políticas públicas. Campinas: Papirus, 2003.

MAGNANI, J. G. C. *Festa no pedaço*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MAIA, L. F. S. A formação de técnico em lazer e suas possibilidades de atuação e intervenção em políticas públicas. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas: Papirus, 2003.

MARCELLINO, N. C. *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996.

MARCELLINO, N. C. Lazer e qualidade de vida. In: MOREIRA, W. W. (Org.). *Qualidade de vida: complexidade e educação*. Campinas: Papirus, 1999.

MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e esporte: políticas públicas*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

MARCELLINO, N. C. *Lazer e educação*. 9. ed. Campinas: Papirus, 2002a.

MARCELLINO, N. C. Eu/Corpo: o que gosto, o que posso, o que faço. In: MOREIRA, W. W.; SIMÕES, R. *O esporte como fator de qualidade de vida*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2002b.

MARCELLINO, N. C. *Estudos do lazer: uma introdução*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002c.

MARCELLINO, N. C. *Pedagogia da animação*. 7. ed. Campinas: Papirus, 2005.

MELLO, Victor A. de. *A animação cultural no Brasil: um panorama*. Disponível em: <<http://www.lazer.cefd.ufjf.br/producoes>>. Acesso em: 22 out. 2005.

MILLS, C. W. *A nova classe média white collar*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. *Resoluções da II Conferência Nacional do Esporte*. Brasília. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/propostas_aprovadas.jsp>. Acesso em: 10 maio 2007.

PAIVA, J. L. Por um voluntariado local. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas: Papirus, 2003.

PINTO, L. M. S. de M. O trabalho voluntário para esporte e lazer em políticas públicas: problemas e desafios enfrentados. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas: Papirus, 2003.

REQUIXA, Renato. *O lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

RIBAS, N. R. S. Tecendo o lazer no estado de Mato Grosso do Sul: da capacitação de recursos humanos ao trabalho voluntário. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas: Papirus, 2003.

RODRIGUES, R. P. Lideranças comunitárias que atuam no desenvolvimento de esporte e de lazer: voluntários de Porto Alegre. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas: Papirus, 2003.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. *O prazer justificado: história e lazer* (São Paulo, 1969/1979). São Paulo: Marco Zero, 1994.

STIGGER, M. P. Políticas sociais em lazer, esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente à pergunta: "são as políticas públicas para educação física, esportes e lazer, efetivamente políticas sociais?" *Motrivivência*, Florianópolis, UFSC, ano X (11), p. 83-96, set. 1998.

STIGGER, M. P. Políticas públicas em esportes e lazer: considerações sobre o papel do profissional educador. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas: Papirus, 2003.

STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. Lazer, mercado de trabalho e atuação profissional. In: WERNECK, C. L. G.; STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. *Lazer e mercado*. Campinas: Papirus, 2001.

STOPPA, E. A. *Acampamento de férias*. Campinas: Papirus, 1999.

TERRA, Rodrigo. Esporte e lazer: uma experiência no estado do Pantanal. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) *Lazer e esporte: políticas públicas*. Campinas: Autores Associados, 2001.

Victor Andrade de Melo

Leisure, sport and urban culture

The French influence on Rio de Janeiro's public policies in the 19th and 20th centuries

Introduction

In the twentieth century, the rapid growth of some cities due to the impact of the industrial revolution transformed them into confusing, chaotic, and even unsanitary environments. Given the need to improve and maintain the capitalist machinery running, there were many initiatives to remodel the urban environment. The French capital lived intensely and is emblematic of this process.

The urban interventions which Paris underwent, commonly known as “haussmanization” (for having been conducted by the Baron Georges Eugene Haussman, mayor of the city in Napoleon III's government) is of great interest to us Brazilians: a similar process was conducted in Rio de Janeiro by Francisco Pereira Passos.¹

Passos was a member of a traditional family linked to the agrarian economy. Contrary to other young men of his circle, who normally preferred to study Law, he opted for Engineering. He worked as a Brazilian attaché in France between 1857 and 1860, and witnessed the whole process of change that was being introduced in Paris. On returning to his country, he endeavored to contribute to the modernization of Brazilian society.

Disenchanted with the possibility of implementing his projects, Passos stayed away from the center of political happenings for some time, returning as a plenipotentiary mayor of Rio de Janeiro (which, at the time, was called the Distrito Federal), at the call of Rodrigues Alves.² He was one of the main persons responsible for the great success of the reform, sanitation, and urbanization that the city underwent in the twentieth century, following the French model he had witnessed.

What Napoleon III and the Baron Haussman wished for in France, after the turbulent times of 1830 to 1848, was an articulation between the control of and stimulus to spectacular production in order to suppress class differences and stimulate individualism: a clear joining of politics and aesthetics. The interventions were also of a symbolic nature, that is, they had to do with the construction of adequate representations for consolidating a new economic model.

It is not surprising that, at the turn of the century, for Passos's projects in Rio de Janeiro under French influence, the building of broad, long avenues that would link the Port of Rio de Janeiro (also rebuilt) to the commercial centers to celebrate the arrival of the "modern" and "progress" had been strategic. Functionality was joined to the manipulation of new symbols, which was also perceptible in the architecture adopted: eclecticism,³ the "official" style in France.

In Rio de Janeiro, a similar process of a search for public space as a locus of social coexistence and valorization of leisure activities had begun in the mid-nineteenth century. This process clearly builds up at end of the century, with obviously national peculiarities. At that time, one could observe in the city a better-structured entertainment market, which included musical and theatrical shows, the beginnings of our cinema, and the growing popularity of the practice of sports, notably rowing. This was a sport fundamentally led and appreciated by the rising middle class (professionals, business people, the first industrialists). Its identity was forged in opposition to horse-racing, which was closely related to the rural aristocracy.

Rowing had been present in Rio de Janeiro since the 1870s, but its development proceeded at a slow pace. Resistance was related to: a) the muscular body aesthetics of rowers, which was not in keeping with a time that valued thin, delicate body types; b) the “small amount” of clothes worn, which drew criticism of the sport’s decorum; c) the idea that it was an intense physical activity, at a time when exercise was still considered harmful to one’s health or of less importance in comparison with intellectual activities.

Nonetheless, at the turn of the century, prominent technological development, growing urbanization, the rise of a national bourgeoisie, and a new political order ended up by forging new cultural patterns related to a “project of modernity”. In this context, notably from 1895 on, rowing grows in popularity and is seen in a better light by the population, as an adequate activity for “modern times.”

In the institutions linked to rowing, the impact of these changes begins to show. People start fighting against the sport’s gambling aspect (by banning betting at the regattas) and to tout the “healthy practice” (both physical and moral) characteristic of the sport. Amateurism becomes the word of the day. In order to guarantee such an image, the clubs, notably after the creation of the União de Regatas Fluminense (in 1897), increase their control and introduce initiatives to promote the sport in the city, including a few by governmental authorities.

The aim of this paper is to discuss the involvement of the governmental authorities, especially that of Pereira Passos’, with the development of rowing in the context of sociocultural changes in the city of Rio de Janeiro at the turn of the last century. It should be noted that a) the French influence was remarkable; b) if this contact cannot be considered *stricto sensu*, sport public policies, certainly in *lato sensu* it gives us sound elements to ponder pioneering encounters between sports and governmental organizations, as well as the beginnings of political interest in the practice of sports.

Rowing in Rio de Janeiro's sociocultural context at the turn of the century⁴

In Rio de Janeiro at the turn of the century, we may observe a rapid change in the population's behavior, driven, among other things, by remarkable technological development:

In fact, the techno-scientific revolution instituted a closely knit relationship among the new technologies, and because of the productive expansion, huge populational flows, especially moving towards urban areas that polarize the process.⁵

It is within this context that we must understand the development of rowing. If the previous popularization of horse-racing⁶ had already meant an advance in the social structure, the nautical sport of rowing perfectly embodied modernity of the turn of the century, since it was closer to the new dimensions that were valued by a bourgeois stratum/culture in formation.

Rowing is a "physical exercise" sport, a key-term used by those who used to defend and divulge the benefits of its practice. It is the sport of health and a challenge against one's opponent and against the sea, a sport that develops the muscles and the morals. It is an appropriate practice for proud, strong youth, with enough "freedom of spirit" to guide the nation to necessary progress:

This generation, which is being educated at sea, face to face with danger, developing muscular and moral energy, is more beautiful, stronger, and nobler than mine. Today's adolescents are no longer like yesterday's, skinny and sad, lugubrious and hysterical, brought up between the strictness of paternal crankiness and the brutality of idiotic masters, between fright and spanking, with no physical exercise or liberty of spirit (...) today's boys are as fierce as men.⁷

It is no longer a matter of getting rid of horses, but rather of participating more actively, showing in the (healthy and strong) body the signs of a new country: those who win a competition are not animals

assisted by men, but athletes that row boats as swiftly as possible, and through their own efforts.

Whenever rowers were mentioned, their physical form was highlighted, as well as their vigor, their “health”:

There was Sardinha, satisfied, still recalling his victory at Cecy: Carlos de Castro, with his arms arched because of his biceps (...); Guimarães, the swimmer, in an impressive exhibition of wide chest and big arms, and so many other healthy and vigorous boys.⁸

So does Olavo Bilac⁹ fitly introduce the new spectacle. On narrating the course of a regatta, he praises the image of a new body aesthetic: “The stands were crowded, the carriages would not move, and the people applauded, with enthusiasm and cheerfulness, the robustness and manly beauty of the boys who led (...) their slim boats.” Further on, to mark the distinction of rowing, no longer a unpretentious activity for gambling, but an international project of regeneration, he criticizes the old view:

There was a time when the sport, in Rio de Janeiro, was only the cape on whose folds one hid the game. There was no comprehension of it as a sport, a practical school of strength, agility, skill, health, without the pole conditioning.

Finally, he concludes:

What used to be the fad of a few has become the religion of many. Today, there are eight or ten regatta clubs; and the rowers are not only foreigners; they are also Brazilian, almost all of them boys from commerce and schools, who represent thousands and thousands.

Sport had acquired new meanings and significations, and rowing was the *expression of this new period*, as João do Rio notes:

Boys were always talking about “biceps”. Throughout the city, the young, formerly skeletal or chubby, now boasted wide pectorals, narrow waists, electric legs and herculean arm muscles. It was the rowing delirium; it was the attraction of sports. The regatta days gradually became urban happenings.

The year of 1903 seems to have been of great importance for the sport: a) the Brazilian Rowing Society Federation, which maintained and improved the activities of the União de Regatas Fluminense, became more organized, even being recognized by the International Federation (with headquarters in Paris) as the Brazilian representative; b) initiatives were developed to preserve the memory of the sport; c) dissemination can be identified, such as newspaper and magazine ads,¹⁰ along with the creation of specific periodical publications;¹¹ d) the appropriation of rowing as an instrument of propaganda increases, which cause controversy; after all, the clubs constantly reinforced their option for amateurism; and e) the beginning of a closer relationship with governmental structures may be perceived, the specific subject of the present article.

In fact, the ever observant Olavo Bilac¹² had been helping along this relationship:

What we cannot understand is that the government still has not offered any support whatsoever to those who, against all odds, have managed to introduce this liberating sport into our daily habits. The day will come when recognition will be granted to the regatta clubs in Brazil for the great service they provide.

Pereira Passos and rowing: the origins of a public sports policy in Brazil

It is not difficult to understand that the Brazilian Federation of Rowing Societies had always shown appreciation for those committed to the sport, while seeking the support of government representatives. For the clubs, this would be a solution to the problem of always having to seek sponsors, not to mention the prestige that the presence of public leadership in the competitions represented. We may also understand the inventives of governmental initiatives: they meant encouraging a practice appropriate to the project of modernity being implemented.

Although there had been different forms of occasional support since the end of the nineteenth century, it is in the first years of the twentieth that the relationship becomes more evident and effective. Here is an announcement in *A Canoagem*, of August 1903:

On August 25, 1901, the championship regatta was honored with the presence of the President of the Republic, Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles, who offered the gold medals to the winning club and silver medals to the garrison. This was the beginning of the support for the nautical sport by the public power.¹³

Still in 1901, councilmen Honório Gurgel and Pereira Braga proposed to the Municipal Council that an annual fee be granted to rowing, in the name of services provided for the introduction of a "useful and beneficial sport, a source for a healthy strong youth". Because the proposal was approved, the Fluminense (Rio) Representative Barros Franco Júnior in the same year presented a similar project to the Federal Congress, also with success.

It was indeed through the work of Pereira de Passos that in 1905 the Municipal Council conceded a grant to the Brazilian Federation, arguing that it would be used to organize an annual school championship. With this proposal, Passos was killing two birds with one stone: he had the necessary argument to offer a grant that had been conceived long before and that disseminated the sport among the young.

Passos had also been establishing relations with the turf clubs: not only was he a member of the Jockey Club, but he had received, in 1880, the title of honorary member. A closer contact with rowing occurred precisely in 1903, when he publicly manifested his enthusiasm for attending a competition held by the Guanabara Regatta Club. Thus were laid the foundations for the relationship between the Brazilian Federation leaderships and the mayor.

In a city undergoing a full process of reform and sanitation, inspired by the French example as previously mentioned, the construction of rowing facilities would be included in the projections for urban interventions. If the construction of the Avenida Beira-Mar (Coastal Avenue) was one of his priorities, there was nothing like celebrating

such a symbolical street with a modern form of entertainment. This is fully understandable, for the project of Alves and Passos had two clear dimensions:

They aimed to achieve civilization through concrete changes, according to the modern European (that is, French) standards. Nevertheless, while they took these practical measure, they also shared the passion for symbolic changes with other elite members.¹⁴

Soon Passos was interfering in customs in order to make import shipping taxes more accessible, which allowed the associations to bring in faster boats from Europe and enabling more exciting events.

The mayor decided to directly communicate his enthusiasm about rowing and his possible assistance in a Federation directors' meeting, which greatly encouraged club representatives. As was stated in the July 1903 issue of *A Canoagem*:

We know that Dr. Pereira Passos intends to give to a group of boats built here a prize surpassing the sum of three contos de reis (...) A well-informed person guarantees that the regatta Championship stands will be funded by the Municipality, and that the Mayor nearly has ready a decree in which he is to regulate the concession of an annual prize of 5.000\$00 for a national event.¹⁵

Passos and Alves, always aware of the need to support the development of sports, also established contact with other sports institutions. Their active support was constantly sought (and sometimes attended) by the cycling, athletics, and horse-racing clubs. But their relationship with rowing was more direct and constant, undoubtedly for the significance it had for the project of modernity.

After an initial period of contacts, hoaxes, and some apprehension, the leadership finally saw the efforts and promises officially recognized in a letter sent to the Federation and published in *A Canoagem*, in July 1903:

Mr. President of the Brazilian Federal Rowing Associations

Mr. Mayor of the Distrito Federal has decided on this date to offer a prize (which is an artistic object) to the winner of the regatta, under

the title of the Municipal Regatta – for the Regatta that will be held on August 9th this Federation authorizes the building of grand-stands on Botafogo Beach. I am honored to inform you on behalf of the Mayor himself. Regards. A. Freire do Amaral.¹⁶

The concession of the trophy, the construction of the stands, the prestige gained with such support, as well as the possibility of maintaining such assistance, prompted the Federation to confer the title of Honorary President on Passos, as *A Canoagem* noted on August 1903: “this shows the incentive that the Mayor’s act has brought to nautical sport, and the relevant services provided by his Excellency, alleviating the Federation of the enormous expense”.¹⁷

A great event was expected on the occasion of the August 9th Regatta, when the 6th Rio de Janeiro Championship would take place (with the prize offered by Rodrigues Alves) and the Great Municipal Prize (offered by Passos). The regatta was announced by several means, besides newspapers and magazines. For instance, Passos requested that the clubs give a rowing performance on the lakes of the Praça da República.

Such regattas went on to rival horse races, which had been more popular hitherto. The journalist from the *A Canoagem* of August 1903 remarked, on promoting the events arranged by the Jockey Club on the same day as the nautical event: “Competition shouldn’t be great because a large number of jockeys love rowing, and tomorrow the championship regatta will be held.”¹⁸

The regattas lived up to expectations and were a great success. The stands could hold up to 600 people, who naturally came from the more influential social strata, but they were a minority in comparison with the thousands that occupied the beaches: “Along the length of the beach the traffic was difficult due the number of people moving towards the wharf to better appreciate the fierce battles going on.”¹⁹

The Swimming and Regatta Clubs and Gragoatá even offered their members the possibility of watching the competitions from boats moored in the Baía de Guanabara. On these boats, as well as among all the spectators, the presence of women was strong:

Since 10 o'clock , guests have been arriving and among them those caravans of young ladies, wearing jolly attire, like the childish smiles of August dawn (...) The numbers of gentlewomen were great, and they wore light-colored, elegant dresses (...).²⁰

By underlining the presence of women and even listing the names of all the female attendants, the journalist reinforced the idea that the presence of women should be stimulated in the regattas as a "healthy practice," but they were basically accepted as supporters and not as athletes, since this was an exclusively masculine activity.

Apart from the population in general, from the different social strata, it should be noted that besides Passos and Alves, many representatives from the political classes attended the event: all the ministers, deputies, senators, as well as others. For the rowing leadership, this presence was of great importance, for it marked, in a definitive manner, a new dimension of the sport in the city and indicated the prospect of future financial incentives:

It is indeed encouraging for Nautical Sport to receive the support from the highest dignitaries of the Republic, who attended the event, without a single exception, to watch the main competition held so far; and the priceless sympathy received from the municipal power is no less encouraging.²¹

The minutes of the Federation meeting give an idea of the investment made in the regatta's success, as it was believed that the sport's respectability would be heightened among the population and the government authorities. It would be a unique opportunity to prove the "value of rowing". The financial report demonstrates that the cost of the event was high, but was justified by the need for "pomp" to ensure the success of the endeavor. Apparently, they managed to achieve their goal.

Rodrigues Alves and Pereira Passos even attended the party organized by the Boqueirão do Passeio Club to celebrate its victory in the championship. The event was marked by speeches and requests for continuity of support on the part of the clubs, as well as congratulations and promises of incentives, on the part of the government authorities.

Over time, Passos's presence at a lot of clubs became common. He paid such visits for the sake of courtesy and/or to receive all kinds of homage. New forms of support were yet to come.

The Regatta Pavilion

In 1905, Passos ordered the construction of warehouses that would function as boathouses for the Botafogo and Guanabara clubs.²² Additionally, he improved the sites where the population usually swam: the beaches of Santa Luzia and Boqueirão. These interventions, as well as others carried out by the mayor, were somewhat controversial. Bathing was by then quite popular and there was a lot of concern about the restrictions imposed by public works:²³

This should make the mayor think seriously about the severe consequences of the quasi-suppression of bathing. There must be a way to harmonize the revitalization intended with this other public convenience, so fundamental and essential to the health of the city's inhabitants.²⁴

Actually, these places were destroyed to make way for the Central Avenue and the Coastal Avenue; it was even necessary to remove three rowing clubs (Boqueirão do Passeio, Vasco da Gama, and Internacional) that were located there (on the Travessa Maria, which connected the streets of Passeio and Santa Luzia). The government authorities declared that the clubs would not be left without a home; in reality, however, it caused them problems, especially noteworthy in the case of Vasco da Gama:

With the disappearance of the beach, not only our club but the neighboring ones have suffered a lot. The change has resulted in financial losses. A large number of members have abandoned the club, people to whom Boqueirão's smiling poetry had become a cherished place of pastime; but those who considered bathing a necessity and a pleasure were not taken into account either.²⁵

The clubs' loss of headquarters called the attention of newspapers and many chroniclers criticized government neglect and demanding a rapid solution. Although Rodrigues Alves and J. J. Seabra (Ministry of Aviation) granted lots to the clubs for the construction of new headquarters in another part of the Boqueirão coastal line and the Santa Luiza beach, it was only in 1907 that the National Treasury effectively formalized the grant, but even so with a condition imposed on the clubs to build their new headquarters within a two year deadline.²⁶

Although Passos had devoted attention to rowing, this was clearly part of his modernization project. The image of sports was explicitly exploited as propaganda. Given the visibility of sports clubs and the athletes, Passos constantly invited them to celebrate the inauguration of his works. The claims of the clubs were met if they fit within this relationship model and if they did not constitute obstacles to bigger projects.

It was also in 1905 that Passos satisfied one of the rowing clubs' oldest demands: the construction of a permanent space for competitions: the Regatta Pavilion. Built in the context of reforms of the Avenida Beira-Mar, at the level of D. Carlota and São Clemente streets, it was inaugurated on September 24th, with the presence of the mayor and of Rodrigues Alves.

In addition to its function for regattas, the Pavilion was quickly transformed into a leisure center for the elites, exhibiting bandstands for two musical bands, a central area for the authorities, two stands on the ground floor, and catering space. It was well situated in a place with a beautiful view, and in 1906 it was equipped with electrical energy (which allowed it to work until late at night), opened a bar with an orchestra and chalet, and offered boat trips on the Guanabara Bay:

In that beautiful retreat of the city, a pavilion-bar has been working since yesterday, offering comfort and good taste. From it, one may enjoy (besides the wonderful panoramic view), all the modern conveniences that one may expect from such a facility, with a profusion of drinks and ices. On the second floor of the pavilion, artistically

furnished, one may find these services, and on the upper floor a tea room is starting up tomorrow.²⁷

Despite the beautiful construction, the Pavilion did not enjoy unanimous support. For example, when Olavo Bilac, who was, as we have seen, a great rowing enthusiast, published a poem exalting the Pavilion, Carlos Laet critically asked him to write about the difficulties the city went through as well: “from here we ask the esteemed poet that he compose some eulogies in his spare time deploring the torture to which we were subject due to the destruction that was caused.”²⁸

Conclusion

From 1903 on, relationships between rowing institutions and governmental structures become clearly closer. Relationships with Pereira Passos deserve special mention here, since he had an important role in the context of reforms in the city of Rio de Janeiro (capital of the Republic) and in the construction of a project of national modernity.

To Sevchenko,²⁹ Pereira Passos “established the nexus between regeneration, modernity, and sports”. He undoubtedly perceived that sports could be an important strategy for control, and, fundamentally, for symbolic construction. Through his actions, we see the establishment of what we may call the origins (or antecedents) of public policies for sport in Brazil, which is obviously significantly different from what we have nowadays.

Passos left City Hall in 1906, surrounded by controversies involving his government, which had run up huge debts and had failed to implement all the intended changes. Yet, he received demonstrations of appreciation from the rowing clubs. In Mendonça’s words, Passos was “the most highly regarded name in Brazilian nautical sport. Such a distinction is revealed by the sum of his services to Brazilian rowing in the four years of his mayoral administration.”³⁰

The question is to discuss the nature of these “provided services”. His involvement with sport was seen more in occasional and provisional support based on vested interests in the exploitation of image of sports for the political projects he wanted to carry out (which were related with the project of modernity and notably linked to interests of the economic elites) than with his comprehension of it as a social right. So much so, that he did not think twice when he had to interfere in the clubs’ operations and competitions, disrespecting the associations if they raised opposition to his plans.

A dangerous liaison may be perceived between clubs and government, an explicit exchange of favors that cannot be confused with what one may expect from a governmental organization committed to the population as a whole. In fact, his actions did not contemplate the city as a whole, which was never effectively consulted and which benefited very little from the financial subsidies granted to the clubs.

It is now worth reflecting on what from that time still persists in today’s sport public policies (both in left-wing and right-wing governments), if we want to have a clear idea of the challenges to be faced, concerning: (1) an intervention proposal that may be unique and provide unrestricted services to the population; (2) the non-perpetuation of certain privileges; and (3) the effort to guarantee sports (and leisure) practice not as a grant, but as a social right, as important as any other.

Translation: Geraldo Cáffaro

Notes

- ¹ His management as mayor (1903-1906) was marked by the prestige given to the sectors of the urban elites and by the power given to engineers and doctors to promote the changes he desired.
- ² Alves gave continuity to the process begun by Prudente de Moraes and Campos Sales. He was a representative of the land owners’ class of São Paulo, but he, among others, noticed that the city of Rio de Janeiro needed to modernize in order to serve the economic interests of the economic elites, both rural and urban.

- ³ It is not surprising that some European engineers had been influential in Rio de Janeiro, such as Adolfo Morales, and that some city constructions were almost exact copies of the Parisian models, such as the Teatro Municipal. For more information, see the study by Needel (1993).
- ⁴ For more information about rowing in Rio de Janeiro, see the study by Melo (2001).
- ⁵ SEVCENKO, 1998, p. 521.
- ⁶ For more information about horse-racing in Rio de Janeiro, see study by Melo (2001).
- ⁷ BILAC, 1903, p. 5.
- ⁸ A CANOAGEM, jul. 1903, p. 5.
- ⁹ BILAC, 1903, p. 5.
- ¹⁰ The first specialized column about nautical sport appeared in 1895, in the newspapers *O Paiz*. In 1903, the important *Revista da Semana*, among others, started publishing columns.
- ¹¹ The first specialized periodical, *Rowing*, which had a short life, had begun in 1900. The important and longer-lasting *Canoeing* started being published in 1903.
- ¹² BILAC, 1903, p. 5.
- ¹³ A CANOAGEM, ago. 1903, p. 5.
- ¹⁴ NEEDELL, 1997, p. 65.
- ¹⁵ A CANOAGEM, jul. 1903, p. 5.
- ¹⁶ A CANOAGEM, jul. 1903, p. 5.
- ¹⁷ A CANOAGEM, ago. 1903, p. 5.
- ¹⁸ A CANOAGEM, ago. 1903, p. 5.
- ¹⁹ A CANOAGEM, set. 1903, p. 5.
- ²⁰ A CANOAGEM, set. 1903, p. 5.
- ²¹ A CANOAGEM, set. 1903, p. 5.
- ²² Such work was inaugurated in 1905 as part of the mayor's birthday celebrations, even though it was only completely concluded in 1905.
- ²³ In 1906, Passos also introduced municipal regulations for the use of beaches, setting a time for bathing and determining the Bath House models, including the requirement of a room to aid drowning victims.
- ²⁴ JORNAL DO COMÉRCIO, 1905, p. 6.
- ²⁵ FERREIRA, 1975, p. 88.
- ²⁶ Even with subsequent modifications, the headquarters of some clubs such as the Boqueirão do Passeio and Vasco da Gama still exist today within easy access.
- ²⁷ JORNAL DO COMÉRCIO, 1906, p. 8.
- ²⁸ *Apud* BRENA, 1999, p. 483.
- ²⁹ SEVCENKO, 1998, p. 570.
- ³⁰ MENDONÇA, 1909, p. 21.

References

- A CANOAGEM. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, jul. 1903.
- A CANOAGEM. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, jul. 1903.
- A CANOAGEM. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, ago. 1903.
- A CANOAGEM. Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, ago. 1903.
- A CANOAGEM. Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, ago. 1903.
- A CANOAGEM. Rio de Janeiro, ano 1, n. 10, set. 1903.
- BILAC, Olavo. A cidade. *A Canoagem*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 1903.
- BRENNA, Giovanna Rosso Del (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985.
- FERREIRA, Dias. Relatório anual da presidência. In: ROCHA, José da Silva. *Club de Regatas Vasco da Gama: histórico*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1975.
- JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 16 abr. 1905.
- JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 6 maio 1906.
- MENDONÇA, Alberto B. *História do sport náutico no Brasil*. Rio de Janeiro: Federação Brasileira de Sociedades de Remo, 1909.
- MELO, Victor Andrade de. *Cidade sportiva*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- NEEDEL, Jeffrey D. *Belle époque tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3.

About the authors

Hélder Ferreira Isayama (Ed.) – M.A. and Ph.D. in Physical Education from Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Coordinator of the Master's Program in Leisure at Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). General Coordinator of the PELC – Programa Esporte e Lazer da Cidade [Sport and Leisure in the City Program] – Training Project, in partnership with the Secretaria Nacional do Desenvolvimento do Esporte e Lazer do Ministério do Esporte [National Secretariat of Sport and Leisure Development of the Ministry of Sports] (SNDEL-ME). Head of the group Oricolé (Research Laboratory about Training and Professional Development at UFMG) and member of the Grupo de Pesquisa em Lazer da Universidade Metodista de Piracicaba [Research Group on Leisure at the Methodist Universidade of Piracicaba] (GLP-UNIMEP)

Leila Mirtes S. de M. Pinto (Ed.) – M.A. in Physical Education from UNICAMP; and Ph.D. in Physical Education from UFMG. Head of the Sports Science and Technology Department, at SNDEL-ME. Retired Professor from UFMG, is currently a faculty member at PUC Minas.

Ricardo Ricci Uvinha (Ed.) – M.A. from UNICAMP, and Associate Professor at Universidade de São Paulo (USP). Professor and coordinator of the course Leisure and Tourism at the Escola de Artes, Ciências E Humanidades [School of Arts, Sciences and Humanities] (EACH-USP). Head of the Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer da Universidade de São Paulo [Interdisciplinary Group on Leisure Studies of the Universidade de São Paulo] (GIEL-USP) and member of GPL-UNIMEP.

Edmur Antonio Stoppa (Ed.) – Ph.D. in Physical Education, in the area of Leisure Studies, from UNICAMP. Professor at the college of Leisure and Tourism at EACH-USP. Member of GPL-UNIMEP and the GIEL-USP.

Amanda Carolina C. Silveira – Graduated in Physical Education and M.A in Leisure from UFMG. Member of the Grupo sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer [Group on Sport and Leisure Public Policies] of UFMG (POLIS-CELAR). Is part of the PELC Training Project Management Team, in partnership with SNDEL-ME. Nucleus technical supervisor for the Program BH Citizenship at the Sports Municipal Adjunct Secretariat in Belo Horizonte.

André Henrique C. Capi – M.A. in Physical Education from UNIMEP. University professor and founder of the PELC of the SNDEL-ME. Physical Education teacher at the Araraquara's municipal education system.

André Thibault – Doctor André Thibault holds a Ph.D in public administration. He has been professor at University of Quebec in Trois-Rivieres (Canada) since 1973 where he held academic dean and vice-presidency offices for twelve years. He is currently director of the Quebec Observatory on Leisure and the journal Leisure & Society and sits at the Executive Committee of the World Leisure Organization. He is this organization's representative to UNESCO.

Beleni Saléte Grando – Ph.D. in Physical Education and Postdoctorate student in Social Anthropology at the Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). UMFT professor at the colleges of Pedagogy, Physical Education, and at the Education Master's Program. Coordinates the Programa Nacional de Cooperação Acadêmica [National Program of Academic Cooperation] (PROCAD/CAPES) in Education, in partnership with UFSC (2008-2011) and the CNPq research group Body, Education and Culture, linked to COEDUC. Sits at the Ministry of Sports Rede CEDES. GTTs Coordinator, at Colégio

Brasileiro de Ciências do Esporte [The Brazilian School of Sports Science] (CBCE), 2009-2011.

Carla Andréa Ribeiro – Graduated in Psychology and holds an M.A. in Information Science from UFMG. Public policies consultant and analyst.

Celi Neuza Z. Taffarel – Ph.D. in Education from UNICAMP, and holds a Postdoctorate degree from Universität Oldenburg. CNPq Level 1 researcher and director of Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), management 2008-2011. Full Professor at UFBA.

Cláudio de Lira S. Júnior – M.A. in Education from Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) and Ph.D in Education from UFBA. Professor at UFBA. Coordinator at the Collegiate of the Physical Education Program, and of the Specialization in Teaching Methodologies and Research in Physical Education, Sport and Leisure at Faculdade de Educação of UFBA (FACED-UFBA).

Daniel M. D. Teixeira – Graduated in Physical Education from UFMG, and M.A. in Education from PUC Minas. Faculty Member at the Physical Education Department at PUC Minas.

Débora A. Machado da Silva – M.A. in Physical Education and Ph.D. in Education from UNIMEP. Gives consultancy and advisory to projects geared to childhood and its relationships with leisure and education. Faculty Member at Faculdade de Americana and coordinator of the Study Group PRÁXIS – Physical Education and Leisure.

Derek Casey – Graduated from Glasgow University, Britain. Doctor of Science (Hon) from the University of Southampton. Fellow of the Royal Society for the Arts Fellow of the Institute for Sport and Recreation Management. He worked as Board Chair of World Leisure Organization.

Duval Magalhães Fernandes – Ph.D. in Demography from UFMG and holds a Postdoctorate degree from Instituto Universitário de

investigación Ortega Y Gasset. Professor at PUC Minas and visiting professor from Universidade Peruana Cayetano Heredia.

Fabiano Antonio Sena Peres – Graduated in Physical Education and specialist in Leisure from UFMG. Public policy analyst for the Municipal Adjunct Secretariat of Sports of Belo Horizonte. Member of the UFMG Study Group on Sport and Leisure Public Policies (POLIS-CELAR) and of the UFMG study group on the leisure theme Oricolé.

Fernando Augusto Starepravo – M.A. and Doctorate student in Physical Education, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor at Faculdade Guairacá (Guarapuava-PR). Member of the GTT Scientific Committee on Public Policies at CBCE and consultant/collaborator for the Ministry of Sports in the program Segundo Tempo.

Fernando Marinbo Mezzadri – M.A. in Education from UFPR and Ph.D. in Physical Education from UNICAMP. Professor at UFPR. Vice-director at the Biological Sciences Sector of UFPR and coordinator at Rede CEDES (UFPR). Administration and Finance Director for Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales del Deporte (ALESDE).

Gustavo Henrique M. Santana – Graduated in Physical Education from UFMG.

Isabel Cristina Martines – Graduated in Physical Education and M.A. in Physical education from UFPR. Professor at UFPR, Coastal Sector.

Luciana Cirino L. R. Costa – Specialist and M.A. in Leisure from UFMG. Physical Education teacher working for the municipality of Belo Horizonte. Public policy analyst for the Municipal Adjunct Sports Secretariat of Belo Horizonte.

Ludmila Mourão – Ph.D. in Physical Education, Universidade Gama Filho (UGF). Professor at the Graduate Program in Physical Education at UGF. Researches th History of Women in Sport. Coordina-

tor of the Study Group Educação Física, Saúde e Sociedade [Physical Education, Health and Society] (GEFS).

Márcia Luiza M. Figueira – Ph.D. in Sciences of the Human Movement from Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Teacher for the Porto Alegre municipal education system. Researcher for Rede CEDES of the Ministry of Sports and member of the Grupo de Estudos sobre Corpo e Cultura [Study Group on Body and Culture] (GRECCO).

Maria José G. Salum – M.A. in Psychology from UFMG, and Ph.D. in Psychoanalysis from Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor at PUC Minas. Member of the Technical Counsel for Instituto da Criança e do Adolescente [Children and Adolescent Institute] (ICA) at the Extension Associate Dean's Department of PUC Minas.

Maria Leonor B. C. Ramos – Specialist in Sports Training and M.A. in Education. Office Head at the National Secretariat of Sports and Leisure Development of the Ministry of Sports.

Nelson Carvalho Marcellino – Ph.D. in Education from UNICAMP, and Associate Professor on Leisure Studies at UNICAMP. Retired Professor from UNICAMP. Professor at UNIMEP, teaching in the Physical Education Master's Program, and in the Education Doctorate Program. Head of the Grupo de Pesquisas em Lazer [Research Group on Leisure] (GLP) and member of Oricolé (Research Laboratory on Leisure Professional Training and Work) at UFMG. Member of the Rede CEDES Nucleus – Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer [Recreational Sport and Leisure Development Center] – of the Ministry of Sports at IEP-UNIMEP.

Patrícia Z. M. de Moraes – Graduated in Psychology from PUC Minas and in Physical Education from UFMG; M.A. in Education, Administration and Communication from Universidade São Marcos. General Coordinator of technology, cooperation and exchange of the Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte [Science and Sports Technology Department] (DCTEC) of SNDEL-ME.

Paulo de Tarso M. de Freitas – Graduated in Physical Education from UFMG.

Rejane Penna Rodrigues – Graduated in Physical Education from the Superior School of Physical Education of Cachoeira do Sul and master's student in Physical Education at UNIMEP. Porto Alegre's Municipal Secretary of Sports, Recreation and Leisure for three terms (1993–2004). Secretary of the National Secretariat of Sport and Leisure Development, of the Ministry of Sports, since May 2006.

Rita Márcia de Oliveira – Graduated in Physical Education from UFMG and master's student in Public Administration at Fundação João Pinheiro. Public policy analyst for the Belo Horizonte municipality.

Rosângela Martins de Araújo – Graduated in Physical Education from Universidade de Mogi das Cruzes (UMC) and Specialist from Fundação Escola de Sociologia and Política of São Paulo (FESP) and from SENAC São Paulo. Currently, she is the national coordinator of the Associação de Pais, Amigos, Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade [Association of Parents, Friends, Physically Challenged, and Bank of Brazil and Community Employees] (APABB). Member-Proprietor of Lazer, Educação, Gestão Social and Saúde [Leisure, Education, Social Management and Health] (LEGS).

Sebastião Josué Votre – Ph.D. in Letras from PUCRJ; Associate Professor of Linguistics from UFRJ and holds a Postdoctorate degree in Sports Sociology from Strath Clyde University, Scotland. Retired Full professor from UFRJ. Professor at Universidade Federal Fluminense (UFF). Full professor at UGF. CNPq researcher, for Rede CEDES of the Ministry of Sports and for Fundação de Amparo do Estado do Rio de Janeiro [Support Foundation of the Rio de Janeiro State] (FAPERJ).

Silvana Vilodre Goellner – Ph.D. in Education from UNICAMP. Professor at the School of Physical Education of UFRGS, where she

teaches courses at undergraduate and graduate programs. Coordinator of Sports Memory Center for the same institution. Researcher for CNPq and Rede CEDES of the Ministry of Sports. Coordinator of the Grupo de Estudos sobre Corpo e Cultura (GRECCO).

Silvio Ricardo da Silva – M.A. in Science of the Human Movement from Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) and Ph.D. in Physical Education from UNICAMP. Professor at UFMG. Subcoordinator of the Leisure Master's Program of UFMG. Tutor at PET Physical Education and Leisure and Coordinator of the Grupo de Estudos Sobre Futebol e Torcidas [Study Group on Soccer and Cheerleading] (GEFuT).

Tarcila Bretas Lopes – Specialist in Public Policy Management from Fundação João Pinheiro and M.A. in Leisure from UFMG. Public policy analyst for the Belo Horizonte municipality, Municipal Adjunct Sports Secretary. Faculty member at Izabela Hendrix Methodist Institute.

Vânia Noronha – M.A. in Education from UFMG and Ph.D. in Education from USP. Professor at the College of Physical Education Educação Física at PUC Minas.

Victor Andrade de Melo – Holds a postdoctorate degree in Critical Theory of Culture and in Social History from UFRJ. Professor at UFRJ, where he teaches at the graduate programs of Comparative History (Institute of Philosophy and Social Sciences) and of Physical Education (Sports and Physical Education School). Teaches in the leisure graduate program of UFMG. He is a D/CNPq Productivity Researcher (2010-2014). Coordinator of Sport (Laboratory of the Sport and Leisure History) and of the research group Anima – Lazer, Animação Cultural e Estudos Culturais [Leisure, Cultural Animation and Cultural Studies].



Para obter mais
informações sobre
outros títulos da
EDITORA UFMG,
visite o site

www.editora.ufmg.br

A presente edição foi composta pela Editora UFMG e impressa pela PROL Editora Gráfica em sistema offset, papel offset 90g (miolo) e cartão supremo 250g (capa), em abril de 2011.

e lazer, trazendo à tona uma miríade de experiências, inovações, potencialidades e desafios. Desse modo, a presente obra está fundamentalmente pautada nesse relevante assunto, sendo composta por contribuições de convidados nacionais e internacionais diretamente relacionados à gestão do esporte e lazer. São eles gestores com experiência profissional nos diferentes níveis e setores, bem como professores universitários que lidam constantemente com o tema nos mais acalorados debates.

Assim, ao tratar tão profundamente da gestão do esporte e lazer, esta obra convida o leitor a investigar as necessárias competências para uma refletida atuação, realizada de forma multiprofissional e comprometida com as mais diversas realidades socioculturais.



A crescente importância da temática do lazer e o aumento da responsabilidade das instituições formadoras dessa área demandam a necessidade de reflexão e de socialização das experiências desenvolvidas, além de indicar as possíveis inovações realizadas, os desafios colocados e os limites das ações relacionados à gestão de políticas de esporte e lazer. Este livro contribui para essa complexa tarefa direcionada aos diferentes profissionais que atuam em gestão de políticas ou que se dedicam ao estudo do lazer.



Ministério do Esporte

